



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LX - Nº 139 - SÁBADO, 3 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB – AL <b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT – AC <b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB – MT <b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL – PB <b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB – MA	<b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL – DF <b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO <b>Suplentes de Secretário</b> 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
<b>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</b>  <b>LÍDER</b> Ney Suassuna  <b>Vice-Líderes</b> Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes  <b>LÍDER DO PMDB – 23</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 <b>LÍDER DO PTB – 3</b> Mozarildo Cavalcanti  <b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias  <b>VICE-LÍDERES DO PDT</b> (vago) <b>LÍDER DO PP – 1</b> Valmir Amaral  <b>LÍDER DO PL – 3</b> Marcelo Crivella  <b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas  <b>LÍDER DO PSB – 3</b> João Capiberibe  <b>VICE-LÍDER DO PSB</b> (Vago)  <b>LÍDER DO P-SOL</b> Heloisa Helena  <b>VICE-LÍDER DO P-SOL</b> Geraldo Mesquita Júnior  <b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT	 <b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido  <b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</b>  <b>LÍDER</b> José Jorge – PFL  <b>VICE-LÍDERES</b> Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL  <b>LÍDER DO PFL – 15</b> José Agripino  <b>VICE- LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro  <b>LÍDER DO PSDB – 12</b> Arthur Virgílio  <b>VICE- LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
<b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	 <b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### **1 – ATA DA 151ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE SETEMBRO DE 2005**

#### **1.1 – ABERTURA**

#### **1.2 – EXPEDIENTE**

##### **1.2.1 – Comunicações da Presidência**

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que altera o caput do art. 983 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), dilatando o prazo para o requerimento do inventário e da partilha, tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ..

30006

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 74, de 2005, que autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalonamento da dívida do Banco de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante equivalente US\$331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 13, em regime de urgência.....

30006

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 75, de 2005, que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Nordic Investment Bank – NBI. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 13, em regime de urgência. .....

30006

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 76, de 2005, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até doze milhões, cento de vinte mil dólares dos Estados Unidos da América, de prin-

cipal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (PACE). A matéria constará da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 13, em regime de urgência. ....

30006

##### **1.2.2 – Avisos do Tribunal de Contas da União (Autuação)**

Nº 33, de 2005-CN (nº 1.248/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.250, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de recuperação de Trechos Rodoviários – Brasília – Divisa DF/GO na BR-020/GO – Distrito Federal – Programa de Trabalho nº 26.782.0220.1e98.002 (TC nº 009.432/2005-8).....

30006

Nº 34, de 2005-CN (nº 1.282/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.267, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria na expansão do sistema de transmissão associado à UHE Tucuruí no Estado do Maranhão (acréscimo de aproximadamente 120 Km de linha de transmissão e de 695 MVA de transformação de potência em subestações) – Programa de Trabalho nº 26.752.0294.1891.0021 (TC nº 010.497/2005-5).....

30006

##### **1.2.3 – Pareceres**

Nº 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2-PLEN, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.....

30007

Nº 1.606, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2005 (nº 1.581/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa

do Brasil e o Governo do Estado de Israel Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda.....	30009
<b>1.2.4 – Leitura de requerimentos</b>	
Nº 972, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....	30012
Nº 973, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona....	30012
Nº 974, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Presidente do Banco Central do Brasil as informações que menciona.....	30013
Nº 975, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona.....	30013
Nº 976, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona.....	30014
Nº 977, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona.....	30014
Nº 978, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Inês Maria Lyra Benzecri, ocorrido em Manaus.....	30015
Nº 979, de 2005, de autoria do Senador Aelton Freitas, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 20 de outubro próximo, seja dedicado à comemorar o Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira.....	30015
<b>1.2.5 – Ofício do Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral</b>	
Nº 3/2005, de 17 de agosto último, encaminhando em anexo, cópia da Ata da Reunião de instalação da Frente Parlamentar, realizada em 16 de agosto de 2005, a composição de sua primeira Diretoria, a relação dos membros que a compõe e os seus Estatutos.....	30016
<b>1.2.6 – Discursos do Expediente</b>	
SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Críticas ao governo pela ausência de investimentos no setor elétrico brasileiro. ....	30035
SENADORA IDELI SALVATTI – Atesta que ações do governo Lula resulta em crescimento econômico. ....	30056
SENADOR PAULO OCTÁVIO – Registra filiação do ex-Ministro Pratini de Moraes ao PFL. Saúda o Deputado Osório Adriano, e registra homenagem ao parlamentar, ontem em Brasília, pelos trabalhos realizados em prol do desenvolvimento da Capital do país.....	30039
SENADOR MARCO MACIEL – Cobra do governo federal recursos para o programa “Um milhão	

de cisternas”, conduzido pela Asa-Articulação do Semi-Árido Brasileiro.....	30042
SENADOR NEY SUASSUNA – Considerações sobre a má qualidade do sistema penitenciário brasileiro. ....	30044
SENADOR RAMEZ TEBET – Elogio ao trabalho do Poder Legislativo e repúdio às críticas à instituição, em função da crise política que vive o país.....	30045
SENADOR ALVARO DIAS – Enaltece o Congresso Nacional pela demonstração de apoio à instituição, na aprovação do relatório dos Deputados Osmar Serraglio e Ibrahim Abi-Ackel, que aponta quebra de decoro parlamentar de deputados. Elogio à imprensa brasileira. ....	30047
SENADOR SIBÁ MACHADO – Em defesa da discussão do projeto de gestão de florestas, rebatendo acusações de que a proposição contribui para a proposta de internacionalização da região amazônica. ....	30050
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas ao Governo Lula e salientando, ainda, que há notícias de que o Partido dos Trabalhadores tenha ligações com a organização criminosa colombiana Farc e que tenha enviado medicamentos para ela.....	30059
SENADOR PEDRO SIMON – Elogios à conduta da Senadora Heloísa Helena. Comentários sobre o trabalho desenvolvido ontem pela CPMI ao listar nomes de parlamentares a serem cassados.	30065
SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Problema da seca no Nordeste brasileiro: causas e soluções propostas ao longo da História, entre elas a transposição das águas do rio São Francisco.....	30067
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentário sobre pronunciamento do Senador José Maranhão. Análise sobre o momento político atual, enaltecendo a necessidade de ser feito um movimento sério pela ética e manifestando contrariedade com a conduta que vem sendo adotada pelo Partido dos Trabalhadores. ....	30076
SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao Presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores – PT...	30078
SENADORA HELOÍSA HELENA – Desencanto e desesperança da população brasileira com a situação política atual do país. A estória de Micaela Bastidas. ....	30080
SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Relato da reunião conjunta realizada ontem pelas CPMI dos Correios e do Mensalão, ocasião em que foi produzido o primeiro relatório parcial. Registro da nova fase de investigação da CPMI dos Correios.....	30082
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Elogios ao desempenho do Senador Delcídio Amaral na condução da presidência da CPMI dos Correios. Discordância com a decisão do Senador Aloizio Mercadante de vetar requerimento de sua autoria, que solicitava urgência para a votação do projeto da	

Lei das Inelegibilidades. Apresentação de requerimento, que solicita auditoria do TCU relativamente a empréstimos do BNDES concedidos para investimentos no exterior. ....	30084	31 de agosto do corrente, sobre a morte da personagem de Luiz Fernando Veríssimo, a Velhinha de Taubaté, aos 90 anos. ....	30102
<b>1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação</b>		<b>SENADOR SÉRGIO GUERRA</b> – Registro do artigo intitulado “Bolo solado em vez de pizza”, publicado no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 24 de agosto último. ....	30103
SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo intitulado “O lixo vem de longe”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , do último dia 21 de agosto. Demora nas obras de duplicação e de recuperação das BR 280, 470 e 101, no Estado de Santa Catarina. ....	30085	SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre o artigo intitulado “Lula, o começo do fim”, de autoria do professor Carlos Alberto Di Franco, publicado no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , de 25 de agosto do corrente ano. ....	30104
SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Registro da matéria “Lula virou um ‘fantasma’, diz Skidmore”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , do último dia 28 de agosto. ....	30088	<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b> <b>2 – ATOS DO DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN</b> Nºs 25 a 44, de 2005. ....	30105
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro de matérias que tratam da atual crise política enfrentada pelo Partido dos Trabalhadores e pelo governo do presidente Lula: “Lula encolheu”, “E agora, Palocci?”, “Mais uma bomba” e “Tem peixe na rede”, publicadas na revista <b>IstoÉ</b> na edição do último dia 24 de agosto. ....	30089	<b>SENADO FEDERAL</b> <b>3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b> <b>– 52ª LEGISLATURA</b> 4 – SECRETARIA DE COMISSÕES 5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHERCIDADÃ BERTHA LUTZ	
SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentário sobre o artigo “Prisioneiro de prisioneiros”, do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 21 de agosto último. ....	30098	<b>CONGRESSO NACIONAL</b> 11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI) 15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do artigo “O outro Gushiken”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 2 de julho do corrente ano. Preocupação com notícias veiculadas pela imprensa sobre o Banco Popular do Brasil e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado segundo as quais as iniciativas referidas não teriam ainda sido implementadas. ....	30099		
SENADOR LUIZ SOARES – Relato do artigo “Diálogos republicanos”, publicado na <b>Folha de S.Paulo</b> , de 12 de agosto do corrente. ....	30101		
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição de artigo do articulista Tales Alvarenga, “Velhinhos de Taubaté”, publicado na revista <b>Veja</b> do último dia			

# Ata da 151<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa, em 2 de setembro de 2005

## 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 52<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Octávio, Álvaro Dias, Pedro Simon,  
Mão Santa e da Sra Heloísa Helena*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido de apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que altera o **caput** do art. 983 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), dilatando o prazo para o requerimento do inventário e da partilha.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Resolução nº 74, de 2005**, que autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalonamento da dívida do Banco de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante equivalente a trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos, de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004; e

– **Projeto de Resolução nº 75, de 2005**, que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operadora de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao NIB.

– **Projeto de Resolução nº 76, de 2005**, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$12,120 milhões (doze milhões, cento e vinte mil dólares dos Es-

tados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinado ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (PACE). Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias constarão da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 13, em regime de urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

### AVISOS TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Aviso nº 33, de 2005 – CN (nº 1.248 SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.250, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de recuperação de Trechos Rodoviários – Brasília – Divisa DF/GO na BR-020/GO – Distrito Federal – Programa de Trabalho nº 26.782.0220.1e98.0002 – (TCU nº 009.432/2005/8).

– Aviso nº 34, de 2005-CN (nº 1.282-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.267, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria na expansão de transmissão associado a UHE Tucuruí no Estado do Maranhão (acréscimo de aproximadamente 120km de linha de Transmissão e de 695 MVA de transformação de potência em subestações) – Programa de Trabalho nº 25.752.0294.1892.0021 – (TC nº 010.497/2005-5).

Os expedientes lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.605, DE 2005**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2 – PLEN, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.**

Relator: Senador **Alvaro Dias**

#### **I – Relatório**

Em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Emenda nº 2 – PLEN, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros senadores.

A PEC nº 59, de 2004, foi aprovada, nesta Comissão, sob a forma da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). Em discussão em primeiro turno, no Plenário, foi apresentada a Emenda nº 2 – PLEN, tendo como primeiro signatário o Senador **Arthur Virgílio**.

A Emenda nº 2 – PLEN dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O art. 1º da Emenda altera a redação do **caput** e substitui o parágrafo único do art. 40, por dois parágrafos.

A modificação na redação do **caput** do art. 40 do ADCT consiste, essencialmente, em substituir a denominação de Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus, bem como o prazo de vigência de vinte e cinco anos para trinta e cinco anos, contados a partir de 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. A redação proposta ainda menciona como finalidade do Pólo Industrial de Manaus a promoção do desenvolvimento da Amazônia Ocidental. O art. 1º da Emenda também compatibiliza a redação do parágrafo único, a ser renumerado como § 1º, com a nova redação do **caput** do art. 40, já incorporando a designação Pólo industrial de Manaus. Já o § 2º, a ser acrescido ao artigo, prevê que os recursos próprios arrecadados pelo órgão gestor do Pólo Industrial de Manaus serão aplicados, obrigatoriamente, em cada exercício fiscal, em ações necessárias ao desenvolvimento da região.

O art. 2º da Emenda nº 2 – PLEN revoga o art. 92 do ADCT que, em vista da Emenda Constitucional nº

42/2003, acresceu dez anos ao prazo de vinte e cinco anos, fixado no art. 40.

Em sua justificação, os autores argumentam que a Emenda foi suscitada por questionamento da Secretaria-Geral da Mesa sobre eventual sobreposição do art. 40 do ADCT e do proposto no art. 251 da Constituição, conforme consta da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

#### **II – Análise**

A Emenda nº 2 – PLEN à PEC nº 59, de 2004, está subscrita por trinta senadores, observando, assim, o requisito constante do inciso I do art. 60 da Constituição.

A PEC nº 59, de 2004, previa, originalmente, o acréscimo do art. 43-A à Constituição Federal, na Seção IV – Das Regiões, integrante do Capítulo VII – Da Administração Pública, com o intuito de alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

Esta Comissão, quando da apreciação da matéria, aprovou a proposta na forma da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), oferecida por este Relator, à qual foram incorporadas as Emendas nºs 2 e 3, respectivamente, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Amir Lando. O Substitutivo aprovado acrescenta o art. 251 ao final do Título IX Das Disposições Constitucionais Gerais, com a seguinte redação:

“Art. 251. A Zona Franca de Manaus passa a denominar-se Pólo Industrial de Manaus, preservando-se seus benefícios tributários, suas finalidades, inclusive a de promoção do desenvolvimento da Amazônia Ocidental, e sua forma de administração com os ajustes à nova designação.

Parágrafo único. Os recursos próprios arrecadados pelo órgão gestor do Pólo Industrial de Manaus serão aplicados, obrigatoriamente, em cada exercício fiscal, em ações necessárias ao desenvolvimento da Região.”

Tendo em vista as modificações trazidas pela Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), assiste razão à Secretaria-Geral da Mesa em seu questionamento sobre eventual sobreposição do art. 40 do ADCT e o proposto art. 251.

O art. 251, que seria acrescido à Constituição, ao determinar que a Zona Franca de Manaus passe a denominar-se Pólo Industrial de Manaus, faz alusão à preservação de seus benefícios tributários, sem menção alguma a seu prazo de vigência.

O art. 40 do ADCT mantém a Zona Franca de Manaus, com suas características de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição.

Por sua vez, o art. 92 do ADCT, ditado pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, acresceu dez anos ao prazo de vinte e cinco anos, fixado no art. 40.

Para eliminar a sobreposição, deve-se, em vez de alterar o corpo permanente da Constituição, com a inclusão do art. 251, dar nova redação ao art. 40 do ADCT, em que já está consagrada a Zona Franca de Manaus, mencionando-se a vigência dos incentivos fiscais pelo prazo de trinta e cinco anos, contados a partir de 8 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

Adicionalmente, deve-se revogar o art. 92 do ADCT, uma vez que a nova redação a ser dada ao art. 40 torna-o desnecessário, uma vez que já traz o cômputo do prazo total de vigência dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, a ser denominada Pólo Industrial de Manaus.

### III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pelo acolhimento da Emenda nº 2 – PLEN à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004 (Substitutivo).

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2005.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 59 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<u>Antônio Carlos Magalhães (Presidente)</u>	<u>Senador Alvaro Dias</u>
RELATOR:	<u>Teófilo Alves (Relator)</u>	<u>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</u>
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>		
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA	
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES	
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGripino	
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN	
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO	
ALMEIDA LIMA (PMDB) ***	6-TASSO JEREISSATI	
ALVARO DIAS (Relator)	7-EDUARDO AZEREDO	
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN	
JUVÉNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)</b>		
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELcíDIO AMARAL	
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM	
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIAKI	
MAGNO MALTA	4-JOÃO CABIBERIBE	
IDELE SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO	
ANTONIO CARLOS VASCONCELOS	6-MOZARILDO CAVALCANTI	
SERYS SHLESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA	
<b>PMDB</b>		
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA	
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO	
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL	
ROMERO JUCÁ	4- (VAGO)	
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA	
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO	
<b>PDT</b>		
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS	

*LEGISLAÇÃO CITADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

*ATO DAS DISPOSIÇÕES  
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS*

Art. 92. São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

*EMENDA CONSTITUCIONAL N° 42,  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003*

**Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.**

**PARECER N° 1.606, DE 2005**

**Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2005 nº 1.581/2005, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto sobre a renda.**

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

**I – Relatório**

Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2005 (PDC nº 1.581, de 2005, na origem) que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para evitar

a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto sobre a renda.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovada por todos os órgãos colegiados supramencionados, foi à matéria a Plenário, onde foi aprovada em 7 de julho de 2005, e enviada ao Senado Federal.

**II – Análise**

Segundo a Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, o principal objetivo da Convenção em exame é o de criar um quadro jurídico-fiscal que proporcione previsibilidade e segurança aos investidores de ambos os países signatários, estabelecendo regras mais precisas para a tributação das pessoas físicas e jurídicas residentes, de um ou de ambos os países. Ao evitar a dupla tributação, a Convenção favorece um crescente fluxo dessas pessoas, de investimentos e de serviços entre o Brasil e Israel, além de beneficiar a atividade comercial em geral.

Afirma ainda a Exposição de Motivos, que a Convenção preserva uma adequada receita fiscal em ambos os países e cria oportunidade para a troca de informações entre as autoridades fiscais do Brasil e de Israel, mecanismo esse que muito pode contribuir para a coerção à evasão fiscal.

O artigo 1º define o âmbito de aplicação da Convenção.

São abrangidas as pessoas, físicas e jurídicas, residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Os impostos objeto da Convenção, tratados no art. 2º, são, no caso do Brasil, o imposto federal sobre a renda e no caso de Israel, os impostos decorrentes da Lei do Imposto de Renda e legislação complementar, bem como os impostos sobre ganhos na alienação da propriedade imobiliária, de acordo com a Lei de Tributação Fundiária. A Convenção aplica-se também a outros tributos, de natureza similar, que porventura venham a ser criados após a data de assinatura do referido instrumento, em substituição ou adição aos impostos já mencionados.

O artigo 3º trata das definições gerais dos termos e expressões utilizados no diploma internacional em pauta, destacando-se a designação “pessoa”, que se estende às físicas e/ou jurídicas e grupos destas, enquanto o termo “sociedade” designa, especificamente, pessoa jurídica ou entidade considerada como tal pela lei fiscal.

A empresa de um Estado Contratante é aquela explorada por um residente desse Estado Contratante,

portanto, sendo esse Estado o domicílio fiscal dessa empresa. (Art. 3º, alínea “f”)

A expressão contida no inciso 1 do Artigo 4º “residente de um Estado Contratante”, significa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, esteja sujeita a imposto em razão de seu domicílio ou residência, ou ainda, no caso de pessoa jurídica, de sua sede de direção ou qualquer outro critério de natureza similar.

Para pessoa física residente em ambos os Estados Contratantes, são estabelecidas cinco situações alternativas para definição do seu domicílio fiscal, sendo, na última hipótese, de pessoa nacional de ambos os Estados Contratantes ou de nenhum deles, prevista a possibilidade de as autoridades competentes resolverem a questão de comum acordo.

Quanto à pessoa jurídica (sociedades), também residente em ambos os Estados Contratantes, o domicílio fiscal será o Estado em que estiver situada a sua sede de direção.

O artigo 5º define especificamente a expressão “Estabelecimento Permanente”, que pode ser uma sede de direção, uma filial, um escritório, uma fábrica, uma oficina, uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais. E ainda, canteiros de obras, ou instalação, ou de construção ou de montagem, fixado há mais de nove meses, e por meio do qual uma empresa exerce sua atividade ou parte dela.

Do artigo 6º ao artigo 22, são dispostas as modalidades de aplicação das hipóteses tributárias previstas na presente Convenção. Em regra, cada um dos Estados contratantes poderá tributar os ganhos, direitos, rendas, salários e pensões originados em seu território.

Sobre os rendimentos imobiliários (art. 6º), quando o beneficiário for um residente de um Estado Contratante e os imóveis á geradores desses rendimentos estejam situados no outro Estado Contratante, a tributação poderá ocorrer no Estado de origem dos rendimentos, ou seja, onde se situarem os imóveis.

Em relação ao lucro das empresas, disposto no art. 7º, a tributação se dará apenas no Estado de residência dessa empresa.

Todavia, se as atividades da empresa forem exercidas no outro Estado Contratante, por meio de um estabelecimento permanente aí instalado, a parcela dos lucros relativos a esse estabelecimento poderá ser tributada nesse outro Estado.

O artigo 8º trata da tributação sobre o lucro das empresas que exploram transporte marítimo e aéreo entre os dois Estados contratantes. A Convenção, neste caso, estabelece, por ordem de preferência, a

competência tributária ao Estado onde se localiza a sede de direção da empresa e, para o caso dela não ser residente de nenhum dos Estados contratantes, ao Estado de residência da empresa, ao Estado em que se encontre o porto de registro do navio ou ao Estado em que resida a pessoa que explora o navio.

As empresas associadas (art. 9º) serão tributadas em seus lucros, levando-se em consideração a individualidade de cada uma, podendo uma delas incluir a parcela dos lucros a que teria obtido na condição de empresa independente.

Os artigos 10, 11, 12 e 13 referem-se à tributação de dividendos, de juros, de royalties e de ganhos de capital, respectivamente. A tributação ocorrerá no Estado de residência do beneficiário, mas também é prevista a possibilidade de tributação no Estado onde são originados os créditos, com exceção para os ganhos de capital que, em regra, serão tributados na origem.

Os artigos 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 disciplinam a tributação por atividade, entre elas os serviços profissionais independentes (atividades de caráter científico, literário, artístico, serviços desempenhados por médicos, advogados, engenheiros, etc.); os serviços profissionais dependentes (salários e ordenados percebidos de empregador); remunerações de direção; artistas e desportistas; anuidades e pensões; funções públicas; professores e pesquisadores e estudantes e aprendizes.

Para os rendimentos dos profissionais autônomos (art. 14) a tributação ocorrerá apenas no Estado de residência do profissional, a não ser que o pagamento seja feito por um residente ou estabelecimento permanente do outro Estado, o que dará competência tributária a esse último.

A tributação sobre os rendimentos dos profissionais com vínculo empregatício (art. 15) se dará no Estado de residência do profissional. Todavia, se o emprego for exercido no outro Estado, a essa regra aplicam-se as seguintes exceções quando a tributação se dará no outro Estado Contratante: a permanência do beneficiário no outro Estado por período inferior a cento e oitenta e três dias, iniciado ou terminado dentro do ano fiscal correspondente; pagamento por empregador, ou em nome dele, quando não residente no outro Estado Contratante; quando o encargo das remunerações não couber a estabelecimento permanente que o empregador possua no outro Estado; e, por último, no caso de emprego exercido a bordo de aeronave ou navio de tráfego aéreo internacional, a tributação se dará no Estado em que se situar a direção efetiva da empresa.

As remunerações de direção (art. 16) recebidas por um residente de um Estado Contratante, como diretor de empresa residente do outro Estado Contratante, poderão ser tributadas nesse último, ou seja, na origem do crédito.

Sobre os rendimentos dos artistas, músicos e desportistas (art. 17) a tributação poderá ocorrer no Estado onde se apresentem, ainda que esse rendimento não seja pago diretamente ao profissional, mas a outra pessoa, residente ou não no Estado em que se der a apresentação do evento.

Todavia, se os rendimentos provenientes de atividades artísticas ou desportistas realizadas num Estado Contratante forem custeados por governo ou ente público do outro Estado Contratante, a tributação sobre esses rendimentos se dará somente no Estado onde o profissional for residente.

No caso de anuidades e pensões (art. 18) a tributação se dará no Estado de residência do beneficiário, ou no outro Estado, se os pagamentos forem efetuados por um residente ou estabelecimento desse outro Estado.

Em se tratando de rendimentos, exceto pensões, pagos pelo poder público de um Estado Contratante a uma pessoa física qualquer, por serviços prestados a esse Estado, a tributação se dará somente nesse Estado. Contudo, se esses serviços forem prestados no outro Estado Contratante e a pessoa física for um residente desse outro Estado, a tributação se dará somente nesse outro Estado (art. 19).

No caso de professores e pesquisadores de um Estado Contratante, que prestarem serviços em outro Estado Contratante (art. 20), por no máximo dois anos consecutivos, será concedida isenção de imposto no Estado onde estiverem trabalhando, se o pagamento provier do exterior.

Os estudantes e estagiários residentes de um Estado Contratante, que permanecerem no outro Estado com único fim de prosseguir seus estudos ou treinamento, ao receberem pagamentos para custear seus estudos e manutenção, ficaram isentos de tributos nesse outro Estado, se esses recursos provierem do exterior (art. 21).

No caso de subvenções, bolsas de estudo e remuneração de emprego recebidos por estudantes e estagiários, que estejam na mesma situação anterior, incidirão sobre esses créditos as mesmas vantagens, tais como isenções, abatimentos ou reduções de imposto, aplicáveis aos residentes locais.

O artigo 23 dispõe sobre os métodos a serem utilizados para eliminar a dupla tributação. Como regra, quando um residente de um Estado Contratante receber rendimentos que, de acordo com as disposições

da Convenção, sejam tributáveis no outro Estado Contratante, aquele Estado deduzirá do imposto incidente sobre os rendimentos desse residente um montante igual ao imposto sobre a renda pago no outro Estado. A soma deduzida em um País não será superior ao montante do imposto pagável no outro País sobre tais rendimentos.

O inciso 3 do artigo 23 determina que se os rendimentos obtidos por um residente em um Estado Contratante estiverem isentos de imposto nesse Estado, este poderá, ao calcular o montante do imposto incidente sobre os demais rendimentos de tal residente, levar em conta os rendimentos isentos.

Um Estado poderá levar em conta a isenção de rendimentos do contribuinte adotada pelo outro Estado.

O artigo 24 estabelece regras para evitar a discriminação tributária entre contribuintes nacionais de um Estado Contratante e os nacionais do outro Estado, inclusive empresas. Assim, à pessoa física ou jurídica nacional, não se aplicará tributo, ou obrigação com ele conexa, diversa ou mais gravosa do que se aplique ou possa ser aplicada, àquelas pessoas residentes do outro Estado, que se encontrem nas mesmas condições. Dessa forma, estabelecendo-se uma garantia de tratamento isonômico.

Em se tratando de estabelecimento permanente que uma empresa mantenha no outro Estado Contratante, também não poderá incidir sobre esse estabelecimento qualquer tributação superior àquela a que as empresas similares desse outro Estado estejam submetidas.

O artigo 25 impõe regras limitadoras à obtenção de benefícios fiscais, para resguardar os direitos e vantagens das "pessoas" residentes em um ou outro Estado Contratante, bem como dos objetivos da presente Convenção e o interesse dos próprios Estados Contratantes.

A Exposição de Motivos ressalta, também, o disposto sobre dividendos e **royalties**, nos artigos 10 e 12, pelos quais o nível das alíquotas do imposto de renda na fonte é estipulado de forma a dinamizar investimentos recíprocos, sobretudo com transferência de tecnologia, tendo em vista tanto sua tendência de concentração em áreas de maior desenvolvimento, quanto a perspectiva de crescente cooperação entre os dois países.

### III – Voto

Em face de todo o exposto, dada a importância do diploma internacional em apreço para a dinamização das relações de cooperação entre o Brasil e Israel, e tendo em vista a correta técnica legislativa em que

é versado o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2005, que o aprova, votamos favoravelmente ao texto da “Convenção destinada a evitar a dupla tributação em relação ao imposto sobre a renda”.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. –

**Cristovam Buarque**, Presidente – **Marcelo Crivella**, Relator – **Eduardo Azeredo** – **Mão Santa** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Marco Maciel** – **Pedro Simon** – **Roberto Saturnino** – **Flexia Ribeiro** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy**.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO  
Nº 972, DE 2005**

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre as indicações feitas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI e pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais os citados Fundos de Pensão tenham participação.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre as indicações feitas pela

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI e pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais os citados Fundos de Pensão tenham participação:

- 1) Quais são as empresas em que a PREVI e a FUNCEF têm participação?
- 2) Quem são os indicados pela PREVI e pela FUNCEF para integrarem os Conselhos Fiscais dessas empresas?
- 3) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?
- 4) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?
- 5) Quem são os indicados pela Previ e pela Funcf para integrarem os Conselhos de Administração dessas empresas?

6) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?

7) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?

**Justificação**

O jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 29 de agosto do corrente publicou matéria intitulada “Planalto usa cargos em fundos e estatais para premiar companheiros” mostrando que “nos últimos dois anos e meio, o Palácio do Planalto e seus aliados nos fundos de pensão usaram sistematicamente nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas”.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância para o devido esclarecimento do objeto dessa matéria, no cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO  
Nº 973, DE 2005**

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia sobre as indicações feitas pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS e pela Fundação de Previdência e Assistência Social Real Grandeza para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais os citados Fundos de Pensão tenham participação.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia sobre as indicações feitas pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS e pela Fundação de Previdência e Assistência Social Real Grandeza para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais os citados Fundos de Pensão tenham participação:

- 1) Quais são as empresas em que a PETROS e a Real Grandeza têm participação?
- 2) Quem são os indicados pela PETROS e pela Real Grandeza para integrarem os Conselhos Fiscais dessas empresas?
- 3) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?
- 4) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?

5) Quem são os indicados pela PETROS e pela Real Grandeza para integrarem os Conselhos de Administração dessas empresas?

6) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?

7) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?

### Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 29 de agosto do corrente publicou matéria intitulada “Planalto usa cargos em fundos e estatais para premiar companheiros” mostrando que “nos últimos dois anos e meio, o Palácio do Planalto e seus aliados nos fundos de pensão usaram sistematicamente nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas”.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância para o devido esclarecimento do objeto dessa matéria, no cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 974, DE 2005

**Solicita informações ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil sobre as indicações feitas pela Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil sobre as indicações feitas pela Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação:

1) Quais são as empresas em que a Centrus tem participação?

2) Quem são os indicados pela Centrus para integrarem os Conselhos Fiscais dessas empresas?

3) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?

4) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?

5) Quem são os indicados pela Centrus para integrarem os Conselhos de Administração dessas empresas?

6) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?

7) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?

### Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 29 de agosto do corrente publicou matéria intitulada “Planalto usa cargos em fundos e estatais para premiar companheiros” mostrando que “nos últimos dois anos e meio, o Palácio do Planalto e seus aliados nos fundos de pensão usaram sistematicamente nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas.”

As informações que ora requeiro são de fundamental importância para o devido esclarecimento do objeto dessa matéria, no cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 975, DE 2005

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre as indicações feitas pela Portus Instituto de Seguridade Social para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre as indicações feitas pela Portus Instituto de Seguridade Social para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação:

1) Quais são as empresas em que a Portus tem participação?

2) Quem são os indicados pela Portus para integrarem os Conselhos Fiscais dessas empresas?

3) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?

4) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?

5) Quem são os indicados pela Portus para integrarem os Conselhos de Administração dessas empresas?

6) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?

7) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?

### Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 29 de agosto do corrente publicou matéria intitulada “Planalto usa cargos em fundos e estatais para premiar companheiros” mostrando que “nos últimos dois anos e meio, o Palácio do Planalto e seus aliados nos fundos de pensão usaram sistematicamente nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas”.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância para o devido esclarecimento do objeto dessa matéria, no cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2005 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 976, DE 2005

**Solicita informações ao Sr. Ministro das Comunicações sobre as indicações feitas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro das Comunicações sobre as indicações feitas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação:

1) Quais são as empresas em que a Postalis tem participação?

2) Quem são os indicados pela Postalis para integrarem os Conselhos Fiscais dessas empresas?

3) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?

4) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?

5) Quem são os indicados pela Postalis para integrarem os Conselhos de Administração dessas empresas?

6) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?

7) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?

### Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 29 de agosto do corrente publicou matéria intitulada “Planalto usa cargos em fundos e estatais para premiar companheiros” mostrando que “nos últimos dois anos e meio, o Palácio do Planalto e seus aliados nos fundos de pensão usaram sistematicamente nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas”.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância para o devido esclarecimento do objeto dessa matéria, no cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em de setembro de 2005.  
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 977, DE 2005

**Solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre as indicações feitas pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre as indicações feitas pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação:

1) Quais são as empresas em que a Fapes tem participação?

2) Quem são os indicados pela Fapes para integrarem os Conselhos Fiscais dessas empresas?

- 3) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?
- 4) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?
- 5) Quem são os indicados pela Fapes para integrarem os Conselhos de Administração dessas empresas?
- 6) Qual a remuneração paga pelas empresas a cada um desses indicados?
- 7) Qual é a formação profissional e a qualificação de cada um desses indicados?

#### Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 29 de agosto do corrente publicou matéria intitulada “Planalto usa cargos em fundos e estatais para premiar companheiros” mostrando que “nos últimos dois anos e meio, o Palácio do Planalto e seus aliados nos fundos de pensão usaram sistematicamente nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas”.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância para o devido esclarecimento do objeto dessa matéria, no cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO N° 978, DE 2005

##### **Requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Belém, da Senhora Inês Maria Lyra Benzecri, ocorrido em Manaus, AM.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar., pelo falecimento, ocorrido ontem, dia 10 de setembro de 2005, da Exma. Senhora Inês Maria Lyra Benzecri, integrante da diretoria do Atlético Rio Negro Clube, de Manaus.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento dos filhos da Sra. Inês.

#### Justificação

O Voto de Pesar proposto justifica-se. O falecimento da Senhora Inês Maria Lyra Benzecri causou consternação na Capital do Amazonas, onde a ilustre Senhora era estimada pela população local e em todo Estado do Amazonas. Diretora Social do Atlético Rio Negro Clube, ali registrou a marca de suas realizações. A Sra. Maria Inês deixa os seguintes filhos de seu ca-

samento com o Dr. Rubens Benzecri, também falecido: Samy, Andréa, Ingrid, Vládia e Lyra Neto.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO N° 979, DE 2005

**Requeremos nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente dá Sessão Ordinária do dia 20 de outubro do corrente ano, seja dedicado à comemoração do “Dia do aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira”.**

#### Justificação

Em 23 de outubro do ano de 1906, às 16 horas e 45 minutos, Alberto Santos Dumont, realizou com sucesso, no campo de Bagatelle, em Paris, o primeiro vôo mecânico com uma máquina “mais pesada que o ar”, título que se atribuía em contra-posição aos balões, “mais leve que o ar”.

Este fato foi registrado, não só pela Comissão de Aviação da França, como também, por reportagens, fotos e filmagem pela imprensa francesa e internacional credenciada em Paris, na época a capital mundial da cultura.

Este grandioso feito marcou o início de uma nova era para a humanidade, reduzindo as distâncias entre os povos, realizando um sonho de muitas gerações e viabilizando as conquistas do terceiro e infinito plano.

Nada mais justo, pois, do que se fazer desta data, o dia que se reverencia o Aviador brasileiro e também a Força Aérea Brasileira, que adotou como seu patrono este pioneiro histórico, cientista puro, que se negava a receber prêmios ou registrar patentes dos seus inventos.

Homenagear-se-ão, nesta sessão, a Aviação Civil brasileira, modal de transporte indispensável neste país de dimensões continentais e a Aviação Militar, que gerou a Força Aérea Brasileira em pleno combate durante a Segunda Guerra Mundial e que, nestes mais de cinqüenta anos de Paz que se seguiram, tanto em contribuído para a integração e o desenvolvimento do Brasil.

Sala da Sessões 2 de setembro de 2005. – Senador **Aelton Freitas**.

Sala da Sessões em, 2 de setembro de 2005.

Senador AELTON FREITAS

FLEXA RIBEIRO

CARIBALDI JELINSKI

EDUARDO RODRIGO

GENE BONOMI

LUCIA VIANA

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. FPM-Carvão Mineral nº 3/2005

Brasília, em 17 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o muito cordialmente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi formada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, entidade civil sem fins lucrativos, de natureza política não ideológica e suprapartidária, de âmbito nacional e duração indeterminada, com o objetivo primordial de estimular e colaborar para a inclusão do carvão mineral como importante alternativa à matriz energética nacional.

Encaminho, em anexo, cópia da Ata da Reunião de Instalação da Frente Parlamentar realizada em 16 de agosto de 2005, a composição de sua primeira Diretoria, a relação dos membros que a compõe e os seus Estatutos.

Senhor Presidente, a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral reveste-se de

fundamental importância, uma vez que o carvão mineral nacional tem registros de mais de um século, sem nunca ter tido uma política nacional planejada e plenamente implantada. A prova disto é que, nesse período, vivenciou constantes crises, ocasionadas por diversos motivos, não conseguindo, até hoje, sua inserção na agenda do Governo Federal como combustível para a geração de energia elétrica e matéria prima para o desenvolvimento industrial.

Face ao potencial das reservas de carvão (66,6% das reservas de combustíveis fósseis do Brasil) ao elevado impacto sócio econômico na geração de emprego e renda, causado pelo desenvolvimento desta atividade, dos reflexos positivos na balança de pagamentos e da segurança energética, por ser um combustível nacional, entendemos ser necessário e indispensável que o Governo Federal, ao incluí-lo em sua agenda, estabeleça para o carvão mineral nacional uma política clara, consistente e auto-sustentada.

Esperando poder contar com sua valiosa contribuição para as discussões sobre a matéria e a consequente expansão termelétrica à carvão, e na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações a serem desenvolvidas pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, antecipamos nosso agradecimento.

Atenciosamente, – Senador Sérgio Zambiasi, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral.

**Ata da reunião de instalação da Frente Parlamentar Mista em defesa do Carvão Mineral e de sua Primeira Assembléia Geral Ordinária**

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano dois mil e cinco, às dezoito horas, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília – DF, por convite do Dep. Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados, se reuniram, para o ato de Instalação Oficial da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, Parlamentares do Congresso Nacional; o Vice-Governador do Estado de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, representando o Senhor Governador, Luiz Henrique; o Secretário de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Valdir Andres, representando o Senhor Governador, Germano Rigotto; Deputados Estaduais dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Prefeitos Municipais, bem como Presidentes de Câmaras Municipais e Vereadores desses Estados; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Victor José Faccioni; o Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Carvão, Cesar Weinschenck de Fada; o Presidente do Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina, Eng. Ruy Hülse e demais representantes dos segmentos da cadeia produtiva do carvão mineral; Arnaldo Mattos, Presidente da Federação dos Sindicatos dos Mineiros; Presidentes dos Sindicatos dos Mineiros dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e Sindicalistas desses Estados, e autoridades do Governo Federal. O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, não pode comparecer à solenidade devido a compromissos de última hora, delegando ao Deputado Paulo Bauer, indicado 20 Vice-Presidente da Frente, a incumbência de representá-lo na sua instalação. Iniciando a solenidade, o Deputado Paulo Bauer usou da palavra, em nome dos Parlamentares integrantes da Frente, discorrendo sobre a importância da mesma e manifestando sua convicção de que a união de esforços da iniciativa privada e dos políticos do Congresso Nacional, junto ao Governo Federal, com certeza resultará em estímulo à expansão do carvão mineral na matriz energética brasileira, com a consequente implementação de projetos de Usinas Termelétricas situados nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Salientou que estas usinas a carvão, implantadas junto às minas, constituem um recurso regional capaz de assegurar garantia de suprimento aos estados da Região Sul e ao Sistema interligado Nacional. A seguir, declarou oficialmente instalada a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, passando a palavra ao Vice-Governador do Estado de Santa Catarina, Eduardo Pinho

Moreira, que agradeceu o empenho dos parlamentares, unindo forças tão expressivas do Parlamento Brasileiro. A partir desta união de forças, vamos colocar o carvão mineral no seu devido lugar”, expressou Eduardo Moreira. Após usou da palavra o Secretário de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Valdir Andres, enfatizando a importância do carvão mineral: “Não dá para entender por que o carvão mineral do Sul do Brasil continua sendo o grande esquecido, uma vez que é de grande importância na geração de renda e energia para o País”. A seguir, falou o Sen. Sérgio Zambiasi, indicado como Presidente da Frente, dizendo que o Brasil precisa de uma política mais consistente para o carvão mineral, com visão de médio e longo prazo, pela sua importância estratégica na matriz energética brasileira. Falou, ainda, que o carvão mineral tem uma missão a cumprir, de inclusão social através da energia elétrica, já defendida nos projetos da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, quando ainda Ministra de Minas e Energia. “Este não é um movimento do Sul do País, é um movimento nacional e nacionalista”, enfatizou Zambiasi. Ao encerrar, convocou todos “ao trabalho”. Em prosseguimento, o Deputado Paulo Bauer deu por encerrado o Ato de Instalação da Frente, convidando os presentes a participarem, de imediato, de sua Primeira Assembléia Geral Ordinária. A seguir, reuniram-se os Parlamentares, integrantes da 528 Legislatura – 2003/2007, e os representantes da cadeia produtiva do carvão mineral, cujas listas de presenças seguem anexas, com o objetivo de realizar a Primeira Assembléia Geral Ordinária da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral. Com a palavra o Deputado Paulo Bauer, que passou a presidir os trabalhos, declarando aberta a reunião e designando para secretariar a mesma a Drª Inúbia Sfoggia, Assessora Parlamentar. Após a verificação de **quorum**, agradeceu a presença de todos, passando ao **Item 1** da Pauta: filiação de seus membros e eleição da primeira diretoria. Apresentou os Termos de Adesão, em anexo, de 155 Deputados e 14 Senadores, e de 92 adesões constituídas de ex-Parlamentares do Congresso Nacional, Deputados Estaduais, Prefeitos Municipais, Vereadores, Sindicalistas e entidades representativas da cadeia produtiva do carvão mineral, dando as boas vindas aos filiados. A seguir, foi aberto prazo para apresentação dos nomes para a composição da Diretoria, conforme o Estatuto e, de imediato, procedeu-se à votação. Foi iniciado o processo de votação, sendo eleitos os seguintes parlamentares: Presidentes de Honra: Dep. Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados e Sen. Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal; Presidente: Sen. Sérgio Zambiasi – PTB/RS;

1º Vice-Presidente: Dep. Onyx Lorenzoni – PFL/RS; 2º Vice-Presidente: Dep. Paulo Bauer – PSDB/SC; 3º Vice-Presidente: Dep. Alceu Collares – PDT/RS; Secretário Geral: Dep. Edinho Bez – PMDB/SC; Secretário Adjunto: Dep. Francisco Turra – PP/RS; Tesoureiro: Dep. Yeda Crusius – PSDB/RS; Tesoureiro Adjunto: Dep. Henrique Fontana – PT/RS e Consultor Jurídico; Dep. Max Rosenmann – PMDB/PR. Foram eleitos para o Conselho Consultivo, os Líderes: Sen. Delcídio Amaral (PT e do Bloco de Apoio ao Governo) MS; Dep. Wilson Santiago (PMDB) PB; Dep. José Janene (PP) PR; Dep. Alberto Goldmann (PSDB) SP; Dep. José Múcio Monteiro (PTB) PE; Dep. Severiano Alves (PDT) BA; Dep. Rodrigo Maia (PFL) RJ e Dep. José Carlos Aleluia (Liderança da Minoria) PFL/BA. Para compor o Conselho Fiscal foram eleitos: Sen. Pedro Simon – PMDB/RS; Sen. Ideli Salvatti – PT/SC; Sen. Leonel Pavan – PSDB/SC; Dep. Cezar Schirmer – PMDB/RS; Dep. Jorge Boeira – PT/SC; Dep. Leodegar Ticoski – PP/SC; Dep. Eduardo Sciarrá – PFL/PR e Dep. Salvador Zimbaldi – PSDB/SP. Os parlamentares indicados foram eleitos por unanimidade, sendo imediatamente empossados. A seguir, o Senador Sérgio Zambiasi assume os trabalhos, como Presidente eleito, agradecendo a confiança de seus colegas e manifestando o seu desejo de envidar todos os esforços para a expansão do uso do carvão mineral na matriz energética nacional. Dando prosseguimento à pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu **Item 2**: aprovação do estatuto. Apresentou proposta de Estatuto, em anexo, a qual, após examinada e discutida, foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente designou a Drª Núbia A.C. Sfoggia para Secretária-Executiva da Frente, determinando, de imediato, que tomasse as providências necessárias no sentido de comunicar às devidas autoridades sobre a instalação da Frente, a constituição de sua primeira Diretoria e a aprovação de seus Estatutos e, ainda, definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente. A seguir, passou ao **Item 3**: Assuntos Gerais. O Presidente comunicou que os Deputados Onyx Lorenzoni e Cezar Schirmer justificaram suas ausências, uma vez que encontram-se em viagem, e deu conhecimento de correspondências recebidas de autoridades cumprimentando pela instalação da Frente e justificando, também, o seu não comparecimento. Informando que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocou a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. Usou da palavra o Deputado Edinho Bez para informar que está encaminhando à Mesa Requerimento no qual solicita seja agendada uma audiência com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff. A seguir, o

Presidente agradeceu a presença de todos, destacando a importância da Frente e a sua determinação em estimular a mobilização das forças políticas nacionais para, junto com todos os segmentos da cadeia produtiva do carvão mineral, sensibilizar o Governo Federal a executar uma política energética que decida, definitivamente, pela expansão termelétrica à carvão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito, Sen. Sérgio Zambiasi, pelo Dep. Edinho Bez, Secretário-Geral e por mim, secretária-Executiva. Brasília, em 16 de agosto de 2005. Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eleito – Deputado **Edinho Bez**, Secretário-Geral – **Inubia Sfoggia**, Secretária-Executiva.

## ESTATUTO

### CAPÍTULO I Da Denominação, Natureza, Duração, Sede e Finalidade

Art. 1º A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, doravante denominada Frente, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de natureza política não ideológica e suprapartidária, de âmbito nacional e de duração indeterminada, com sede e foro em Brasília – DF. Funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 2º A Frente tem por objetivos:

a) Estimular e colaborar para a expansão do uso do carvão mineral na matriz energética nacional.

b) Estimular a mobilização das forças políticas nacionais e regionais, em especial, para junto com os demais segmentos da cadeia produtiva do carvão mineral, sensibilizar o Governo Federal a executar uma política energética, a fim de que – diante do atual gargalo da Região Sul, que coloca em risco o seu suprimento de energia elétrica – decida definitivamente pela expansão termelétrica à carvão.

c) Estimular a regulamentação do modelo de compra de energia, visando destinar uma parcela específica para a geração termelétrica à carvão.

d) Estimular a implementação de projetos de Usinas Termelétricas situados nos Estados do Rio Grande do Sul (reservas de 89,3%), Santa Catarina (reservas de 10,3%) e Paraná (reservas de 0,4%) o que propiciará a geração de milhares de empregos na cadeia produtiva do carvão (mineração, construção e operação de usinas). Tais projetos possuem tecnologia

de alta eficiência e mínimo impacto ambiental – queima limpa do carvão.

**e)** Procurar, continuamente, o aperfeiçoamento da legislação vigente, bem como a criação de novas leis necessárias à promoção de políticas econômicas eficazes para o setor, influindo no processo legislativo a partir das Comissões temáticas existentes no Congresso Nacional.

**f)** Promover debates, simpósios, seminários, congressos e visitas técnicas, com vistas ao aprimoramento das políticas governamentais, buscando, sempre, a sua eficácia operacional e sócio-econômica.

**g)** Promover o intercâmbio com entidades parlamentares de outros países, visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas estatais referentes ao setor.

**Art. 3º** A Frente atuará em defesa dos seguintes princípios:

**a)** Valorização do trabalho e da livre iniciativa.

**b)** Defesa do meio ambiente.

**c)** Defesa do estabelecimento de regras claras dos direitos da manutenção da qualidade dos serviços e obras, da política tarifária e de remuneração dos capitais investidos.

**d)** Respeito aos contratos.

**e)** Incentivo às parcerias entre a iniciativa privada e o Poder Público na exploração e ampliação da infra-estrutura de geração de energia termelétrica à carvão.

**Art. 4º** A Frente é aberta à participação de Parlamentares de todos os Partidos Políticos e de todo cidadão ou entidade que aceite os seus princípios e deseje transformar em realidade os seus objetivos.

**Art. 5º** A Frente atuará de forma coordenada e articulada com as Comissões do Congresso Nacional, em especial, com as Comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.

**Art. 6º** A Frente fomentará a constituição de movimentos congêneres nos Estaduais e Municipais.

**Art. 7º** É vedada à Frente a participação em atividades estranhas à sua natureza e finalidade.

## CAPÍTULO II Dos Membros

**Art. 8º** A Frente tem as seguintes categorias de filiados:

**I – Parlamentares e ex-Parlamentares:**

**a)** Fundador – o que assinou a Ata de Lançamento;

**b)** Efetivo – o que assinou o Termo de Adesão à comprometendo-se com seus objetivos.

**II – Não Parlamentares:**

**a)** Fundador – o que assinou a Ata de Lançamento, do dia 16 de agosto de 2005.

**b)** Efetivo – o que assinou o Termo de Adesão à Frente, aceitando seus princípios e comprometendo-se com seus objetivos.

**III – Entidades atuantes no segmento da cadeia produtiva do carvão mineral, na prestação de serviços e obras e no fornecimento de equipamentos:**

– Pessoas físicas envolvidas com as áreas do carvão mineral, mineração, energia termelétrica, rodovias, ferrovias, portos, saneamento e meio ambiente.

– Pessoas jurídicas de direito público e privado que se disponham a colaborar, direta e indiretamente, com a Frente.

Parágrafo único. A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares, a autoridades e a pessoas da sociedade em geral, que se destacarem no estudo e na prática de políticas e de ações relacionadas ao desenvolvimento dos segmentos da cadeia produtiva do carvão mineral.

**Art. 9º** São direitos dos filiados Parlamentares e Ex-Parlamentares:

**a)** Participar das atividades da Frente.

**b)** Participar das Assembléias Gerais.

**c)** Votar e ser votado.

**d)** Requerer ao Presidente da Frente a convocação de Assembléia Geral Extraordinária, em documento assinado por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos filiados.

**e)** Ter acesso a todos os livros e registros da Frente.

**Art. 10.** São direitos dos filiados não Parlamentares:

**a)** Participar das atividades da Frente.

**b)** Participar das Assembléias Gerais, sem direito a voto.

**c)** Ter acesso a todos os livros e registros da Frente.

**Art. 11.** São deveres dos filiados:

**a)** Divulgar a Frente, seus princípios e objetivos.

- b)** Participar das Reuniões e Assembléias Gerais convocadas pela Frente.
- c)** Cumprir o Estatuto e as deliberações das Assembléias Gerais e dos órgãos da Frente.
- d)** Exercer os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados.

Art. 12. Por aprovação da Assembléia Geral, poderão ser instituídas contribuições destinadas à realização dos objetivos da Frente.

### CAPÍTULO III Da Estrutura

Art. 13. A Frente tem a seguinte composição:

- a)** Assembléia Geral
- b)** Conselho Diretor
- c)** Conselho Consultivo
- d)** Conselho Fiscal

Art. 14. A Assembléia Geral, órgão de deliberação soberana e de mais alto grau da Frente, é constituída pelos filiados Parlamentares e Ex-Parlamentares, em pleno exercício de seus direitos, e com direitos iguais de palavra, voto e mandato direutivo.

Parágrafo único. A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente do Conselho Diretor, pela maioria absoluta dos membros do Conselho Diretor, ou por, pelo menos, 1/3 (um terço) dos membros filiados.

Art. 15. No prazo de dois meses, após o início de cada Legislatura, reunir-se-ão os integrantes efetivos da Frente para eleger, em Assembléia Geral, os membros do Conselho Diretor, e dos Conselhos Consultivo e Fiscal.

Art. 16. O mandato dos membros do Conselho Diretor e dos Conselhos Consultivo e Fiscal será de dois anos, não sendo permitida a reeleição, salvo o dos Presidentes de Honra.

Art. 17. Se qualquer membro do Conselho Diretor ou dos Conselhos Consultivo e Fiscal deixar de fazer parte ou renunciar ao mesmo, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, salvo se faltarem menos de seis meses para o término do mandato do Conselho.

Art. 18. Haverá um Secretário-Executivo, designado pelo Presidente.

Art. 19. Os Presidentes de Honra serão o Presidente da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.

### CAPÍTULO IV Da Competência

Art. 20. Compete á Assembléia Geral:

- a)** Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o presente Estatuto.

- b)** Eleger e empossar, ou destituir, os membros do Conselho Diretor, e dos Conselhos Consultivo e Fiscal.

**c)** Definir contribuições mensais para as categorias de filiados, com base na proposta de orçamento a ser submetida á Assembléia Geral pelo Presidente do Conselho Diretor.

**d)** Aprovar o Orçamento Anual da Receita e da Despesa.

**e)** Aprovar Balanços, Prestações de Contas e Relatórios do Conselho Diretor.

**f)** Zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente.

**g)** Apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada por qualquer dos seus membros fundadores ou efetivos.

Art. 21. A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho Diretor, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, através de expediente aos filiados.

Parágrafo único. Em casos de urgência, o prazo de que trata este artigo poderá ser reduzido para 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 22. A Assembléia Geral será instalada com qualquer número, e suas decisões tomadas por maioria simples, observada a presença mínima de 15 (quinze) filiados em primeira convocação e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número e cabendo ao Presidente do Conselho Diretor a decisão em caso de empate nas votações.

Art. 23. O Conselho Diretor compõe-se de:

- a)** Dois Presidentes de Honra
- b)** Presidente
- c)** Três Vice-Presidentes
- d)** Secretário Geral
- e)** Secretário Adjunto
- f)** Tesoureiro
- g)** Tesoureiro Adjunto
- h)** Consultor Jurídico.

Art. 24. O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, pela maioria absoluta dos seus membros, ou por, pelo menos, 1/3 (um terço) dos membros filiados,

Art. 25. O Conselho Diretor será convocada pelo seu Presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, através de expediente aos filiados.

Parágrafo único. Em casos de urgência, o prazo de que trata este artigo poderá ser reduzido para 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 26. O Conselho Diretor reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de presentes.

Art. 27. Compete ao Presidente do Conselho Diretor:

- a) Representar, ativa e passivamente, a Frente, em juízo ou fora dele.
- b) Superintender, supervisionar e fiscalizar as atividades da Frente.
- c) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e as Assembléias Gerais.
- d) Apresentar relatórios financeiros trimestrais ao Conselho Fiscal.
- e) Organizar a estrutura administrativa, com poderes para contratar, definir atribuições, nomear e demitir auxiliares ou empregados, autorizar pagamentos e assinar, ou endossar, com o Tesoureiro, Tesoureiro Adjunto ou procurador com poderes especiais, todos os cheques, ordens de pagamento, títulos e demais documentos que representem obrigações financeiras da Frente ou que se relacionem com o seu patrimônio.
- f) Fixar a competência do Secretário-Executivo.
- g) A concessão ou recebimento de qualquer espécie de doação, de ajuda de custo ou representação.
- h) Propor a contribuição dos membros da Frente à Assembléia Geral.
- i) Efetuar contatos com entidades públicas e privadas, com vistas ao atendimento dos objetivos específicos da Frente.
- j) Examinar estudos, pareceres, testes e trabalhos a serem apresentados em conferências nacionais ou internacionais.
- k) Constituir delegação.
- l) Indicar observadores parlamentares.
- m) Propor e homologar a admissão de novos membros, conceder ou cassar títulos honoríficos.
- n) Propor à Assembléia Geral a alteração dos Estatutos.
- o) Resolver os casos omissos neste Estatuto.

Parágrafo único. O Presidente, em suas faltas ou impedimentos, será substituído, respectivamente, pelo 1º, 2º e 3º Vice-Presidente e estes pelo Secretário Geral e Secretário Adjunto, respectivamente.

Art. 28. Compete ao Secretário Geral:

- a) Executar os serviços gerais da Secretaria, assinando os expedientes de rotina interna e externa, mantendo-os em dia.
- b) Efetuar a distribuição dos empregados, determinando sua lotação, registro e ponto.
- c) Colaborar com o Presidente no preparo dos relatórios trimestrais, recebendo e coordenando os relatórios de outros membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal.
- d) Lavrar as Atas das reuniões do Conselho Diretor e da Assembléia Geral.
- e) Assistir ao Presidente em todos os assuntos pertinentes à Frente.

Art. 29. Compete ao Secretário Adjunto auxiliar o Secretário Geral no cumprimento de suas atribuições, substituindo-o em suas faltas ou impedimentos.

Art. 30. Compete ao Tesoureiro:

- a) Superintender os serviços de Tesouraria e Contabilidade.
- b) Assinar ou endossar, com o Presidente, ou procurador com poderes especiais, todos os cheques, ordens de pagamento, títulos e demais documentos que envolvam responsabilidade financeira da Frente ou que se relacionem com o seu patrimônio.
- c) Pagar as despesas autorizadas.
- d) Apresentar, mensalmente, ao Presidente, balancete geral de receita e despesa, e, trimestralmente, relatório das atividades da Tesouraria e a prestação de contas.
- e) Assistir ao Presidente em tudo quanto se referir a assuntos financeiros e orçamentários.

Art. 31. Compete ao Tesoureiro Adjunto auxiliar o Tesoureiro no cumprimento de suas atribuições, substituindo-o em suas faltas ou impedimentos, inclusive, se for o caso, assinando ou endossando com o Presidente, ou um dos Vice-Presidentes especialmente designados para tal, todos os cheques, ordens de pagamento, títulos e demais documentos que envolvam responsabilidade financeira da Frente ou que se relacionem com o seu patrimônio.

Art. 32. Compete ao Consultor Jurídico:

- a) Emitir pareceres e discutir questões de natureza jurídica de interesse da frente
- b) Assessorar a Frente na elaboração e no acompanhamento de matérias legislativas pertinentes.

Art. 33. Compete ao Conselho Consultivo, formado de Líderes de Bancada, Líderes do Governo,

da Minoria e de Partidos que participam de Bloco Parlamentar, articular e mobilizar seus companheiros de partido em adesão à Frente e apoio a seus movimentos, bem como, se pronunciar acerca de qualquer questão, quando solicitado pelo Presidente.

Art. 34. Ao Conselho Fiscal, constituído de 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes, compete:

a) Analisar e aprovar os relatórios financeiros trimestrais preparados pelo Presidente do Conselho Diretor.

b) Emitir parecer sobre a legalidade e a exatidão das despesas realizadas pelo Conselho Diretor, divulgando-o aos Parlamentares até 5 (cinco) dias úteis antes da Assembléia Geral Ordinária, especialmente convocada para este fim.

c) Requisitar informações, livros e documentos ao Presidente do Conselho Diretor.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal elegerão, entre si, um Presidente.

## CAPÍTULO V

### Do Patrimônio e do Exercício Social

Art. 35. O patrimônio da Frente será constituído pelos bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir.

Art. 36. Constituem renda da Frente:

a) Legados e doações.

b) Contribuições dos filiados.

c) Auxílios e subvenções do Poder Público e outros valores que venha a receber.

Art. 37. Ao final de cada exercício social, que coincidirá com o ano civil, será levantado o Balanço Geral, para exame e aprovação, pela Assembléia Geral, nos 120 (cento e vinte) dias subseqüentes.

## CAPÍTULO VI

### Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 38. Este estatuto poderá ser alterado ou reformado em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, desde que conte com os votos favoráveis de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos filiados presentes com direito a voto.

Art. 39. A Frente somente poderá ser dissolvida por decisão judicial ou deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada, e que conte com os votos favoráveis da maioria absoluta de seus membros com direito a voto.

Parágrafo único. Em caso de dissolução, o patrimônio da Frente será destinado à instituição, indicada

pela Assembléia Geral, que esteja registrada no Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 40. Os dirigentes da Frente não serão remunerados, nem responderão pelas obrigações por ela contraídas.

Art. 41. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor, “ad referendum” da Assembléia Geral.

Art. 42. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral de fundação da Frente.

Brasília, 16 de agosto de 2005.

### COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA:

Presidentes de Honra: Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente da Câmara dos Deputados – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Presidente: Sen. **Sérgio Zambiasi** – PTB/RS

1º Vice-Presidente Dep. **Onyx Lorenzoni** – PFL/RS

2º Vice-Presidente Dep. **Paulo Bauer** – PSDB/SC

3º Vice-Presidente Dep. **Alceu Collares** – PDT/RS

Secretário Geral Dep. **Edinho Bez** – PMDB/SC

Secretário Adjunto Dep. **Francisco Turra** – PP/RS

Tesoureiro: Dep. **Yeda Crusius** – PSDB/RS

Tesoureiro Adjunto: Dep. **Henrique Fontana** – PT/RS

Consultor Jurídico: Dep. **Max Rosenmann** – PMDB/PR

### Conselho Consultivo: (Líderes)

– Sen. **Delcídio Amaral** (PT e do Bloco de Apoio ao Governo) MS

– Dep. **Wilson Santiago** (PMDB) PB

– Dep. **José Janene** (PP) PR

– Dep. **Alberto Goldman** (PSDB) SP

– Dep. **José Múcio Monteiro** (PTB) PE

– Dep. **Severiano Alves** (PDT) BA

– Dep. **Rodrigo Maia** (PFL) RJ

– Dep. **José Carlos Aleluia** (Liderança da Minoria) PFL/BA

### Conselho Fiscal:

– Sen. **Pedro Simon** – PMDB/RS

– Sen. **Ideli Salvatti** – PT/SC

– Sen. **Leonel Pavan** – PSDB/SC

– Dep. **Cezar Schirmer** – PMDB/RS

– Dep. **Jorge Boeira** – PT/SC

– Dep. **Leodegar Tiscoski** – PP/SC

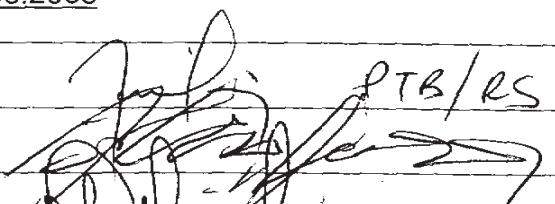
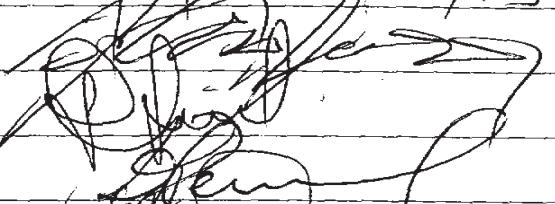
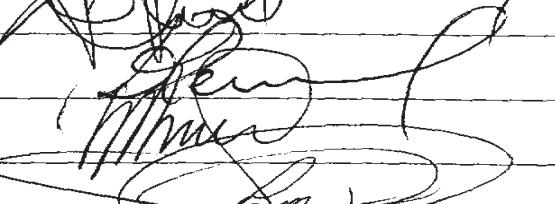
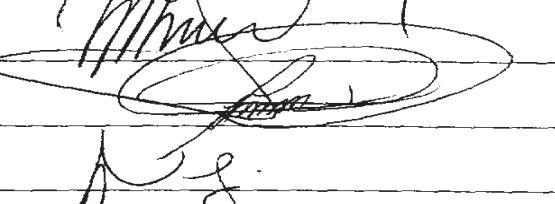
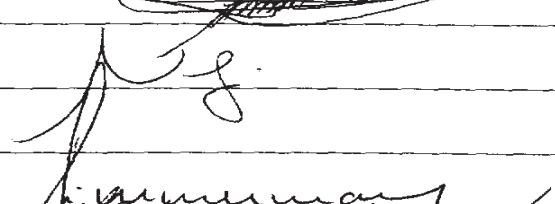
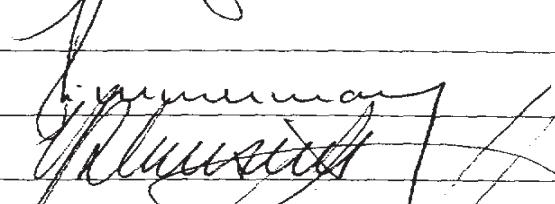
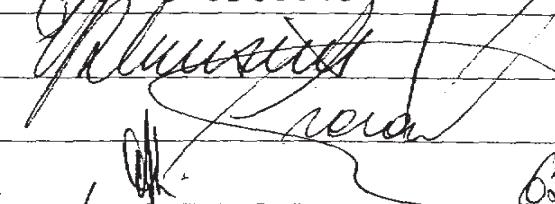
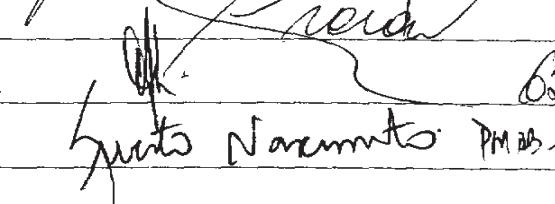
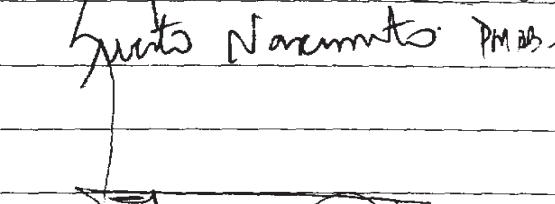
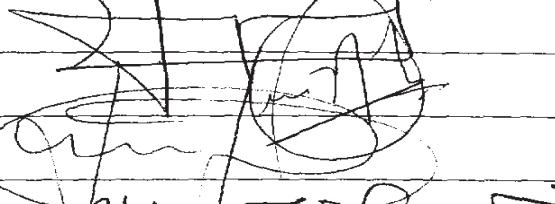
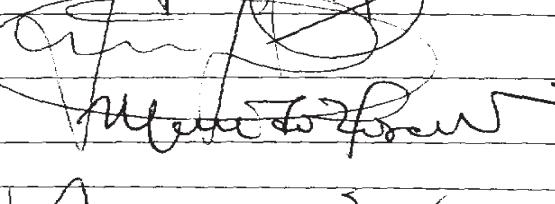
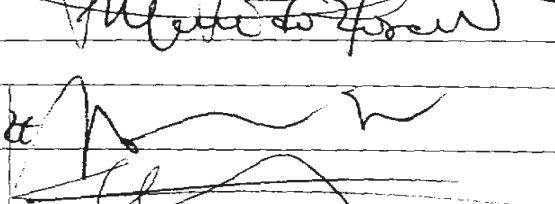
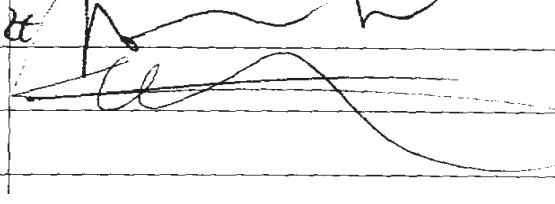
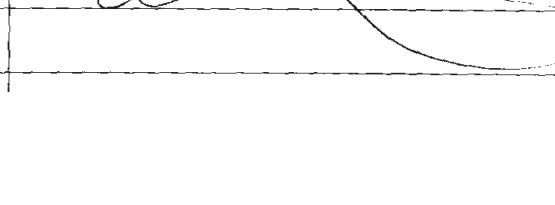
– Dep. **Eduardo Sciarra** – PFL/PR

– Dep. **Salvador Zimbaldi** – PSDB/SP

Secretária-Executiva: Dra. **Inúbia A. C. Sfoggia**

## FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

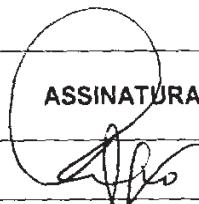
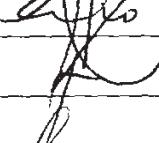
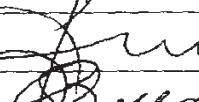
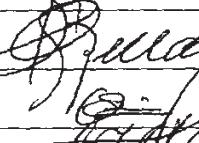
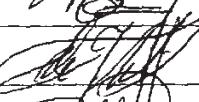
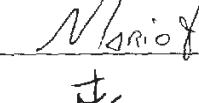
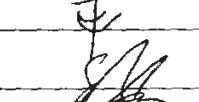
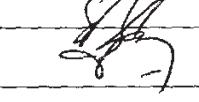
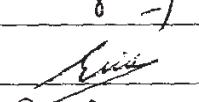
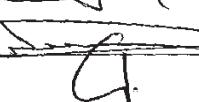
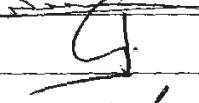
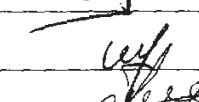
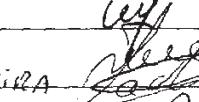
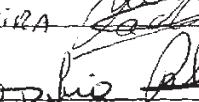
LISTA DE PARLAMENTARES PRESENTES À REUNIÃO DE INSTALAÇÃO REALIZADA  
EM 16.08.2005

Deputado	PASFOR REINALDO	
Deputado	ALCEU COLARES	
Deputado	NEODEGAR FISCOSKI	
Deputado	DE RONI	
Deputado	FRANCISCO TORRA	
Deputado	Milton Cardoso	
Deputado	KELLY MORAES	
Deputado	PAULO BAUER	
Deputado	TARCISIO ZIMERMANN	
Deputado	YEZA CRUZIUS	
Deputado	AUGUSTO NARDEZ	
Deputado	De Filippi. PMDB	
Deputado	Gilberto NASCIMENTO	
Deputado	MARCO MATA	
Deputado	ALCESTE ALMEIDA	
Deputado	HENRIQUE Forjani	
Deputado	BÉL ALBUQUERQUE	
Deputado	Orlando Gonsalves	
Deputado	Manoel Roriz Júnior	
Deputado	LUIZ ENRICO HEINZ	
Deputado	Edinho Bez	
Deputado		

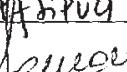
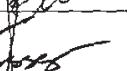
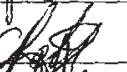
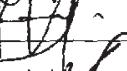
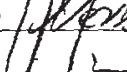
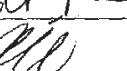
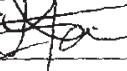
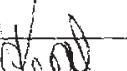
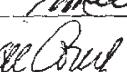
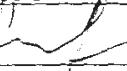
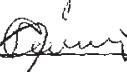
## FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

## FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

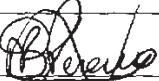
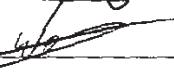
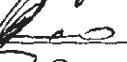
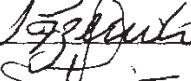
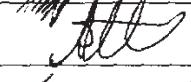
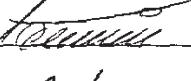
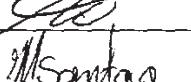
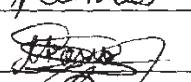
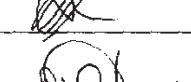
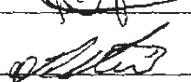
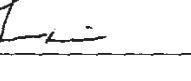
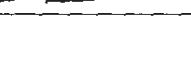
## LISTA DE PRESENÇAS À REUNIÃO DE INSTALAÇÃO REALIZADA EM 16.08.2005

NOME	ASSINATURA	ENTIDADE
Delmo Cláudio Oliveira		Camara Vereadores Regé-RS
Antônio Décio Braga		CAMARA VEREADORES A.RATOS
Die Silveira		
SÉRGIO MALTA		Brumio PREFEITO DE BUTIA-RS
José Carlos Areosa		Prefeito de Arroio do Ratos
ONIRIO S. CAMILO		Pres. Sind. Mineiros do RS
PEDRO JOSE CASTO		ANADERG
Paulo Bera Faria		Câmara Vereadores N. Lúcio
Graciano Ruyz Cordeiro		Sindicato metalúrgico
IVAN ROBERTO WESTPHAL		CAMARA VEREADORES CRICIÚNA
VALDEMIR MARIO		SIND. Mineiros L. Müller SC
Luis Duarte		SIND. ministro, 129
GRACIANO PEREIRA		Câmara Vereador da GES
VALDIR ANDRES		SEC. ENERGIA E MINAS DO RS/SC
RUY HULSE		PRES. SIND da IND da EXTR. do CARVÃO-SC
Marcos Pinto		Espera Vice-Prefeito
SÉRGIO PACHECO		Câmara Vereadores Criciúma-SC
RAIMUNDO MARQUES		VEREADOR MORRO DAFUNDO :
OSMAR ROGERIO BIBERON		CARB. METROPOLITANA S/A
VILSON CONIN		CONIN & CIA LTDA
Luis Ricardo dos S. Oliveira		PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIA-R.
Rodrigo dos Santos		PODER EXECUTIVO BUTIA-R

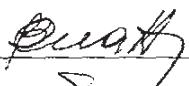
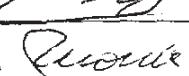
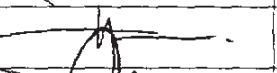
## FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

NOME	ASSINATURA	ENTIDADE
Heitor Henrique Faria		Sindicato Mineiro Minas Gerais
Francisco de Oliveira		Sociedade de Butiá-RS
Genivaldo M. Sarti		1. Suplente Vereador do PP
Patrícia Ferreira da Silva		Câmara Vereadores Chácara das Rosas-RS
EDGAR TASSONI		II II II
Dionisio H. Gauze		II II II PPS
Ismael Peltz Ambros		Sindicato dos Mineiros RS
Ari MARAGATO		Prat. A. Rizzo / IMPRENSA
Washington Kuroki		Ass. Dept. Vieira da Cunha
Wcr. Dagoberto Bianchi		Senergesul
Roberto R.N. Faria		UTE SEIVAL
Gaetano Ferreira		BRAE - Camara Bento
Wladimir Corrêa		SISN / SE
VICTOR Y. FACCONI		Tribunal de Contas do RS
Carlos J. P. Andrade		Conselho de Representantes Mineiro
Jaúro Brum da Cunha		Chefe do. Cesar Turner
Wilson José FAVARETO		fol. dep. fcp Juana
JUSSARA CORR		Assembleia Legislativa RS.
Luiz V. Lopes		SINDICATO MINEROS RGS
Nilvo Campos		Sindicato Com. Helder
EDGAR ENGER		ASS. LEG. SLATINA RS (CONT)
Francisco Lacerda		Carbonífera Gemburi

## FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

NOME	ASSINATURA	ENTIDADE
Mauricio Roni S. PEREIRA		CÂMARA DE VEREADORES DE BURITI-RS
WALNEIA OLIVEIRA DIETRICH		CÂMARA DE VEREADORES OUTA-RS
GILBERTO FELIX PASILHO		PRES. CÂMARA VEREADORES Bento
JOÃO FERREIRA		VEREADOR ELORANDOOSUL-RS
Eduardo MACHADO		VEREADOR DE BURITI-RS
PAULO AZEREDO		ASSEMBLEIA LEGISLAT. R.
EDSON PRESTES BUDI		SINDICATO MUNICIPAL CANDIDA R.
PEDRO S. OLICZEWSKI		C.P.M.DA E.E.E.M. VISC. MARIA-BUJAR-RS
PRIMIROS SÉRGIO GRAMON		VEREADORES PSD-ESQUERDA SOCIAL-RS
Edson do Rosário		VEREADOR PMDB SÊNCIMA-S.
SILVIA VALDRUM TAVARES		SIND. MULHERES CRICIÚMA
Genoim José dos Santos		SIND. MINEROS SPOLI, COELHO E TAV.
JOSEIA S. DA SILVA ALVES		PREF. MUNICIPAL CANDIDA-RS - VICE-PREF.
RODRIGO COSTA MACHADO		CÂMARA DE VEREADORES DE MINAS DO LEÃO-RS
Adriano Carlos O. FRANCA CUNHA		CÂMARA DE VEREADORES MINAS DO LEÃO-RS
Mauro Alvaro Gobbi		CÂMARA DE VEREADORES PIARANGUAS R.
Helena Santos		CÂMARA DE VEREADORES MINAS LÉGIO-RS
Adonaldo Alves Souza		SINDICATO DOS MINEROS
GERSON LISBOA GARCIA		COMINT CIA. LTDA.
Carols Wernscheack de Freitas		COPELMI
Alexandre Grigorieff		COPELMI
NETWIR J. Belotti		
Luis R. Lins Cunha		COPELMI

## FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

NOOME	ASSINATURA	ENTIDADE
Niilo SCHNEIDER		Carsonifera do Canhudo
Basílio F. Ceratti		P. M. Carlos Barbosa
Víctor Fuchs		P. M. Maran
Edoardo Alvimto		P. M. Maran
Antônio Witz Monteiro		Pessoas Físicas
Rosendo de Azevedo		Pessoas Físicas
Ronaldo WILKBOLD		WILKBOLD & NOSSO PÃO
Ari NEITZKE		Mutuelle SA

## PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

### Composição na CÂMARA DOS DEPUTADOS 52ª Legislatura

NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB	ANEXO	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ABELARDO LUPION	PFL	PR	522	4	3215.5522	dep.abelardolupion@camara.gov.br
ADÃO PRETTO	PT	RS	271	3	3215.5271	dep.adapretto@camara.gov.br
ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	441	4	3215.5441	dep.adelorieira@camara.gov.br
ADEMIR CAMILO	PL	MG	744	4	3215.5744	dep.ademircamilo@camara.gov.br
AGNALDO MUNIZ	PP	RO	833	4	3215.5833	dep.agnaldomuniz@camara.gov.br
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	902	4	3215.5902	dep.alcestealmeida@camara.gov.br
ALCEU COLLARES	PDT	RS	807	4	3215.5807	dep.alceucollares@camara.gov.br
ALEX CANZIANI	PTB	PR	842	4	3215.5842	dep.alexcanziani@camara.gov.br
ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ	216	4	3215.5216	dep.almerindadecarvalho@camara.gov
ALMIR SÁ	PL	RR	481	3	3215.5481	dep.almirsa@camara.gov.br
ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE	938	4	3215.5938	dep.andrefigueiredo@camara.gov.br
ANDRÉ ZACHAROW	PSB	PR	737	4	3215.5737	dep.andrezacharow@camara.gov.br
ANSELMO	PT	RO	802	4	3215.5802	dep.anselmo@camara.gov.br
ANTÔNIO JOAQUIM	PTB	MA	536	4	3215.5536	dep.antoniojoaquin@camara.gov.br
ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE	434	4	3215.5434	dep.armandomonteiro@camara.gov.b
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP	929	4	3215.5929	dep.arnaldofariadesa@camara.gov.br
ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR	428	4	3215.5428	dep.assismiguelocouto@camara.gov
ATILA LINS	PPS	AM	730	4	3215.5730	dep.atilalins@camara.gov.br
AUGUSTO NARDES	PP	RS	936	4	3215.5936	dep.augustonardes@camara.gov.br
BENEDITO DE LIRA	PP	AL	942	4	3215.5942	dep.beneditodelira@camara.gov.br
BETINHO ROSADO	PFL	RN	558	4	3215.5558	dep.betinhorosado@camara.gov.br
BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	338	4	3215.5338	dep.betoalbuquerque@camara.gov.br
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	235	4	3215.5235	dep.bonifaciodeandrada@camara.gov
CAPITÃO WAYNE	PSDB	GO	219	4	3215.5219	dep.capitaowayne@camara.gov.br
CARLITO MERSSS	PT	SC	273	3	3215.5273	dep.carlitomerss@camara.gov.br
CARLOS DUNGA	PTB	PB	236	4	3215.5236	dep.carlosdunga@camara.gov.br
CARLOS NADER	PL	RJ	533	4	3215.5533	dep.carlosnader@camara.gov.br
CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	228	4	3215.5228	dep.cezarschirmer@camara.gov.br
CEZAR SILVESTRI	PPS	PR	476	3	3215.5476	dep.cezarsilvestri@camara.gov.br
CHICO DA PRINCESA	PL	PR	633	4	3215.5633	dep.chicodaprincesa@camara.gov.br
COLBERT MARTINS	PPS	BA	319	4	3215.5319	dep.colbertmartins@camara.gov.br
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	460	4	3215.5460	dep.coraucisobrinho@camara.gov.br
COSTA FERREIRA	PSC	MA	852	4	3215.5852	dep.costaferreira@camara.gov.br
DARCISIO PERONDI	PMDB	RS	518	4	3215.5518	dep.darcisioperondi@camara.gov.br
DILCEU SPERAFICO	PP	PR	746	4	3215.5746	dep.dilceusperafico@camara.gov.br
DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB	MG	302	4	3215.5302	dep.dr.franciscogonçalves@camara.g
DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR	546	4	3215.5546	dep.dr.rodolopereira@camara.gov.br
DR. ROSINHA	PT	PR	474	3	3215.5474	dep.dr.rosinha@camara.gov.br
DRA. CLAIR DA F. MARTINS	PT	PR	469	3	3215.5469	dep.dra.clair@camara.gov.br
EDINHO BEZ	PMDB	SC	703	4	3215.5703	dep.edinhobez@camara.gov.br
EDISON ANDRINO	PMDB	SC	720	4	3215.5720	dep.edisonandrino@camara.gov.br
EDMAR MOREIRA	PL	MG	606	4	3215.5606	dep.edmarmoreira@camara.gov.br
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	540	4	3215.5540	dep.eduardobarbosa@camara.gov.br
EDUARDO SCIARRA	PFL	PR	433	4	3215.5433	dep.eduardosciarra@camara.gov.br
ELISEU PADILHA	PMDB	RS	209	4	3215.5209	dep.eliseupadilha@camara.gov.br
ENÍO BACCI	PDT	RS	930	4	3215.5930	dep.eniobacci@camara.gov.br
ENIVALDO RIBEIRO	PP	PB	840	4	3215.5840	dep.enivaldoribeiro@camara.gov.br
ÉRICO RIBEIRO	PP	RS	741	4	3215.5741	dep.eroricoribeiro@camara.gov.br

DEPUTADOS		PPS	SC	245	4	3215.5245	dep.fernandocoruja@camara.gov.br
FRANCISCO APPIO		PP	RS	424	4	3215.5424	dep.franciscoappio@camara.gov.br
FRANCISCO DE A. RODRIGUES		PFL	RR	304	4	3215.5304	dep.franciscorodrigues@camara.gov.
FRANCISCO TURRA		DEMOCRATAS	RS	801	4	3215.5801	dep.franciscoturra@camara.gov.br
GASTÃO VIEIRA		PMDB	MA	554	4	3215.5554	dep.gastaovieira@camara.gov.br
GERSON GABRIELLI		PFL	BA	439	4	3215.5439	dep.gersongabrielli@camara.gov.br
GERVÁSIO SILVA		PFL	SC	418	4	3215.5418	dep.gervasiosilva@camara.gov.br
GIACOBO		PL	PR	762	4	3215.5762	dep.giacobo@camara.gov.br
GILBERTO NASCIMENTO		PMDB	SP	910	4	3215.5910	dep.gilbertonascimento@camara.gov.
GONZAGA PATRIOTA		PSB	PE	430	4	3215.5430	dep.gonzagapatriota@camara.gov.br
GUSTAVO FRUET		PMDB	PR	821	4	3215.5821	dep.gustavofruet@camara.gov.br
HAMILTON CASARA		PL	RO	342	4	3215.5342	dep.hamiltoncasara@camara.gov.br
HELENO SILVA		PL	SE	350	4	3215.5350	dep.helenosilva@camara.gov.br
HENRIQUE FONTANA		PT	RS	277	3	3215.5277	dep.henriquefontana@camara.gov.br
HERMÉS PARCIANELLO		PMDB	PR	234	4	3215.5234	dep.hermespacionello@camara.gov.
IBERÉ FERREIRA		PTB	RN	609	4	3215.5609	dep.ibereferreira@camara.gov.br
ILDEU ARAÚJO		PP	SP	382	3	3215.5382	dep.ildeuaraujo@camara.gov.br
INALDO LEITÃO		PL	PB	605	4	3215.5605	dep.inaldoletao@camara.gov.br
IRIS SIMÕES		PTB	PR	948	4	3215.5948	dep.irissimoes@camara.gov.br
ITAMAR SERPA		PSDB	RJ	858	4	3215.5858	dep.itamarserpa@camara.gov.br
IVAN RANZOLIN		PP	SC	601	4	3215.5601	dep.ivanranzolin@camara.gov.br
JAIME MARTINS		PL	MG	333	4	3215.5333	dep.jaimemartins@camara.gov.br
JAMIL MURAD		PCdoB	SP	437	4	3215.5437	dep.jamilmurad@camara.gov.br
JORGE BOEIRA		PT	SC	335	4	3215.5335	dep.jorgeboeira@camara.gov.br
JOSÉ CARLOS ALELUIA		PFL	BA	856	4	3215.5856	dep.josecarlosaleluia@camara.gov.br
JOSÉ DIVINO		PMDB	RJ	587	3	3215.5587	dep.josedivino@camara.gov.br
JOSÉ LINHARES		PP	CE	860	4	3215.5860	dep.joselinhares@camara.gov.br
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS		PL	MG	854	4	3215.5854	dep.josesantanadevasconcellos@ca
JOSIAS GOMES		PT	BA	701	4	3215.5701	dep.josiasgomes@camara.gov.br
JOSIAS QUINTAL		PMDB	RJ	611	4	3215.5611	dep.josiasquintal@camara.gov.br
JOSUÉ BENGTON		PTB	PA	305	4	3215.5305	dep.josuebengtson@camara.gov.br
JOVINO CÂNDIDO		PV	SP	238	4	3215.5238	dep.jovinocandido@camara.gov.br
JÚLIO REDECKER		PSDB	RS	621	4	3215.5621	dep.julioredecker@camara.gov.br
JURANDIR BOIA		PSB	AL	941	4	3215.5941	dep.jurandirboaia@camara.gov.br
KÁTIA ABREU		PFL	TO	316	4	3215.5316	dep.katiaabreu@camara.gov.br
KELLY MORAES		PTB	RS	714	4	3215.5714	dep.kellymoraes@camara.gov.br
LAEL VARELLA		PFL	MG	721	4	3215.5721	dep.laelvarella@camara.gov.br
LEANDRO VILELA		PMDB	GO	574	3	3215.5574	dep.leandrovilela@camara.gov.br
LEODEGAR TISCOSKI		PP	SC	254	4	3215.5254	dep.leodegartiscoski@camara.gov.br
LUCI CHOINACKI		PT	SC	282	3	3215.5282	dep.lucichoinacki@camara.gov.br
LUCIANA GENRO		PSOL	RS	203	4	3215.5203	dep.lucianagenro@camara.gov.br
LUIZ CARLOS HEINZE		PP	RS	526	4	3215.5526	dep.lcheinze@camara.gov.br
LUIZ BITTENCOURT		PMDB	GO	844	4	3215.5844	dep.luizbittencourt@camara.gov.br
LUIZ CARLOS SANTOS		PFL	SP	836	4	3215.5836	dep.luizcarlossantos@camara.gov.br
MARCELINO FRAGA		PMDB	ES	322	4	3215.5322	dep.marcelinofraga@camara.gov.br
MARCELO CASTRO		PMDB	PI	811	4	3215.5811	dep.marcelocastro@camara.gov.br
MARCELO GUIMARÃES FILHO		PL	BA	521	4	3215.5521	dep.marceloguimaraesfilho@camara.
MARCO MAIA		PT	RS	369	3	3215.5369	dep.marcomai@camara.gov.br
MARCUS VICENTE		PTB	ES	362	4	3215.5362	dep.marcusvicente@camara.gov.br
MARIA DO ROSÁRIO		PT	RS	471	3	3215.5471	dep.mariadorosario@camara.gov.br
MARIA LÚCIA		PMDB	MG	932	4	3215.5932	dep.marialucia@camara.gov.br
MAURO BENEVIDES		PMDB	CE	607	4	3215.5607	dep.maurobenevides@camara.gov.br
MAX ROSENMAN		PMDB	PR	758	4	3215.5758	dep.maxrosenmann@camara.gov.br
MENDES RIBEIRO FILHO		PMDB	RS	222	4	3215.5222	dep.mendesribeirofilho@camara.gov.
MILTON CARDIAS		PTB	RS	705	4	3215.5705	dep.miltoncardias@camara.gov.br
MOACIR MICHELETTO		PMDB	PR	478	3	3215.5478	dep.moacirmicheletto@camara.gov.br
NATAN DONADON		PMDB	RO	240	4	3215.5240	dep.natandonadon@camara.gov.br
NELSON MARQUEZELLI		PTB	SP	920	4	3215.5920	dep.nelsonmarquezelli@camara.gov.
NELSON MEURER		PP	PR	916	4	3215.5916	dep.nelsonmeurer@camara.gov.br

CAMARA DOS DEPUTADOS		SA	671	3	3215.5671	dep.nelsonpellegrino@camara.gov.br
NELSON PELLEGRINO	PPS	RS	804	4	3215.5804	dep.nelsonpellegrino@camara.gov.br
NELSON PROENÇA	PTB	SP	509	4	3215.5509	dep.nelsonproenca@camara.gov.br
NEUTON LIMA	PFL	RN	326	4	3215.5326	dep.neutonlima@camara.gov.br
NEY LOPES	PFL	RS	828	4	3215.5828	dep.neylopes.com.br
ONYX LORENZONI	PFL	RS	828	4	3215.5828	dep.onyxlorenzoni@camara.gov.br
ORLANDO DESCONSI	PT	RS	329	4	3215.5329	dep.orlandodesconsi@camara.gov.br
ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	579	3	3215.5579	dep.orlandofantazzini@camara.gov.br
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	845	4	3215.5845	dep.osmarserraglio@camara.gov.br
OSVALDO BOLCHI	PMDB	RS	925	4	3215.5925	dep.osvaldobolchi@camara.gov.br
OSVALDO COELHO	PFL	PE	444	4	3215.5444	dep.osvaldocoelho@camara.gov.br
OSVALDO REIS	PMDB	TO	835	4	3215.5835	dep.osvaldoreis@camara.gov.br
PAES LANDIM	PTB	PI	648	4	3215.5648	dep.paeslandim@camara.gov.br
PASTOR AMARILDO	PSC	TO	218	4	3215.5218	dep.pastoramarildo@camara.gov.br
PASTOR REINALDO	PTB	RS	438	4	3215.5438	dep.pastorreinaldo@camara.gov.br
PAULO AFONSO	PMDB	SC	276	3	3215.5276	dep.pauloafonso@camara.gov.br
PAULO BAUER	PFL	SC	383	3	3215.5383	dep.paulobauer@camara.gov.br
PAULO GOUVÉA	PL	RS	641	4	3215.5641	dep.paulogouvea@camara.gov.br
PAULO PIMENTA	PT	RS	552	4	3215.5552	dep.paulopimenta@camara.gov.br
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	813	4	3215.5813	dep.pedronovais@camara.gov.br
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	810	4	3215.5810	dep.pompeodemattos@camara.gov.br
PROF. IRAPUAN TEIXEIRA	PP	SP	513	4	3215.5513	dep.professorirapuanateixeira@camara.gov.br
RAIMUNDO SANTOS	PL	PA	809	4	3215.5809	dep.raimundosantos@camara.gov.br
REINALDO BETÃO	PL	RJ	631	4	3215.5631	dep.reinaldopetao@camara.gov.br
RICARDO BARROS	PP	PR	412	4	3215.5412	dep.ricardobarros@camara.gov.br
RODRIGO MAIA	PFL	RJ	308	4	3215.5308	dep.rodrigomaia@camara.gov.br
ROMEU QUEIROZ	PTB	MG	250	4	3215.5250	dep.romeuqueiroz@camara.gov.br
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	937	4	3215.5937	dep.rosedefreitas@camara.gov.br
SALVADOR ZIMBALDI	PTB	SP	538	4	3215.5538	dep.salvadorzimbaldi@camara.gov.br
SELMA SCHONS	PT	PR	825	4	3215.5825	dep.selmaschons@camara.gov.br
SEVERIANO ALVES	PDT	BA	738	4	3215.5738	dep.severianoalves@camara.gov.br
TAKAYAMA	PMDB	PR	583	3	3215.5583	dep.takayama@camara.gov.br
TARCÍSIO ZIMMERMANN	PT	RS	372	3	3215.5372	dep.tarcisiozimmermann@camara.gov.br
TÁTICO	PL	DF	560	4	3215.5560	dep.tatico@camara.gov.br
VADÃO GOMES	PP	SP	750	4	3215.5750	dep.vadaogomes@camara.gov.br
VADINHO BAIÃO	PT	MG	280	3	3215.5280	dep.vadinhobaiao@camara.gov.br
VANDER LOUBET	PT	MS	838	4	3215.5838	dep.vanderloubet@camara.gov.br
VIGNATTI	PT	SC	473	3	3215.5473	dep.vignatti@camara.gov.br
VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG	275	3	3215.5275	dep.virgilioguimaraes@camara.gov.br
VITORASSI	PT	PR	806	4	3215.5806	dep.vitorassi@camara.gov.br
VITTORIO MEDIOLI	PV	MG	754	4	3215.5754	dep.vittoriomedoli@camara.gov.br
WAGNER LAGO	PP	MA	629	4	3215.5629	dep.wagnerlago@camara.gov.br
WALDEMAR MOKA	PMDB	MS	448	4	3215.5448	dep.waldemarmoka@camara.gov.br
WILSON CIGNACHI	PMDB	RS	927	4	3215.5927	dep.wilsoncignachi@camara.gov.br
WILSON SANTIAGO	PMDB	PB	534	4	3215.5534	dep.wilsonsantiago@camara.gov.br
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	956	4	3215.5956	dep.yedacrusius@camara.gov.br
ZÉ LIMA	PP	PA	610	4	3215.5610	dep.zelima@camara.gov.br
ZÉQUINHA MARINHO	PSC	PA	823	4	3215.5823	dep.zequinhamarinho@camara.gov.br
ZONTA	PP	SC	366	3	3215.5366	dep.zonta@camara.gov.br

## FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

### Composição no SENADO FEDERAL 52ª Legislatura

NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB	ALA	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	50	Tancredo Neves	3311.1201	arthur.virgilio@senador.gov.br
DELcíDIO AMARAL	PT	MS	08	Afonso Arinos	3311.2451	delcio@senador.gov.br
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	05	Afonso Arinos	3311.2323	eduardoazeredo@senador.gov
IDELEI SALVATTI	PT	SC	23	Teotônio Vilela	3311.2171	idelei@idelei.com.br
JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	04	Nilo Coelho	3311.4206	bornhausen@senador.gov.br
JOSÉ JORGE	PFL	PE	04	Dinarte Mariz	3311.3245	jose.jorge@senado.gov.br
LEONEL PAVAN	PSDB	SC	14	Teotônio Vilela	3311.4014	lpavan@senado.gov.br
MARCO ANTÔNIO MACIEL	PFL	PE	1/6	Anexo I - 5º and	3311.5710	marco.macie@senador.gov.br
PAULO PAIM	PT	RS		Anexo I-22º and.	3311.5232	paulopaim@senado.gov.br
PEDRO SIMON	PMDB	RS	03	Alexandre Costa	3311.3232	simon@senador.gov.br
RODOLPHO TOURINHO	PFL	BA	09	Teotônio Vilela	3311.3173	rodolpho.tourinho@senado.gov
SÉRGIO ZAMBIASI	PTB	RS	07	Afonso Arinos	3311.1207	zambiasi@senador.gov.br
TASSO JEREISSATI	PSDB	CE	1/6	Anexo I-11º and.	3311.4846	tasso.jereissati@senador.gov.b
TEOTÔNIO VILELA FILHO	PSDB	AL	02	Teotônio Vilela	3311.4095	teotonio@senador.gov.br

## FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

### FILIADOS DEPUTADOS ESTADUAIS E EX-PARLAMENTARES

NOME	ENTIDADE	CIDADE	UF	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ADÃO R. R. VILLAPERDE	Dep. Estadual RS - PT	P. Alegre	RS	3210.1913	villaverde@al.rs.gov.br
ADROALDO M. LOUREIRO	Dep. Estadual RS - PDT	P. Alegre	RS	3210.2150	adroaldo.loureiro@al.rs.gov.br
CARLOS E. VIEIRA DA CUNHA	Dep. Estadual RS - PDT	P. Alegre	RS	3210.2690	vdacunha@al.rs.gov.br
CIRO CARLOS E. SIMONI	Dep. Estadual RS - PDT	P. Alegre	RS	3210.2370	cirosimoni@al.rs.gov.br
ESTILAC MARTINS R. XAVIER	Dep. Estadual RS - PT	P. Alegre	RS	3210.1892	estilac.xavier@al.rs.gov.br
JOSE F. SOARES SPEROTTO	Dep. Estadual RS - PFL	P. Alegre	RS	3210.2560	josesperotto@al.rs.gov.br
JUSSARA CONY	Dep. Estadual RS-PCdoB	P. Alegre	RS	3210.2440	jussarac@al.rs.gov.br
OSMAR SEVERO	Dep. Estadual RS - PTB	P. Alegre	RS	3210.2330	osmarsevero@al.rs.gov.br
PAULO AZEREDO	Dep. Estadual RS - PDT	P. Alegre	RS	3210.2550	pazeredo@al.rs.gov.br
CLÉSIO SALVARO	Dep. Estadual SC - PSDB	Florianópolis	SC	221.2775	salvaro@alesc.sc.gov.br
CARLOS SÁ AZAMBUJA	CRM	P. Alegre	RS	3233.5959	
VICTOR JOSÉ FACCIONI	TCE - Presidente	P. Alegre	RS	3214.9942	victorfaccioni@hotmail.com

## REUNIÃO PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

### FILIADOS NÃO PARLAMENTARES

NOME	ENTIDADE	CIDADE	UF	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
EDMUNDO PAES DE B. MERCER	Instituto Brasileiro Mineração - Pres.	Brasília	DF	3226.9367	ibram@ibram.org.br
JOSÉ M. MIZAEL DE SOUZA	Instituto Brasileiro de Mineração	Brasília	DF	3226.9367	ibram@ibram.org.br
CÉSAR WEINSCHENCK DE FARIA	Sindicato Nac. Ind. Extr. Carvão	Rio de Janeiro	RJ	2220.7944	cfaria@copelmi.com.br
IGNÁCIO RESENDE	Sindicato Nac. Ind. Extr. Carvão	Rio de Janeiro	RJ	2220.7944	sniec@terra.com.br
EDMUNDO PICHLER	Câmara Municipal Vereadores	Aceguá	RS	3246.1075	cvacequa@alternet.com.br
REOVALDO RODRIGUES	Câmara Municipal Vereadores	Aceguá	RS	3246.1075	reovaldorodrigues@yahoo.com.br
ANTÔNIO SÉRGIO SANCHES	Câmara Munic. Ver. - Presidente	Arroio Ratos	RS	9901.1662	
ARI CELSO LINCK DA SILVA	Prefeitura Municipal	Arroio Ratos	RS	656.2122	
DORVALINO C. DE SOUZA	Sindicato dos Mineiros	Arroio Ratos	RS	9625.1084	
JOSÉ CARLOS DE AZEREDO	Prefeito Municipal	Arroio Ratos	RS	656.1341	prefeito@arroiodosratos.com.br
MARCO A. M. DE ARAÚJO	Secret. Desenv. Econ. Social	Arroio Ratos	RS	656.1471	desenvolvimento@arroiodosratos.rs.gov.br
PEDRO JOSÉ COUTO		Arroio Ratos	RS	9887.0122	
BOB MACHADO	Câmara Municipal Vereadores	Bagé	RS	9975.7646	bobmachado@superig.com.br
DELVO C.R. DE OLIVEIRA	Câmara Munic. Ver. - Vereador	Bagé	RS	3241.4917	delvoliveira@yahoo.com.br
GRACIANO A. PEREIRA	Câmara Munic. Ver. - Vereador	Bagé	RS	3242.8411	
JOSÉ CARLOS FERREIRA	Câmara Munic. Ver. - Vereador	Bagé	RS	3241.4924	
NERI DAGOBERTO R. BIANCHI	Sind. dos Elétricitários do RS	Bagé	RS	3242.9490	
PAULO A. NOCHI PARERA	Câmara Municipal Vereadores	Bagé	RS	3241.4923	paulinhoparera@hotmail.com.br
RUBEN D. SALAZAR ARIAS	Câmara Municipal Vereadores	Bagé	RS	3241.4918	
ALCEBIADES JOÃO ANDRIN	Câmara Munic. Ver. - Vereador	Butiá	RS	652.1780	
GILBERTO FELIX DA SILVA	Câmara Munic. Ver. - Presidente	Butiá	RS	652.1780	gilberto@camara-butiá.rs.gov.br
GILMAR R. CAVALHEIRO	Sindicato dos Mineiros de Butiá	Butiá	RS	652.4028	
IRANI MARTINS DE MEDEIROS	C.M.V. - Com. Minas e Energia	Butiá	RS	652.1780	iranimedeiros@terra.com.br
JOSÉ CARLOS M. SILVEIRA	Suplente de Vereador	Butiá	RS	652.4332	teixerinha@camara-butiá.rs.gov.br
LUÍS RICARDO DOS S. VIEIRA	Prefeitura Municipal	Butiá	RS	652.4554	
LUIZ VOLNEI DA SILVA	Movimento Consciência Negra	Butiá	RS	652.4075	zocaaafro@yahoo.com.br
MAURÍCIO R. S. PEREIRA	Câmara Municipal Vereadores	Butiá	RS	652.5483	mauricinho@camara-butiá.rs.gov
ONIRO DA SILVA CAMILO	Sindicato dos Mineiros Butiá - Pres.	Butiá	RS	652.1630	
PAULO MARTINS LOPES	Câmara Municipal Vereadores	Butiá	RS	9985.5514	contato@camara-butiá.rs.gov.br
PAULO ROBERTO F. MACHADO	Câmara Munic. Ver. - Vereador	Butiá	RS	652.1219	
PAULO ROBERTO K. LOPES	Prefeitura Municipal	Butiá	RS	9136.9969	butia@via-rs.net
PEDRO S. OLICZEWSKI	CPM - E.E. Visconde de Mauá	Butiá	RS	9838.5306	
ROBERTO DOS SANTOS LUIZ	Prefeitura Municipal	Butiá	RS	9673.1076	butia@via-rs.net
SÉRGIO SEVERO MALTA	Prefeito Municipal	Butiá	RS	652.1222	sergiomalta@terra.com.br
WALNECI OLIVEIRA DIETRICH	Câmara Munic. Ver. - Vereador	Butiá	RS	652.5483	dedebutia@ig.com.br
AROLDO QUINTANA GARCIA	Câmara Municipal Vereadores	Candiota	RS	3245.1021	aroldoqg@camaracandiota.rs.gov.br
CELSO A. SANTOS	Câmara Munic. Ver. - Presidente	Candiota	RS	3245.7322	
EDSON PRESTES BUDÓ	Sindicato dos Mineiros de Candiota	Candiota	RS	9971.6021	budo@brturbo.com.br
EVERTON H. P. PADILHA	Sindicato dos Mineiros de Candiota	Candiota	RS	9975.4456	
HAROLDO V.F. do AMARAL	PM - Secretário Planejamento	Candiota	RS	3245.7120	administração@candiota.rs.gov.br
JOSÉ ANTÔNIO O. MARQUES	Sindicato dos Mineiros de Candiota	Candiota	RS	3245.7322	
MARCELO M. GREGÓRIO	Prefeito Municipal	Candiota	RS	3245.7118	gabinete@candiota.rs.gov.br
MARIA BEATRIS MENEGUZZI	Câmara Munic. Ver. - Vereadora	Candiota	RS	3245.1197	mbeatris15789@yahoo.com.br
PAULO FAGUNDES LEAL	Sindicato dos Mineiros de Candiota	Candiota	RS	3245.7234	pleal13@yahoo.com.br

CAMARA DOS DEPUTADOS					
SANDRA REGINA MULLER	Câmara Municipal Vereadores	Candiota	RS	3245.1418	camaracandiota@camaracandiota.rs.
VALMIR DE OLIVEIRA COUGO	Câmara Munic.Ver. - Vereador	Candiota	RS	3245.1419	valmir@camaracandiota.rs.gov.br
CLÉO PORT	Prefeito Municipal	Canela	RS	282.3120	cleoport@cabela.com.br
CÉLIO AIRES DE CAMPOS	Câmara Municipal Vereadores	Charqueadas	RS	658.1711	
EDEGAR TASSONI	Câmara Munic.Ver. - Vereador	Charqueadas	RS	658.1181	vereadordegatassoni@bol.com.br
LARRI OLIVEIRA LOPES	Sindicato dos Mineiros	Charqueadas	RS	658.1686	
PATRÍCIA FERREIRA DA SILVA	Câmara Munic.Ver. - Vereadora	Charqueadas	RS	658.3820	vereapatricia@yahoo.com.br
SIMON H. SOUZA	Câmara Municipal Vereadores	Charqueadas	RS	658.1181	camarach@terra.com.br
DOMINGOS S. SALVADOR	Câmara Munic.Ver. - Vereador	Eldorado do Sul	RS	481.4548	ssavinho@brturbo.com.br
JOÃO CARLOS FERREIRA	Câmara Municipal Vereadores	Eldorado do Sul	RS	481.3588	j.f.camara@bol.com.br
ARI NEITZKE	Nutrella Alimentos S. A.	Gravataí	RS	489.2700	nutrella@nutrella.com.br
DALVIR ZORZI	Câmara Munic.Ver.- Presidente	Huila Negra	RS	3249.1003	
ADROALDO ALVES DE SOUZA	Sindicato dos Mineiros	Minas do Leão	RS	694.1066	
CARLOS A. OLIBONI LUIZ	Câmara Municipal Vereadores	Minas do Leão	RS	9833.9526	
NAIRO ALEX GRALA	Câmara Municipal Vereadores	Minas do Leão	RS	9226.4276	
OSMAR PELTZ AMBROS	Sindicato dos Mineiros	Minas do Leão	RS	694.1066	osmarpeltz@brturbo.com.br
PAULO CÉSAR F. DE FREITAS	Câmara Municipal Vereadores	Minas do Leão	RS	9109.0170	
TEOTÔNIO ALMEIDA JACOB	Sindicato dos Mineiros	Minas do Leão	RS	694.1066	
NILVA NUNES DE CAMPOS	Sind Empreg Com Hot.B Rest.Sim.	Montenegro	RS	632.1307	sech@ibeste.com.br
ALTENIR JUSTO BEHENSCK		Pinheiro Machado	RS	9118.4835	
SÉRGIO LUIZ PIRES BALDEZ	Câmara Municipal Vereadores	Pinheiro Machado	RS	9118.4756	
ANTÔNIO LUIZ MONTEIRO		Porto Alegre	RS	3348.2140	lumont@cpovo.net
CARLOS WEINSCHENCK DE FARIA	Copelmi Mineração Ltda.	Porto Alegre	RS	3224.0722	carlosfaria@copelmi.com.br
EDGAR N. ENGEL NETO	Assembléia Legislativa do RS	Porto Alegre	RS	3210.2710	edgar.engel@via-rs.net
ISMAIL RODRIGUES	União das Assoc. Ver. de POA	Porto Alegre	RS	3210.2714	bancadapcdb@al.rs.gov.br
NELSON FLORES	Assembléia Legislativa do RS	Porto Alegre	RS	3210.2787	
PAULO G. F. TIGRE	FIERGS - Presidente	Porto Alegre	RS	3347.8711	presidente@fiergs.org.br
PAULO DE BORBA DIAS FILHO	Prefeito Municipal	São Jerônimo	RS	651.1823	
URBANO KNORST	FAMURS - Pres.Conselho	São Jerônimo	RS	651.4504	
JOÃO BATISTA GARCIA	Secretário Municipal de Obras	Triunfo	RS	654.3077	joaobatistagarcia15@yahoo.com.br
EDISON DO NASCIMENTO	Câmara Munic.Ver. - Vereador	Criciúma	SC		
FERNANDO LUIZ ZANCAN	Sindicato da Ind.Extr.Carvão Est.SC	Criciúma	SC	431.7600	zancan@siecesc.com.br
IVAN ROBERTO WESTPHALEN	Câmara Munic.Ver. - Vereador	Criciúma	SC		
SÉRGIO PACHECO	Câmara Munic.Ver.- Presidente	Criciúma	SC	431.2202	
RONALDO WICKBOLD	Wickbold & Nossa Pão Ind Alim Ltd	Diadema	SP	4076.2725	ronaldo@wickbold.com.br
ROBERTO DE AZEVEDO		São Paulo	SP	3168.2659	robazev@uol.com.br

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – Há oradores inscritos.

Passo a palavra ao primeiro orador, ilustre Senador pelo Estado de Alagoas, Senador Teotônio Vilela Filho.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, é claro que nem sempre, em nossa história, o desenvolvimento econômico trouxe, atreladas, a justiça social e a distribuição de renda, mas é fato que não será possível reduzir as desigualdades e dar a cada brasileiro condições dignas de vida sem que a economia cresça com a rapidez necessária para compensar mais de uma década de estagnação.

Desenvolvimento, entretanto, Sr. Presidente, não se faz sem energia, muita energia. E a forma realmente decisiva de energia, a energia mais importante e indispesável para que um país possa crescer com consistência é justamente a eletricidade. A eletricidade é fundamental para que um país possa liberar ou limitar o seu potencial de desenvolvimento.

Quando voltamos o olhar para o panorama atual da energia elétrica no Brasil, a tristeza é inevitável, ainda mais quando nos lembramos do esgotamento da capacidade de investimento do Estado na infraestrutura e da necessidade imperiosa da atuação da iniciativa privada nesse campo.

A verdade, Sr. Presidente, é que não dispomos de recursos públicos para o investimento requerido pelo setor elétrico. Dos cerca de R\$20 bilhões anuais de investimentos estimados como necessários pelos especialistas, o Estado mal consegue contribuir com R\$6 bilhões. O restante, Sr. Presidente, tem que vir inevitavelmente da iniciativa privada. O Brasil precisa de recursos da iniciativa privada para gerar a energia necessária para o nosso desenvolvimento. Mas há muita dificuldade para esse aporte de recursos. Talvez por razões meramente ideológicas, ou por incompetência mesmo, o Governo do Presidente Lula promoveu, por meio de medidas provisórias aprovadas a toque de caixa, modificações significativas no marco regulatório, que vinha sendo capaz de produzir um acréscimo médio de 3.300 MW por ano ao parque gerador brasileiro.

As incertezas advindas da nova legislação, Sr. Presidente, que remeteu para o nível de decretos as principais regras do setor elétrico, têm como resultado a dificuldade de avaliar os riscos e as vantagens do negócio, sobretudo quando esses riscos e essas vantagens estão dependendo, única e exclusivamente, da

caneta de um burocrata e não de regras estabelecidas democraticamente para o País e para o futuro.

Em 2001, Sr. Presidente, já vivenciamos uma séria crise de abastecimento. Uma das principais causas dessa crise foi justamente a falta de investimentos entre 1985 e 1994, causada pelo esgotamento do modelo de financiamento do setor elétrico até então em vigor, conforme relatório da CPMI do Congresso Nacional que investigou esse problema.

A essa falta de investimento, contra a qual o então Presidente Fernando Henrique atuou, juntou-se uma forte estiagem, justamente no ano em que o déficit de investimentos seria definitivamente superado, prejudicando todo o enorme esforço feito desde 1995. Esse é o exemplo cabal, que esteve por se fazer trágico, do que pode acontecer se seguirmos sem conseguir atrair os investimentos privados para o setor elétrico.

E o que temos no atual Governo? O que está fazendo o Governo Lula para garantir a geração de energia de que o País precisa para o futuro? Infelizmente, Sr. Presidente, nada senão o que o Brasil inteiro já sabe: a tentativa de aparelhamento do Estado por um grupo político em todos os níveis e em todas as tentativas de administração e controle. Por sorte, uma tentativa já frustrada pela própria incompetência e destrambelhamento desse grupo.

Infelizmente, o setor elétrico também está envolvido nas denúncias de corrupção, nas suspeitas de manipulação dos fundos de pensão, nos indícios de contratação irregular de agências de publicidade, nas evidências de indicação de subfornecedores de serviços.

Esse quadro nos faz descrever, Sr. Presidente, da capacidade deste Governo em atender, pela via estatal, o crescimento da demanda de energia elétrica.

Nas agências reguladoras e, em particular na Aneel, a agência de energia, o descaso do Governo é evidente e se manifesta na compressão dos salários dos técnicos, no contingenciamento da agência própria e exclusiva da Aneel e não-indicação de diretores para vagas abertas há quatro meses – um verdadeiro descalabro.

Ademais, Sr. Presidente, pesa sobre este Governo uma grave falha. Ele não foi capaz de realizar, até agora, nenhum leilão de geração de energia. Com isso, faz mais de três anos que não se licita uma única nova usina no País.

Sem regras estáveis e bem definidas, claramente fixadas em lei, não apenas deixaremos de atrair novos investimentos para aumentarmos a nossa produção de energia, mas – o que é pior: espantaremos os empresários, os que já acreditaram no País, alguns já

a ponto de se desfazer de seus ativos, antes que os prejuízos aumentem.

Sr. Presidente, a imprensa tem registrado que diversos agentes que receberam concessões no Governo passado, em particular os altos produtores, estão próximos de desistirem dos investimentos, desestimulados pelas regras do atual Governo.

Esta é a lógica do capital: ele migra de acordo com o equilíbrio entre o risco e o potencial de lucratividade. Se o risco for muito alto, não haverá rentabilidade que o compense. Haverá fuga e, como eu disse, o risco sempre será muito alto, quando fica, conforme as regras atuais, dependendo da caneta, do humor e da vontade de um burocrata. Mesmos os que não gostam dessa lógica, devem conhecê-la e respeitá-la, num País que precisa concentrar os seus escassos recursos para superar enormes desafios nos campos da educação, da saúde, da segurança e da superação das nossas desigualdades. Essa é a verdadeira e grande prioridade para os recursos públicos tão escassos em nosso País.

Acontece que o Brasil necessita urgentemente de mais e maiores investimentos no setor de energia elétrica. Ainda que continuemos a apresentar o crescimento econômico pífio dos últimos anos, o horizonte é de um novo colapso antes do final desta década, talvez já em 2007, caso a oferta de gás seja escassa e as chuvas insuficientes.

Apesar do discurso do Governo, autista, de negação da realidade, temos que recuperar urgentemente uma agenda de investimentos no setor elétrico, ou estaremos, muito em breve, às voltas com o fantasma do “apagão”.

E o que estamos fazendo, em lugar de instituir um marco regulatório claro e atrativo? Batemos cabeças com soluções não-sistêmicas, emergenciais e que costumam ser mais caras e menos eficientes. A utilização pelo Governo Lula, por exemplo, por intermédio do BNDES, de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador como principal fonte de financiamento à instalação de usinas constitui um desvio de função e representa o reconhecimento de que as regras não são atrativas ao capital privado.

O FAT deveria priorizar os investimentos diretos no setor produtivo, que gera empregos em prazo imediato, e não no setor elétrico, que poderia receber capital privado nacional e externo em grande quantidade se as regras tivessem continuado claras e estáveis.

Sr. Presidente, desde o início de minha atuação política nesta Casa manifestei interesse pelas questões relativas à infra-estrutura, e, em especial, à energia elétrica. Presidi, no início dos anos 90, a atuante Sub-comissão de Energia da Comissão de Serviços

de Infra-Estrutura, período durante o qual pude conhecer o panorama energético nacional, tanto em termos amplos, como em relação às questões locais. Estive também em países desenvolvidos, onde pude constatar como as nações mais ricas são as que tratam mais seriamente suas decisões de política energética.

Tive a oportunidade, igualmente, de elaborar a Lei de Eficiência Energética, uma iniciativa no sentido de melhorar a utilização e o manejo de nossos recursos naturais e de energia, possibilitando compatibilizar, tanto quanto possível, desenvolvimento e preservação ambiental.

Energia elétrica é assunto palpítante e requer atenção. Nesta mesma semana, na quinta-feira, estive na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o Dr. Cláudio Salles, Presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, tratando da questão da excessiva carga tributária – de cerca de 44% – que incide sobre as tarifas de energia elétrica. Esse é, sem dúvida, outro assunto da maior relevância, sobre o qual teremos que nos debruçar, desde já, durante as discussões da chamada MP do Bem.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, pior que o ultrapassado sistema estatizante, que se esgotou na década passada, é o capitalismo incapaz de atrair capital, uma espécie de bicicleta parada que não demanda esforço para se equilibrar, nem corre risco de cair, mas também não sai do lugar. Não é possível, não é justo com o País, não é justo para com o nosso futuro, que a falta de ação do Governo Lula possa comprometer o desenvolvimento nesta e na próxima década.

Sr. Presidente, esse é o alerta, esse é o desafio que trago ao Plenário do Senado e que, certamente, merecerá os melhores esforços desta Casa para sua superação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Com a palavra a ilustre Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, é a primeira vez que ocupo a tribuna nesta semana, uma vez que foi uma semana de muitas atividades nas investigações que o Congresso Nacional vem desenvolvendo por intermédio das CPMIs, tanto a da Compra de Votos, como a dos Correios e a dos Bingos. Ontem, houve algumas votações importantes, como a do relatório parcial conjunto das CPMIs dos Correios e da Compra de Votos.

Estou na tribuna, nesta manhã de sexta-feira, porque no final da semana passada um assunto veio à baila e me pautou mentalmente ao longo de toda a

semana. E com os dados divulgados ontem das perspectivas extremamente positivas da economia, Senador Paulo Octávio, acabei ligando uma coisa com a outra. Portanto, desta tribuna, eu gostaria de fazer a ligação dessas coisas.

A declaração, que fiquei remoendo ao longo de todos esses dias, diz respeito à questão de raça. Como é utilizada a palavra “raça”, como ela aparece no discurso e na posição das pessoas. Dependendo da forma como a palavra aparece, ela muitas vezes é um espelho da alma, ela é, talvez, uma das formas mais emblemáticas de apresentar o que as pessoas são e o que pensam, principalmente como agem, pois a maneira como verbalizamos o que entendemos, o que imaginamos e o que propomos na relação entre as raças é muito significativa, assim como a maneira como as pessoas reagem e agem nesse contexto, nesse conceito.

A declaração foi muito ruim, porque disse assim: “Nós temos de acabar com essa raça pelos próximos trinta anos para que não nos incomodem mais”. Trata-se de uma declaração profundamente autoritária de quem não aceita o divergente, de quem não aceita o diferente, de quem não aceita o contraditório. Portanto, é uma declaração racista, e eu diria até fascista na concepção da palavra.

No entanto, raça é algo que também está associado, na língua brasileira, à garra. É também um diferenciador daqueles que enfrentam e superam a adversidade, encaram o problema, conquistam vitórias, daqueles que se impõem, apesar de tudo e de todos que, autoritariamente, não querem reconhecer o direito aos diferentes, aos que não pensam de maneira igual, aos que não são iguais.

Os próprios artistas brasileiros, nossos músicos, se referem também à palavra raça com esse significado tão importante. Uma das músicas mais bonitas que fala das mulheres, “Maria, Maria”, de Milton Nascimento, diz que “é preciso ter raça, é preciso ter gana, é preciso ter sonho sempre”. Ou então, quando se refere ao povo brasileiro, num belíssimo samba, e diz que “é também um povo de uma raça que não tem medo de fumaça”, e daí vamos.

É importante trabalharmos com esse conceito de raça, quando ele é tão simbolicamente atribuído aos que se rebelam, aos que não se curvam, aos que enfrentam e aos que, apesar de todas as diferenças e desigualdades existentes no País, se colocam e obtêm resultados.

E a forma como determinadas personalidades políticas, Senador Pedro Simon, tratam a raça, no conceito fascista da extermiação: “não queremos ter

determinadas raças entre nós, queremos exterminá-las, acabar com o contraditório, com a divergência”.

E é por conta dessa reflexão sobre a questão raça e a complexidade que esse conceito tem, inclusive no comportamento tanto dos racistas quanto dos raçudos, que enfrentam e se contrapõem às divergências e adversidades, que encarei os resultados apresentados pela economia. E encarei inclusive na lógica de que, por coincidência, o mesmo que teve o pronunciamento a respeito de eliminar e exterminar a raça não gosta e também andou apelidando o Presidente Lula de vadio, que precisa trabalhar.

Como se os resultados que estamos vivenciando na economia, apresentados ontem, tivessem acontecido por um passe de mágica, tivessem acontecido sob a hipótese de que nada tenha sido feito para que o resultado aparecesse. Como se não houvesse ação de Governo para que a retomada do crescimento estivesse nesse patamar de estabilidade e de garantia como os números divulgados ontem, inclusive a perspectiva do PIB extremamente superior àquilo que estava sendo debatido no primeiro semestre.

É claro que este povo brasileiro é raçudo, é claro que este povo brasileiro enfrenta, é claro que este povo brasileiro se coloca em uma situação política de crise como estamos vivenciando agora de forma a não se curvar, mas quando os números colocam de maneira clara que o anúncio, a divulgação do PIB de 1,4% em uma perspectiva anualizada de 5,7% – se for mantido esse crescimento ao ano – isso não se deu por acaso e aqui estão as análises dos institutos, do Ipea, do IBGE, de todos os economistas que colocam de forma muito clara de onde vem esse resultado.

Esse resultado vem exatamente do investimento e da indústria; está claro nos números e nos dados, vem do investimento e da indústria. Sim, mas por que o investimento e a indústria tiveram essa capacidade de aquecer a economia e de puxar o PIB para o patamar de 1,4%. E aí eu queria aqui trazer alguns dados que considero importantes. Um dos elementos colocados é o consumo das famílias, que está diretamente ligado a queda da inflação, aumento de renda, aumento do emprego e entrada do reajuste do salário mínimo superior, quase o dobro da inflação, que começou a ser pago a partir de junho. Aliás o economista Marcelo D’Ávila, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea –, faz exatamente esta reflexão: a queda dos preços está beneficiando especialmente a população mais pobre, já que são os alimentos os principais produtos que vêm empurrando a inflação ladeira abaixo. Ele ressalta porém que os efeitos da deflação estão sendo sentidos com maior vigor no mês de julho, o que deve ajudar a manter as vendas do comércio em alta.

Por que a partir de julho? Exatamente por causa da entrada em vigor do novo valor do salário mínimo.

Por isso, o aumento do consumo das famílias está diretamente ligado a políticas adotadas pelo Governo Lula no controle rígido da inflação, no aumento da renda – porque estão aí todos os indicadores inclusive do Dieese, dos acordos salariais com reajustes superiores –, a questão do emprego em que continuamos mantendo, em média, mais de cem mil empregos novos com carteira assinada mensalmente, e o salário mínimo, além disso, o crédito e o investimento. Isso também está colocado em todos os números apresentados para essa puxada, esse número positivo de crescimento além de todas as expectativas do PIB, é a questão do crédito. Veja bem, o crédito para pessoas físicas teve um crescimento de 36%; o crédito para pessoas jurídicas, 14% nesse período. Portanto, toda a política adotada pelo Governo Lula, que implementou, mediante o crédito consignado, com desconto em folha, a possibilidade de democratizar, de acessar, de fazer a inclusão bancária para parcelas significativas da população que aqueceram o mercado interno, que colocaram dinheiro para circular para aquisição de produtos, que movimentaram a indústria, promovendo um acréscimo. Não de graça, não é à toa que estamos tendo estes resultados.

Escuto com prazer o Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, fico feliz com os números apresentados, com os resultados das investigações, com os entendimentos na Casa, nas Comissões. Há tranquilidade entre nós. Parabenizo a Casa pelos resultados. Vi nos jornais a alegria do Ministro Palocci que deve ser estendida ao conjunto do Governo, assim como ao setor da economia brasileira, o setor empresarial, a classe produtora. O meu aparte consiste em dizer que, após esses episódios todos, após as eleições do PT, caberia, no meu entendimento, uma espécie de um congresso nacional do PT, porque o receituário econômico adotado pelo Governo, com todas as críticas que recebeu desde o início, mesmo dentro do PT, sem falar das críticas da Oposição e de alguns empresários brasileiros, merece uma reflexão profunda sobre o que está acontecendo no País, do ponto de vista da limpeza, da moral, da ética, do ponto de vista da condução da economia nacional. Então, queria já iniciar essa conversa a partir de V. Ex<sup>a</sup>, da Bancada e posteriormente dos eleitos para a Direção do PT, para fazer essa reflexão talvez em congresso, se vamos ou não, daqui pra frente, reavaliar a conduta de Governo em relação à economia nacional. E é claro que esses resultados tão brilhantes dessa economia, como V. Ex<sup>a</sup> bem frisou, não pode ter nascido de uma hora para

outra, não pode ser obra de uma pessoa que possa se dizer que foi iluminada por um raio divino. Isso faz parte de um conjunto, da atitude e da seriedade de um Governo que entrou ciente de que tinha que contribuir com o viés da democracia, casado com o equilíbrio fiscal e com o crescimento com um mínimo de distribuição de renda. Portanto, parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Eu iria falar sobre o tema, mas, tendo em vista que já me sinto bastante contemplado no seu pronunciamento, vou me resguardar para falar sobre outro assunto. Parabéns.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Sibá Machado.

Dando continuidade a minha linha de raciocínio, quero dizer que tenho inúmeras críticas a fazer, na velocidade, no ritmo, sobre a questão dos juros. Não quero trazer aqui este debate porque acho que ele mereceria outra linha de pronunciamento. O que quis trazer para esta tribuna hoje é que aqueles que não suportam o diferente, que não têm capacidade de conviver com o contraditório, que têm comportamento fascista de eliminação daquilo que não consideram igual, do mesmo nível econômico, social, intelectual, eles tendem a desqualificar. Essas pessoas não conseguem compreender que, apesar de podermos estar em outro patamar talvez ainda melhor – poderíamos estar mesmo –, nada do que está acontecendo hoje é obra do acaso. Tudo o que está acontecendo, que foi divulgado ontem, é fruto de políticas adotadas de forma deliberada pelo Governo Lula, senão não estaríamos tendo esses resultados. Volto a dizer: esses resultados tiveram como base o investimento e a indústria, e isso só pôde vir do aumento do consumo das famílias, da renda, do trabalho, do emprego, do crédito, do investimento e das exportações. Lembro que todas essas questões são advindas da política adotada.

Para dar mais alguns elementos, Sr. Presidente Senador Pedro Simon, se a Mesa me conceder mais alguns minutos, quero dizer que, em relação aos investimentos, o BNDES já concretizou R\$29 bilhões em créditos concedidos até o momento. Deve fechar o ano com R\$50 bilhões de crédito para financiamento produtivo não para privatizar, não para se desfazer de patrimônio, mas para injetar na economia a fim de gerar emprego. Veja bem, R\$50 bilhões é algo extremamente significativo. O BNDES, ao longo dos oitos anos do Governo Fernando Henrique, nunca conseguiu aplicar um montante desse. Então, é muito importante termos claras essas políticas adotadas. Por exemplo, não seriam possíveis os recordes das exportações se não tivesse havido uma ação de Governo muito clara no sentido de abrir mercados, de oportunizar a entrada de produtos diversificados para que a nossa indústria

pudesse disputar o mercado internacional. Ampliação das exportações, não estaríamos tendo. Com o dólar no patamar em que está, não continuaríamos tendo recordes em cima de recordes de exportação. Portanto, foram as ações de Governo que criaram as condições.

Penso que podemos fazer todo o debate que este momento de crise política exige. Ontem, a leitura do relatório parcial das duas CPMIs foi um momento de dignidade do Congresso, porque demos encaminhamento à investigação, como a população estava aguardando, ou seja, a parte relativa aos Parlamentares sai da CPMI dos Correios, que agora vai centrar-se no exame dos contratos, na maneira como a máquina pública está montada, o que permite a corrupção. No caso da movimentação financeira, Senador Pedro Simon, nós poderemos nos focar na questão da entrada do dinheiro, que é aquele famoso debate sobre os corruptores, que V. Ex<sup>a</sup> tantas vezes tem levantado.

A CPMI da Compra de Votos poderá dar continuidade à investigação para saber quem recebeu, por que receberam, onde aplicaram o dinheiro. O relatório parcial foi encaminhado à Presidência da Câmara, onde está afeto o problema, já que os arrolados no relatório são todos Deputados Federais, para que se dê continuidade aos processos de investigação. Cassações poderão advir daí. Portanto, o que fizemos ontem enquadra as investigações e dá celeridade, dá foco e dá encaminhamento ao processo. Por isso é que tenho o entendimento de que, com os dados da economia divulgados ontem, resultado das políticas aplicadas, o Congresso precisa implementar as votações dos projetos que dão sustentação a esse crescimento.

Uma série de projetos estão aí para serem votados, desde a Lei Geral da Microempresa, da Pré-empresa, das Agências Reguladoras, a legislação sobre a reforma do Judiciário, que precisa ser terminada para agilizar a Justiça. Também é preciso concluir todo o debate a respeito da reforma política. Todas essas questões passam a ser prioridade zero, no meu ponto de vista, para que não percamos o resultado positivo apresentado ontem.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço-lhe o tempo a mais que V. Ex<sup>a</sup> tão generosamente me deu.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS)  
– Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS)  
– Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, pela ordem.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, quando oportuno e logicamente após a palavra do Senador Paulo Octávio, me concedesse a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS)  
– A Casa toda já se movimentou. V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito e é o próximo, independentemente de ter perguntado.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, Senador Paulo Octávio.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é muito bom ter na presidência da sessão o nobre Senador pelo Rio Grande do Sul Pedro Simon, até porque ontem, Senador, nós, no PFL, tivemos a grande alegria de presenciar a filiação do ex-Ministro Pratini de Moraes ao Partido da Frente Liberal.

Em seu discurso de filiação, ele disse a todos nós que o que o levou a, naquele momento, assinar a ficha do nosso Partido foi justamente o compromisso que o PFL tem com o desenvolvimento, com a geração de empregos, compromisso principalmente realçado no binômio do Partido, que é emprego e educação.

O ex-Ministro Pratini de Moraes disse que viu na televisão informações sobre a morte do eletricista brasileiro em Londres, num atentado sem igual na história daquele país. Os dados mostravam que mais de três milhões de brasileiros estão fora do Brasil porque aqui não conseguem emprego. Brasileiros que tentam cruzar a fronteira dos Estados Unidos e lá entrar de forma ilegal são humilhados, são presos, passam humilhações porque querem trabalhar. O ex-Ministro Pratini de Moraes disse que, no momento em que constatou os dados tão constrangedores para o nosso País, entendeu que deveria, sim, assumir um compromisso político-partidário, usar toda a sua experiência de ex-Ministro de tantas Pastas e se filiar a um partido que tem um projeto, que tem um programa, que tem um compromisso com este País. Por isso a filiação dele ontem, a que assisti, presidida pelo Senador Jorge Bornhausen, acompanhada pelo Senador Marco Maciel, aqui presente, e por grande número de Senadores e Deputados do PFL, foi um momento de muita satisfação para todos nós.

E lá estava também uma pessoa importante aqui em Brasília, que é amigo de V. Ex<sup>a</sup>, o Deputado Osório Adriano, amigo também do Senador Marco Maciel.

Isso foi pela manhã. E, à noite, tive a imensa alegria, como Presidente do PFL em Brasília, de participar de uma homenagem a esse Deputado.

E, no momento em que nós todos, constrangidos, abrimos os jornais e vemos uma lista de 18 parlamentares sendo acusados, sendo investigados, 18 parlamentares na capa de todos os jornais de nosso país, fiquei bastante feliz de ver um parlamentar ser homenageado, algo raro nos tempos atuais. Coisa rara. E o Deputado Osório Adriano foi homenageado. Foi homenageado, teve o seu nome gravado com letras grandes num prédio em Brasília, onde residem 60 famílias, e foi saudado por um grande contingente de pioneiros, de cidadãos, de pessoas que vivem aqui há muitos anos. O Deputado Osório Adriano chegou aqui em 1957, trabalhou na construção dos ministérios que aí estão até hoje em ótimo estado de conservação, com estruturas bem fortes, para aguentar todas as crises por que têm passado. (*Risos.*)

O Deputado Osório Adriano, que é engenheiro civil por formação, mas político por vocação, começou sua vida nesta cidade. Tenho feito aqui, sempre que possível, a saudação a pessoas como Osório: empreendedor, dinâmico, homem de fé, de família, que, no passar dos 48 anos de vida nesta cidade, construiu um leque de empresas na área de automóveis, de locação, de construção civil, de produção e distribuição de refrigerantes, de hotéis, enfim, um homem que investiu toda a sua vida em Brasília, 48 anos de dedicação a esta cidade. Muitas vezes o cidadão pode ser apenas um empresário, muitas vezes o cidadão pode ter a opção de ser um empresário, pagar impostos, gerar empregos e também cumprir muito bem o seu papel.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** – Senador Paulo Octávio, V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – PE)** – Com a maior alegria, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** (Com revisão do orador.) – Senador Paulo Octávio, eu gostaria de associar-me à manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, não somente com relação ao ingresso do ex-Ministro Pratini de Moraes no PFL, mas também e sobretudo à homenagem que V. Ex<sup>a</sup> presta ao Deputado Osório Adriano, que se constitui numa legenda da vida política do Distrito Federal. Não posso esquecer que a campanha do Presidente Tancredo Neves se iniciou no edifício Brasal, pois Osório Adriano teve o gesto, à época ousado, de disponibilizar instalações de sua propriedade, para se instalar um comitê provisório, que serviu posteriormente como sede do PFL, que se organizava, e ele foi extremamente coerente em todo esse projeto. Inicialmente, ele estava apoiando a candidatura do então Vice-Presidente Aurélio Chaves. Quando se formou um grande acordo

político em torno do Presidente Tancredo Neves, ele se juntou a todos nós – e aqui está, inclusive, o Senador Pedro Simon, que foi um dos líderes do movimento –, de forma decidida e determinada, para viabilizar a candidatura de Tancredo Neves, que, ao final de contas, representava mais do que uma candidatura presidencial. Mas o grande movimento que pervadiu todo o País, no sentido de concluir o processo de transição com relação à democracia, foi a convocação de uma Constituinte, a de 1988, que estabeleceu no Brasil o Estado democrático de direito. Eu diria até que a Constituição de 1988 – e encerro, não quero tomar o tempo de V. Ex<sup>a</sup> – para mim representa muito, porque talvez seja a primeira vez que temos uma Constituição que realmente enseja a prática de uma democracia sem adjetivos. Ninguém pode deixar de reconhecer que a de 1946 foi muito importante, mas conviveu com graves incidentes na sua curta geração. A de 1988, me parece que lançou muito fundo as raízes da institucionalização democrática e está fazendo com que o País viva de fato um regime de liberdade, de paz e, sobretudo, de busca de justiça social. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelas homenagens que presta.

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL DF)** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel. V. Ex<sup>a</sup>, que foi o fundador do PFL, sabe muito bem a história nesta cidade de Osório Adriano, e é com muita honra que recebo o seu aparte.

**O Sr. Mão Santa (PMDB PI)** – Senador Paulo Octávio, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL DF)** – Com muita alegria, passo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – V. Ex<sup>a</sup> hoje é um dos símbolos desta cidade de Brasília, pelo amor que lhe devota. E quis Deus que fosse introduzido na família mãe de Brasília, na família de Juscelino Kubitschek. V. Ex<sup>a</sup> teve a coragem e a bravura, em nome da família, de rechaçar a semelhança do grande estadista Juscelino Kubitschek da figura do Presidente Lula. Mas V. Ex<sup>a</sup>, ontem, deu mais um grande passo naquilo que é o estereótipo de V. Ex<sup>a</sup> e que, sem dúvida alguma, é uma inspiração na vida de Juscelino Kubitschek, entregando a Brasília mais do que uma estrutura bela, um patrimônio físico, mas, muito mais, expressando a gratidão e o reconhecimento a um parlamentar, numa hora de tanta dificuldade para o Parlamento brasileiro. A adversidade é uma bênção disfarçada. O PFL que eu sempre combati no meu Estado se enriquece no Brasil com a presença desse grandioso e extraordinário brasileiro Pratini de Moraes. Só a ignorância audaciosa é que incita os números de vitórias e de reação do setor agrícola, como se fosse uma conquista. Todos sabemos do ciclo da produção de uma agricultura, do

planejamento, e muito se deve ao povo brasileiro que está no campo enfrentando dificuldades e mais ao extraordinário Ministro da Agricultura que foi Pratini de Moraes, que desenvolveu extraordinariamente o setor. E eu só citaria um número para o PT se mancar: quando eu governei o Estado do Piauí, este tinha uma produção de soja de dez mil toneladas, e, no Governo em que foi Ministro da Agricultura Pratini de Moraes, passou para quatrocentas mil toneladas de soja, sendo possível à antiga Cerval, que hoje é a Bunge, estar lá no Piauí e transformar a cidade de Uruçuí num grande pólo de desenvolvimento da agricultura do Brasil, hoje dirigida pelo extraordinário Prefeito Francisco Filho. Isso tudo foi possível. Então, enriquecem-se o PFL e a democracia brasileira. Está aí um candidato forte à Presidência da República. E faço um desafio público: Marco Maciel, há quinze anos, ousou ser candidato a Presidente da República e disputou uma prévia com Aureliano Chaves. Marco Maciel, há quinze anos, tinha coragem e um sonho, e agora está aí outro nome que enriquece. Um quadro vale por dez mil palavras. Nós queremos dizer que o nosso PMDB, diante desta crise, tem o mais virtuoso dos homens, Pedro Simon, que está na Presidência neste momento, e poderia ser, Deus permitindo, um grande Presidente desta Pátria no momento de incerteza e desonestade que vivemos.

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL DF)** – Muito bem! Agradeço o aparte ao Senador Mão Santa, ele que é médico e que, quando se fala em Juscelino Kubitschek aqui em Brasília, sempre levanta a sua voz na defesa do grande Presidente. Agradeço muito, Senador Mão Santa, pela sua contribuição, inclusive na homenagem que fazemos ao Deputado Osório Adriano aqui nesta tribuna.

Mas, Senador Pedro Simon, poucos homens, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe, têm a coragem de ingressar na vida pública. Poucos homens têm a coragem de se filiar a um partido político. E esse brasiliense – eu digo brasiliense, apesar de ser mineiro brasiliense –, assim que foi formado o PFL, assumiu a Presidência do Partido aqui em nossa cidade.

Nesses vinte anos, não só foi Presidente, como atualmente é Presidente de Honra. Prestou um enorme trabalho pela democratização da nossa cidade. Como sabe V. Ex<sup>a</sup>, Brasília era uma cidade cassada, pois não tínhamos eleições. Foi Osório Adriano que, à frente da Associação Comercial, ao lado de outros companheiros como Lindberg Cury, deu-nos a nossa emancipação política, que foi uma batalha de que V. Ex<sup>a</sup> participou e em tanto contribuiu. Além disso, foi o fundador da Fibra e da Fecomércio. Enfim, foi um ho-

mem que soube dedicar a sua vida, o seu tempo, o seu trabalho pela democratização de Brasília.

Em 1986, candidatou-se pela primeira vez, lançou seu nome a um mandato político na nossa cidade.

Em 1990, foi eleito Deputado Federal ao meu lado, e aqui fizemos uma boa bancada, uma boa trincheira em prol de Brasília. Foi o momento do primeiro Governo Roriz.

Osório foi quatro vezes Deputado Federal. Atualmente, exerce o seu mandato pela quarta vez consecutiva e presta um enorme serviço a nossa cidade, com inúmeros projetos de lei apresentados, todos de interesse da cidade.

Logicamente, gostaria de aqui realçar a grande contribuição que deu na aprovação do Fundo Constitucional, uma vitória de Brasília que passou pela Câmara e foi aprovada no Senado no dia 22 de dezembro de 2002, ainda no final do Governo Fernando Henrique Cardoso. Essa medida trouxe a tranquilidade econômica a nossa cidade.

Osório hoje, por tudo o que fez por Brasília, representa o que há de mais positivo na política e na vida empresarial da cidade. É um homem que é uma referência, é homenageado em todos os lugares por onde passa e contribuirá ainda muito com a nossa cidade.

Ao lado de Dona Sílvia Adriano e de seus filhos Osório Neto, Fernando Adriano, Maria Tereza e vários netos, esse homem é um exemplo de dignidade no momento tão difícil que estamos atravessando neste País.

**O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF)** – Ouço o aparte do Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS)** – Sr. Presidente Pedro Simon, eu sei que sou a campainha, mas não posso deixar de dar meu testemunho, primeiro de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Octávio, ardoroso defensor de tudo o que diz respeito à Capital da República, e também pela oportunidade feliz de V. Ex<sup>a</sup> estar festejando o ingresso, em seu Partido, de um homem que, no Ministério da Agricultura, estimulou as exportações e ajudou o Centro-Oeste, fundamentalmente na agricultura e na pecuária, setores que hoje – está comprovado – são responsáveis pelo superávit na balança comercial do País. E também pela homenagem que V. Ex<sup>a</sup> presta ao Deputado Federal e grande empresário, o Deputado Osório Adriano, de Minas Gerais, que veio a Brasília quase nos primórdios de sua fundação. Homem de bem e de caráter, que merece, portanto, esta homenagem de V. Ex<sup>a</sup>. Eu o conheço pouco de convivência, mas muito mesmo pelo trabalho do empresário ilustre que V. Ex<sup>a</sup> homenageia.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Senador Ramez Tebet, certamente Osório Adriano ficará sensibilizado com suas palavras, porque realmente se trata de uma homenagem a um homem de bem.

Volto a dizer que, no momento em que a classe política não tem recebido muitas homenagens, é raro assistirmos a uma homenagem como a que assistimos ontem, com a presença de mais de 300 pessoas, parabenizando o trabalho efetivo do Deputado Osório Adriano em prol do desenvolvimento de Brasília.

Encerro as minhas palavras, deixando registrado nos Anais do Senado, na manhã de hoje, com os apartes eminentes de ilustres Senadores desta Casa, o brilhante trabalho desenvolvido pelo Deputado Osório Adriano, Presidente de honra do PFL do Distrito Federal, em prol do desenvolvimento, da consolidação da Capital de todos os brasileiros. Que Deus dê vida longa a esse grande brasileiro que tanto honra Brasília!

Muito obrigado, Senador Pedro Simon, por presidir a sessão neste instante de homenagem a um brasileiro e a um político num momento tão difícil da vida pública do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Senador Paulo Octávio, felicito V. Ex<sup>a</sup>, em primeiro lugar, pela filiação do Deputado Pratini de Moraes. Eu, como rio-grandense-do-sul, conheço sua atividade desde as suas origens; aliás, desde o seu berço. A sua mãe foi uma mulher fantástica, talvez a mulher do Rio Grande do Sul que mais se dedicou ao serviço de assistência social, que iniciou lá atrás a campanha de combate ao câncer.

E o Pratini – é uma coisa impressionante – é o brasileiro que mais vezes foi ministro e que melhor se saiu nas vezes em que assumiu as Pastas. Acho que realmente o Pratini tem todas as condições para governar o Rio Grande, para ser candidato do Partido de V. Ex<sup>a</sup> a Presidente da República. Eu o acho, realmente, uma figura de primeira grandeza. Essa é uma vitória muito grande para vocês, no Rio Grande do Sul, e uma perda lastimável para os nossos amigos do PP do Rio Grande do Sul.

Com relação ao Presidente de honra aqui de Brasília, V. Ex<sup>a</sup> tem razão em explicar a importância e o significado desses pioneiros. E, entre eles, não há dúvida nenhuma, a figura de V. Ex<sup>a</sup>, que é, hoje, dentro do desenvolvimento, dentro da identificação com as coisas de Brasília, talvez – inclusive, disse bem o Senador Mão Santa, até pela identificação com a família de Juscelino –, quem mais representa o povo desta terra e quem mais se identifica com Brasília aqui no Congresso.

Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, em nome da Mesa eventual, e tenho certeza de que da Mesa permanente também.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Presidente Pedro Simon, Srs e Srs. Senadores, a região Nordeste, que engloba, como se sabe, nove Estados nordestinos, do Maranhão à Bahia, estende-se por 1,2 milhão de quilômetros quadrados, predominando em grande parte dessa vasta área o bioma especificamente brasileiro, a caatinga.

O clima da caatinga, caracterizado pela escassez e má distribuição de chuvas, é o semi-árido, que também atinge algumas áreas vizinhas pertencentes à região Sudeste. Esse conjunto de territórios alcança quase um milhão de quilômetros quadrados, cobrindo aproximadamente 86% do Nordeste, 11% de Minas Gerais e 3% do Espírito Santo, com mais de 22 milhões de habitantes.

No semi-árido, a questão é obviamente a água, um recurso essencial para toda a humanidade. No caso do Nordeste, ele é extremamente importante porque escasso. A região convive com a seca e, mais do que isso, com um processo crescente de desertificação.

A compreensão da exata dimensão desse enunciado orientou a formulação e execução do Projeto Asa Branca, ao tempo em que eu governava Pernambuco, de 1979 a 1982. A designação do programa era uma referência ao pássaro que retorna quando chove e que foi imortalizado nos versos e na melodia da dupla Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.

Considero o *Asa Branca* o hino do Nordeste, porque chama a atenção para o drama nordestino e contém um forte apelo telúrico que se expressa no amor do homem a sua terra, em que pesem as vicissitudes em que vive.

O Programa Asa Branca, além da construção de açudes, da perenização de rios e da instalação de água canalizada ou de uma simples torneira pública – que no Nordeste chamamos de chafariz –, outras realizações, pequenas-grandes obras, foram espalhadas em todo o sertão e no agreste pernambucano. Não vou enumerar todas essas ações desenvolvidas em Pernambuco, mas gostaria de dizer que aquilo que fiz como Governador continua sendo uma marca da minha ação como homem público em relação ao Nordeste brasileiro.

Em 15 de novembro de 1999, ocorreu no Recife – volto à questão da água – encontro internacional de grande importância, a Conferência promovida pelas Nações Unidas para discutir ações de combate à de-

sertificação e à seca. Foi talvez o evento sobre o tema mais importante ocorrido no Brasil.

Tive o privilégio de abrir o encontro por encontrarme, então, no exercício da Presidência da República. Na oportunidade transmiti a mensagem do Governo do Brasil sobre a expectativa de que a Convenção viesse “a se tornar um instrumento eficiente de promoção do desenvolvimento sustentável, que concilie eficiência econômica e proteção ambiental e deixe como legado às futuras gerações o mundo livre do flagelo da desertificação e da seca”.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, esse evento da ONU é histórico para o Brasil e de alta relevância para a população que vive no semi-árido brasileiro, se bem que a questão da desertificação não seja, infelizmente, hoje apenas um problema do Nordeste brasileiro, porque já há manchas de desertificação em Estados do Sul do País, inclusive o Paraná.

Esse evento vem-me à memória porque, ao lado de grandes empreendimentos necessários para combater as secas, há um, a meu ver, de custo perfeitamente justificável, considerando os benefícios que propicia à população pobre e carente, e que se enquadra nas recomendações da ONU, instituição que promoveu esse congresso a que me reporto.

Trata-se da construção de cisternas, reservatórios para águas pluviais coletadas em calhas, feitas de alvenarias, com tecnologia simples mas efetiva e utilização de materiais de fácil obtenção, ou seja, aqueles que se encontram disponíveis na própria região nordestina. É prática antiga mas que se tornou de uso mais intenso a partir da realização do Congresso da ONU, a que me referi, graças a uma entidade criada para a coordenação do encontro internacional e que, por decisão dos seus membros, transformou uma ocupação efêmera numa atividade permanente de apoio à sofrida população da caatinga.

Refiro-me, portanto, à ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro, instituição sem personalidade jurídica e estruturada sob a forma de um fórum de organizações da sociedade civil, congregando atualmente aproximadamente 700 instituições, tais como entidades religiosas – nomeadamente a CNBB – além de organizações não-governamentais, associações rurais e urbanas, sindicatos e federações trabalhistas, entidades de classe – como a Febraban, poderosa, inclusive sob o ponto de vista financeiro –, movimentos sociais e organismos de cooperação internacional, públicos e privados.

A ASA foi fundada em julho de 1999 e hoje se encontra em plena atuação com uma série de programas, entre os quais a criação de cisternas, a que gostaria de me referir. Devo dizer que me aproximei dessa entidade durante o encontro internacional, mas,

posteriormente, tive ocasião de conviver mais com os problemas tratados pela ASA, em função de um telefonema que recebi de Dom Mauro Morelli – à época, bispo de Duque de Caxias\* –, que, em nome da CNBB, coordenava o referido programa.

Tivemos a oportunidade, além de reuniões que mantivemos com ele e com membros da instituição, de promover também um encontro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Desse encontro surgiram novas idéias, como a de buscar aporte de recursos financeiros, inclusive de recursos internacionais a fundo perdido, por intermédio de instituições de grande significação como o Banco Mundial, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Vou concluir, Sr. Presidente.

A ASA está sediada no Recife e desenvolve um trabalho de alto valor social, econômico e cultural voltado para a economia familiar e das pequenas comunidades, na periferia dos grandes centros e localidades do semi-árido, de modo geral, vale dizer no Nordeste, em parte do Sudeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo.

São muitos os programas que a ASA desenvolve: combate à desnutrição infantil, alfabetização, parcerias com comunidades e Municípios e outros, para o desenvolvimento de políticas que assegurem o desenvolvimento regional sustentável.

Quero, no entanto, salientar um único programa da ASA, pela extraordinária importância humana que tem. Trata-se do programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), apresentado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, por volta do ano 2000 ou 2001, que se sensibilizou com a idéia e incentivou o seu desenvolvimento.

Esse é, talvez, o principal projeto da ASA, no meu julgamento. É voltado para a construção, no semi-árido brasileiro, de um milhão de cisternas de um modelo desenvolvido após cuidadosa pesquisa. São feitas pelo método do mutirão artesanal, com a capacidade de até 16 mil litros de água, portanto, 16m<sup>3</sup>, volume que tem demonstrado ser suficiente para garantir o abastecimento de água potável para uma família de cinco membros, por cerca de oito meses de estiagem. O custo unitário médio de cada cisterna é de R\$1.470,00, ou seja, com esse valor, faz-se uma cisterna e assegura-se aos nordestinos acesso ao bem essencial, sem o qual não se consegue sobreviver, que é a água.

A seguir, Sr. Presidente, enumero dados sobre o projeto:

– Coordenação geral: Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido – AP1MC, entidade administrativa e operacional da ASA,

com personalidade jurídica. Operacionalização: Unidade Gestora central, no Recife, e mais 55 Unidades Gestoras Microregionais, distribuídas nos estados do Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais. Comissões Executoras: Municipais e Comunitárias.

- Meta: um milhão de cisternas em cinco anos (a partir de junho de 2003), distribuídas nos 11 estados citados, sendo 146 mil em Pernambuco. Considerando uma cisterna por família, o programa visa o atendimento de cerca de cinco milhões de pessoas com água potável para consumo doméstico (beber e cozinhar).
- Orçamento: aproximadamente 1,5 bilhão de reais.
- Situação do Projeto: passados cerca de dois anos (40% do prazo total), foram construídas em torno de 100.000 cisternas, portanto 10% da meta para os cinco anos.

Ao encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer, por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, um apelo ao Governo Federal para que dê prioridade ao referido programa, de grande significação humana e social. Ele é feito pela própria família que se beneficia da cisterna, não recorre a nenhum equipamento importado, é feito pelas mãos do homem do sertão, do semi-árido, da caatinga e assegura-lhe e a sua famílias sobreviver no instante da estiagem.

Infelizmente, Sr. Presidente, a estiagem no Nordeste não é exceção, é a regra. Muitas vezes, o semi-árido sofre seca durante oito ou dez anos consecutivos. Posso até dar um simples depoimento.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Certa vez, como Governador, fiz um açude em um Município do semi-árido. Dez anos depois, o Prefeito me telefonou para dizer: “Tenho uma boa notícia: choveu e juntou água”. Ele esperou dez anos, após a construção do açude, para que pudesse se beneficiar dele. Isso significa dizer, mais uma vez, que a seca é a regra; a chuva é exceção. E, quando chove, chove irregularmente, ou seja, chove muito em um determinado mês, depois as chuvas cessam, condenando o homem naturalmente à frustração de sua safra, à perda do rebanho e, por que não dizer, a ficar sem condições sequer de utilização de água para a ablução humana.

Portanto, Sr. Presidente, eu apelo, por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, ao Governo Federal para que alocue mais recursos para a continuação desse programa, que está com sua continuidade defasada em função da meta, que era de fazer um milhão de cisternas. Espero que, com a alocação de recursos, possamos passar para uma meta ainda mais ousada, a de construirmos dois milhões de cisternas, o que fará com que obviamente

se multiplique a possibilidade de assegurar o acesso do homem à água.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – E, mais do que isso, criar condições para que o homem pobre, aquele que muitas vezes não tem advogado para vocalizar suas teses, que não tem grandes defensores, para que esse homem pobre que vive nas caatingas, no semi-árido, possa ter uma vida menos dura, uma vida que pelo menos lhe assegure acesso à água.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e espero que o apelo que ora faço sensibilize o Governo Federal, alocando recursos para a continuidade desse programa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, muitas vezes ocupei a tribuna desta Casa para falar da má qualidade do nosso sistema de penitenciárias. É uma lástima; onde cabem cem há mil, quinhentos ou seiscentos. E, em vez de ser um sistema correcional, que faça o cidadão se recuperar, pagar sua pena perante a sociedade e recuperar-se, é um sistema que, infelizmente, faz com que todos que são prisioneiros, inclusive por causas simples, virem pós-graduados em criminalidade. Esse é um problema sério. As nossas penitenciárias se transformaram em universidades do crime, seja pela revolta que o cidadão passa a ter, pelo tratamento que recebe internamente, seja por toda a quebra da bolha psicológica, porque o cidadão não tem sequer espaço para ter a sua intimidade, tamanha a quantidade de pessoas. Mesmo com animais, em laboratório, quando se aumenta a quantidade de ratos em um mesmo espaço, cresce a violência, aumenta o surgimento de cânceres. Enfim, são muitos os indicativos de que, em qualquer ser vivo, essa irritabilidade pela perda do seu espaço gera todos esses problemas.

Nosso sistema tem sido permanentemente criticado, mas as soluções têm sido muito lentas e não

têm resolvido o problema. Na Paraíba, na penitenciária do Serrotão, em Campina Grande, tivemos uma rebelião anteontem, inclusive com reféns – graças a Deus alguns já foram até libertados essa madrugada. Mas isso também é mais um efeito dessa má qualidade dos nossos presídios. São presídios onde, infelizmente, o cidadão, como eu disse, não se recupera, pelo contrário, degenera-se um pouco mais.

Espero que a rebelião no Serrotão termine sem vítimas, sem mortos. Hoje o Secretário Pedro Adelso disse que muitos desses que estão lá reféns são parentes dos próprios presidiários, o que aumenta a esperança de todos nós em que não haja vítimas.

É exatamente por isso que hoje ocupo a tribuna, para pedir ao Ministério da Justiça que auxilie, oriente, apóie, conceda verbas ao nosso sistema penitenciário, dê mais atenção ao sistema prisional e mais importância à recuperação das pessoas que pegaram um desvio no caminho da vida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Pedro Simon, que dirige, para nossa alegria, os trabalhos desta manhã, Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna hoje é a defesa do Poder Legislativo, que está lá embaixo nas pesquisas de opinião pública, com cerca de 1%. É a instituição mais desacreditada da República. Mas acho isso uma injustiça, Senador Sibá Machado. Os pecados do Poder Legislativo aparecem aos olhos da população justamente por ser o Poder mais transparente, o Poder mais aberto, o Poder que está mais perto do povo.

No Brasil, por exemplo, na esfera federal, o Poder é composto por 531 Deputados e 81 Senadores. São mais de 600 Parlamentares. É natural, portanto, que haja desencontros. Mas este Poder Legislativo está se reencontrando, a meu ver. Esta é a oportunidade do Poder Legislativo.

Não me quero alongar na importância do Poder Legislativo para a democracia, mas neste momento quero defender o Poder Legislativo e fazer-lhe um apelo, porque não podemos, Senador Pedro Simon, perder esta oportunidade que a História está nos dando. É uma oportunidade que eu diria histórica. Por que digo que é histórica? Porque o Brasil nunca assistiu a um oceano de escândalos como este, em que está havendo de tudo: lavagem de dinheiro, caixa dois para a eleição, corrupção para o enriquecimento ilícito de homens públicos, mensalidades ou vantagens para Parlamentares votarem a favor do Governo.

Um partido político que representava a ética – e me refiro a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sibá Machado, prestando-lhe até uma homenagem –, não podemos negar as evidências de que esse partido caiu em descrédito diante da opinião pública, porque dele se esperava tudo, menos o que está acontecendo.

É hora de o Poder Legislativo agir. E as CPIs estão agindo – folgo em dizer isso –, estão mostrando ao País que estão trabalhando. Demos as primeiras provas nesta semana. Ainda ontem, duas CPIs se reuniram. Estiveram, antes, reunidas com o Presidente desta Casa e enviaram os nomes de dezoito Parlamentares – já foi um passo avançado – à Câmara dos Deputados, para o Conselho de Ética, onde as acusações serão sopesadas. Com certeza, haverá julgamento, que há de ser justo para com aqueles que estão envolvidos, mas especialmente justo para a sociedade, que espera que o Congresso Nacional não fraqueje, que espera que o Congresso Nacional dê uma demonstração de maturidade, porque o Brasil está sendo passado a limpo, sim.

Eu nunca vi tanta corrupção! Tenho conversado com Senadores. Senador Pedro Simon, permita-me invocar a figura de V. Ex<sup>a</sup>, no meu entender, ícone da dignidade e da moralidade nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup> é uma honra do PMDB. Permita-me dizer que, conversando com V. Ex<sup>a</sup>, há algumas semanas, disse V. Ex<sup>a</sup> que, na sua vida de homem público, nem sabia que existiam determinados atos que são praticados. V. Ex<sup>a</sup> me disse que não sabia que existia “mensalão”. Eu também não sabia que isso existia.

Sr. Presidente, o Poder Legislativo vai agir. O Poder Legislativo vai passar a ser mais respeitado pela população brasileira, pela sociedade brasileira. Ele tem que dar a sua contribuição para o aperfeiçoamento democrático do País, para o exercício da cidadania. Tem que dizer ao povo que o Brasil tem que ser um País mais justo. Quero dizer ao povo que ele não perca a esperança, que ele acredite nas instituições, acreditando no Poder Legislativo.

Pergunto: dos três Poderes, qual o que trabalha de forma mais transparente, mais aberta? Não é o Poder Legislativo? Temos erros? Temos, sim, mas erros como esses que estão sendo cometidos não são erros, mas pecados que se cometem contra a sociedade brasileira.

Discutiu-se, esta semana, a questão da educação para a criança a partir do seu nascimento e o direito que elas têm à creche. Quantas creches poderiam ser construídas com todo esse dinheiro? E a Nação assiste estarracida a essa locupletação do dinheiro público. Quantas escolas, quantos hospitais, quantos postos de saúde poderiam ser construídos? No entanto, às vezes o Poder Legislativo é acusado porque os Parlamentares apresentam emendas individuais. Somos acusados de

desvirtuar a peça orçamentária quando quem historicamente desvirtua o Orçamento, que é o espelho da Nação, que deveria ser mais respeitado, é o Poder Executivo, porque ele não obriga a nada. E nos acusam de distribuir alguns recursos para os Municípios dos nossos Estados, para os Governos dos nossos Estados. Para quê? Para podermos construir e asfaltar as ruas de Municípios brasileiros. Falo isto olhando para o meu Estado de Mato Grosso do Sul, olhando para a cidade que me viu nascer, a nossa Três Lagoas, cuja administração municipal quer asfaltar ruas. É a maior reivindicação do povo. Nós colocamos R\$200 mil ou R\$300 mil para ajudar na pavimentação asfáltica, para ajudar em saneamento básico e não se libera esse recurso. Por que isto? E vêm acusar o Poder Legislativo?

Quantos gastos estão nos cartões de crédito e em outros que estão por aí? Nós aqui estamos fazendo a nossa parte. Pergunto: e os membros do Poder Executivo que estão acusados, que estão envolvidos, o que é que está acontecendo com eles? Dirão muitos que estão sendo responsabilizados pelo Poder Judiciário. Mas pergunto, para demonstrar como somos o Poder mais transparente: alguém sabe disso?

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet...

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – A população sabe? Não sabe, mas sabe quais Parlamentares estão sendo acusados. Portanto, não podemos perder esta oportunidade.

Tenho pouco tempo, sim, mas não posso deixar de dar o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, nem ao Senador Alvaro Dias. Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, que foi quem levantou o microfone em primeiro lugar.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, compreendo o curto tempo e quero ser muito breve. Eu disse, ainda há pouco, num aparte à Senadora Ideli Salvatti, que esta lição nos leva a uma reflexão muito mais profunda sobre tudo: o Estado brasileiro, o papel dos partidos políticos, a gestão de Governo e muitas outras coisas. Quero, a partir de então, começar a defender que, haja o que houver, seja qual for o saldo que tivermos ao final disso tudo, o PT tem obrigação de chamar o Congresso a fazer essa reflexão e repensar uma série de coisas. Talvez isso também motive os demais partidos a fazerem o mesmo, porque o sistema que estamos vivendo hoje, no Brasil, coloca sob suspeição todas as pessoas. Não podemos ficar aqui na dependência de um projeto em que o Senado apresenta um método novo de se fazer eleição no Brasil e ficarmos apenas assistindo se a Câmara vai ou não adotar aquelas medidas. Portanto, não basta, no meu

entendimento, o procedimento de ontem, que é uma das peças que deverão ser levadas a cabo.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – E é isso mesmo que estou afirmando.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Temos que levar a sugestão feita aqui no Senado, os Partidos têm que fazer uma reflexão, temos que reestudar o nosso comportamento, e tantas outras coisas. Infelizmente, a reflexão está sendo feita por força da crise, mas muito melhor que se faça. Nesse caso, quero dizer que estou de pleno acordo com o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> e acho que devemos, por vezes repetidas, insistir em pronunciamentos nesta Casa, até que, quem sabe, todas essas vozes consigam materializar uma boa prática aqui no Parlamento. Parabéns.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Senador Sibá Machado, fico muito honrado, e não é surpresa para mim o posicionamento de V. Ex<sup>a</sup> em defesa da nossa Instituição. Pelo que deduzo do seu aparte, V. Ex<sup>a</sup> também está defendendo o seu próprio Partido, dizendo que se devem expurgar aqueles que praticaram corrupção.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa, com muita honra.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – É honra e orgulho estar no Senado, não só pela figura de Rui Barbosa, mas de Senadores exemplares, como V. Ex<sup>a</sup>, na tribuna, e Pedro Simon, na Presidência. Esse é um grande exemplo. V. Ex<sup>a</sup> foi profundo. O que houve neste Governo foi a falta de humildade, de saber que não sabia. A Constituição está aí. Rui Barbosa disse que a Lei e a Justiça são o único caminho, são a salvação. Sobre a Constituição, há que se meditar, Presidente Lula. Aquele é a 7<sup>a</sup> Constituição brasileira. Já temos uma história de sapiência. Homens se debruçaram e previram isso. Senador Ramez Tebet, lá está escrito que, do bolo do dinheiro arrecadado, 54% são para o Lula, para a União; 22,5%, para os estados; e 21,5%, para os municípios.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Dezenove por cento são para os municípios.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Não. São 21,5% para os municípios.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Mas já está em 19%.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Não. Baixou. Está menor. São 15% ou 14%. Eles foram criando outros mecanismos, e não é dividido o bolo. Foi desobediência à Constituição e, sobretudo, falta de humildade, não buscando, com seriedade, homens como V. Ex<sup>a</sup>, que está aí tão bem representando o Senado e o PMDB.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, não é a primeira vez que V. Ex<sup>a</sup> atribui a mim qualidades que não posso, mas as possui quem

está presidindo esta sessão do Senado da República, sim. Essa homenagem é mais do que justa. Repetiremos sempre isso. V. Ex<sup>a</sup> faz bem. Pedro Simon é um ícone do Senado da República, no meu entendimento. Se, comigo, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, foi generoso; com o Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> foi justo.

Concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Ramez Tebet, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e faço referência ao que V. Ex<sup>a</sup>, de passagem, destacou quanto à utilização dos cartões corporativos. Hoje está na imprensa uma nota da Casa Civil, admitindo a existência de notas frias, justificando despesas com os cartões corporativos. Fiz essa denúncia, há alguns dias, e, prontamente, a Casa Civil, de forma irresponsável, tentou desqualificar a denúncia, afirmando que não existiam notas frias. Agora, tardiamente, reconhece e confirma a existência das tais notas frias. Senador, a chefia da Casa Civil, além de confirmar, deveria remetê-las imediatamente ao Ministério Público. A Chefia da Casa Civil deveria adotar esse procedimento, e a Polícia Federal deveria fazer a investigação. O que não é correto é proteger, eventualmente, servidores públicos desonestos que praticam a malversação do dinheiro público, promovendo desvios de valores significativos. Mesmo que não sejam significativos, a prática da corrupção deve ser combatida, não importa o valor do desvio. Nesse caso, presume-se que o valor seja significativo, pois houve desvio de mais de R\$10 milhões no primeiro semestre deste ano, e dois terços desses gastos foram feitos em saques em dinheiro. Não se trata da utilização do cartão corporativo para o pagamento direto, mas de saque em dinheiro vivo para despesas fictícias, provavelmente, calçadas com notas frias. É muito sério esse fato a que V. Ex<sup>a</sup> fez referência de passagem. Por isso, eu gostaria de destacar o fato que, inclusive, está na imprensa no dia de hoje.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Se eu fiz referência a esse fato de passagem, V. Ex<sup>a</sup> melhorou o meu discurso. Eu o agradeço.

A minha presença nesta tribuna não pretende afirmar aquilo que a Nação inteira sabe e que diz respeito ao que V. Ex<sup>a</sup> falou: corrupção, lavagem de dinheiro. As nossas CPIs estão apurando esses fatos. Isso é bom, Sr. Presidente.

Assisti ontem, até de madrugada, ao depoimento do Dr. João Francisco Daniel, irmão do Prefeito assassinado de Santo André. Até em relação a homicídio, a CPMI está se aprofundando. É isso que quero dizer. O Legislativo está fazendo tudo o que pode. Como disse o Senador Sibá Machado, a remessa de alguns nomes, por exemplo, foi só o começo.

Quero dizer que vamos nos firmar efetivamente se não perdemos a oportunidade que estamos tendo, e o Legislativo não vai perder – tenho certeza disso, tenho confiança – a oportunidade de passar a limpo este País, se não acabando, pelo menos minimizando a corrupção e, ao lado disso, fazendo aquilo que estamos nos propondo, ainda que paulatinamente, que é promover algumas reformas capazes de fechar a porta, de fechar as trancas para a corrupção. É isso que temos que fazer.

Termino o meu pronunciamento pedindo desculpas por ter ultrapassado o tempo, agradecendo àqueles Senadores que me ajudaram, com seus apartes, manifestando e dizendo à Nação brasileira: preste atenção, que quem está trabalhando abertamente, está indo fundo, é realmente o Poder Legislativo, e ele não vai falhar perante a Nação brasileira. É o que espero e é no que tenho confiança.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, ontem o Congresso Nacional deu uma demonstração da exata dimensão da indignação nacional ao decidir por unanimidade aprovar um relatório competente do Deputado Osmar Serraglio, subscrito pelo Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator da CPI do Mensalão.

Sr. Presidente, temos que ter, sim, a noção exata da indignação do povo. Nos últimos dias, uma preocupação perpassava pelo Congresso Nacional em razão de uma postura infeliz do Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, de que poderíamos ter um insucesso em relação aos objetivos de responder à expectativa nacional com a eficiência das investigações que procedemos.

Confesso que foi surpreendente ver a unanimidade das duas CPIs. Confesso que não esperava, Senador Ramez Tebet, a unanimidade, mas isso reflete exatamente as preocupações desta Instituição com a exigência do povo brasileiro de se promover uma assepsia geral com a denúncia, com o combate implacável à corrupção no País. É evidente que há uma descrença generalizada, que leva boa parte dos brasileiros a imaginar um fim infeliz para essas investigações.

Sempre digo que uma tarefa fundamental da Comissão Parlamentar de Inquérito é conquistar a credibilidade, para, com autoridade, promover a investigação política.

Neste caso, imagino, a credibilidade está reconquistada pelo gesto de ontem, nos oferecendo, portanto, as condições indispensáveis para o prosseguimento das investigações. Se tivéssemos uma atitude diferente,

não cumprindo o nosso dever relativamente à primeira etapa das investigações, estariam semeando a descrença, generalizando-a, desacreditando a instituição e impossibilitando a conclusão que se deseja.

É claro que há aqueles que imaginam poder haver algumas injustiças. Há riscos de injustiça certamente. Os acusados, sobretudo, podem afirmar: "A CPI foi injusta". É discutível. Injustiça, justiça, há que se discutir sempre, e ficamos na dependência da interpretação e de quem interpreta. Injustiça verdadeira e maior certamente seria não atender ao reclamo popular. Aí não haveria discussão, aí seria indiscutível injustiça, porque um povo que trabalha duro, de forma organizada e disciplinada, paga impostos, e paga demais, muitas vezes sem poder pagar, não pode admitir que o resultado do esforço de seu trabalho seja a corrupção, a malversação do dinheiro público, o desvio para o enriquecimento ilícito ou para a sustentação financeira de um projeto político de poder de longo prazo. Portanto, seria uma injustiça indiscutível se não agíssemos com o rigor que prevaleceu na decisão de ontem.

Entre a alternativa de preservar Parlamentares, optou-se pela de preservar a instituição. Nós, Parlamentares, somos eventuais, somos passageiros, circunstanciais, somos prescindíveis, substituíveis; a Instituição, Senador Mão Santa, não; é permanente, é insubstituível, é imprescindível, e é a ela que devemos preservar, com o esforço de nosso trabalho investigativo e, sobretudo, com a exposição a que estamos submetidos no momento de decidir contrariamente aos interesses de nossos colegas.

Duas alternativas existem agora para os Parlamentares da Câmara dos Deputados, a quem compete o julgamento relativamente aos dezoito Parlamentares já indicados pelas CPIs. Não existe a terceira, Senador Sibá Machado. Ou os Parlamentares daquela Casa cassam os colegas acusados de quebra do decoro parlamentar, ou serão cassados, implacavelmente, pelo povo nas eleições do próximo ano. Duas alternativas. A terceira não existe, não existe contemporização, descendência. Não pode haver cumplicidade, porque haverá condenação implacável no soberano tribunal do povo, que é a eleição já no próximo ano.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Alvaro Dias?

**O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Alvaro Dias?

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Não pensem que a memória é tão curta. É muito pouco tempo, Senador Mão Santa, para que o povo esqueça. Logo ali à frente estará o eleitor, em pouco tempo, com seu título nas mãos, como arma implacável para o julgamento e a condenação daqueles que eventualmente

não cumprirem seu dever agora, no momento da decisão fatal na Câmara dos Deputados.

Há pouco esteve aqui o Sr. Daniel Tourinho, Presidente do Partido Trabalhista Cristão, disposto, já na próxima semana, a representar junto ao Conselho de Ética, a fim de impedir qualquer manobra protelatória, porque há uma exigência de agilidade de procedimentos imediatos de resposta pronta às aspirações da sociedade, de que se promova realmente uma faxina geral na política brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa. Em seguida, ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Alvaro Dias, o Brasil todo está ouvindo V. Ex<sup>a</sup>. E busco, para somar ao pronunciamento lúcido e inteligente de V. Ex<sup>a</sup>, a Sagrada Escritura – Senadora Heloísa Helena –, que diz: "a quem muito é dado, muito tem de ser cobrado". A nós, parlamentares, foi dado muito: a confiança do povo, o prestígio, o poder para que façamos leis boas e justas, e salários muito bons. A própria Sagrada Escritura, que agora nos inspira, tem a figura simbólica de punição: o céu e o inferno. Não desejo que eles vão ao inferno, mas que sejam cassados, sim. Rui Barbosa dizia que justiça tardia é injustiça qualificada. Que seja logo, já, para purificar o Congresso, que representa o bom povo brasileiro. Isso é uma vergonha. E a vergonha é muito maior para os dezoito condenados. Não tem negócio. É como aquele conceito de virgindade: é ou não é. Não há meio virgem, não há meio honesto. Todos são desonestos. Todos devem ser cassados. Honestos, sim, são aqueles dois que, quis Deus, representam a Mesa Diretora neste exato momento, que representam o melhor da política brasileira, do PMDB autêntico, os Senadores Pedro Simon e Ramez Tebet. Isso é para lembrar que nem tudo está perdido. A vergonha maior é para os dezoito. Ao PT, Senadora Heloísa Helena, dou a medalha de ouro da corrupção. Sete são oriundos do PT.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC)** – Senador Alvaro Dias, compareci à reunião conjunta das duas CPMIs determinado a pedir vistas do relatório. E gostaria de, neste momento, dizer por quê. Primeiro, porque fiquei, pela quarta vez, muito chateado em razão de trechos de um relatório daquela magnitude terem sido divulgados pela imprensa nacional, na véspera. Isso sem os parlamentares terem lido. Se tivesse que ser público no momento da elaboração, que isso pudesse ser feito então em uma reunião aberta da Comissão. Mas entendi que os dois relatores iam se reunir.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Só para concluir, Sr. Presidente. E que deveríamos deixar os dois relatores em sistema até reservado, bastante reservado, a fim de que o relatório fosse lido em ambiente mais adequado. Fiquei bastante chateado, queria fazer uma questão de ordem, anunciei ontem na tribuna do Senado que iria fazer essa questão de ordem. Em segundo lugar, eu estava em dúvida quanto ao papel da CPMI da Compra de Votos, cujo objetivo é estudar o caso que envolve parlamentares. Se, naquele momento, indicamos os parlamentares envolvidos para uma análise direta na Câmara dos Deputados, no meu entendimento, essa CPMI encerrou sua função. Quando cheguei, já encontrei aquele ambiente de unanimidade, eu fiquei relutante ainda por alguns instantes, mas quero até agradecer às pessoas que me convenceram do contrário, uma delas a Senadora Heloisa Helena, a desistir da vista e da questão de ordem. Portanto, para deixar um pouco claro, quero dizer que a votação de ontem é uma votação simbólica, política e abre para a questão técnica daqueles que participaram com recursos não contabilizados, caixa dois ou o que quer que sejam. Isto é, há uma veracidade de participação em recursos não contabilizados, oriundos da conta de Marcos Valério. Portanto, a peça técnica está colocada. Cabe à Câmara dos Deputados, é claro, dar o encaminhamento que achar mais importante.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Certamente, Senador Sibá Machado, o relatório é competente porque distingue bem a investigação política da investigação judiciária; o julgamento político do julgamento judicial. Embora pudesse prescindir até de provas materiais porque na investigação política prevalece a força dos indícios e são suficientes para procedimentos visando a punição por quebra do decoro parlamentar, a CPI cuidou de armazenar provas materiais que demonstram a existência dessa rede organizada de corrupção. E o relatório refletiu isso. Então, além dos indícios fortes, há provas cabais, indesmentíveis que asseguram a lisura dos procedimentos adotados pelas duas comissões e certamente asseguram a instauração de um processo para a necessária cassação de mandatos parlamentares conferindo a todos ampla oportunidade de defesa, como é imprescindível no processo democrático, no estado de direito democrático. É evidente que, ao final, na conclusão dos trabalhos, esses nomes e outros serão indiciados, remetidos ao Ministério Público para responsabilização civil e criminal, e, finalmente, ao Poder Judiciário para o julgamento. E nós esperamos que o Poder Judiciário não decepcione o País.

Muitas vezes, as críticas assacadas contra CPIs, com a afirmativa de que terminam sempre “em pizza” têm endereço errado. As críticas são muitas vezes corretas, o endereço é errado. Em vez de as críticas serem endereçadas ao Poder Judiciário, que acaba absolvendo, as críticas são endereçadas ao Poder Legislativo, que, no início dos procedimentos, cumpriu o seu dever, apurou, investigou e indiciou pessoas.

Sr. Presidente, eu não poderia encerrar este pronunciamento sem aplaudir a imprensa. A imprensa tem tido um papel notável. E é bom lembrar frase do Juiz William Brennan, americano, que, em 1964, afirmou:

O debate de assuntos públicos deve ser sem inibições, robusto, amplo, e pode incluir ataques veementes, cáusticos e, algumas vezes, desagradáveis ao governo e às autoridades governamentais.

O Presidente Lula não tem interpretado bem esse enunciado porque ele afirma que setores da política e imprensa são aves de mau agouro. Não é essa a interpretação que cabe ao Presidente da República oferecer à ação da imprensa. Não há como não reconhecer, como dizia o Presidente Thomas Jefferson: “A única segurança que existe está em uma imprensa livre”.

Eu gostaria de fazer referência a decisão proferida pelo Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, para atualizar esta reflexão sobre o papel da imprensa. Em resposta a uma ação impetrada por um advogado de Mato Grosso contra o colunista Diogo Mainardi, o repórter Marcelo Carneiro e o diretor Roberto Civita, todos da revista **Veja**, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, afirmou:

O Estado não dispõe de poder algum sobre a palavra, sobre as idéias e sobre as convicções manifestadas pelos profissionais dos meios de comunicação social. (...) o direito de expender crítica, ainda que desfavorável e exposta em tom contundente e sarcástico, contra quaisquer pessoas ou autoridades.

É evidente que o Ministro Celso de Mello obteve o apoio unânime da Suprema Corte rejeitando essa ação interposta por um advogado de Mato Grosso contra a revista **Veja**.

A revista **Veja** é um dos exemplos de jornalismo competente de investigação. Os órgãos de imprensa do Brasil neste momento histórico de crise sem precedente se valorizam. O jornalismo brasileiro está se valorizando, ganhando em autoridade, em competência, em respeitabilidade diante do povo brasileiro. E o

papel que a imprensa vem cumprindo merece os nossos aplausos da tribuna do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Se o nobre Líder Arthur Virgílio permite, darei a palavra primeiro ao Senador Sibá Machado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Com muita honra, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, palavras ditas em momentos de aparte nesta Casa quero reiterar agora com este pronunciamento.

De ontem para hoje, minha reflexão leva-me a concluir pela extrema necessidade de o PT realizar um congresso após, é claro, esta fase, esta situação. Depois de tudo investigado, elucidado, imagino que será preciso fazer uma reflexão. E por que digo isso? Porque tivemos sonhos nesses 25 anos, fizemos um entendimento a respeito do que seria a política econômica de Governo, uma vez que o PT viria a exercer o Governo Federal. Essa crítica existiu até agora, levando muitos colegas do Partido a ter uma posição muito firme, muito dura contra o Governo, se colocando de uma maneira bastante contundente.

Entendo que é preciso uma reavaliação do programa, do estatuto, de seu regimento, de sua postura nacional. Não é apenas quanto à crise política e ética que assola o PT, mas o comportamento de ser Governo, porque estou convencido de que, com relação ao método de gerenciamento público, iniciado nas gestões municipais e que perpassa alguns Governos estaduais e agora a Presidência da República, eu não tenho dúvida de que o PT superou a temeridade de que seria um engasgo, um retrocesso nacional. Quanto a isso, eu estou convencido do sucesso da administração do Presidente Lula e do método petista de governar. Fora a crise, vem esta reflexão. É preciso refletir para saber se se adotam estatutariamente algumas das posturas exercitadas em Governo. Mas esse assunto eu pretendo abordar em momento de mais tranquilidade.

Sr. Presidente, hoje eu gostaria de falar do projeto de gestão de florestas públicas. Esse é um tema que tramita há algum tempo no Congresso; já tem a votação e o parecer da Câmara dos Deputados e agora está no âmbito do Senado Federal. Esse projeto, todas as vezes em que se fala de projetos nacionais, chama a atenção de muitas pessoas e provoca um grande medo, Sr. Presidente, que é o medo da famigerada internacionalização da Região Amazônica.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que concordo com todas as críticas, concordo com as ressalvas, com os medos de alguns colegas do Senado Federal, mas temos que abreviar o debate, elucidar essas

dificuldades de entendimento e aprovar o projeto em tempo mais hábil.

Então, eu queria rapidamente dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o projeto tem, no seu eixo central, três proposições concretas: a primeira delas é regulamentar a gestão das florestas públicas; a segunda é criar o Serviço Florestal Brasileiro como órgão regulador e a terceira é criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

Muita gente tem dito que, ao fazer essa regulamentação, nós estaremos privatizando as terras, principalmente na Amazônia, entregando-a não só a interesses nacionais, mas também internacionais.

Sr. Presidente, eu acho que posso falar sobre isso por ter morado 6 anos no Pará, estar há 19 anos no Estado do Acre e, também, conhecer de perto o Estado de Rondônia e o Estado do Amazonas e conhecer um pouco do Estado de Roraima e um pouco do Estado do Amapá. Posso, com segurança, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o medo da privatização não tem razão de ser porque a essência do projeto é o oposto do que está sendo dito. Hoje, a disputa sobre a propriedade da terra naquela região tem dado origem a fatos lamentáveis. Cito como exemplo a morte de Chico Mendes, a morte de Wilson Pinheiro, a morte da Irmã Dorothy e a morte de tantas outras pessoas. A barbaridade está tomado conta daquela região. Há pessoas que se especializaram em fraudar em cartórios documentos de propriedades fundiárias. Agora, chegam a utilizar tecnologias como georreferenciamento e imagens de satélite. Sobrevoando o Pará, nós vemos alguns rasgos no meio da mata. São pessoas que querem adquirir o direito de propriedade, forçada e ilicitamente.

Esse é o retrato da disputa da propriedade.

O eixo deste projeto vem fazer com que nessas áreas públicas de cobertura primária haja, Sr. Presidente, a presença do Estado, que terá o endereço das pessoas que vão utilizar aquela área, bem como regras claras e, muito mais do que isso, o estabelecimento, no caminho do licenciamento estatal, de uma forma, de essas empresas poderem trabalhar dentro da certificação de seu trabalho e de sua produção. E – pasmem! – da produção florestal da Amazônia, 85% é destinado ao consumo nacional, e apenas 15% às exportações. E o Estado campeão é o do Pará. E a que ainda assistimos, Sr. Presidente? A lógica da ocupação é: primeiro, o uso extrativista; depois, o uso que chamamos lá de garimpagem das espécies nobres da floresta, ou seja, o madeireiro clandestino chega e faz uma espécie de rasgo dentro da mata. Depois, chega a pecuária, que disputa a terra a qualquer preço, não aquela pecuária que vemos, no dia-

a-dia, contribuir para o PIB nacional, mas a outra; e, por último, a grilagem.

Então, se esse é o retrato da Amazônia, temos que criar um marco. Existe o medo da internacionalização. Que internacionalização? O marco da participação de empresas estrangeiras no Brasil, Presidente, já está muito claro. E como é que distribuiríamos recursos desse Fundo? Pelas regras do projeto, 30% seria para uso do município, que seria beneficiado pelo investimento; 30% seria destinado ao Estado onde está localizado o empreendimento, e 40% seria alocado para uso do fornecimento ao sistema florestal, porque o sistema vai da capacitação de assistência técnica, que vai dos investimentos na pesquisa para a economia florestal. Hoje carecemos de investimentos nessa área. Gosto de dizer, em todos os momentos em que participo de debate como esse, que a Embrapa tirou a soja do Rio Grande do Sul, para colocá-la no Maranhão, no Piauí e também na própria Amazônia, fazendo cruzamento genético e melhorando a qualidade da soja. Isso é investimento em pesquisa. Temos de parabenizar a Embrapa pela sua inteligência. Quando procuramos investimentos científicos e tecnológicos na área de floresta, vemos que não existem e quando existem são muito tímidos. Então, é preciso haver clareza nesses investimentos, Sr. Presidente.

Quanto ao método do debate, fico preocupado se houve ou não houve o debate sobre um projeto dessa natureza. Mais de 900 instituições participaram da elaboração do projeto. Riquíssimos debates ocorreram, várias audiências públicas nos Estados foram realizadas. No âmbito da Câmara dos Deputados, várias outras audiências foram realizadas. Governadores, empresas, entidades do movimento ambientalista instituições afins, Ministério Público e tantas outros setores foram ouvidos. É claro que o Senado não pode andar a reboque de ninguém. Aí, quero fazer uma ressalva e dizer que me coloco ao lado daqueles que se preocupam, porque o Senado não pode apenas assinar. Porque todo mundo já discutiu o assunto, ele não precisa mais ser discutido no Senado? O Senado tem que discuti-lo sim.

Mas eu queria que fosse discutido no Senado, com celeridade, porque não podemos esperar que um dia Deus desça do céu e nos diga: hoje é dia de o Senado discutir esse projeto.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Pedimos que as três Comissões que estão analisando o

projeto se reúnam e determinem a data em que serão ouvidas determinadas pessoas que têm interesse no projeto, bem como a data em que será apresentado o relatório, para que o Senado possa se debruçar sobre o assunto. Faço esse apelo.

Portanto, convido os Senadores, principalmente os da Amazônia, para um encontro com a Ministra Marina Silva antes de fazermos um debate formal nesta Casa. Poderia ser um encontro um pouco mais informal, uma conversa com a Ministra, que está disposta a isso. S. Ex<sup>a</sup> poderá até contribuir tirando as dúvidas que ainda pairam.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Temos de resolver esse assunto porque quem vive naquela região, Sr. Presidente – como eu e tantas outras pessoas – sabe que é preciso haver um marco regulador, como há para todas as áreas da economia nacional, como o marco do setor elétrico, o marco da mineração, código das águas etc. Fico muito preocupado.

Ouço, com atenção, o Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Sibá Machado, peço um aparte apenas para dizer que, de minha parte, estou às ordens para o encontro. Reafirmo também o apreço que tenho pela figura pública da Ministra Marina Silva e pelo trabalho que exerce no Ministério do Meio Ambiente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Senador Pedro Simon, que preside nossos trabalhos, peço a V. Ex<sup>a</sup> que solicite à Ministra Marina Silva que tire essas dúvidas. A próxima semana será atípica. Mas, em seguida, quando voltar o regime normal da Casa, peço que propiciemos esse encontro para tirar essas dúvidas. Realizaremos as audiências nessa Casa, o que faremos pelo bem do andamento da economia e do bem-estar social da região amazônica. Proponho que as audiências sejam realizadas após a semana do dia 7 de setembro. Se V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pudesse nos ajudar a propiciar esse encontro, eu ficaria muito feliz.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo tempo que me concedeu e peço seja publicado o documento que passo à Mesa.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## A importância de votar logo o Projeto de Gestão de Florestas

1. Importante lembrar que o projeto de gestão de florestas públicas trata de:

- Regulamentar a gestão de florestas em áreas públicas (domínio da união, estados e municípios);
- Criar o Serviço Florestal Brasileiro como órgão regulador da gestão das florestas públicas e promotor do desenvolvimento florestal sustentável no Brasil; e,
- Criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal voltado para o desenvolvimento tecnológico, promoção da assistência técnica e incentivos para o desenvolvimento florestal sustentável.

### 2. Regulamentação da Gestão de Florestas Públicas

Projeto de lei regulamenta o uso sustentável nas florestas públicas do Brasil. Define três **formas de gestão** das florestas públicas para produção sustentável:

- Criação de unidades de conservação que permitem a produção florestal sustentável (ex. Florestas Nacionais)
- Destinação para uso comunitário como assentamentos florestais, reservas extrativistas, áreas quilombolas, PDS - Projetos de Desenvolvimento Sustentável).
- Concessões Florestais pagas, baseadas em processo de licitação pública.

A licitação será feita para cada Unidade de Manejo e o vendedor será definido com base em dois critérios:

- o melhor preço, menor impacto ambiental;
- maior benefício socioeconômico, maior eficiência; e,
- maior agregação de valor local.

As concessões não implicam em qualquer direito de domínio ou posse sobre as áreas. Apenas autorizam o manejo para exploração de produtos e serviços da floresta.

Os contratos de concessão estabelecerão as regra para utilização da área bem como as regras para atualização de preços dos produtos e serviços explorados. Os contratos de concessão serão estabelecidos por prazos de até 40 anos dependendo do manejo a ser implementado. O prazo estará estabelecido no edital de licitação.

Os ganhadores da licitação após a assinatura do contrato deverão preparar um Plano de Manejo Florestal Sustentável, de acordo com a legislação vigente, que deverá ser apresentado ao IBAMA para aprovação antes do inicio das operações.

#### Outras condições e salvaguardas das concessões:

- Somente empresas e organizações constituídas no Brasil poderão concorrer às concessões;
- Nenhuma empresa poderá deter mais de 2 concessões por lote de concessão;
- Será definido no Plano Anual de Outorga uma porcentagem máxima da área de concessão que um concessionário individualmente ou em consórcio poderá deter sob contrato de concessão; e,
- Ao final de 5 anos da aplicação da lei será realizada uma avaliação geral do sistema de concessões.

O Monitoramento e fiscalização das concessões contará com três frentes:

- O IBAMA fará a fiscalização ambiental da implementação do Plano de Manejo Florestal Sustentável.
- O Serviço Florestal Brasileiro fará a fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão.
- Adicionalmente será obrigatória uma auditoria independente das práticas florestais a pelo menos cada 3 anos.

## 2. Serviço Florestal Brasileiro

O Projeto de Lei cria também o Serviço Florestal Brasileiro que terá três funções:

- Atuar como órgão gestor do sistema de gestão de florestas públicas;
- Fomentar o desenvolvimento florestal sustentável no Brasil; e,
- Gerir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

### **3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF)**

A receita da concessão de florestas públicas serão assim destinadas:

Até 20% destinado a cobrir os custos do sistema de concessão, incluindo recursos para o Serviço Florestal Brasileiro e para o IBAMA realizar atividades de monitoramento e controle.

No mínimo 80% divididos em:

- 30% para os Estados onde se localiza a Floresta Pública
- 30% para Municípios onde se localiza a Floresta Pública
- 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

O FNDF será utilizado para promover o fomento e o desenvolvimento tecnológico das atividades florestais sustentáveis bem como atividades de monitoramento das florestas públicas.

### **A Participação da Sociedade e do Parlamento na Elaboração do Projeto**

O Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas foi elaborado num processo que começou em Dezembro de 2003. Um grupo de trabalho envolvendo 90 participantes representando governo federal, governos estaduais, ONGs, movimentos sociais, setor privado e instituições de ensino e pesquisa estiveram reunidos em 4 oportunidades em reuniões de 2 dias para estruturar o projeto de lei.

Como subsidio para o trabalho deste grupo foram realizados estudos aprofundados dos sistemas de gestão de florestas públicas de dezenas de países bem como revisada a experiência brasileira com

regulação de diversos setores como petróleo, energia, transportes, mineração, água e comunicações.

Um Seminário Internacional sobre gestão de florestas públicas foi realizado em fevereiro de 2004 em Belém contando com 250 participantes.

Foram envolvidas no processo de consulta mais de 1200 instituições. Duas dezenas de reuniões setoriais de consulta envolvendo ONGs, movimentos sociais, setor privado e governos estaduais foram realizadas. Mais de 700 emendas foram recebidas e analisadas, uma a uma, pela equipe do Programa Nacional de Florestas.

Após a consulta o Projeto de Lei passou por um extenso processo de discussão e internalização dentro do Governo que preservou toda a estrutura central da proposta construída através do processo de consulta com a sociedade. Finalmente, em fevereiro de 2005 o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional.

No Congresso Nacional foi realizado um Seminário sobre Gestão de Florestas Públicas com a presença de:

- governadores;
- ministros; e,
- dezenas de deputados.

Foram realizadas 12 audiências públicas sendo 6 nos estados da Amazônia (AM, PA, RR, AC, RO) e outras seis temáticas na Câmara dos Deputados com pesquisadores, juristas, governo federal, governos estaduais, ongs e movimentos sociais, empresários e trabalhadores.

Na Câmara o projeto recebeu 303 emendas e o substitutivo do relator Deputado Beto Albuquerque, que incorporou 140 emendas, foi aprovado por unanimidade em sessão realizada no dia 1 de junho sendo aprovado no Plenário da Câmara no dia 06 de julho de 2005.

Um das coisas que não se pode aceitar é a afirmação de que o projeto não foi exaustivamente debatido. Isso, sem prejuízo dos debates que serão realizadas na próxima semana por esta Casa.

## Alguns argumentos daqueles que fazem objeções ao projeto

### **2. Quanto à possibilidade privatização das florestas públicas e internacionalização da Amazônia.**

Historicamente as florestas públicas vem sendo geridas através de um mecanismo perverso onde se entrega através de documentos de posse e titulação a terras públicas a pessoas. Junto elas levam a floresta e podem tomar a decisão de como utilizá-las, sem pagar pela floresta ou seu uso e sem qualquer compromisso com a sua manutenção como floresta. Neste sistema, as terras podem ser adquiridas por empresas estrangeiras.

O projeto propõe uma mudança expressiva de gestão deste patrimônio nacional que são as florestas públicas. Para tanto propõe três formas de gestão das florestas públicas pra produção sustentável:

Criação de unidades de conservação que permitem a produção florestal sustentável (ex. Florestas Nacionais);  
Destinação para uso comunitário como assentamentos florestais, reservas extrativistas, áreas quilombolas, PDS - Projetos de Desenvolvimento Sustentável) e  
Concessões Florestais pagas, baseadas em processo de licitação pública.

Portanto o projeto estabelece o fim da privatização das áreas de florestas públicas. Florestas Públicas devem permanecer florestas e públicas.

A proposta prevê que no modelo de concessões será licitado o direito de manejar a floresta, sem qualquer direito de posse ou domínio sobre a área. Desta forma mesmo que parte das concessões venham a ser manejadas por empresas com participação de capital estrangeiro, estará assegurada a total soberania brasileira sobre as florestas públicas.

### **3. Quanto à possibilidade de regularização de terras públicas expropriadas por grileiros.**

O Projeto não abre qualquer possibilidade de regularização de terras públicas expropriadas por grileiro. Pelo contrário, prevê que todas as florestas públicas com Planos de Manejo Florestal aprovado serão reapropriadas pelo poder público e deverão passar por licitação pública sem qualquer vantagem para o detentor atual do Plano de Manejo.

Portanto, o projeto não abre qualquer possibilidade de regularização de grilagem em terras públicas.

### **5. Quanto à possibilidade de esvaziamento do IBAMA com a criação do Serviço Florestal Brasileiro.**

As funções de órgão gestor do sistema de concessões e a do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal eram inexistentes são criadas a partir do projeto. A função de fomento ao desenvolvimento florestal sustentável é função da diretoria de florestas do MMA. Portanto o Serviço Florestal Brasileiro não assume qualquer atribuição do IBAMA.

A função de gestor do sistema de concessões precisa ser realizada por um órgão independente. Não é possível que o mesmo órgão que processa a concessão seja responsável pelo licenciamento das atividades. Seria um enorme conflito de interesses.

O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados aprofundou o fortalecimento do IBAMA ao determinar que uma parcela dos recursos arrecadados nas concessões seja especificamente destinada ao IBAMA para exercício de suas funções de fiscalização das florestas.

### **6. Porque os prazos de 5 a 40 anos?**

A prazo das concessões será definido de acordo com o ciclo de produção sustentável. Este ciclo depende de vários fatores mas principalmente do volume autorizado de exploração por unidade de área, da taxa de crescimento e recuperação da floresta.

Para o caso de produção de madeira com exploração de 30 m<sup>3</sup> por hectare e uma taxa de crescimento de 1 m<sup>3</sup>/ha/ano, o ciclo (período entre dois momentos de exploração) será de 30 anos. No caso de extração de óleo de copaíba por exemplo o ciclo é de 3 anos.

No caso de Serviços, tais como turismo, que não possui ciclo, o prazo mínimo foi fixado em 5 anos e o máximo em 20 anos.

## 7. Empresas estrangeiras poderão participar?

O artigo 19 determina que somente poderão ser habilitadas nas licitações para concessão florestal empresas ou outras pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país.

O projeto não distingue as empresas participantes pela origem do seu capital. A Emenda Constitucional nº 06, de 1995, revogou o art. 171 que definia empresa brasileira. E, uma vez que o capital estrangeiro pode ser internalizado e que estrangeiros pode constituir empresas sob as leis brasileiras, a distinção da nacionalidade das empresas fica prejudicada.

## 8. Como será a Fiscalização?

Atualmente o controle sobre as áreas de manejo florestal recai sobre o IBAMA. No novo sistema serão pelo menos 3 mecanismos de monitoramento:

- O IBAMA o órgão ambiental competente farão anualmente a fiscalização dos aspectos ambientais do plano de manejo;
- O Serviço Florestal Brasileiro fiscalizará anualmente o cumprimento do contrato de concessão; e,
- Uma Auditoria Independente deverá ser realizada pelo menos a cada 3 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

Peço à Senadora Heloísa Helena que me substitua na Presidência.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.)

– Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, encaminho à Mesa voto de pesar pelo falecimento súbito, prematuro, da ilustre amazonense Inês Maria Lyra Benzecri e retomo o tema político que meu dever me impele a cumprir.

No Governo Lula, a economia cresceu 250%, o analfabetismo foi totalmente erradicado, as escolas públicas são as melhores do País, já não há fila nos ambulatórios nem nos hospitais e, enfim, o cidadão brasileiro pode caminhar nas ruas sem qualquer risco.

Essas notícias são do imaginário, do virtual petista de ver as coisas. No real, infelizmente, as notícias dizem que os relatórios das CPMIs colecionam desvios que correspondem a “espúrios\* ajustes distantes, do interesse público”. Ou, como diz um editorial de hoje, usando português mais claro:

“No Governo Lula se roubou ou se deixou roubar, se é que o pretérito é o tempo certo dos verbos”.

Com tantos e tamanhos desvios, uma das notícias mais candentes é de entristecer a população desesperançada. Infelizmente, é o que há no Governo do quatriênio perdido. Peço às Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores que não se choquem, mas a velhinha de Taubaté não ressuscita no Governo Lula. Quem garante isso é o pai, o criador da personagem. Diz Luís Fernando Veríssimo que, mesmo com a modernização da Medicina a simpática senhora não deve retornar à vida tão cedo.

O Governo petista do Presidente Lula fica a dever mais essa baixa no arsenal de expectativas da população brasileira.

Tudo, ou quase, neste Governo do quatriênio perdido, é falso e cheira a corrupção e a engodo.

A reação do Planalto, a começar pelo seu chefe, o Presidente, é sair negando ou desmentindo tudo. Depois, caem na real e são obrigados a engolir espadas de fogo.

Foi assim com a denúncia do Senador Alvaro Dias, ilustre representante do Paraná, na pavorosa questão

das notas frias associadas aos cartões corporativos da Presidência da República.

Primeiro, foi aquele desmentido, em fingido e ensaiado tom, para dar a entender que tudo era mentira. Até o momento em que chega alguém de bom senso e faz uma ponderação: Olha, tudo é verdade, o melhor é assumir para salvar pelo menos a nossa pele.

Está nos jornais de hoje:

Planalto confirma nota fria em gasto com cartão. Pelo menos 24 das 42 notas emitidas pela Presidência da República para justificar compras são inidôneas.

Que reviravolta, hein, D. Dilma Rousseff??!!

Como é que a velhinha de Taubaté vai ressuscitar? O Presidente Lula, que anda muito afeito a fantasmas, sem que encontre nem o primo do Pluft, vai ter que conviver também com o fantasma da veneranda senhora.

Sr. Presidente, o Governo petista do Presidente Lula fez e desfez, bordou e desbordou, tentou e intentou contra a democracia, ao planejar a criação de organismos autoritários de restrição à liberdade de expressão e de imprensa.

O Congresso Nacional não permitiu que esses atentados prosperassem. Tenho aqui, no dicionário do PSDB, copiado do dicionário de todos os brasileiros, as diversas ações autoritárias do Presidente Lula:

Começo pela letra A:

**AUTORITARISMO PETISTA**

1. O governo, inicialmente, começou a defender o projeto de lei que institui a lei da mordaça para os procuradores da república, quando era oposição, o PT sempre foi contra a chamada mordaça para os procuradores;
2. Na sequência, encaminhou ao Congresso o famigerado e repelido projeto de lei que pretendia criar mordaça para os jornalistas. O famoso projeto, inspirado em Goebels, para impor o dirigismo ao setor foi rejeitado pela Câmara;
3. O governo também pensou na mordaça para as produções culturais, por meio do projeto da Ancinav, até hoje ainda num arsenal do tipo Dr. Silvana do Poder Executivo, apesar de notícias segundo as quais o governo teria desistido dessa agência;
4. Depois pensou na possibilidade de, por meio de decreto, impedir que esses servidores públicos

- falassem com a imprensa. Essa brilhante idéia não vingou;
5. Também pensou num decreto que permite à Abin e à Polícia Federal acessar os sigilos bancário e fiscal dos investigados;
  6. Depois disso, o PT tentou cassar o direito de expressão dos senadores. Foi à justiça processar o Senador Tasso Jereissati, por este ter “ofendido” o tesoureiro do PT, o Sr. Delúbio Soares. Imagina o que poderia ter sido feito com o Presidente Lula, quando se referiu aos 300 picaretas do Congresso! Essa atitude evidencia o “ranço” autoritário do PT que não sabe conviver com a crítica e traz para a vida política brasileira as experiências que anda absorvendo no “mundo”, principalmente em Cuba, no Gabão e na Venezuela do Coronel Chávez;
  7. Para completar, o viés autoritário do governo continuou e chegou ao mês de janeiro de 2005, impondo a censura prévia ao IBGE na divulgação da portaria do Ministério do Planejamento;
  8. A simpatia do Presidente Lula pelas ditaduras nos remete às supostas ligações do PT com as Farc. E foi noticiado que o Governo do PT também teria encaminhado medicamentos para essa organização criminosa da Colômbia;
  9. Agências Reguladoras – depois de ter aparelhado o Estado Brasileiro, nomeando petistas derrotados para cargos no Poder Executivo, o Governo do Presidente Lula começou a aparelhar as agências reguladoras, nomeando, agora, os derrotados nas últimas eleições municipais.

Fiz essas incursões pelos escaninhos nazistas do Governo Lula para mostrar que Veríssimo tem razão.

Além disso, estou anexando a este pronunciamento o editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “Vitória da Imprensa.

Imagino que, se o Presidente Lula tivesse hábito de se atualizar com base nos ensinamentos da democracia, teria encontrado nesse editorial motivo para novos e múltiplos pesadelos, em que se transformaria no Doutor Silvana, o gênio do mal de muitos gibis.

No editorial, o jornal faz referência ao gesto do Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, que mandou para o lixo ação impetrada por um advogado que, descontente com o conteúdo das reporta-

gens e artigos, inclusive da Revista *Veja*, acusou seus autores de colocarem em perigo o regime democrático e pediu sua condenação e a de seus superiores hierárquicos por crime de subversão contra a segurança nacional.

Peço, então, a transcrição do editorial.

Aí está o bom resumo de tudo isto: democracia e liberdade de opinião e de críticas são fantasmas para o Governo petista.

Não é à toa que Lula, volta e meia, se insurge contra a imprensa e, nos seus improvisados e planejados comiciozinhos do tipo salva-pele, anda e desanda em seu novo esporte de excomungar a imprensa.

Basta fazer um levantamento sobre o que anda falando. Já pedi à minha assessoria para preparar mais esse verbete do dicionário real do povo brasileiro. Não sei se vai para a letra F, de Falatório Petista, ou para a letra D, de Destampatório Petista.

Sra Presidente, eu gostaria, no tempo que me resta, de me congratular com o Congresso Nacional, e aí como um todo, pela decisão de ontem das duas Comissões Parlamentares de Inquérito de terem encaminhado os dezoito nomes à apreciação do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Foi um gesto do Congresso, até porque motivado por acordo das Lideranças dos partidos com representação nesta Casa. Foi uma resposta maiúscula à opinião pública. Não creio que tenha sido a resposta toda, foi uma resposta inicial, porém maiúscula, à opinião pública brasileira, que precisa mesmo ter instrumentos para separar o joio do trigo. Não dá para se imaginar uma sociedade pura lá fora – e não é, é uma sociedade com suas qualidades de seus defeitos –, e supostamente um Congresso apodrecido aqui dentro, e não é. Este é dividido entre uma maioria de pessoas bem intencionadas e uma minoria que lhe tem denegrido a imagem.

Ontem isso começou a ser corrigido, e começou a ser corrigido num consenso amplo da Casa. E desdobramentos virão. Não acredito que sejam dezoito os responsáveis por tudo isso. Não acredito. Não acredito nos dezoito do Forte, negativos. Acredito que, admitindo que possa haver justiça e injustiça no seio dos dezoito, acredito que há mais do que dezoito para prestarem contas desse tal “mensalão”, de cuja existência estou mais do que convencido, e mais convencida do que eu está a opinião pública brasileira.

Portanto, a partir do momento em que o Congresso começa a cortar na sua carne, ele começa a recuperar a possibilidade, o direito de olhar para fora com olhares mais exigentes, inclusive para os pecados do Poder Executivo. Começa a falecer e a fenercer aquela desculpa do tipo: não se pode tomar atitude mais drástica em relação, por exemplo, ao Presidente da República, porque afinal de contas o Congresso está sem moral, o Congresso está recuperando a sua moral. E é fundamental que o Presidente se dirija à Nação de maneira maiúscula e também para tentar recuperar a dele, que foi também cassada e perdida.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Quero cumprimentá-lo porque, dos dezoito, não tem nenhum do PSDB. O exemplo arrasta, o exemplo tem partido de V. Ex<sup>a</sup>, que tem defendido a honradez e a honestidade no Parlamento brasileiro.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Apenas para dizer o seguinte: agora descobrimos que o Presidente Lula tinha razão. Nos seus discursos, ele falou muito num tal de Juscelino e todos pensavam que fosse Juscelino Kubitschek. Não era. Era Juscelino Dourado, que agora pediu demissão da chefia do gabinete do Ministro Antonio Palocci.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Olha, e V. Ex<sup>a</sup> dá uma explicação que podia muito bem ser razoável. O Presidente poderia assimilá-la e dizer assim: vocês estão pensando que eu estou com megalomania? Vocês estão pensando que estou com mania de grandeza, que estou me comparando a Juscelino Kubitschek? Vocês estão pensando que eu estou numa escalada, que daqui a pouco vou começar a me comparar com Napoleão? Não! Estou me comparando com Juscelino Dourado. E, aí, quem sabe. V. Ex<sup>a</sup> foi muito oportuno, é isso mesmo.

Peço, Sr<sup>a</sup> Presidente, ainda, que, além dos documentos já solicitados para inscrição nos Anais, que coloque nos Anais essa matéria de hoje do Jornalista

Lúcio Valle, do **Correio Braziliense**, com uma singela explicação da Ministra Dilma Rousseff.

Olha, eu tenho medo de morrer. Primeiro, porque tenho mesmo. Eu não sei enfrentar bem o fenômeno da vida – da vida sim, mas não da morte. Tenho medo de morrer. Segundo, eu lamento não poder voltar a ser estudante, digamos, de Ciência Política na UnB e, depois, vir estudar este momento que estamos vivendo.

Aqui tem: “Sistema apresenta falhas”. Então, tem aqui a Ministra Dilma, com seu olhar muito afirmativo. Dilma Rousseff diz que os gastos também aumentaram, porque a família de Lula é maior do que a de FHC. Quer dizer, a explicação é de uma singeleza fora do comum. Senador Alvaro Dias, os gastos aumentaram, porque a família é maior. Quer dizer, então, devemos votar em Presidente cuja família é pequena. Precisamos aprender isso. Daqui a pouco, votaremos em Presidente solteiro ou Presidenta solteira, porque senão teremos de desmentir a Ministra. Presidente com família grande tende a consumir muito dinheiro do povo nessa farra dos cartões corporativos. Ministra, tenha a santa paciência! Por mais que queiramos ter compreensão com o seu trabalho, é de doer. É de matar, Ministra.

Vou tirar uma semana de férias. O Governo ficará livre de mim por uma semana. Depois volarei descansado. Estou realmente esgotado, porque não agüento mais essa desfaçatez. Não agüento mais isso.

A Ministra recomenda, como solução para a crise do País, elegermos uma Presidenta ou um Presidente solteiro. Sr<sup>a</sup> Presidente, V. Ex<sup>a</sup> tem dois filhos, já está desclassificada, deveria ser sozinha. O Fernando Henrique, nem pensar. O Serra tem dois filhos. O Alckmin também tem um monte de filhos. O César Maia tem dois filhos. Já vimos que o Lula tem família muito grande. Então, estamos, pela palavra da Ministra, pregando a república dos solteiros. Parabenizo a Ministra pela original e clara explicação, que talvez seja a mais forte que um Governo fraco possa dar neste momento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## CORREIO BRAZILIENSE

Dilma Rousseff diz que os gastos também aumentaram porque a família de Lula é maior do que a de FHC

# SISTEMA APRESENTA FALHAS

LÚCIO VAZ

DA EQUIPE DO CORREIO

**A** ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, justificou ontem o aumento de despesas da Presidência da República realizadas com cartões corporativos pelo maior número de viagens presidenciais e pela mudança no perfil familiar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que exige uma maior estrutura de segurança. Os gastos subiram de R\$ 4,3 milhões em 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, para uma média de R\$ 8,3 milhões nos dois primeiros anos do governo Lula. O pagamento de despesas da Presidência com saques em dinheiro vivo manteve uma média de 41% do total em 2003 e 2004, mas caiu para 25% no primeiro semestre deste ano.

Dilma reconheceu que o sistema implantado pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento precisa ser aperfeiçoado, para dar mais agilidade aos pagamen-

tos, mas negou que falte transparéncia ao processo. Ela ressaltou que "todo saque é justificado e está diretamente ligado ao pagamento de uma fatura de serviços". "Nunca, na história da República, governo algum conversou sobre isso. Nunca essa transparéncia foi exercida", afirmou a ministra, que vem sendo pressionada pelos partidos de oposição para abrir a "caixa-preta" dos cartões corporativos.

A ministra explicou por que são realizados saques em dinheiro com os cartões corporativos. Isso ocorre, por exemplo, no pagamento de serviço que serão atestados posteriormente para a quitação, como fatura de locação de veículos, no pagamento de serviços quando não é possível a presença do portador do cartão ou no pagamento de despesas em estabelecimentos não filiados ao cartão utilizado pela Presidência.

São permitidos saques até o valor de R\$ 5 mil por dia, mas cada um pode ter o valor máximo de R\$ 1 mil. Não podem ser feitos

pagamentos pela internet, com a utilização do número do cartão, nem por telefone. Os cartões pagam despesas de pequeno vulto, principalmente as emergenciais, das despesas próprias do Palácio do Planalto, como hospedagem, alimentação e locação de veículos para o presidente, familiares e comitiva de apoio em viagens no país e no exterior. Também podem ser cobertas emergenciais de manutenção nas residências oficiais do presidente e do vice-presidente.

### Saque em série

Para explicitar como funciona o sistema, Dilma mostrou os extratos bancários do pagamento de uma fatura. Em 26 de outubro, a Presidência recebeu uma fatura da empresa Ipra Car Locação de Veículos, no valor de R\$ 23 mil. Referia-se ao aluguel de veículos para a viagem do presidente Lula ao Rio de Janeiro, no período de 18 a 21 de outubro de 2004. Foram alugados dezenas de carros, incluindo 13 automóveis executi-

vos. Como há a limitação de R\$ 5 mil por dia, foram feitos saques (cinco por dia) durante cinco dias seguidos, entre 22 e 26 de novembro. O usuário do cartão foi até a agência do Banco do Brasil, sacou o dinheiro e, imediatamente, fez o depósito na conta da locadora de veículos.

A ministra afirmou que está negociando com a Fazenda e o Planejamento uma forma de tornar mais ágil o uso do cartão. Mas salientou que a limitação no valor dos saques tem por objetivo dar maior segurança aos pagamentos. Afinal, os saques são feitos diretamente na conta do Tesouro Nacional. Sem o limite, poderiam ser feitos saques com valores muito altos no caso, por exemplo, do roubo de um ou de vários cartões corporativos.

O Palácio do Planalto tem gasto mais com cartões, em parte, porque a família de Lula é mais numerosa do que a de FHC. Como prevê a lei, a Presidência garante a segurança dos filhos do presidente. Um acidente ocorrido no ano passado redundou na elevação dos gastos. Um segurança foi baleado em frente ao apartamento de um filho do presidente. A segurança de todos os familiares foi reforçada, o que exigiu a compra de mais carros e o aumento de gastos com diárias e hospedagem. A ministra informou que os gastos com hospedagem (28% do total) e locação de veículos (42%) somam 70% do total de gastos com cartões pela Presidência.

Dilma voltou a afirmar que não foram feitas despesas em lojas de roupas, muito menos

na famosa e cara loja Dasti, em São Paulo. "Nem nas Tabajara, nem na Dasti", afirmou a ministra, num raro momento de bom humor, referindo-se às Organizações Tabajara, uma criação do programa Casseta & Planeta, da TV Globo.

A ministra argumentou que os cartões substituíram antigas formas de pagamento de despesas de pequeno valor. Antes, eram feitos saques em dinheiro. Os servidores responsáveis pelos pagamentos viajavam com o dinheiro no bolso. Em outros casos, faziam pagamentos com cheques nominais. Nenhum dos três oferece mais segurança e transparência do que o uso dos cartões, defendeu Dilma.

## GASTOS DA PRESIDÊNCIA COM CARTÕES

1996	1,91	100%
1997	2,54	100%
1998	3,11	100%
1999	2,96	100%
2000	3,73	100%
2001	3,96	100%
2002	4,31	63%
2003	7,74	41%
2004	8,78	41%
2005	3,84	25%

## DESPESAS DO PALÁCIO DO PLANALTO

● Recepção a chefes de Estado e governos estrangeiros

● Hospedagem e locação de veículos para os seguranças dos familiares do presidente e do vice-presidente

● Hospedagem, alimentação e locação de veículos para o presidente, comitiva oficial e titulares de órgãos essenciais da Presidência

● Hospedagem da comitiva de apoio no país

● Taxas portuárias, comissaria aérea, serviços de apoio ao avião presidencial no Brasil e no exterior

● Gastos emergenciais de manutenção nas residências oficiais do presidente e do vice-presidente

## ■ **Vitória da imprensa**

Ao julgar o pedido de abertura de uma AÇÃO PENAL contra o ex-ministro da presidência do Conselho de Administração da revista *Veja*, que no ano de 2003 publicou, numa edição com artigos intitulados e intitulamente assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Celso de Mello Filho, exaltou sua conduta exemplar. A ação foi impetrada por um advogado que, descontente com o conteúdo das reportagens e artigos, acusou seus autores de colarinho em perigo e regime democrático e pediu sua cassação e a de seus supostos beneficiários por crime de subversão contra a segurança nacional.

Apesar da gravidade da acusação, que é flagrantemente desproporcional ao teor das críticas dirigidas pela revista a Lula, Mello Filho determinou a absolvição da ação por razões processuais, alegando que ela deveria ter sido impetrada na mais alta instância da Justiça Federal, e não na competência do STF. Na sua opinião, poderia haver um perigo potencial contra a liberdade de imprensa e o direito de crítica. O ministro julgou oportuno entrar no mérito da discussão, apresentando argumentos que, a partir de agora, servirão de parâmetro para o Supremo no julgamento de novas ações criminais contra jornalistas.

No regime democrático, afirmou o ministro, os jornais, os serviços de rádio e as televisões têm o direito não apenas de informar e opinar, mas também de manifestar opiniões, por mais vergonhosas e sarcásticas que sejam, e todos aqueles que têm o direito de responsabilização na condução das negociações de herança.

Sobre as eventualidades dos defensores do crime e os seus argumentos, disse que, em hipótese alguma podem se submeter nem aos interesses materiais nem ao direito nem às liberdades públicas asseguradas pela Constituição do Brasil.

Umas poucas palavras, opináveis, críticas e ironias fazem parte da função jornalista e da própria natureza das atividades jornalísticas modernas, que não se configura como uma ameaça à segurança nacional. No julgamento da ação, o ministro enfatizou que os crimes denunciados mostravam-se intolleráveis e repressíveis para o pensamento crítico, mas quando a crítica - por mais dura que seja - se volta ao governo para criticá-lo público, é preciso advertir, notadamente, que em questões privadas a expressão verbal e crítica jornalística que o autor não dirige ao poder público, mas à palavra, encontra-se, talvez, a menor das ameaças à liberdade profissional e aos direitos de comunicação social", explicou Mello Filho.

Sua conclusão, entretanto, permaneceu ignorada, já que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que prescreveu a ação contra o ministro, é um dos principais beneficiários da natureza filosófica da ação, que é proteger a liberdade de crítica do presidente, que, por sua vez, não se considera suscetível a críticas, nem sempre, nem necessariamente, quando se trata de críticas que visam a mais prático privilégio dos cidadãos.

Evidentemente, a decisão do Supremo sobre este caso não significa que o direito de crítica seja ilimitado nem que presidentes da República e qualquer governante ou homem público não tenham instrumentos jurídicos para se defender de falsas acusações veiculadas por órgãos de comunicação. No conseguir o direito de opinião e de crítica, a democracia também proporciona recursos legais contra abusos cometidos por jornalistas. É para isso que existem as ações civis por danos morais e as ações penais por crime de injúria, calúnia e difamação, promovidas pela autoridade lei de imprensa.

O mérito da sentença de Mello Filho foi estabelecer que forma de pressão que visa a constranger a imprensa neste momento em que desempeña um papel decisivo na apuração da verdade sobre a extensão e a profundidade da corrupção no PT e no governo. Com sua incisiva sentença, o ministro preservou o regime Democrático, que tem na liberdade de opinião e no direito de crítica dois de seus principais pilares.

[folecom@estadão.com.br](mailto:folecom@estadão.com.br)

(\*) Original ilegível fornecido pelo autor.

**O editorial assinala:** o mérito da sentença de Mello Filho foi atalhar uma forma de pressão que visa a constranger a imprensa neste momento em que desempenha um papel decisivo na apuração da verdade sobre a extensão e a profundidade da corrupção no PT e no governo. Com sua incisiva sentença, o ministro preservou o regime democrático, que tem na liberdade de opinião e no direito de crítica dois de seus principais pilares.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, é uma alegria falar com V. Ex<sup>a</sup> estando na Presidência. É impressionante o carisma e a simpatia que V. Ex<sup>a</sup> tem no Rio Grande do Sul. Quando me perguntavam: Mas que tal é a Senadora? Eu respondia: É o Teotônio de saia. É um novo Teotônio Vilela que vem, com as mesmas idéias, com os mesmos princípios, graças a Deus, cheia de saúde. Na verdade, V. Ex<sup>a</sup> está dando nessa hora um exemplo muito grande de grandeza, de espírito público. Eu me emociono ao ver o povo gaúcho me telefonar praticamente todos os dias, contanto, nos mínimos detalhes, como foi o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Quando, mostrando V. Ex<sup>a</sup> entrando na CPI e dizendo que ia quebrar os dentes do Relator, os colegas meus lá do Rio Grande do Sul me perguntaram: Mas o senhor acha que ela ia fazer mesmo, Senador? Eu disse: Olha, não sei, mas a verdade é que o Relator foi muito infeliz, porque deu o nome de Heloísa Helena, e não tinha nada que ver com o nome dela, era um outro nome. E ficou no ar uma interrogação geral: Mas a Heloísa Helena está na lista? Mas acho que ela não ia fazer não, porque ela é de uma bondade, de uma meiguice que para quem a conhece ela é completamente diferente do que aparenta ser. Até acho que ela demonstra aquela rigidez para não aparecer o seu carinho, seu afeto que ela tem permanentemente.

Olha, minha querida Presidente, não sei o pensamento de V. Ex<sup>a</sup>, mas o meu foi de que ontem esta Casa viveu um dia muito importante. Acho que foi uma decisão muito competente, muito séria, muito responsável do Presidente do Senado, dos líderes, dos Presidentes, dos Relatores e dos Membros das CPIs, quando chegaram à conclusão de que eram aqueles os nomes e que não tinham mais o que fazer. Primeiro, votar um primeiro parecer e, em segundo lugar, na reunião de ontem – olha que estava lotada de gente, de Parlamentares –, concordar que, sem encaminhar, sem pedir vista, sem discutir, sem debater, votassem como votaram. Foi um dos atos mais importantes a que eu assisti neste Congresso, porque foi um gesto em que o Congresso mostrou a sua maturidade. E quando estão todos os partidos e todos os líderes, manifestou que havia um entendimento numa linha absolutamente correta.

Essa CPMI tem muito para discutir. Meu Deus, não sei qual a linha a seguir de tantas coisas que temos para apurar!

O Congresso fez o que tinha de melhor. Primeiro, cortou na própria carne. Primeiro, o Presidente Nelson Jobim disse: “Não, esse Congresso não tem autoridade, porque tem que primeiro resolver os seus problemas”. Pois nós resolvemos os nossos problemas. Saímos na frente, saímos com a rapidez necessária, dando oportunidade de defesa, o que eles terão ainda mais na Comissão de Ética.

Mas, na verdade, essa parte foi feita, e com o maior respeito. Vai para a Comissão de Ética, e eu tenho a convicção absoluta, aprovado por unanimidade que foi na Comissão Parlamentar de Inquérito, que a Comissão de Ética fará o trabalho que deve ser feito.

Resta agora às CPIs continuarem seu trabalho. E acho que o trabalho das CPIs vai ser muito mais tranquilo porque não terão a ânsia dos vários membros que têm sobre si acusações “a”, “b” ou “c”. Agora a CPI vai analisar os fundos de pensão. Agora a CPI vai analisar os cartões de crédito. Respeito a Chefe da Casa Civil, que não está escondendo, está reconhecendo que foram apresentadas notas frias, notas absolutamente irreais, e ela é a primeira que está pedindo que isso seja apurado.

Vamos apurar o que aconteceu no Banco do Brasil. Vamos explicar como o Banco Rural deu aqueles créditos, aqueles empréstimos ao PT com dois avisos que significam zero. Como um pedido de crédito de um banco passa pelo conselho do banco, que tem que fazer mil investigações para dar autorização? Como é que o conselho do banco deu autorização para dar um empréstimo daqueles, quando os avalistas não tinham dois mil réis para garantir? É porque parece que o banco não tinha problema nenhum porque o seu dinheiro já estava lá fora, garantido. Aquilo ali não valia nada, era um esquentamento de dinheiro que já existia. E o banco não estava jogando nada, absolutamente nada daquilo que está ali. Isto vai ser verificado agora, isto vai ser analisado agora, o problema dos créditos de cartões, que considero um dos mais sérios que temos.

Tenho tentado estudar e apresentei um projeto que eu mesmo acho que não é correto, não é o melhor. Mas os fundos de pensão não podem continuar como estão. O fundo de pensão é um dinheiro público, é um dinheiro que tem a ver com o futuro dos funcionários do Banco do Brasil e da Petrobras. É dinheiro público, mas a sua administração é privada. Os membros diretores fazem o que bem entendem, emprestam para quem querem e como querem.

Nas privatizações, os fundos de pensão – isso se mostrou aqui – foram usados escandalosamente a favor de “a” ou de “b”. O ministro dizia: os fundos de pensão do Banco do Brasil vão ser entregues para a empresa tal porque ela é que vai privatizar; nós queremos que ela ganhe a privatização. Isso foi usado aqui escandalosamente. Infelizmente o Governo Fernando Henrique não deixou que se criasse a CPI, porque foi pedida a CPI para ver o escândalo das privatizações. Isso tem que ser visto e tem que ser agora. Vamos apurar agora. Esta é a oportunidade que se tem.

Nota 10 para as CPIs. Elas decidiram mandar para a Comissão de Ética, mas decidiram também mandar para o Supremo e para o Procurador-Geral da República. E dizia eu aos Presidentes das CPIs que eles devem levar em mãos. Os Presidentes do Senado e da Câmara, os Presidentes das CPIs e os

Relatores devem levar os processos em mãos para o Procurador-Geral. E dizer: o senhor é um homem de bem; o senhor e o seu antecessor, Sr. Fontes, são Procuradores que honram a classe e dignificam o Brasil; os senhores, tenho certeza, estão aqui e vão levar adiante esses inquéritos contra as pessoas que estamos denunciando, vão levar às consequências. Se tiverem que denunciar, denunciem perante o Supremo Tribunal Federal, para não acontecer como tem ocorrido até aqui. Temos a fama de que a CPI termina em pizza porque ninguém vai para a cadeia. Ora, a opinião pública não está a par de que o Congresso Nacional pode cassar um Senador, pode cassar um Deputado, pode cassar um Presidente, mas não pode botar por um dia na cadeia quem quer que seja. O máximo que podemos fazer, concluída a CPI, é pedir a cassação do Parlamentar, isso podemos. Mas depois temos de mandar o processo para o Procurador. O Procurador é que pode impetrar uma ação no Supremo Tribunal Federal pedindo que o investigado vá para a cadeia, que seja condenado. E, em várias CPIs realizadas aqui, o que ocorreu foi que condenamos e cassamos 14 Parlamentares, cassamos um Presidente da República, na CPI do Sistema Financeiro denunciamos três Governadores e quatro Prefeitos, mas tudo isso foi parar na gaveta do Procurador “arquivador” que tínhamos lá.

Entra agora em plenário o nobre Senador Delcídio Amaral, brilhante Presidente da CPMI dos Correios! Dizia eu, e repito a V. Ex<sup>a</sup>, que penso que a decisão tomada foi nota dez, além do mais, por levar a concluir que se deve entregar os pareceres ao Procurador-Geral da República. No entanto, creio que V. Ex<sup>a</sup> e o outro Presidente devem levar o relatório em mãos, entregá-lo na mão do Procurador-Geral da República, e dizer para ele: “Sr. Procurador, está aqui, nós fizemos a nossa parte, agora é com V. Ex<sup>a</sup>”. Isso para não acontecer como na época do Procurador Geraldo Brindeiro, quando o inquérito era feito, as coisas eram feitas, mas paravam na gaveta do Procurador. E a opinião pública dizia: “terminou em pizza; ninguém foi condenado, ninguém foi para a cadeia, e não aconteceu nada”, pensando que nós Parlamentares podemos fazer isso. O que podemos fazer é levar o parecer em mãos. E tenho convicção, pelo que conheço do atual Procurador, como de seu antecessor, de que agora a época é diferente. Esses têm condições, têm capacidade, dignidade e responsabilidade de levar o caso às últimas consequências.

Eu estava felicitando o nosso Congresso Nacional. Ponto número um: competência de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio Amaral, e do Presidente da outra Comissão de fazerem um trabalho conjunto. Ficou aquela história: vai

ficar na CPMI dos Correios, vai para a do Mensalão, o que vai acontecer? Reuniram as duas. Nota dez.

Segundo ponto: a competência dos Líderes e de todos os Partidos de fazerem uma reunião altamente respeitável, em que as pessoas já sabiam o que queriam; uma reunião em que, se fossem partir para o debate, estariam até agora discutindo, mas chegaram a uma conclusão e finalizaram.

Ponto três: enviar o relatório também ao Procurador. Podemos levar nossa conclusão ao Procurador e pedir que ele dê continuidade ao nosso trabalho, em respeito aos Parlamentares. Se tiver que arquivar, arquive; se tiver que continuar a buscar provas, que as busque; se tiver que denunciar ao Supremo Tribunal Federal, que o faça, mas que não se termine em pizza.

Depois, não tenho dúvida de que a Comissão vai debater, vai discutir. Aí, sim, vão analisar as três qual o trabalho de cada uma: os Correios, o Banco do Brasil, os fundos de pensão, os cartões de crédito, há muito a ser visto. E não apenas isso, e não apenas denunciar, e não apenas entrar lá no corruptor, de onde vem o dinheiro ou quem tirou o dinheiro. O que é mais importante – já tentamos e não conseguimos: vamos ver, vamos estudar uma fórmula, uma legislação. Talvez, embora já sentados em um mar de coisas erradas, possamos encontrar uma fórmula, uma legislação por meio da qual possamos impedir que isso aconteça no futuro.

Penso que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio Amaral, tem mérito nisso. E fico aqui lembrando como a vida deu voltas. V. Ex<sup>a</sup> e o seu brilhante Relator foram considerados como chapa oficial, chapa branca, porque não iria dar em nada. E, pelo contrário, em virtude do comportamento de V. Ex<sup>a</sup> e do Relator, a atuação foi excepcional, e eu sou obrigado a reconhecer isso, pela minha idade, pelo meu passado e pela minha biografia, que passou por aqui. Vi a CPI no início e até me manifestei, chamando atenção: "Meus amigos, como está não vai continuar, porque estou vendo aqui paixão". Quem era do PT, paixão para não deixar atacar o PT; quem era do PSDB, paixão para demolir o PT. Isso não é CPI! É claro que temos paixão, temos raiva, defendemos, temos amor, mas uma CPI é um tribunal. Nós somos juízes e temos que agir como juízes. Então, temos que ter essa paixão, mas temos que ter isenção na hora de decidir, para decidirmos com o que está certo.

E mudou com o tempo. É verdade que, de um lado, em termos de PT, apareceram fatos tão graves, que aqueles jovens do Partido, que no início estavam alucinados e não acreditavam em nada, começaram a baixar o tom, a ver que as coisas estavam acontecendo, e realmente mudaram. E os Parlamentares do PSDB, que eram os donos da verdade, começaram a

ver que também apareceram coisas envolvendo seu Partido e que ninguém é santo neste mundo. Assim, criou-se o ambiente altamente positivo a que a CPI chegou no dia de ontem. A Comissão se realizou ontem com isenção, com unanimidade, todos preocupados com a instituição e não com o Partido "a", nem com o Governo, nem com a Oposição.

Acredito que essa foi uma etapa muito importante, mas, mais importante ainda é lembrarmos que, na outra CPI, em que cassamos os "anões" do Orçamento, chegamos lá e terminamos, mas o resto ficou na gaveta, e não se fez mais nada. Agora, não. Agora, a CPI vai começar uma segunda etapa, em que podermos entrar nos corruptores e, inclusive, analisar uma legislação para que os fatos não se repitam.

Volto a dizer que ontem vivi um dia de muita emoção. Vi que realmente passamos uma etapa significativa e temos condições de avançar. Penso que, a partir de amanhã, o trabalho será mais fácil, porque, até aqui, havia a emoção das pessoas que estavam envolvidas; eram colegas nossos que estavam ali. Teremos muito mais tranquilidade, muito mais serenidade para julgar o pessoal que está lá nos Correios, nos fundos de pensão, na Petrobras, no Banco do Brasil, porque não temos nada com isso. Estamos todos isentos. Não importa se a pessoa foi indicada pelo PMDB ou pelo PT. Ninguém o indicou para fazer coisa errada; se o fez, teremos a isenção de levar o caso adiante.

Meus cumprimentos, Sr<sup>a</sup> Presidente. Mais uma vez, é uma alegria estar aqui. Por mim, eu ficaria faltando um tempão, mas está todo mundo com inveja de mim, por isso, vou terminar.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – E sabe V. Ex<sup>a</sup> que permito que se fale muito.

Quero agradecer a generosidade e a delicadeza de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra o Senador José Maranhão.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, fico até em dificuldades para dirigir-me a V. Ex<sup>a</sup>, depois dos justos e merecidos elogios aqui formulados pelo Senador Pedro Simon do alto de sua competência. Por isso, vou dizer simplesmente – o que não considero pouco – que faço minhas todas as palavras aqui proferidas pelo Senador Pedro Simon a respeito da representatividade da sessão de hoje, porque tem V. Ex<sup>a</sup> como Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Obrigada, querido.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Hoje ocupo esta tribuna para tratar de uma questão fundamental para o desenvolvimento regional brasileiro e, em

especial, nordestino. Refiro-me ao mais antigo projeto de infra-estrutura brasileiro, a transposição do rio São Francisco – o que não é um tema muito pacífico para o entendimento da nossa Presidente, paradoxalmente – para o chamado semi-árido setentrional, formado pelos Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e pelo meu Estado, a Paraíba.

Quero fazer aqui, Sr<sup>a</sup> Presidente, uma retrospectiva histórica desse problema, dessa que é uma questão fundamental para o meu Estado, assim como para os demais que já mencionei aqui.

Pela primeira vez na História, em 1818, o assunto foi objeto de um documento produzido pelo intendente do Crato, no Ceará, e da apresentação de um projeto que permaneceu no papel por 200 anos, período em que a região semi-árida setentrional continuou a conviver principalmente com paliativos destinados a tratar o permanente problema da escassez de água como se este não fosse praticamente a regra daquela região.

O que há de mais curioso nesse problema é que, a despeito de ser um problema nacional, ele tem sido tratado de forma emocional, de forma pouco racional, diferentemente da conduta de outros países do Primeiro Mundo ou do mundo em desenvolvimento, que já fizeram a sua transposição como forma de corrigir deficiências climáticas em regiões mais problemáticas de seus territórios. O exemplo mais frisante disso é a transposição feita na China há mais de dois mil anos.

No Brasil, essa questão, não obstante o projeto em fase de implementação, a questão tem sido tratada como verdadeiro tabu, como algo, para alguns, proibido.

A pesquisa que fizemos mostra o desenvolvimento desse projeto ao longo desses duzentos anos de tentativas e insucessos.

Do Brasil Colônia à República, raríssimas foram as vezes em que se perseguiu de maneira planejada a solução de convivência com o fenômeno climático das secas e da irregular distribuição de chuvas, particularmente severa no semi-árido setentrional.

Embora a constatação da ocorrência da seca como fator ambiental característico do Nordeste brasileiro, com o qual já conviviam os indígenas, integrados ao ambiente encontrado pelos portugueses, tenha se dado desde os primeiros anos após o descobrimento, havendo sido o primeiro registro disponível sobre seca datado de 1552, convém fazer-lhes um breve relato histórico dessas secas e das principais medidas adotadas como supostas políticas públicas voltadas ao enfrentamento desse problema.

A primeira aprovação de verbas com o objetivo de combater as consequências das secas deu-se somente após a independência do Brasil, como conse-

qüência do período de estiagem de 1824 a 1825, cujas consequências passariam a ser referência de tragédia, suscitando nos futuros vitimados o medo da recorrência de eventos de severidade semelhante.

O problema da seca era, entretanto, uma realidade inegável, a ponto de fazer brotar analogias ambientais com a aridez dos desertos, redundando em iniciativas estapafúrdias, como a importação de camelos, visando sua integração à vida sertaneja, idéia apresentada em 1799.

Ao longo dos séculos, também recorrente foi a idéia de transpor águas do São Francisco para o coração da seca. O decênio de 1840, marcado pela grande seca de 1845, contribuiu para que, em 1847, o Deputado Provincial e Intendente do Crato, Marco Antônio de Macedo, trouxesse, mais uma vez, a alternativa de transposição do São Francisco como medida necessária à região.

Como tentativa de contornar o desconhecimento marcante em relação ao Nordeste, que, por sinal, não se restringia à perspectiva hídrica, o Imperador D. Pedro II apoiou, em 1859, a estratégia de pesquisa de campo na região através da chamada Comissão Científica de Exploração, formada por estudiosos de diversas áreas de interesse. Naquele mesmo ano e com a presença dos membros da comissão, foram recebidos os tais camelos importados da Argélia no porto de Fortaleza. A aposta na ocorrência de uma coincidência na roleta da adaptabilidade ambiental para os animais, através da qual a semelhança de escassez de água no semi-árido e no deserto seria suficiente para que sua evolução natural e reprodução prosseguisse, sem descarte seletivo no novo ambiente dos sertões do Ceará, como extensão saariana, seria perdida. Dentre as intervenções na forma de obras necessárias, a comissão também apontou a transposição de águas do São Francisco para a bacia do Jaguaribe, no Ceará, como necessária.

São registros históricos, Sr<sup>a</sup> Presidente, e estou me limitando aqui a reproduzi-los neste discurso, cujo objetivo é discutir democraticamente o projeto que agora se apresenta como coisa concreta no Governo da República.

A grande seca de 1877 se explicitaria com maior evidência na forma de miséria e de morte, no Ceará, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, não coincidentemente onde as reservas hídricas naturais perenes não existem.

É bom frisar que esses Estados a que já me referi são os únicos Estados nordestinos que não têm nenhum curso d'água permanente.

*(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Srª Presidente, pergunto a V. Exª se a campanha está soando automaticamente ou se é V. Exª.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Mas já dei mais cinco minutos a V. Exª.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Fico triste, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Quer mais tempo? Darei. Não há problema algum. Aqui, sou absolutamente democrática. É um perigo me deixar presidir a sessão. V. Exª terá o tempo que entender necessário, Senador José Maranhão. Todos os Senadores aqui estamos para trabalhar. O Senador Cristovam está aguardando pacientemente, assim como o Senador Delcídio e todos que vão falar. Então V. Exª terá o tempo que julgar necessário para a conclusão de seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Agradeço a generosidade de V. Exª.

Diante da hecatombe, a proposta de apoio institucional à migração para a Amazônia e Pará surge como consenso por parte do governo, igrejas, grandes proprietários e comerciantes locais. Aos milhares, cearenses alimentaram esse fluxo migratório no ano seguinte. Data desse episódio de seca a suposta afirmativa de D. Pedro II segundo a qual “empenharia as jóias da coroa para resolver aqueles problemas”. Mas sobre a veracidade da afirmativa há controvérsia entre os historiadores. Parece que o Imperador nunca chegou realmente a proferir essas palavras. Naquela época, já existiam os truques de mídia, que hoje são tão usuais pelos governantes da atualidade.

A estiagem perduraria até 1879, havendo sido, nesse ínterim, entregue o relatório do engenheiro Guilherme Fernando Halfed, que, incumbido pelo Imperador D. Pedro II, realizou importantes levantamentos na região a partir da primeira metade do decênio de 1850, apontando, mais uma vez, para a viabilidade da transposição do São Francisco como medida de combate aos efeitos da seca.

A idéia levada ao debate parlamentar não logrou êxito, permanecendo arquivada pelo espaço de tempo de ressurgimento da próxima seca.

É uma característica da vida pública nacional essa tendência à compulsão nos momentos de dificuldade. É claro que o cenário econômico e social em que as secas se desenvolvem hoje é bastante diferente. O Brasil mudou muito desde aquela época. Tenho memória, por exemplo, da seca de 1958, quando, estapafúrdia e improvisadamente, o Governo brasileiro resolveu, pressionado pelo fenômeno da seca, despender altas somas do Orçamento da República no combate aos efeitos da seca. O resultado foram cenas de corrupção

sem precedentes na história administrativa do País, porque o problema da seca não tem sido, primeiro, analisado como problema nacional; segundo, como questão permanente e inerente à própria climatologia do Nordeste.

Não há por que querer ser otimista diante das soluções improvisadas. Elas não produzirão efeitos enquanto efetivamente não ocorrer a transposição do São Francisco, que, já está provado à saciedade, não traz senão benefício a todas as partes e a todos os Estados nordestinos.

Pois bem, como eu dizia há pouco, a estiagem perduraria até 1879, havendo sido, nesse ínterim, entregue o relatório do Engenheiro Guilherme Fernando Halfed, que, incumbido pelo Imperador Dom Pedro II, realizou importantes levantamentos na região a partir da primeira metade do decênio de 1850. Naquela época, já foi apontada a transposição do São Francisco como solução, embora o projeto não tenha caminhado. A idéia levada ao debate parlamentar não prosperou. Nas reuniões mobilizadas pelo Governo Central, além da alusão à transposição do São Francisco, foram reincidentes as propostas de perfuração de poços, de construção de açudes para abastecimento dos núcleos povoados e de abertura de estradas.

As décadas relativamente úmidas que antecederam à seca de 1877 haviam contribuído para o crescimento populacional na onda de prosperidade proporcionada pela ascensão do algodão, que, introduzido no sertão nordestino, encontrou oportunidade histórica de expansão com os problemas enfrentados pelos Estados Unidos, principal consumidor – Guerra da Independência, de 1776 a 1783; e da Secessão, de 1860 a 1865 –, em suprir a indústria têxtil inglesa.

A devastação dessa configuração socioeconômica relativamente favorável, traduzida principalmente em perda de vidas humanas – estima-se que foram mais de 500 mil mortos no Ceará e vizinhanças, conforme constata relatório da Sudene, datado de 1981 –, evidenciou nacionalmente a necessidade de racionalizar as ações de um plano mais efetivo.

Assim, no relatório de abril de 1878, elaborado por uma comissão científica designada pelo Imperador e presidida por Henrique Beaurepaire-Rohan, formalizou-se a construção de trinta açudes com capacidade de pelo menos um milhão de metros cúbicos, a construção de ferrovias no Ceará, a instalação de estações meteorológicas e o incentivo à açudagem privada por meio do fornecimento das plantas de engenharia, dado que as condições técnicas de construção dos açudes, anteriormente, deixaram a desejar. Em decorrência de tais deficiências, eram destruídos nos anos chuvosos.

As providências arroladas no relatório de Be-aurepaire-Rohan, além de não acrescentarem nada de original em relação às propostas anteriores, foram abandonadas, em termos de alocação de recursos, tão logo retornaram as chuvas com o fim da estiagem de 1879.

O primeiro Presidente eleito pelo voto, Prudente de Moraes, se depararia com a revolta de Canudos, de agosto de 1896 a outubro de 1897, desembocadura de um fluxo histórico que se avolumou em adversidades, nascidas com a trajetória de inserção política, econômica, social e cultural do Nordeste no contexto do País. Nesse cenário de desesperança, permeado ainda pelas consequências da terrível seca de 1877, Antônio Conselheiro fez florescer sua mensagem messiânica, congregando na sua vila de Canudos, localizada no expoente adustivo do Raso da Catarina, na Bahia, uma impressionante população oito vezes superior à população de Juazeiro maior cidade do norte da Bahia, com cerca de três mil habitantes em 1896, equivalente a mais de 10% da Capital, Salvador.

Tida como a guerra mais trágica da história do Brasil, o conflito que evidenciou o abissal entre as elites urbanas dominantes e os esquecidos do Nordeste foi registrado para sempre na história por Euclides da Cunha, em **Os Sertões**.

Em artigo intitulado “Plano de uma Cruzada”, de maio de 1904, incluído posteriormente no livro **Contrastes e Confrontos**, publicado em 1907, Euclides da Cunha propôs um programa para o semi-árido centrado basicamente em construção de açudes; na “arborização em vasta escala, com os tipos vegetais que, a exemplo do juazeiro, mais se afeiçoam à rudeza climática das paragens”; na construção de estradas de ferro adequadamente dispostas, facilitando o “deslocamento rápido das gentes flageladas”; em poços artesianos, “nos pontos em que a estrutura granítica do solo não apresentar dificuldades insuperáveis”.

Aqui eu faria uma observação ao relatório de Euclides da Cunha, pela experiência de quem governou um Estado que tem 75% do seu território encravado no semi-árido e quase totalmente constituído por cobertura de rochas graníticas: essa característica torna inteiramente impossível a ocorrência de lençol freático e a utilização dos poços tubulares.

De forma contundente e crítica, particularmente em relação às secas e ao conhecimento e às investidas governamentais na região, Euclides da Cunha escreveu:

Diante da enorme fatalidade cosmológica, temos uma atitude de amadores; e fazemos física para moças. Daí a instabilidade e o baralhamento dos juízos. Acompanhamos o fenômeno escravizados à sua cadência

rítmica; não lhe antepomos à intermitência a continuidade dos esforços. Entretanto, o próprio variar das causa precipitadas nos revela a sua feição complexa, exigindo longos e pacientes estudos. E evidente que estes serão sempre estéreis, adstritos aos paroxismos estivais, desdobrando-se na plenitude das catástrofes desencadeadas com o objetivo ilusório de as debelar, quando uma intervenção realmente eficaz só pode consistir no prevenir as secas inevitáveis, do futuro.

Com o objetivo de centralizar e organizar as ações federais de combate às secas, é criado, em 1909, pelo Presidente Afonso Pena, o IOCS – Inspetoria de Obras contra as Secas, que, desaparelhada e sem recursos suficientes, enfrenta, já em 1915, uma seca devastadora, cuja severidade e drama social produzido seria registrado pela escritora Raquel de Queiroz no romance **O Quinze**. Em Fortaleza, é instalado o denominado “Campo de Concentração”, para onde eram conduzidos os flagelados, visando um atendimento emergencial conjunto. Sobre esse cenário escreveu Rodolfo Teófilo: “A primeira visita que fiz ao ‘Campo de Concentração’ deu-me a certeza de que em breves dias teríamos ali um ‘Campo Santo’”. Infelizmente, o observador não se enganou.

Apesar da calamidade que se configurava a partir daquele ano e mesmo diante da incisiva atividade da imprensa, não se registrou uma pressão proporcional sobre o Presidente Wenceslau Bráz, permanecendo, mais uma vez, a migração para a Amazônia como a providência já natural e surgindo, a partir de então, outra rota que se tornaria preferencial: sudeste e sul do País.

De 1913 a 1919, num contexto histórico em que o problema do semi-árido parecia ter uma solução bifurcada em uma transposição do São Francisco, voltada a perenizar os rios intermitentes, ou na açudagem, foram realizados pelo Ifocs estudos voltados à primeira alternativa, concluindo, entretanto, pela inviabilidade técnica da obra.

Dessa perspectiva, o estado tecnológico para sua execução na época, em particular as dificuldades na perfuração de um túnel previsto de extensão considerável, ajudou a reforçar a adoção da alternativa de açudagem, defendida pelo então Diretor do Ifocs, Engenheiro Arrojado Lisboa, consolidando, assim, décadas de priorização do que se denominaria, posteriormente, no meio e no jargão técnico, solução hidráulica, rarefazendo-se ao longo dos anos na proporção do declínio orçamentário, em particular no caso das grandes barragens, também pela própria exaustão dos boqueirões viáveis. No final do Século XX, praticamente todas as grandes barragens viáveis no semi-árido dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará

estariam construídas ou em construção. Assim foi com Castanhão no Ceará, Santa Cruz no Rio Grande do Norte, Jucazinho em Pernambuco e Acauã na Paraíba, que, aliás, foi construída pelo meu Governo.

Um esforço para a redução de distorções e immobilismo histórico em relação ao trato do poder central para com o Nordeste no que dizia respeito pelo menos às ações objetivando uma melhor estruturação da região para o enfrentamento das secas viria com a eleição presidencial do paraibano Epitácio Pessoa, que surpreendeu a classe política com uma mensagem presidencial marcada por arrojado programa de infraestrutura com forte componente de obras hidráulicas para o Nordeste.

A seca inseparável da fome e da morte, a estrutura de poder local personificada nos coronéis e seus capangas, a adscrição das agências governamentais às oligarquias, fazendo-as pífias no alcance dos objetivos, o oportunismo adensando o uso espúrio dos paliativos de combate às secas durante as emergências, a rara e conveniente alegação da condição de brasileiro validando os recrutamentos forçados para guerras pouco compreendidas pela população local (como a guerra do Paraguai), acabariam por fazer da alternativa de migração um escape atraente para o sertanejo vitimado nessa moenda impiedosa e já então secular.

Na década de 1930, merece destaque a inédita inserção na Constituição de 1934 da obrigação do poder central em atacar de maneira planejada o problema do combate às secas, tendo sido definido um percentual de aplicação de 4% – que seria reduzido para 3% na Constituição de 1946, uma constituição democrática, mas que significou um passo atrás no trato com um problema tão grave em relação ao Nordeste. A efetivação orçamentária na observação constitucional nos anos subsequentes, infelizmente, ficou longe de se concretizar, embora a definição institucional do espaço geográfico de tais aplicações tenha sido delimitado dois anos depois, através da Lei nº 175/1936, que definiu o Polígono das Secas, compreendendo o semi-árido de todos os Estados nordestinos, à exceção do Maranhão e do Piauí, havendo este último sido inserido posteriormente, assim como o norte de Minas Gerais, através da Lei nº 1.348, de fevereiro de 1951.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador José Maranhão?

**O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB)** – Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Estamos atentamente ouvindo e meditando sobre o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Graças à inspiração da Senadora que preside a sessão, gostaria de sugerir a V. Ex<sup>a</sup> que transforme o pronunciamento em livro. Temos **Os Sertões**, de Eu-

clides da Cunha, **Vidas Secas**, de Graciliano Ramos, e o Nordeste do hoje Governador João Alves. Agora, o trabalho de V. Ex<sup>a</sup> sobre a situação real do Nordeste, com este pronunciamento, se iguala às obras citadas. O que manifesto aqui é gratidão, porque Deus nos permitiu governar juntos Estados do Nordeste. E V. Ex<sup>a</sup> foi, sem dúvida alguma, uma fonte de inspiração para as realizações que fiz no Piauí; inspirações na experiência e no estoicismo da administração de V. Ex<sup>a</sup> em seu Estado.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB)** – Agradeço a generosidade das referências de V. Ex<sup>a</sup>. Esta modesta contribuição é o interesse democrático de discutir o problema de forma racional, de forma objetiva, pois tenho certeza de que mesmo os Estados nordestinos que ainda não puderam apresentar sua adesão ao projeto não se furtarão ao debate, sempre num clima de equilíbrio, de sensatez e de solidariedade a uma gente como a gente paraibana, que tem conseguido se sobrepor às próprias dificuldades do meio físico adverso para prosseguir sua luta em direção à emancipação econômica e social de seu povo.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador José Maranhão?

**O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB)** – Pois não, Senador Ney Suassuna, meu companheiro de partido e de lutas democráticas.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Muito obrigado, nobre Senador José Maranhão. Eu me solidarizo com V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, que retrata uma situação importante não apenas para a Paraíba, mas para uma grande região composta pelos quatro Estados: Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. A pesquisa que V. Ex<sup>a</sup> traz ilustra o desejo, o sonho, a luta por esse evento. Esta semana, estive com o Ministro Ciro Gomes, que disse que já está havendo compreensão em relação a esse evento, que o Governo de Minas Gerais não está fazendo mais oposição, que o próprio Estado de Alagoas já não faz tanta oposição em relação ao assunto, e que, na Bahia, a oposição se reduz não ao Governo, mas apenas a um grupo político, e que a única área em que ainda existe alguma reação é Sergipe, pois Pernambuco também passou a apoiar a medida. Fico feliz com isso, pois não se trata de transposição, apenas de uma tomada d'água, o que representa 2% apenas do caudal. Nós, que vivemos na Paraíba e estamos acostumados com a seca, quando o sertanejo tem que levantar o gado e migrar porque não tem o que beber, sabemos da importância de tal medida. Louvo o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e me associo a ele, porque essa é uma causa com a qual sonhamos. Ultimamente, estivemos na Paraíba, de cidade em cidade, participando de reuniões tão

bem dirigidas por V. Ex<sup>a</sup>, reuniões que obtiveram tanto sucesso e repercussão. Parabéns.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB)** – Nobre Senador, louvo o sadio otimismo de V. Ex<sup>a</sup>, aqui recordando uma frase do inesquecível estadista Juscelino Kubitschek de Oliveira: “Louvo o sadio otimismo de V. Ex<sup>a</sup> porque os pessimistas já começam errados”. Tenho certeza de que não demorará muito até que os últimos óbices desapareçam e que prevaleça o entendimento e, sobretudo, a solidariedade nordestina de nossos companheiros de outros Estados que tiveram a ventura de receber em seu território, por uma dádiva de Deus, o velho Chico, com toda a sua generosidade e com todo o seu séquito de benefícios na irrigação, no abastecimento humano e tudo o mais.

A Paraíba, nesse contexto, se insere como um Estado que vê na transposição não apenas um instrumento de seu desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, um instrumento necessário à própria sobrevivência humana de sua população.

Tanto por insuficiência como por subutilização da infra-estrutura hídrica disponível, reflexo do subdesenvolvimento que marcaria o semi-árido nordestino, a seca enfrentada em 1941–1942 reeditou, por parte do Governo Federal, as mesmas medidas de transporte de flagelados para o Sul e a Amazônia (visando suprir de borracha o governo norte-americano na já então deflagrada 2<sup>a</sup> Guerra Mundial), cabendo, entretanto, assinalar o refreamento do registro de óbitos em decorrência da seca, o que passaria a ser observável daí em diante, principalmente em função das melhorias de infra-estrutura viária e de transporte, evitando que os flagelados fossem vitimados na precariedade do percurso, quando afluíam para as cidades maiores em busca da sobrevivência.

Ainda com Getúlio Vargas no Poder, foi criada a Chesf (1945) e, posteriormente, através de José Linhares, o já desgastado Ifocs é rebatizado como Dnocs, Departamento Nacional de Obras contra as Secas, cujo orçamento, a cada ano, reduziu-se a percentuais inexpressivos em relação às previsões e, hoje, é simplesmente um fantasma da Administração Pública, não por falta de espírito público do seu corpo técnico e administrativo, mas por absoluto desconhecimento da própria Administração Federal, que esqueceu do grande celeiro de homens capazes, de homens competentes que construíram uma obra extraordinária em todo o semi-árido nordestino.

Os esforços parlamentares empreendidos junto à Constituição de 1946 possibilitaram a criação da Comissão do Vale do São Francisco originária da atual Codevasf, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, buscando materializar insti-

tucionalmente o reconhecimento da importância do rio São Francisco não apenas para o Nordeste, mas para todo o Brasil. A dádiva natural representada por uma fonte hídrica que, partindo preponderantemente do Estado úmido de Minas Gerais (de onde vêm três quartos da vazão do São Francisco), avoluma-se na direção da área mais seca do Brasil começaria a ter o seu papel cobrado mais diretamente no fomento ao desenvolvimento nacional, e o rio pagou em moeda ambiental, como aliás reza a regra: desenvolvimento custa natureza.

Aqui fazemos um comentário adicional. Embora seja quase uma lei da economia o binômio de que desenvolvimento custa natureza, nem por isso concordamos com essa posição que lamentavelmente o mundo observou até hoje. É possível se fazer desenvolvimento conciliando papel econômico, papel social e papel ambiental.

A exigência da consideração adequada desses custos na equação de decisão tradicionalmente econômica somente nas duas últimas décadas do século XX passou gradativamente a ocupar lugar necessário na consciência de uma sociedade que precisa pensar-se sustentável.

Da perspectiva científica, dentre as contribuições para o aprofundamento do conhecimento da hidrologia do semi-árido nordestino, o monitoramento das chuvas a partir dos pluviômetros instalados após a criação da inspetoria que originou o Dnocs permitiu uma disponibilidade de informações fundamentais para o planejamento local e regional. Graças a essa coleta de dados, realizada com razoável sistemática, dispõem-se hoje de séries de chuvas com certo adensamento temporal (número de estação com dados em determinado dia, mês ou ano) a partir de 1910.

O retorno de Vargas à Presidência da República coincide praticamente com a ocorrência de mais uma seca no período de 1951 a 1953. Sua abrangência alcançou as plantações de cacau do sul da Bahia, bem como do norte de Minas, áreas cuja precipitação decorre, primordialmente, de outros mecanismos climáticos (frentes frias) que não aqueles atuantes no Nordeste. Não foi a primeira nem a última vez em que a coincidência da ausência dos diferentes mecanismos climáticos responsáveis pelas chuvas nordestinas estendeu a área de impacto da seca. Conforme relato de José Américo de Almeida, o impacto sobre o abastecimento de água das cidades ameaçou de tal forma a população que a possibilidade de evacuação tornou-se concreta. Na Paraíba, a seca alcançou o litoral, reduzindo a precipitação na capital com maior severidade em 1952 e 1953. E diga-se que a capital do Estado da Paraíba, João Pessoa, está localizada numa pequena

faixa, numa estreita, mas privilegiada faixa do litoral, onde o regime de chuva, de um modo geral, tem se manifestado satisfatório. O fluxo migratório para São Paulo, Rio de Janeiro e oeste do Paraná estabeleceu-se, facilitado por melhores condições viárias.

Os centros urbanos do Sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, firmavam-se, cada vez mais, como cenário de projeção da esperança do nordestino ao tomar o destino em suas próprias mãos na decisão de migrar. Assim, movido a esperança, o passivo socioeconômico de séculos, agravado pela dança macabra da seca na arena semi-árida do subdesenvolvimento, da justiça social e do abandono, passaria a engrossar as fileiras proletárias do motor capitalista brasileiro, não sem manifestações contrárias de certa linha de pensamento temeroso de que o aumento das tensões sociais naqueles centros urbanos pudesse trazer problemas locais. Os baixos salários e o subemprego ou o desemprego impuseram à maioria dos imigrantes a favela como moradia.

No Governo JK, iniciado em 1956, é criado o grupo de trabalho que, tendo à frente o economista Celso Furtado, elabora os estudos que dariam formato ao nascedouro da Sudene, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, aprovada em dezembro de 1959. No ano anterior a essa aprovação, sobreveio mais uma seca que, alastrando por cerca de 500 mil quilômetros quadrados (relatório da Sudene de 1981), impactou os Estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Celso Furtado entendia o processo de industrialização do Nordeste como inadiável, ao tempo em que expressava sua descrença na sustentabilidade do contingente populacional do semi-árido, que, em parte, deveria ser deslocado para novas fronteiras agrícolas no Maranhão, reconhecendo, posteriormente, essa como “a solução mais simples e imediata” para “o problema mais grave da região”. Ou seja, “a estrutura agrária”, que “ali era a mais anacrônica” que ele já então “conhecera mundo afora”.

Atingindo mais de 600 municípios nordestinos, principalmente no Estado do Ceará, sobreveio a seca de 1970, a primeira durante o Governo militar, tendo então o Gal. Médici à frente do Executivo. O Presidente se fez presente à reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, que, desde 1966, havia passado a ser responsável pela concepção do plano de emergência para enfrentamento do problema, onde declarou a necessidade de alocação “de amplos recursos, inclusive externos, em prol de programas de irrigação em áreas selecionadas, além de mencionar ainda o fortalecimento institucional no campo da pesquisa agrícola e a já tradicional colonização das zonas úmidas nordestinas.

Também não faltaram as frentes de trabalho e de distribuição de alimentos.

A última grande seca enfrentada pelo Nordeste no período ditatorial ocorreria no período de 1979 a 1984. Os caminhões-pipa, a exemplo do que ocorreria em 1976, dominam a cena das reações governamentais, ao lado das frentes de trabalho, estas alistando um número recorde de nordestinos: 3 milhões de nordestinos foram alistados nas frentes de trabalho!

Em 1981, mais uma vez, dessa feita pelas mãos do potencial candidato à sucessão presidencial Ministro Mário Andreazza, devidamente autorizado pelo General Figueiredo, foram encomendados estudos visando à transposição do São Francisco para os Estados do Ceará, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, cuja apresentação, como solução para o problema, dar-se-ia no ano seguinte, na reunião da Sudene.

Inquestionavelmente, a seca, que, ao longo de quase todo o séc. XX, ameaçava os centros urbanos interioranos, impactava, nas últimas décadas, cidades até então não tão vulneráveis e mesmo capitais, sendo Fortaleza o caso emblemático, levando o Governo do Ceará a empreender emergencialmente, em 90 dias, a construção do chamado Canal do Trabalhador que, com seus mais de 100 Km de extensão, levaria água do rio Jaguaribe, maior bacia hidrográfica do Ceará, para a região metropolitana da capital cearense.

A regularização do Jaguaribe que possibilitava as retiradas pelo Canal do Trabalhador era feita primordialmente pelas liberações do Açude Orós, então o segundo maior reservatório dos Estados do Nordeste setentrional, o qual quase exauriu-se para manter aquele novo atendimento.

Naquele ano, a redução da precipitação registrada em Fortaleza foi proporcionalmente maior do que a registrada na região extremamente seca de Inhamuns, no Ceará. O Ministério da Integração Regional tendo a frente o norte-rio-grandense Aloísio Alves retomou os estudos da transposição do São Francisco para os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

A idéia era iniciar a obra com caráter emergencial, transpondo inicialmente 150 m<sup>3</sup>/s, a partir de um ponto e inflexão do São Francisco e a jusante da represa de Sobradinho, na altura da cidade de Cabrobó, em Pernambuco, aliás, ponto esse apontado como captação mais adequada desde os primeiros estudos do século XIX, bem como o primeiro projeto concreto de engenharia elaborado pelo extinto Dnocs – Departamento Nacional de Obras contra as Secas, em 1982. O Governo Itamar Franco terminaria sem que a iniciativa saísse do papel.

No segundo semestre de 1997, a constatação de que se estabelecia no pacífico oriental o “El Niño”, reputado como o mais forte dos últimos 150 anos, levou diversos técnicos e instituições ligadas à área de metereologia e recursos hídricos a relatarem a elevada probabilidade de ocorrência de uma seca de extrema severidade no semi-árido nordestino, a exemplo do próprio Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Chega o ano de 1998, e conforme alertado, não chegaram as chuvas, passando o alerta a ter eco no Parlamento e mais espaço na mídia.

As reações governamentais afetas ao problema da seca eram conduzidas pela Sepre – Secretaria Especial de Políticas Regionais, ligada diretamente à Presidência da República, o que conferia ao secretário **status de ministro**. A tragédia anunciada por órgão do próprio governo e a inércia da não-prevenção, esta última sem nenhuma originalidade em relação a tantas outras situações semelhantes vividas pelo Nordeste, à parte as favoráveis condições de previsibilidade, um agravante sem dúvida, custou o cargo do Ministro paraibano Fernando Catão, que, ao deixar a Sepre, alegou que a não-antecipação de medidas objetivava não causar desemprego na região.

O Governo Federal definiu então uma comissão gestora, presidida pelo Superintendente da Sudene, que assumiu as reações emergenciais, focando a distribuição de cestas básicas, frente de trabalho (rebatizadas estrategicamente de frentes produtivas), caminhões-pipa, em parceria com os governos estaduais; atendimento de saúde às famílias e, curiosamente, talvez buscando um tom de modernidade e originalidade, um programa de alfabetização e capacitação. Foi ainda reiterada (já o havia sido feito na campanha de 1994) pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a transposição do São Francisco.

Na verdade, os estudos estavam em curso na Sepre desde 1996 e nessa nova versão a secular rota do São Francisco, tendo como ponto mais distante o Ceará (riacho dos Porcos, na Bacia de Jaguaribe), passou a ser denominada de Eixo Norte de transposição, havendo sido inserido – idéia inicialmente por nós proposta.

Eu estava, nessa época, no Governo do Estado da Paraíba e, quando se discutia esse programa, ainda a nível técnico, no Ministério da Integração, sugerimos que se criasse mais um eixo, o chamado Eixo Leste, porque esse eixo atenderia a parte mais seca, mais árida, mais ameaçada pelas secas, que era a região do Cariri paraibano, exatamente o eixo do rio Paraíba, rio seco, como sabemos.

O conjunto formado pelos dois eixos passou a ser denominado Projeto de Transposição do São

Francisco para o Semi-árido Setentrional, beneficiando os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

A dubiedade do discurso oficial no período de FHC em relação à transposição favoreceu, entretanto, o aprofundamento dos estudos em desenvolvimento na Sepre, que deu origem ao MI – Ministério da Integração Nacional, pois dilatou os prazos da equipe técnica, permitindo, inclusive, a elaboração do primeiro EIA – Estudo de Impacto Ambiental e do Rima – Relatório de Impacto no Meio Ambiente para o empreendimento, indispensáveis ao licenciamento ambiental, o qual chegou a ser iniciado em 2000, quando foi possível a realização de audiências públicas presididas pelo Ibama em cidades dos Estados beneficiados. O processo foi suspenso no mesmo ano em virtude de uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público da Bahia, sem a realização de nenhuma audiência pública nos demais Estados da Bacia do São Francisco, à exceção de Pernambuco (Audiência Pública de Salgueiro), beneficiado pelos Eixos Norte e Leste. Também ao fim do Governo Fernando Henrique Cardoso, o projeto não se materializaria para além das dimensões do papel.

O pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva, migrante declarado da seca de destino ímpar entre os que alimentaram o fluxo migratório Nordeste-Sudeste, ao assumir a Presidência da República em 2003, reconhecidamente inovou em termos de atenção institucional em relação ao problema da seca, em particular no que se entendeu por importância de uma transposição do São Francisco como projeto de potencial contribuição ao contexto da falta de água no semi-árido brasileiro. Em 11 de junho de 2003, promulgou decreto designando à Vice-Presidência da República a coordenação de um Grupo Interministerial formado pelo Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Casa Civil, com a finalidade de “analisar propostas existentes e propor medidas para viabilizar a transposição de águas para o semi-árido nordestino”.

O Vice-Presidente da República, José Alencar, empenhou-se pessoalmente na missão, promovendo audiências públicas nos Estados da bacia do São Francisco e Estado do Tocantins e nos demais Estados com inserção no semi-árido; reuniões com órgãos financeiros nacionais e internacionais; discussão no Senado e na Câmara dos Deputados; debates técnicos, articulações políticas etc., resultando no chamado Plano São Francisco Plano de Sustentabilidade Hídrica do semi-árido brasileiro, consolidado em um relatório técnico conclusivo, outubro de 2003, apresentado e

aprovado pelo Presidente Lula e Ministérios envolvidos com o problema.

Na verdade, o Relatório Técnico Conclusivo não se limitou à finalidade constante no decreto de 11 de junho de 2003, propondo um plano de largo espectro, sintetizado por cinco componentes: Programa de Revitalização do São Francisco, Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas, Projetos de Acumulação e Distribuição de Água, Ações Localizadas de Infra-estrutura e Ações de Gestão de Recursos Hídricos. A transposição de águas para o semi-árido setentrional foi inserida em um contexto mais amplo passando a constar como uma das providências dentre os projetos de integração de bacias visando à sustentabilidade hídrica para o semi-árido brasileiro.

O Plano São Francisco foi proposto como um conjunto de medidas de longo prazo – a revitalização do São Francisco, por exemplo, tem horizonte inicial de desenvolvimento ao longo de vinte anos –, com vistas a eliminar o fator água como restrição ao desenvolvimento regional. No seu estágio atual, no que concerne à integração do São Francisco com os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, aguardamos a conclusão do processo de licenciamento ambiental por parte do Ibama, o que acreditamos deverá ocorrer nas próximas semanas, haja visto estarem cumpridas todas as etapas previstas em lei para concessão de licença, permitindo o início do processo licitatório da obra.

Perceber que a sustentabilidade hídrica para o desenvolvimento da maior parte do semi-árido setentrional, em algum horizonte de tempo, dependerá da bacia do rio São Francisco tanto quanto os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas é perceber o óbvio.

Geralmente, os debates de participação pública realizados sobre o tema da integração do São Francisco tendem a assumir feições maniqueístas. Para os que se contrapõem ao projeto, dentre outros argumentos apresentados com relevante freqüência, tem-se a visão de que uma transposição representaria uma decisiva ou até fatal agressão ambiental ao São Francisco, esquecendo que, em termos de vazão, retirada o empreendimento transposição é menor do que muitos implantados e em implantação na bacia, praticamente isentos de tal resistência de base escatológica, “inocentados” pura e simplesmente por sua localização geográfica (dentro da bacia).

O exercício dogmático da discussão parece se tornar particularmente atrativo quando o foco é de natureza ambiental. Nesse caso, o imperativo da causa (ecológica), por si, basta como excludente da alternativa da sustentabilidade hídrica do semi-árido seten-

trional através de uma transposição a partir do São Francisco.

A integração proposta pelo Governo Lula propõe a retirada de ínfimos 26 m<sup>3</sup> por segundo para abastecimento humano na situação de excesso de disponibilidade de água no São Francisco (Sobradinho sangrando) o bombeamento de 64m<sup>3</sup>/s em média (já incluídos os 26m<sup>3</sup>/s para abastecimento humano), atingível no 25º ano após as obras haverem sido concluídas.

O Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do São Francisco, elaborado pela ANA – Agência Nacional de Águas e acompanhado pelo próprio Comitê da Bacia do São Francisco, demonstrou que, mesmo no cenário de desenvolvimento mais favorável no qual o País cresceria a taxas acima de 8% ao ano, será preservada com grande folga a água para o desenvolvimento na própria bacia do São Francisco, posto que o volume retirado pela integração com o semi-árido setentrional é irrisório. Para fornecer uma idéia do que significa essa vazão, tomemos a hidroelétrica de Itaparica, que, na cota máxima (equivalente ao volume máximo), apresenta um espelho d’água de 828km<sup>2</sup> e, finalmente, considerando uma evaporação média de 6mm/dia, a vazão máxima retirada pela transposição em um dia de funcionamento após 25 anos da implantação evapora em apenas dois dias em Itaparica.

Comparando-se agora com Sobradinho, imaginemos aquele reservatório com armazenamento médio, digamos, entre as cotas 385,67 (13,22 bilhões de m<sup>3</sup>) e 386,37 (14,69 bilhões de m<sup>3</sup>). Se um operador, realizando leitura diária do nível d’água, equivocar-se em apenas 1cm nessa leitura (evento totalmente factível, dada a ocorrência em ondas em Sobradinho várias vezes maiores que esse valor), ele estará errando no armazenamento por cerca de 21 milhões de m<sup>3</sup>. Caso seja retirada uma vazão de 242m<sup>3</sup>/s em 24 horas (equivalente aos 21 milhões de m<sup>3</sup>), na próxima leitura diária ele sequer terá condições de perceber essa retirada, quatro vezes maior do que a retirada média para os eixos norte e leste, após 25 anos de sua implantação.

É sabido que o projeto da transposição está dividido em duas etapas: uma etapa drenará aquela quantidade ínfima de 26 metros, e a segunda etapa se dará depois de 25 anos.

Quanto à energia elétrica, a recuperação da energia necessária ao acionamento do sistema eixo norte é superior a 2/3, ou seja, a potência instalada é de 214MW.

Só para resumir esse tópico sobre o aspecto de geração de energia e consumo **versus** geração de energia elétrica, o projeto da transposição recupera dois terços da energia consumida no bombeamento.

Há uma forte incidência de aspectos relacionados com equidade social na tomada de decisão de implantação de uma transposição, isso, à parte a questão do futuro agravamento do desequilíbrio do balanço hídrico nas bacias do semi-árido setentrional. Também validado no plano legal – o São Francisco é um rio de ingerência federal –, a equidade social referida consiste na equiparação de condições entre os cidadãos que habitam o semi-árido setentrional com os cidadãos que habitam a bacia do São Francisco, no acesso às águas de domínio da União, cujo corpo hídrico principal concentra 70% da água disponível na região. O São Francisco, sendo um rio da União, não comporta, na temática que envolve o acesso e uso sustentável das suas águas, nenhuma distorção de base meramente geográfica que impute a brasileiros nascidos fora dos limites da bacia tratamento inferior em relação ao dispensado aos nascidos nos Estados são-franciscanos. Todos são cidadãos brasileiros.

Finalmente, ressalte-se que o projeto de integração proposto, contextualizado no espaço formado por todas as dimensões influentes na questão da sustentabilidade hídrica do semi-árido nordestino, representa uma resposta histórica a um problema cujas consequências socioeconômicas, já seculares, extrapolam os limites do Polígono das Secas, influenciando negativamente o País inteiro, com repercussão no exterior, fatores suficientes como apelo ético e moral às forças políticas representativas desta Nação brasileira, para convergirem em apoio à iniciativa que, certamente, merecerá o aplauso das presentes e futuras gerações.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente, agradecendo, mais uma vez, a generosidade de V. Exª em relação ao exíguo tempo que me restava para este pronunciamento. Sem a sua generosidade não teria sido possível fazê-lo. Ao mesmo tempo, V. Exª, que esposou algumas divergências em relação a esse projeto, também o faz com espírito democrático e com grandeza.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradecemos também aos Senadores Cristovam Buarque, Mão Santa, Delcídio Amaral, Alvaro Dias e Wellington Salgado de Oliveira, que, também pelo clima de generosidade coletiva, permitiram que o Senador José Maranhão falasse uma hora e meia, em homenagem a V. Exª, ao Rio São Francisco e à grandeza do debate democrático.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, V. Exª lê muito a Bíblia e sabe que foi pequeno o discurso em relação ao de Santo Estevão.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Senadora Heloísa Helena, quero me penitenciar perante os colegas, que gastaram certamente toda a sua paciência ao ouvir meu modesto discurso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Mas V. Exª tenha certeza de que eles foram muito solidários.

Concedo a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque, que inclusive permitou com o Senador José Maranhão para que S. Exª pudesse falar. Em seguida, pela liderança, tem a palavra o Senador Delcídio Amaral.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Heloísa Helena, Srªs e Srs. Senadores, o tema do discurso do Senador José Maranhão justifica perfeitamente o tempo de que precisou. O rio São Francisco, o Nordeste e esse projeto tão arriscado, chamado transposição, também merecem muitas horas de estudo.

Srª Presidente, eu vim falar de um assunto completamente diferente. Vim lembrar o que todos nós sabemos: que, em 2002, o povo brasileiro deu prova de uma grande sabedoria e de uma grande ousadia. A sabedoria de perceber que o futuro do Brasil não dependia apenas de mais um presidente igual aos outros. O futuro do Brasil exigia mudanças, exigia uma verdadeira revolução. E também a ousadia do povo brasileiro de, ao entender isto, votar no Presidente Lula. Um presidente que tinha todas as características diferentes dos outros do passado, que vinha das camadas mais populares, sem curso superior, pobre, da esquerda. Então, o povo brasileiro deu prova de sabedoria, ao entender a necessidade de mudanças, e de ousadia, ao correr o risco de elegermos um presidente diferente.

Quase três anos depois, temos de reconhecer que nós, os políticos – obviamente, em primeiro lugar, o Presidente e o seu Governo –, não tivemos nem a ousadia nem a sabedoria do povo brasileiro.

Nesta semana eu ouvi declarações de que intelectuais consideram que é hora de fazer silêncio. O silêncio é o túmulo do intelectual. Nós, aqui dentro, nos dedicamos ao imediatismo, e o imediato é o túmulo do estadista. Nós não estamos com a sabedoria nem com a ousadia do povo. E lamento que não vejo condições – e tenho repetido isto – para que o Partido dos Trabalhadores seja o caminho para retomarmos a sabedoria e a ousadia.

Também não vejo, neste momento, que nenhum partido isoladamente vai conseguir ter a sabedoria e a ousadia. A sabedoria de entender que o que acontece no Brasil não é um problema apenas de economia, nem de crescimento, mas de uma revolução de um tipo novo que precisamos inventar, não aquela do começo do Século XX, nem mesmo do Século IXX. Mas não basta uma evolução; é preciso uma transformação.

Nós vivemos um descompasso entre uma massa que quer entrar na escola e governos que não querem dar as condições para que a escola salte. Um descompasso entre um país que quer crescer e as amarras internacionais que não o deixam fazê-lo. Um descompasso entre uma população que quer emprego e uma economia que gera desemprego. Esse é o descompasso que vejo, Senadora Heloísa Helena, que o povo entendeu: é preciso algo mais do que simples administradores; é preciso transformadores. Não uso a palavra revolucionários para não chocar demais.

O povo entendeu isso. O povo percebeu e teve ousadia. E nós todos, uns mais, outros menos, sobre tudo o Governo, não estamos entendendo que é preciso compreender a dimensão da crise – ela é mais profunda do que parece no dia-a-dia – e ter a ousadia de arriscar algumas mudanças. Para isso, creio que precisamos criar um movimento nacional por algo novo, cujo nome ainda não sei. Seja uma ética nas prioridades, seja uma reforma de base, seja uma revolução, mas um movimento que transcendia os partidos. Que tenha dentro dele, sim, o próprio Partido dos Trabalhadores, mas não mais liderado por ele. Que tenha o seu Partido, o P-SOL, Senadora Heloísa Helena, que tem papel fundamental ao gritar alto o que o povo quer dizer. Que tenha os outros partidos daquele bloco que sempre chamamos, no Brasil e no mundo, de esquerda. E se quiserem inventar outro nome para ela, que o façam. Mas são aqueles inconformados com a realidade e que sabem que a simples evolução não leva a mudanças. São aqueles que percebem que não basta evoluir lentamente, vegetativamente, como o Brasil até faz, porque este é um país que, se ninguém fizer nada, faz por si mesmo, mas ficando atrás dos outros, aumentando a brecha entre pobres e ricos ou a distância entre nós e os outros países.

Precisamos entender – e é um apelo a cada um de nós, de qualquer partido que seja – que está na hora de um grande movimento não só pela ética, que é o que mais aparece hoje do comportamento, mas também pela ética nas prioridades, pela ética de para onde vão os recursos públicos, pela ética de políticas públicas que possamos levar adiante.

Aproveito esta sexta-feira para dizer do meu descontentamento em sentir aqui dentro e nas amarras do Partido ao qual ainda estou filiado as dificuldades de ajudar a construir esse grande movimento. Daí a reafirmação de que considero que meu papel como senador eleito pelo povo do Distrito Federal é, sem dúvida alguma, graças à militância do PT, por carregar as minhas bandeiras. Não posso negar! Tenho que reconhecer, e isso vai ficar escrito para sempre. Mas a militância que carregou essa bandeira era a do

partido de 1994, de 1998 e de 2002. Não são aqueles que não podemos sequer chamar de militantes no partido de hoje. Ao mesmo tempo, são aqueles que, lamentavelmente, perderam a capacidade de sonhar e o sentimento de que partido é meio. Partido não é fim. Fim é o país e o povo do país. Senador Mão Santa, o seu partido, o meu e qualquer outro são meios, são exércitos de uma revolução de transformação da sociedade brasileira.

Em nosso partido – porque foi também o seu, Senadora Heloísa Helena –, há pessoas muito jovens, que começaram na política agora e costumam ver o partido como a finalidade e não como instrumento.

Há aqueles que são petistas desde antes de o PT existir. Costumo dizer que o sou desde o dia 24 de agosto de 1954, quando cheguei em minha casa e vi minha mãe chorando pela morte de Getúlio Vargas. Ela era uma tecelã de uma pequena fábrica de Recife. Ali comecei a ser de esquerda e a ser petista. Nós, que temos uma história, que vemos que o partido é meio e que a revolução, a transformação, a mudança são a finalidade, temos mais facilidade apesar de sofrer muito ao tomar essas decisões. No entanto, a nossa militância mais jovem não consegue nem tomar a decisão – e entendo perfeitamente – porque, para eles, o partido é a finalidade e não o meio. Às vezes, os partidos, que são o meio, perdem o rumo. Nesse momento, é preciso reencontrar o rumo.

Hoje, temo que esse povo que teve o entendimento, que nos deu uma lição, aos intelectuais, e que teve a ousadia de nos dar uma lição, aos políticos, de, em 2002, eleger o Lula Presidente caia na frustração e que isso se transforme em alienação, em perda total de esperança.

Por isso, é preciso carregar a bandeira, desde já, da esperança outra vez, mostrando que é possível, cada um no seu Partido e alguns sem Partido, carregarmos essa bandeira de um grande movimento nacional. O Brasil tem condições para isso. Tudo que o País fez de grande saiu de movimentos, não de Partidos: a Independência, a Abolição, a República, as duas redemocratizações, a anistia, tudo saiu de movimentos. Os Partidos ajudaram, do ponto de vista legal, mas quem fez a mudança foi o povo na rua, insuflando os políticos.

Nós precisamos ser insuflados hoje. Precisamos fazer com que os intelectuais não fiquem no silêncio, nem os políticos no imediatismo, porque, sem isso, o povo não vai demorar a gritar: "Todos fora!"

Era o que eu tinha a dizer, Srª Presidente. Agradeço também a V. Exª a generosidade do tempo.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) –** Senador Cristovam Buarque, concede-me V. Exª um aparte?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF)

– Com prazer, se a Presidente assim autorizar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL

– AL) – Pois não, Senador.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Professor Cristovam, quero confessar que, quando V. Ex<sup>a</sup> se candidatou à reeleição, eu fiz campanha contra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF)

– É verdade.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> foi muito importante para uma aliança, no Piauí, contrária à minha candidatura. Eu vim a Brasília, onde há uma grande colônia do Piauí, e votamos no adversário de V. Ex<sup>a</sup>. Porém, o destino nos colocou nesta Casa, que deve ser o degrau máximo da sabedoria que V. Ex<sup>a</sup> representa. Quero dizer que, quando começou o Governo do Lula, em quem votamos – nós nos unimos –, e V. Ex<sup>a</sup> assumiu o Ministério da Educação, eu aqui fiz vários pronunciamentos admirando o seu comportamento. E creio que não houve só um erro do Lula. Aí está o sacrifício. Ele não respeitou a liberdade da líder Heloísa Helena e castrou aquilo que era mais importante ao demitir V. Ex<sup>a</sup>. Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> passou pouco tempo no Ministério, mas ninguém o excedeu. Eu via seu interesse. Um quadro vale por dez mil palavras: aquela imagem que a imprensa brasileira divulgou de V. Ex<sup>a</sup>, o Magnífico Reitor, o ex-Governador, o professor, o mestre. Atentai bem: a humanidade só chama de mestre o professor; não chama assim o Senador, o Presidente, o banqueiro, os pilantras, os marreteiros. E V. Ex<sup>a</sup> fez jus ao título de mestre. Quando vi a fotografia de V. Ex<sup>a</sup> com a mocidade estudiosa, foi como reviver Cristo, pregando o caminho da verdade e do saber. Acredito que o Presidente Lula ainda tem uma saída. Nós votamos nele. Só não há jeito para a morte. Está no livro de Cervantes, **Dom Quixote de La Mancha**, quando se dá a Ilha de Baratária para Dom Quixote governar. Depois de ter dito “case bem, seja honesto, trabalhador, asseado, justo”, ele volta e dá o último ensinamento: “Esqueci de uma coisa. Só não tem jeito a morte!” Então, Lula, há jeito: seja humilde, convide Cristovam Buarque para ser seu Richelieu e levar este Brasil à paz, à ordem e ao progresso, que nós merecemos. E merecemos também o seu respeito e a sua hombridade. Convide-o! Está aí um Richelieu que pode orientá-lo, porque não há caminho algum com essa ignorância que o rodeia!

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF)

– Senador, se houver esse convite, vou colocar uma condição: só aceito se V. Ex<sup>a</sup> e a Senadora Heloísa Helena forem comigo também, porque, senão, não haverá jeito.

Gostaria de concluir, Senador, dizendo que o se vê naquela foto e em outras que V. Ex<sup>a</sup> cita – eu sentado no meio de estudantes – sempre foi meu costume, como Reitor, como Ministro e também como Senador. Por quê? Porque era o meu teste. No dia em que não conseguisse fazer aquilo, teria chegado a hora de sair do cargo. Então, sempre fiz isso, porque, além de gostar e de aprender com a convivência com os jovens, era um teste para saber se ainda merecia estar no cargo. Quando não me puder sentar com os jovens, não vou merecer estar no cargo.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa. Só não lhe agradeço a sugestão que deu ao Presidente.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL

– AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, ao tempo em que convidou o Senador Alvaro Dias para presidir a sessão, porque é alta a periculosidade, Senador Pedro Simon, quando V. Ex<sup>a</sup> me dá essa tarefa.

*A SRA. Heloísa Helena deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Mão Santa. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com a tolerância de mais cinco – a minha tolerância é menor que a da Senadora Heloísa Helena.

Depois do pronunciamento do Senador Mão Santa, concederei a palavra, pela Liderança do Bloco, ao Senador Delcídio Amaral.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores presentes na Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação da Casa; Senador Wellington Salgado, de Minas Gerais – o Estado do *Libertas Quae Sera Tamen* –, aqui estamos nós.

Senadora Iris de Araújo, feliz do governante que não precisa buscar exemplos em outros países ou na história longa do passado, que possa buscá-los aqui mesmo. O Presidente Lula tem essa grande oportunidade, mas o impacto foi tão grande, Senadora Heloísa Helena, que ele não resolveu se inspirar nos governantes que tivemos. Ele caiu na vaidade. Está no Livro de Deus que, sob os céus, tudo é vaidade. E o Lula caiu nessa. Antes de se inspirar na experiência da história e do passado, ele quer se assemelhar aos grandes, aos bons. Vem e se iguala a Getúlio Vargas.

Senadora Iris, V. Ex<sup>a</sup> é muito novinha, mas eu queria dizer que Getúlio Vargas – ó Lula, aprendei –,

15 anos depois de governar esta Pátria, saiu por um problema mundial, porque o País se aliou aos democratas, Franklin Delano Roosevelt, Winston Churchill, para vencermos os ditadores Hitler e Mussolini. Então, os generais, aqui chegando, mostraram que não seria justo para a história a luta pela vitória democrática e nós não exercitarmos a democracia. E assim ele saiu. Ele saiu e foi para São Borja.

Senador Wellington Salgado, V. Ex<sup>a</sup> tem fazenda no Piauí. Getúlio não tinha luz e energia na sua fazenda. Ele ganhou uma geladeira Electrolux, de um empresário e admirador de São Paulo, e não quis receber, pela ética. Mas os amigos insistiram para que recebesse. E ele, na sua humildade, recebeu e depois comentou que até tinha gostado, porque de noite ele tomava um sorvete. Quinze anos de Presidência, Lula, e Getúlio não tinha uma geladeira Electrolux, aquelas a querosene. O meu avô tinha três, Senadora Heloísa Helena, na mesma época, no Piauí: tinha uma na sua empresa, na sua indústria, tinha uma na sua casa na cidade e uma na praia. E meu avô, o Dindim, mandava que eu acendesse, porque era a querosene, tinha um espelho metálico, uma chama, e a gente tinha que se abaixar. Getúlio não tinha nenhuma. E esse PT descarado, ladrão... Nunca se roubou tanto em tão pouco tempo neste País. Com tantos famintos e desempregados no Brasil, eles estão aí ostentando riqueza.

Senadora Heloísa Helena, aqui está o atestado. Não se compare Lula com Getúlio, um estudioso. Tenho o Diário de Getúlio, com volumes extensos. Senadora Iris de Araújo, em 7 de setembro, quando terminava o desfile – gosto de ler todo dia, 7 de setembro, no Natal, no Ano Novo –, Getúlio se recolhia para estudar, para ler. Daí o progresso que ele trouxe e o respeito que ele merece. Mas Sua Excelência, o Lula, não gosta de estudar. Não gosta.

Lembre-se da honra de Getúlio. Com quinze anos de Presidência, ele não tinha uma geladeira. Aqui está o atestado.

Quanto aos dezoito acusados, vamos resolver.

Jobim vem e diz que o Congresso... Calma, dá um freio. Vai para lá, porque aqui nós temos moral. Esta é a Casa de Rui Barbosa, esse, sim, defensor da lei e da justiça. Jobim tem de vir e se defender. Ele foi julgado e condenado por Leonel Brizola. A fraude de Nelson Jobim foi um dos últimos artigos do tijolaço. Nós estamos aqui, e o que nos fez chegar aqui foi a crença no estudo e no trabalho.

Senadora Heloísa Helena, está aqui a prova. Dos dezoito acusados do Congresso, do Congresso de Rui, do Congresso do Senado da República... Senador Wellington Salgado de Oliveira, qual é o partido de V. Ex<sup>a</sup>?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – PMDB.**

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) –** Ah, é o PMDB! V. Ex<sup>a</sup> é do nosso Partido. V. Ex<sup>a</sup> é suplente, chegou agora, mas nunca se viu tanta atuação em tão pouco tempo, fazendo jus à grandeza do povo mineiro.

Senadora Heloísa Helena, são trinta partidos no Brasil, trinta. Dos dezoito envolvidos, sete são do PT do Lula paz e amor. É o Partido campeão da corrupção, da malandragem, da safadeza, do mal exemplo. De dezoito, sete estão no PT. E Lula continua com sua vaidade, comparando-se a Juscelino Kubitschek.

Presidente Lula, a sua desgraça foi pensar que aquele povo que estava na Esplanada era propriedade privada de Vossa Excelência, que não lê nem a Bíblia. Peço que Vossa Excelência medite em Cristo, o maior líder da história da humanidade. Não é assim, Senadora Heloísa Helena? Domingo de Ramos, Cristo e o povo: estou com Cristo e não abro. Domingo de Ramos, e Ele chegando. Sexta-feira da Paixão, esse mesmo povo... Mas, Lula, Cristo era diferente, pois tinha uma missão.

Shakespeare ficou célebre porque escreveu **Júlio César**. **Júlio César**, Senadora Íris de Araújo, por Shakespeare: "Até tu, Brutus?" Brutus é consagrado pelo povo. Ele disse que ia acabar com os impostos. Devia estar igual ao PT, o Partido do Tributo lá, com imposto alto e todo mundo "Brutus! Brutus!", e quase Marco Antonio não fala.

As exéquias começam devagar, sem o povo querer deixá-lo falar. Ele vai vencendo a hostilidade e diz: "Júlio César era bom. Estou aqui com um testamento. Permitam-me ler o testamento?" E ele foi dizendo: "Para quem ele deixou o seu palácio?"

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –** V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais cinco minutos

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) –** Eu não queria o tempo do Senador José Maranhão, mas um tempo do tamanho do Paraná.

Pois aí o povo, que era todo Brutus, volta-se e relembra Júlio César e Brutus. Então, o povo muda, Senadora Heloísa Helena.

Aqui mesmo, no Brasil, nós tivemos o povo Collor, o povo anti-Collar e, hoje, o povo Lula...

Senadora Heloísa Helena, Juscelino chamava os seus companheiros lá no Alvorada e dizia: "José Maria Alckmin, Israel Pinheiro, como vai o monstro?" O monstro era o povo.

Lula, o monstro está enfurecido, o monstro está decepcionado, o monstro está constrangido, e nós, o Senado, somos ainda essa esperança, porque nós re-

presentamos o nosso símbolo, Rui Barbosa, que disse: “só tem uma saída: a lei e a justiça”.

Pois esse é o Juscelino que eu vi. Eu vi na saída, Senador Delcídio. V. Ex<sup>a</sup> está com um grande Partido. V. Ex<sup>a</sup> se diferencia. V. Ex<sup>a</sup> pode renascer, e nós queremos ver o PT voltar a brilhar, porque uma democracia se faz forte com partidos fortes, mas queremos punir o PT da corrupção. De dezoito acusados, a medalha de ouro é do PT, Senador Delcídio Amaral.

Mas V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio Amaral, lembra o Juscelino Kubitschek, que ficava atento ao povo e dava essa esperança. E o Lula, na sua vaidade, se compara ao Juscelino. Em quê? Qual a semelhança?

E mais, Senador Alvaro Dias, Senador Delcídio Amaral – há que se dar um freio –, comparou-se a Simón Bolívar. Era o que faltava. Ao Chávez... Mas ao Simón Bolívar?

Oh, Lula, a história é diferente.

Na nossa história do Brasil, Senadora Heloísa Helena, Dom João VI disse ao filho que colocasse a coroa na cabeça antes que qualquer aventureiro o fizesse. Esse aventureiro, Lula, esse aventureiro a que ele se referia era Simón Bolívar, porque ele estava atento à história do povo que foi às ruas e gritou “liberdade, igualdade e fraternidade”. Fez nascer o governo do povo, pelo povo, para o povo, assim definido por Abraham Lincoln. Ele amou a liberdade e estava fazendo a liberdade dos países escravizados pelos espanhóis na nossa América Central e do Sul.

Mas, Lula, me permita, serei breve, para ao menos saber o que significava Simón Bolívar.

Ele diz que é igual porque está dando dinheiro do BNDES para todo mundo. Não, não foi isso. Simón Bolívar não fez isso. Deu sentido de liberdade, de igualdade, de fraternidade. Ele não saiu fazendo cortesia com o chapéu alheio, porque o dinheiro que Vossa Excelência está dando não é seu, é o dinheiro tragado pelos banqueiros, esses parasitas que exploram os que trabalham.

Essa é a diferença. Simón Bolívar nasceu na Venezuela, mas em Bogotá há uma estátua dele. O Presidente Lula viaja tanto, tanto, tanto, por que não foi olhar, pelo menos, essa estátua?

Como Cristo, em um minuto, fez o Pai-Nosso, com 56 palavras, vou terminar.

Lá está escrito, Senadora Iris: “Simón Bolívar, libertador das Américas”. Ele não foi um mentiroso. Simón Bolívar disse: “Eu fui tudo. Eu tive muitos títulos importantes: soldado, cabo, sargento, tenente, capitão, major, coronel, general, marechal, Presidente, ditador e libertador. Abdicaria todos os títulos, mas não abdicaria o título de bom cidadão”.

Vossa Excelência, Lula, não está sendo um bom cidadão, porque está contra o livro de Deus, em que há a frase: “Dize-me com quem andas que eu te direi quem és”. Esse é o conceito.

Há ainda um tempo, um tempo de buscarmos, e a saída está aqui. Rui Barbosa disse: “Só há um caminho e uma salvação: lei e justiça”. Cristo disse: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”.

Então, que V. Ex<sup>a</sup> se inspire em Cristo, para dar e levar a sua missão, como Cristo, com sacrifício até o fim, salvaguardando aquilo que não tem relação com a corrupção do PT, que é uma democracia nossa, e o Senado saberá preservá-la aprimorá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena e, em seguida, ao Senador Delcídio Amaral, que está concedendo uma entrevista ao lado.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, para variar estão presentes os mesmos Senadores das sextas-feiras – às vezes, nem tão santas.

Senador Alvaro Dias, Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup>s usaram da palavra mostrando a preocupação sobre as questões relacionadas ao Brasil, à nossa combalida democracia representativa.

Onde ando no Brasil, em mensagens que recebemos pelo 0800 no Senado, em ligações gratuitas, em e-mails ou em qualquer outra forma de comunicação, as pessoas que nos encontram pelas ruas sempre perguntam sobre a possibilidade de ainda haver esperança, especialmente as pessoas que dedicaram muitos anos de sua vida para fazer esse momento que foi um momento de levar Lula à Presidência da República; as pessoas que começam a olhar a desmoralização das instituições, do Congresso Nacional; algumas pessoas que até quase agradecem a verborragia cínica do Presidente da Câmara. De alguma forma, ele acaba verbalizando, publicamente, aquilo que alguns outros, mais sofisticados, conspiram contra os interesses da humanidade e fazem a “operação abafa” de forma mais sofisticada, nos almoços, nos jantares ou nos subterrâneos do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. Como o Presidente da Câmara acaba verbalizando o que outros conspiram, de forma silenciosa, pelos subterrâneos do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto, acaba, de alguma forma, acordando a opinião pública e fazendo com que a opinião pública, os meios de comunicação, as mulheres e homens de bem e de paz, acordem e começem a pressionar o Congresso Nacional. Talvez, se ele não tivesse dado aquela declaração horrorosa, maldita, infame e desastrosa, a

população não tivesse cobrado, com tanta força, aquele passo dado na Comissão Parlamentar de Inquérito, que não é o passo final, até porque esperamos todos nós que a CPI do Mensalão e a CPI dos Correios continuem agilizando as investigações.

É essencial que haja a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos 18 citados, até porque o Conselho de Ética não quebra sigilo bancário, fiscal e telefônico. Portanto, o Conselho de Ética não poderá descobrir para quem os beneficiários em primeira instância – os tais dos 18 – repassaram o dinheiro. Precisamos saber para quem repassaram. Por exemplo: o Líder do PMDB recebeu mais de R\$3 milhões. Para quem ele os repassou? Foi para algum Senador, para algum Deputado, para alguma liderança regional? Os Líderes do PP, do PL, do PTB ou do PT, que, igualmente, receberam dinheiro, para quem o repassaram?

Já está mais do que comprovado que houve o mensalão. Se o nome é mensalão, mesadinha, semestrão ou anualidade, pouco importa. Se o Parlamentar usou-o para pagar dívida de campanha, ser parte das orgias sexuais com o dinheiro público roubado ou fazer viagens internacionais, isso configurará ou não o crime em outra instância, mas, objetivamente, aqui, ele terá obrigação de ser punido, porque quebrou o decoro parlamentar.

Do mesmo jeito, o Presidente da República infringiu as normas constitucionais, praticou crime de responsabilidade, porque impediu o livre exercício do Poder Legislativo, patrocinou crimes de responsabilidade porque fez improbidade administrativa – aquilo que está no Código Penal –, tráfico de influência, exploração de prestígio, intermediação de interesse privado, corrupção passiva e ativa. Ao mesmo tempo, foram rasgados o Código Eleitoral, com a safadeza do caixa dois; e o Código Penal, com aquilo que o povo entende por vigarice, pilantragem, mas que lá tem aqueles nomes mais sofisticados que acabei de dizer. Rasgou-se a Constituição do País também.

O povo fica sempre nos perguntando: ainda é possível ter esperança? Ainda teremos motivação para renascer com o sol a cada dia e continuar a criar os nossos filhos, dizendo que é proibido roubar? Será que ainda existe esperança diante de tantas tragédias, de tanto cinismo, de tanta dissimulação? Prefiro dizer que, por mais que os dias sejam trágicos, por mais que a angústia, o desencanto, o desalento seja muito, milhares de outras pessoas passaram por situações tão adversas, de tanto sofrimento, para que hoje, inclusive, estivéssemos aqui; milhares de outras pessoas passam por constrangimento muito maior do que alguns possam imaginar, neste momento. São milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil: famílias pobres, que

vêm seus filhinhos de 6 anos se tornando olheiros do narcotráfico e sendo “premiados” com a introdução ao crack ou com um sanduíche de mortadela; milhares de jovens filhos da pobreza deste País, que tentam resistir, diante da impunidade, diante da sedução, ao jogo maldito do narcotráfico, mas que acabam indo, como último refúgio, até lá.

Portanto, esperança tem que continuar existindo. São muitas as histórias que não vão para os jornais, que não aparecem na televisão. Histórias de resistência e de luta espalhadas pelo Brasil afora.

Trouxe, nesta sexta-feira, para contar – para recontar – uma história bem curta, bem pequena, que não é uma história de brasileira ou de brasileiro. Com certeza, há muitas outras histórias no Brasil tão belas e que demonstram tanta resistência e tanta luta, como esta, que é a história de Micaela. Sabe o Senador Mão Santa que gosto de contar muitas histórias de mulheres maravilhosas e guerreiras.

Na guerra dos índios, que fez ranger as montanhas dos Andes com dores de parto, Micaela Bastidas não teve descanso nem consolo. Essa mulher de pescoço de pássaro percorria as terras *arranjando mais gente* e enviava à frente novas hostes e escassos fuzis, a luneta que alguém tinha perdido, folhas de coca e milho verde. Galopavam os cavalos, incessantemente, levando e trazendo através das serras suas ordens, salvo-condutos, relatórios e cartas. Numerosas mensagens enviou a Túpac Amaru, apressando-o a lançar suas tropas sobre Cusco de uma vez por todas, antes que os espanhóis fortalecessem as defesas e se dispersassem, desanimados, os rebeldes. *Chepe, escrevia, Chepe, meu muito querido: Bastantes adversidades te dei...*

Puxada pelo rabo de um cabalo, entra Micaela na Praça Maior de Cusco, que os índios chamam Praça dos Prantos. Ela vem dentro de um saco de couro, desses que carregam mate do Paraguai. Os cavalos arrastam também, rumo ao cadasfalso, Túpac Amaru e Hipólito, o filho dos dois. Outro filho, Fernando, olha.

O menino quer virar a cabeça, mas os soldados o obrigam a olhar. Fernando vê como o verdugo arranca a língua de seu irmão Hipólito e o empurra na escada da forca. O verdugo pendura também dos tios de Fernando e depois o escravo Antônio Oblitas, que tinha pintado o retrato de Túpac Amaru, e o corta a golpes de machado; e Fernando vê. Com concorrentes nas mãos e grilhões nos pés, entre dois soldados que o obrigam a olhar, Fernando vê o verdugo aplicando garrote vil em Tomasa Condemaita, mulher do cacique de Acos, cujo batalhão de mulheres tinha dado tremenda tunda no exército espanhol. Então sobe ao tablado Micaela Bastidas e Fernando vê menos. Seus olhos

ficam enevoados enquanto o verdugo busca a língua de Micaela, e uma cortina de lágrimas tapa os olhos do menino quando sentam a mãe dele para culminar o suplício: a argola que se aperta não consegue sufocar o pescoço fino e é preciso que *enrolando laços no pescoço, puxando de um e outro lado e dando-lhe chutes no estômago e nos peitos, acabem de matá-la*.

Fernando já não vê nada, já não ouve nada, Fernando que há nove anos nasceu de Micaela. Não vê que agora trazem o seu pai, Túpac Amaru, e o amarram às cinchas de quatro cavalos, pelos pés e pelas mãos, a cara para o céu. Os ginetas cravam as esporas rumo aos quatro pontos cardeais, mas Túpac Amaru não se quebra. *Levam-no pelo ar, parece uma aranha*; as esporas rasgam os ventres dos cavalos, que se erguem em duas patas e se arremetem com todas as forças, mas Túpac Amaru não se quebra.

É tempo de longa seca no vale de Cusco.

Ao meio-dia em ponto, enquanto lutam os cavalos e Túpac Amaru não se arrebenta, uma violenta catarata cai de repente do céu: tomba a chuva para valer, como se Deus ou o Sol ou alguém tivesse decidido que esse momento [de tanta tristeza] bem merece uma chuva dessas que deixam o mundo cego.

Senador Mão Santa, essa é uma das histórias de mulheres que Eduardo Galeano, de forma maravilhosa e generosa, conta. Quando contamos as histórias de resistência e de luta de mulheres e homens no Brasil e no mundo, são essas histórias, apenas histórias de luta e libertação de mulheres e homens de bem e de paz do Brasil, que insistem em continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar; das mulheres e homens que, numa tradição maravilhosa, desbravaram caminhos no mundo para que pudéssemos, inclusive, estar aqui hoje. Essas histórias maravilhosas são capazes de nos dar oxigênio para continuar a luta e a não esmorecer, não desencantar diante de tanto cinismo, tanta vigarice e tanta dissimulação daqueles que saqueiam os cofres públicos impunemente, às custas da dor, do desemprego, da miséria, do sofrimento da grande maioria da população brasileira.

Assim sendo, encerro, até porque acabei tomando o lugar do nosso querido Presidente da CPMI, Senador Delcídio Amaral. S. Ex<sup>a</sup> não estava aqui no momento, estava dando uma entrevista.

Por isso, Senador Delcídio Amaral, acabei tomando seu lugar, democraticamente. Porque o que eu tomarei na revolução socialista, outros saberão.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, a delicadeza de ter me repassado, e ao Senador Delcídio Amaral também.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Biblicamente, gostaria de relembrar aqui que os últimos serão os primeiros! O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> foi uma das maravilhas desta sessão.

Temos, ainda, dois oradores inscritos: um, o Líder do Bloco do Governo, Senador Delcídio Amaral; depois, o Líder da Minoria, Senador Alvaro Dias. O tempo regimental terminou; mas, se o tempo é escasso, é exagerada a inteligência que Deus proporcionou aos dois grandes líderes que falarão. E lembro que Winston Churchill certa vez, ao chegar atrasado para um discurso, disse aos jovens: “Não desanimem, não desanimem, não desanimem. Nunca mais!”, e foi embora! Estou repetindo isso.

Portanto, sejam breves e sábios como sempre foram neste plenário.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, Líder do Bloco do Governo.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve, em função do adiantado da hora e da solicitação de V. Ex<sup>a</sup>.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente, o dia importante que vivenciamos ontem no Congresso Nacional, até um pouco na linha do que disse o Senador Pedro Simon. Muitos de nós que estamos presentes nesta sessão – a Senadora Heloísa Helena, o Senador Alvaro Dias, a Senadora Iris de Araújo, todos –, e creio que a opinião pública como um todo também, temos acompanhado os trabalhados da CPMI dos Correios, uma CPMI midiática, a primeira CPMI da época da Internet, os trabalhos são acompanhados em tempo real pelo *site de notícias*, pelas televisões, pelas rádios. Enfim, ontem, tivemos um dia muito importante. Hoje, colocamos em sintonia os trabalhos das CPIs especialmente a CPI do Mensalão ou da Compra de votos e a CPI dos Correios.

Fizemos ontem um relatório conjunto, os dois Relatores assinaram um tema difícil envolvendo Parlamentares de vários Partidos, uma sessão complexa de se administrar pelo número de Parlamentares presentes, e conseguimos construir uma peça importante para o Congresso e encaminhar essa peça, esse relatório construído a quatro mãos, pelos dois Relatores, o Relator Deputado Ibrahim Abi-Ackel e o Relator Deputado Osmar Serraglio e encaminhado à Presidência da Câmara, que esperamos tome as devidas providências. Mas foi uma reunião histórica, como disse o Senador Pedro Simon, fruto de um trabalho incessante, de to-

dos os Parlamentares. Com humildade, determinação e mesmo dentro do difícil contexto político que o País vive, tivemos muita paciência, tivemos maturidade e, a despeito das dificuldades que enfrentamos, temos enfrentado e iremos enfrentar, produzimos o primeiro relatório parcial, um relatório fundamental, importante que a opinião pública esperava ansiosamente de todos nós. Cumprimos um trabalho fundamental para o Congresso de resgate de nossa imagem num momento em que o Congresso sofre tanto, especialmente em função de todas essas vicissitudes detectadas no dia a dia do nosso povo, da nossa gente, do Congresso, do Governo.

Acho importante, Sr. Presidente, porque esse foi um primeiro passo absolutamente sintonizado, consensual, votamos em bloco, simbolicamente, por unanimidade. Aliás, isso também foi refletido na própria Câmara dos Deputados, no Conselho de Ética. Demos um passo importante, em sintonia, tomando uma série de providências. Hoje, conversei com o Senador Alvaro Dias, e até a próxima semana, já vamos definir empresas de auditoria para nos auxiliarem nos trabalhos. Vamos dar uma consistência técnica muito forte, além do trabalho do TCU, do Ministério Público, da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União, as empresas de auditoria nos ajudarão em uma fase fundamental, Sr. Presidente. Se a questão dos Parlamentares foi uma questão tão difícil, tão doída, de tamanho sacrifício de todos nós, agora entramos em outra fase: discussão dos contratos dos Correios, a denúncia que originou todas essas atividades, a análise das origens – e por isto esta CPMI é diferente, porque vai nas origens, enquanto que boa parte de outras CPIs foram nos fins, como disse muito bem o Senador Pedro Simon.

Importante, Sr. Presidente, também por orientação e determinação do Senador Renan Calheiros, que o IRB passa a ser analisado por uma sub-relatoria da CPI dos Correios, para que não se crie outra CPI, com os transtornos que essa profusão de CPIs causam no nosso dia a dia porque temos as comissões permanentes, temos os trabalhos de plenário. Então, acho que entramos numa fase muito boa, numa fase até mais investigativa, sem tirar a conotação política, uma fase de engenhosidade, de determinação, de trabalho de mesa, menos holofote, mais mesa, mais profundidade nas análises.

É importante, Sr. Presidente: para a próxima semana, suspendemos as oitivas, exatamente para organizar os dados que faltam. O Senador Alvaro Dias, que acompanha muito de perto todas as atividades como integrante competente da CPI dos Correios, sabe que vamos fazer o levantamento daquilo que já

temos e do que falta; vamos procurar as instituições financeiras para concluir isso.

Hoje temos no Banco Rural uma equipe da CPI e uma equipe do Banco Central – os atrasos junto às instituições acabaram prejudicando nossas atividades –, como também nos Correios e em outras empresas estatais, em outras instituições. Então, esta será uma semana importante para se ajustarem os relatórios parciais que serão emitidos ao longo das próximas semanas. Especialmente agora, a prioridade são os contratos dos Correios. E as oitivas, não só aquelas oitivas que serão realizadas pelo Plenário da CPI, mas também aquelas que serão realizadas por um grupo menor de Parlamentares para avançarmos no tempo, porque muitas convocações feitas não exigem depoimentos de dez, doze, quinze horas.

Sr. Presidente, também é importante registrar que entramos numa fase importante no que se refere aos fundos de pensão. Ouviremos o ex-Ministro Gushiken e o Sr. Daniel Dantas. O tema dos fundos de pensão é tão importante que será criada uma sub-relatoria para tratar especificamente dele, pois está interligado a toda essa operação, a toda a malha financeira estruturada pela DNA e pela SMP&B.

Entramos numa fase muito importante que produzirá uma série de medidas de ordem administrativa e de gestão, diminuindo a possibilidade de haver irregularidades ou desvios. Talvez esta seja a missão mais desafiadora da CPI – como disse o Senador Pedro Simon –: melhorar a gestão, aperfeiçoá-la, impedir ou mitigar os desvios e, ao mesmo tempo, produzir uma série de sugestões na área política que nos ajude a fazer a reforma política nos próximos anos e, quanto ao sistema financeiro, especificamente nos ajude a fazer os controles que o sistema financeiro exige.

O Congresso teve ontem um grande dia, mas ainda temos muito pela frente. Espero que, com o trabalho competente de todos os Parlamentares, de toda a assessoria técnica da CPI – a Drª Cleide sempre tem nos ajudado muito –, e com mais pessoas especializadas, os auditores. Com essa programação bem estabelecida que vamos, se Deus quiser, estruturar ao longo da próxima semana, eu não tenho dúvida de que bons resultados surgirão, e não vamos decepcionar a opinião pública. Vai ser mais um tento, vai ser mais um gol no Congresso Nacional. Num momento importante para a vida brasileira, num momento importante para a classe política, num momento importante para o Brasil.

Então, eu, depois de um bom tempo, mesmo sendo Líder, mas tendo ficado muito tempo fora do plenário em função dessas atividades, não poderia deixar de registrar todo o trabalho feito pelas duas CPIs, dos Correios e do Mensalão. Agradeço ao Senador Amir

Lando, também ao Relator Abi-Ackel e todo o trabalho da nossa equipe competente dos Correios, os Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Agora entramos numa nova fase, uma fase importante, rica de informações e que vai ajudar o Brasil a melhorar cada vez mais a sua gestão e, consequentemente, vai fazer com que, com os resultados desta CPI, o Congresso venha a honrar tudo aquilo que a opinião pública do nosso País espera.

Quero agradecer, Sr. Presidente, e pedir desculpas pelo tempo, e dizer que vamos estar alinhados neste trabalho que, sei, será um trabalho importante para o Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PMDB – PI)

– Senador Delcídio Amaral, V. Ex<sup>a</sup> merece todos os aplausos do povo do Brasil e o tempo necessário. E queria fazer uma comparação: V. Ex<sup>a</sup> tem sido comparado ao extraordinário artista Antonio Fagundes, mas lembro que V. Ex<sup>a</sup> simboliza hoje, na nossa história, aquela figura de Senador esbelto que foi Joaquim Nabuco, que tão bem deu perspectivas invejáveis a este Parlamento.

Prorrogo a sessão para ouvirmos o Senador Alvaro Dias, Líder da Minoria.

V. Ex<sup>a</sup> tem sete minutos de uso da palavra para encerrarmos a sessão.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, agradeço a compreensão.

Volto à tribuna porque não poderia deixar passar esta semana sem apresentar a minha discordância em relação a dois fatos. Mas antes quero destacar a importância do Senador Delcídio Amaral na Presidência da CPMI dos Correios. Sem dúvida, se no início havia a preocupação de que poderíamos ter na condução dos trabalhos da CPMI uma orientação eminentemente governista, hoje não há mais razões para que se especule relativamente a essa hipótese. Ela hipótese foi destruída pela competência, pela habilidade de articulador político, pela seriedade, pela responsabilidade do Senador Delcídio Amaral e do Relator da Comissão, Deputado Osmar Serraglio, que também demonstra toda a sua qualificação técnica de jurista e a sua responsabilidade pública, somada à sua simplicidade, à sua humildade e à sua dedicação ao trabalho. Portanto, os nossos cumprimentos ao Senador Delcídio Amaral, grande líder dessa Comissão, que cumpriu com muito sucesso a sua primeira etapa e certamente caminha agora para novas e sucessivas etapas, certamente bem-sucedidas para oferecer as respostas adequadas às exigências da população brasileira.

Agora, Sr. Presidente, venho à tribuna para discordar de uma decisão do Líder do Governo, Senador

Aloizio Mercadante, que derrotou um requerimento de nossa autoria, e eu não estava em plenário, em função de estar trabalhando junto à CPMI dos Correios. S. Ex<sup>a</sup> derrotou um requerimento que solicitava urgência para votação de um projeto que altera a Lei Complementar nº 64, que é a Lei das Inelegibilidades, propondo que se tornasse inelegível o Parlamentar que renunciasse ao seu mandato.

É claro que solicitamos a urgência porque não temos tempo, sem regime de urgência, para apreciação dessa matéria a fim de que vigore para as eleições do próximo ano.

Dessa forma, pela iniciativa do Líder Aloizio Mercadante, os Parlamentares denunciados pela CPMI estão em condições de renunciar aos seus mandatos e concorrer ao pleito do próximo ano.

Portanto, minha discordância. A argumentação do Senador Aloizio Mercadante não nos convence. S. Ex<sup>a</sup> alega que é possível uma renúncia com outras finalidades.

Eu acho que renunciar ao mandato é um desrespeito ao eleitor.

Sei que o propósito do Senador Aloizio Mercadante foi preservar o Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, porque ele renunciou ao mandato para assumir aquela função e estaria, portanto, se o projeto fosse aprovado em tempo, impedido de disputar as eleições do próximo ano.

Não existe outra justificativa para essa providência, mas eu continuo pensando da mesma forma: uma renúncia a um mandato eletivo é uma usurpação, é um desrespeito ao povo que elegeu o parlamentar.

Portanto, não há nenhuma justificativa para se rejeitar uma proposta dessa natureza, que tinha por objetivo impedir renúncias de parlamentares que poderão ter os seus mandatos cassados.

A outra reclamação diz respeito à retirada de um requerimento de nossa autoria, que tinha por objetivo a aprovação imediata para requerer ao Tribunal de Contas da União uma auditoria relativa aos empréstimos do BNDES concedidos para investimentos no exterior.

Ainda agora, Senador Mão Santa, aqui está: "Frigorífico brasileiro compra argentino". O frigorífico brasileiro Friboi está realizando uma operação de 200 milhões de dólares, adquirindo o Frigorífico Swift, na Argentina. Trata-se de um investimento, portanto, que vai beneficiar a população da Argentina e não a população brasileira. E o BNDES vai colaborar com um empréstimo de 80 milhões de dólares.

Há poucos dias nós destacamos desta tribuna a presença do BNDES no exterior, proporcionando um verdadeiro canteiro de obras no exterior, enquanto aqui em nosso país estamos próximos de um apagão de infra-estrutura por ausência de investimentos, já que se exigem 20 bilhões de dólares por ano de investimen-

tos para que o apagão de infra-estrutura não venha ocorrer no Brasil a curto ou a médio prazo.

E ontem – V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, no seu discurso, fez referência a isso –, o Presidente Lula afirmou na cerimônia de formatura dos novos diplomatas no Itamaraty: “Aquilo que Simon Bolívar tentou fazer com a espada estamos fazendo com a política de financiamentos do BNDES”.

Vejam a pretensão do Presidente Lula! É uma pretensão sem limites, mais um arrobo retórico do Presidente da República na linha da megalomania irresponsável. Não temos o direito de repassar a países recursos que são destinados a investimentos produtivos em nosso país, tais como geração de emprego, renda e receita pública.

É por essa razão, Senador Mão Santa, que encaminhamos à Mesa, para deliberação, dois requerimentos: um ao Ministro Luiz Fernando Furlan, exatamente para responder a determinadas questões sobre esses investimentos no exterior, pelo BNDES, e outro ao Tribunal de Contas, para uma auditoria que nos esclareça esses fatos todos. Apenas para obras no exterior, 2,9 bilhões de dólares de financiamentos do BNDES! Se somarmos o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que é um estímulo às exportações, teremos 7,6 bilhões de dólares de recursos públicos investidos no exterior. E estamos vivendo aqui a ausência de investimentos. Em sete meses deste ano, apenas 4% do que estava programado no Orçamento da União foi investido. Portanto, é um investimento muito aquém da necessidade e da responsabilidade governamental. De 16 bilhões de dólares em infra-estrutura em 2001 para 4,3... Veja bem a diferença, Senador Mão Santa, este é um dado comparativo: em 2001, o Brasil investiu 16 bilhões de dólares em infra-estrutura no Governo Henrique Cardoso. Agora em 2003, no Governo Lula, 4,3 milhões de dólares apenas.

Portanto, Sr. Presidente, não há porque recuar diante dessa iniciativa nossa de se investigar o que está ocorrendo. Nós não estamos fazendo nenhuma denúncia irresponsável, não estamos fazendo nenhuma denúncia irresponsável. Veja a revolta do setor da agropecuária brasileira diante desta notícia.

Eu fui alertado por agropecuaristas...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Estou terminando Senador Mão Santa.

Fui alertado por agropecuaristas, que não se conformam em ver a precária situação do setor produtivo rural brasileiro que neste momento vive um momento de perversidade, de dificuldade incrível, enquanto o Governo brasileiro, mediante o BNDS vai financiar a aquisição de um frigorífico na Argentina, país irmão.

Portanto, Sr. Presidente, nós voltamos a essa tribuna para insistir a aprovação desses requerimentos. O que nós queremos é um debate sobre este tema. Nós queremos que o Governo decida se está investindo corretamente no exterior a pretexto de reencarnar Simon Bolívar e, com isso, está promovendo o desemprego no nosso País, reduzindo os índices de crescimento econômico pela ausência de investimentos públicos?

É a decisão do Governo. E nós queremos exatamente os esclarecimentos que possam justificar a opção feita pelo Governo do Presidente Lula.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB PI)

– Não havendo mais oradores inscritos e assuntos a tratar, a Presidência vai encerrar esta sessão de sexta-feira, 2 de setembro de 2005, que se iniciou às nove horas.

Entre os vários pronunciamentos importantes, destacamos o do Senador Delcídio Amaral, Líder do PT, que fez uma síntese do seu trabalho nas Comissões de combate à corrupção nos Correios e do “Mensalão”. S. Ex<sup>a</sup> encaminhou à Mesa Diretora da Câmara Federal o enquadramento daqueles que tiveram um mau comportamento, contra o decoro parlamentar. Ações assim significam.

Lembro que é uma homenagem do Congresso e deste Parlamento à Semana da Pátria, que exige sobretudo o que está escrito na Bandeira Nacional: “Ordem e Progresso”.

Esta sessão foi supervisionada pelo Secretário-Geral, Dr. Raimundo Carreiro Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB PI)

– Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte, Lúcia Vânia, Luiz Soares, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup>s serão atendidos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar o artigo intitulado “O lixo vem de longe”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado na **Folha de S. Paulo** do último dia 21 de agosto do corrente.

A crise política que assola o atual governo do Partido dos Trabalhadores, e que tem novas denúncias de corrupção a cada dia, ainda está longe de terminar. O último escândalo envolve o Ministro Palocci e a sua gestão quando foi Prefeito de Ribeirão Preto. Segundo o autor, “a crise continua em fase ascendente, e há indicações de que por ora não perderá velocidade nem voracidade”.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que o referido artigo seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Outro assunto que gostaria de tratar, Sr. Presidente, é que me vejo forçado a, mais uma vez, vir à tribuna da Casa clamar contra a demora nas obras de duplicação e de recuperação das BRs-280, 470 e 101, no meu Estado de Santa Catarina.

Minha insistência, minha verdadeira obstinação na defesa do atendimento dessa sentida reivindicação do povo catarinense é fácil de compreender. Com efeito, o que é difícil de compreender é o desleixo do Governo Lula em concretizar essas obras de tão extraordinária dimensão econômica, social e humana. Diria mesmo ser inexplicável o descaso com os imensos prejuízos – de toda ordem – que aquele Estado e o Brasil inteiro suportam em virtude da interminável procrastinação na realização dessas obras viárias.

No que tange à BR-101, bastaria dizer que, pelo seu deteriorado asfalto, são transportadas nada menos do que quase a metade das cargas industriais e agrícolas deste País; que essa estrada constitui o mais relevante eixo de integração das maiores metrópoles brasileiras; que ela representa a espinha dorsal de um projeto de cunho estratégico para o futuro do Brasil: a construção de um Mercosul forte e atuante. Bastaria lembrar que a Federação de Transportes do Estado calcula que o Sul catarinense deixa de produzir cerca de R\$1.200 bilhão ao ano em virtude da falta de uma estrada apta a escoar adequadamente a produção.

Mas, ainda mais graves do que os prejuízos econômicos são os brutais custos em sofrimento humano advindos da não-duplicação da BR-101 no seu trecho entre Palhoça e Osório. Somente entre 1996 e 2002, nesse trecho não-duplicado de 243 quilômetros, houve 914 mortes, cabendo ressaltar que o número se refere apenas aos óbitos notificados pela Polícia Rodoviária Federal ainda na estrada. Caso fossem computados os acidentados que vieram a falecer posteriormente nos hospitais, a quantidade de vítimas fatais seria significativamente maior. E, se os mortos se contam às centenas, os feridos se contam aos milhares. No ano de 2002, quando 118 pessoas morreram, houve um saldo impressionante de 9 mil e 300 feridos.

E não é de admirar que assim seja, Sr. Presidente, pois, projetada para atender a um volume de veículos estimado em 4 mil e 600 ao dia, a estrada recebe, hoje, um número quase seis vezes superior a esse. Com o exponencial aumento no volume de tráfego, associado a uma manutenção muito deficiente, o estado da pista deteriorou-se de forma dramática.

A BR-282 e a BR-470, por seu turno, constituem um importante corredor para a maior parte das exportações catarinenses, já que ligam o oeste do Estado

ao litoral. A não-duplicação da BR-470 e a má conservação da BR-282 causam enormes prejuízos às indústrias têxteis e de carnes, que têm o custo final de seus produtos aumentado em 5% em decorrência das dificuldades no seu escoamento. Só de produtos derivados de suínos e de aves, são cerca de 200 caminhões que utilizam as duas estradas diariamente, valendo lembrar que a exportação dessas mercadorias rende bilhões de dólares para o Estado e o País.

O tráfego médio na BR 470 é da ordem de 20 mil veículos ao dia, ao passo que, na BR 280, trafegam 15 mil veículos diariamente. Com a queda na qualidade dos trabalhos de conservação desenvolvidos nessas rodovias, a partir de 2001, seu pavimento não tem conseguido suportar o trânsito pesado. Nos trechos mais críticos – como aqueles entre São Miguel do Oeste e Campos Novos, na BR-282, e entre Rio do Sul e Blumenau, na BR-470 – sucedem-se as tragédias, que cobram o seu tributo na forma de numerosas vidas humanas desperdiçadas.

O trecho recém-mencionado da BR-470 não reclama mera recuperação; urge, isto sim, sua duplicação, haja vista o caudaloso volume de tráfego. Restaurar e ampliar a BR-282, por sua vez, é medida que virá em benefício não apenas das grandes indústrias exportadoras de carnes, mas, principalmente, dos pequenos empreendimentos que a elas estão associados, a exemplo dos transportadores terceirizados que lhe prestam serviços, e que são forçados a arcar com os elevadíssimos custos de manutenção dos veículos acarretados pelo péssimo estado da rodovia. A esse propósito, cabe mencionar a existência de quatro mil empresas transportadoras no Estado, dando emprego a quase 300 mil motoristas.

Além dessas obras de restauração, ampliação e duplicação, as lideranças da região oeste catarinense, bem como toda a comunidade local, reivindicam que seja asfaltado o prolongamento da BR-282, ligando São Miguel do Oeste à ponte internacional Peperi–Guaçu, numa extensão de 32 quilômetros; e, ainda, o trecho da mesma estrada entre Campos Novos e São José do Cerrito, no Planalto Serrano. O asfaltamento desses dois trechos alçará a BR-282 à condição de rota preferencial para o ingresso de muitos turistas argentinos no Estado.

As vultosas divisas geradas pelas exportações das indústrias catarinenses poderão crescer ainda muito mais, caso se concretize a melhoria na infra-estrutura de transporte, com a ampliação e a duplicação das rodovias que dão acesso aos portos de Itajaí e de São Francisco. Afinal, é muito significativa a perda de competitividade dessas empresas, em face de seus concorrentes estrangeiros, por conta da demora e dos custos mais elevados do transporte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a economia catarinense pode, sob muitos aspectos, ser considerada um exemplo para o resto do Brasil.

Somos um Estado eminentemente exportador, pródigo na geração de divisas necessárias ao equilíbrio da balança de pagamentos do País. Temos logrado, ao longo dos últimos anos, melhorias socioeconômicas muito significativas para o conjunto de nossa população, especialmente para suas parcelas menos aquinhoadas. Viceja, lá, um vigoroso empreendedorismo, caracterizado, principalmente, por um vasto número de microempresas e empresas de pequeno e médio porte, característica que contribui para que ostentemos os melhores índices de distribuição da renda e da riqueza entre todos os Estados da Federação. Nossa estrutura fundiária é marcada pela predominância das pequenas propriedades.

Graças a essas suas peculiaridades, Santa Catarina vem crescendo de modo muito dinâmico. E tem

potencial para crescer ainda muito mais; para gerar renda, emprego e para criar novas oportunidades de negócios no Brasil e nos países do Mercosul. A condição básica para que esse potencial seja plenamente realizado é dotar o Estado de uma infra-estrutura de transportes terrestres minimamente condizente com a vitalidade de seu parque produtivo.

É por isso, Sr. Presidente, e, mais ainda, porque não mais suportamos a dolorosa rotina do desperdício frívolo de vidas humanas que aqui estamos, mais uma vez, a clamar pela imediata duplicação e recuperação das rodovias BR-101, BR-470 e BR-280.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

**FOLHA DE S.PAULO**

**JANIO DE FREITAS**

# *O lixo vem de longe*

**S**E DESPIDA DO que significa para os variados interesses depositados na atual política econômica, a denúncia que atingiu o ministro Antonio Palocci é, menos do que um agravamento da crise, um lance natural na escalada seguida pela crise. A haver espanto com o surgimento do lixo, propriamente dito, em improbidades de prefeituras petistas, deveria ser com a demora para a eclosão desse assunto.

Há bastante tempo repetem-se referências públicas à relação, nunca investigada mesmo, entre contratos de limpeza urbana e a improbidade de direções petistas. No caso Celso Daniel, por exemplo, a corrupção em torno do lixo foi fartamente mencionada, sem consequências maiores do que as rápidas e eficazes iniciativas atribuídas a José Dirceu, acusado então de certas responsabilidades.

Apesar de sua campanha à prefeitura paulistana aplicar a lição do "Lulinha paz é amor", com moderação e silêncios que lhe devem ter custado alto esforço, no assunto lixo José Serra não resistiu. Por várias vezes, como em 16 de junho e em 29 de outubro de 2004, avisou (ou prometeu) que ia agir contra os contratos do lixo praticados pela prefeitura petista. Como a memória de candidatos tem vigência limitada, só vai até a vitória, o eleito

assumiu, o assunto sumiu.

Antes que o assunto chegasse à disputa eleitoral, aqui mesmo foi feita a ligação de improbidade petista em torno do lixo, por exemplo, em artigo de 18 de maio de 2004. E já em 2003, em 14 de dezembro, além da ligação, um artigo incluía a necessidade de investigações que se estendessem a prefeituras petistas no Nordeste. Que fique claro: necessidade, não esperança.

A extração de "contribuições" financeiras por meio da administração pública, e não só da iniciativa privada dos Valérios & cia, também já deixara sinais petistas no conhecimento público. A estréia, para efeito externo, foi do mal explicado caso com Luiz Eduardo Greenhalgh na prefeitura de São Paulo. A direção do PT tratou de confundir tudo, e com isso iniciou o distanciamento de Luiza Erundina, então prefeita e desejosa de apuração completa e destituição de Greenhalgh.

Outro caso, cuja explicação não foi muito melhor que a do anterior, deu-se no Rio Grande do Sul, administração Olívio Dutra, a pretexto de uma sede do PT. E do caso Santo André nem é preciso falar, para esta lembrança ligeira de precedentes, no mínimo duvidosos, deixados pelo PT.

Antonio Palocci, por sua vez,

teve suas contas de prefeito de Ribeirão Preto reprovadas pelo Tribunal de Contas-SP. Reprovação não decorre, necessariamente, de comprometimento em improbidade. No caso, serve para lembrar que Antonio Palocci foi um prefeito como tantos outros, do PT ou não, e assim também deve ser considerada a sua administração, que nada tem a ver com seu cargo atual nem, muito menos, com a política econômica em vigor. As administrações petistas de Ribeirão Preto já figuravam, sim, entre as cidades por suspeita ou indícios de irregularidades nos contratos do lixo.

A relação lixo-corrupção existe há anos, está espalhada por inúmeras cidades em todo o país e não é patrocinada só pelo PT, mas também por administrações de outros partidos. Faltava uma confissão ou uma prova documental da sua existência. A confissão não falta mais.

A crise continua em fase ascendente, e há indicações de que por ora não perderá velocidade nem voracidade — apesar dos esforços petistas para sustar qualquer investigação. Aumentam as dificuldades para continuarem fechadas as portas do mundo escuro que são os fundos de pensão estatais. Se abertas, afé que vai haver estorrecimento. Estorrecimento em bilhões.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Lula virou um ‘fantasma’, diz Skidmore”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 28 de agosto do corrente, e que traz trechos de entrevista com um dos mais renomados historiadores norte-americanos, Thomas Skidmore, sobre a atual crise política enfrentada por Luiz Inácio Lula da Silva e pelo PT.

Nas palavras do historiador, o primeiro operário eleito para a Presidência tornou-se um “fantasma”, um “homem oco”, alguém que “não entende realmente o que está acontecendo”.

#### FOLHA DE S. PAULO

#### ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/ENTREVISTA

*Historiador norte-americano avalia que presidente ficará apenas com funções cerimoniais, como viagens e encontros no exterior*

## Lula virou um ‘fantasma’, diz Skidmore

IURI DANTAS  
DE WASHINGTON

Acostumado às reviravoltas da política do Brasil, país que estuda há 44 anos, um dos mais renomados historiadores norte-americanos, Thomas Skidmore, 73, não demonstra surpresa quando indagado sobre a atual crise política enfrentada por Luiz Inácio Lula da Silva e pelo PT. No seu entender, o primeiro operário eleito para a Presidência tornou-se um “fantasma”, um “homem oco”, alguém que “não entende realmente o que está acontecendo”.

A consequência disso? “Pode ser perfeitamente possível deixá-lo continuar com funções cerimoniais, das quais realmente gosta, as viagens, encontros com outros governos, e permitir que o governo continue a gravitar em torno de pessoas apropriadas como [o ministro da Fazenda Antonio] Palocci, que obviamente deve ser a única pessoa que vai sobreviver a esse problema. Não sei se Lula vai precisar concordar com isso ou se vai simplesmente acontecer, chegar ao ponto em que todos decidam que ele é o presidente que nunca houve, um fantasma”.

Além da “tragédia” pessoal de Lula e do PT, o autor de “De Getúlio a Castelo” diagnostica também a “falência” do sistema político posterior à ditadura militar (1964-1985). “O sistema de governo que a Constituição de 1988 produziu não é viável. Não é possível conduzir o Brasil, especialmente em um sistema partidário fragmentado, com as regras eleitorais adotadas depois do regime militar”, disse. Leia trechos da entrevista concedida por telefone na quarta:

★

**Folha** - Como o sr. vê as suspeitas contra o PT e seus líderes?

**Thomas Skidmore** - Parece que a maioria das acusações têm substância, não são apenas rumores. Houve o uso de muito dinheiro privado para influenciar políticos no Congresso. Acredito que todo mundo concorda com isso. O segundo ponto é como isso veio à tona. A resposta comum seria que PT traia seus ideais. Isso pode ser verdade, mas penso que é mais relevante olhar para o sistema. O sistema de governo que a Constituição de 1988 produziu não é viável. Não é possível conduzir o Brasil, especialmente num sistema partidário fragmentado, com

as regras eleitorais adotadas após o regime militar. O mais importante são mudanças estruturais, como uma revisão da Lei Eleitoral que fortaleça os partidos políticos. Isso não é tão fácil de fazer, tem sido muito discutido, mas essa é a raiz das dificuldades do presidente em tentar usar suborno para assegurar votos na Câmara.

A situação no curto prazo obviamente é muito séria. Lula foi o primeiro operário eleito, foi uma mudança drástica na estrutura social no país. E a reviravolta é que sua habilidade para lidar com o sistema é inadequada. Lula se mostrou alguém muito bom de campanha, não um bom administrador. A única sugestão que ouvi que me parece razoável é de os principais partidos de oposição concordarem em permitir que Lula permaneça na Presidência, mas realmente isolá-lo e deixá-lo Brasil governar a si mesmo.

Acredito que Lula não está interessado nos detalhes da administração, portanto pode ser perfeitamente possível deixá-lo continuar com funções cerimoniais, das quais realmente gosta, as viagens, encontros com outros governos – permitir que o governo continue a gravitar em torno de pessoas apropriadas como Palocci, que deve ser a única pessoa a sobreviver ao problema. Não sei se Lula vai precisar concordar ou se vai, simplesmente, acontecer, chegar a um ponto em que todos decidam que ele é o presidente que nunca houve, um fantasma.

Claro que haverá a desintegração do PT. Restará algum pequeno grupo de idealistas, e haverá a tragédia pessoal de Lula, o qual, acredito, não entende realmente o que está acontecendo no Brasil ou com ele. Acabou que ele se mostrou com uma visão muito cínica da política brasileira, presumindo que todos os políticos aceitam suborno o tempo todo, então o que estavam fazendo não era nada de anormal. O problema é que a sociedade brasileira não concorda e quer mudar isso. Lula provavelmente perdeu sua capacidade de conduzir o país. Ele será agora uma figura decorativa, um presidente que ninguém sabe por que está se encontrando com estrangeiros. O importante nisso tudo, e deve ser enfatizado, é o fato de a economia brasileira estar indo muito bem. Veja tendo um sucesso sensacional em coisas como

Concluindo, Sr. Presidente, que a referida matéria que reproduz a entrevista do historiador Thomas Skidmore seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

exportações, produção industrial.

**Folha** - Essa tese de Lula assumir uma postura figurativa, então, já vem acontecendo.

**Skidmore** - Certo. Seria legitimar o que já vem acontecendo. Lula não seria submetido a um impeachment como [Fernando] Collor. Porque Collor era um ser humano muito diferente: era moralmente bastante suspeito. Lula não é, mas está caindo no sistema, parcialmente por inexperience e pelas dificuldades de fazê-lo funcionar. Realmente me parece que a única saída seria essa. Com os políticos se acalmando, haveria mais tempo para importantes políticas econômicas e administrativas do país. E Deus sabe que há problema suficiente nisso.

**Folha** - Como figura decorativa Lula também não seria preservado de críticas necessárias?

**Skidmore** - Sim, mas não vale a pena fazer as críticas. Sua imagem no país, na sociedade brasileira, está prejudicada sem possibilidade de conserto. Não pode retomar o controle sobre a administração. Ele já se foi. O que todos têm que se concentrar agora é numa forma de conduzir o país, dando o fato de que o presidente é um homem oco. É um verdadeiro fantasma.

**Folha** - Qual é o impacto dessa situação na democracia brasileira?

**Skidmore** - O Brasil é um país muito orientado pelas elites. O que isso vai fazer é dar força ao processo de colocar a política e o poder nas mãos de pessoas muito experientes, como Fernando Henrique Cardoso. Ele é o exemplo perfeito. Alguém bem nascido, com muita experiência, que fala vários idiomas. São pessoas assim que sabem conduzir o país. A sociedade não vai mais votar em um populista como Lula. Vai voltar às pessoas mais seguras, que não representam o país, mas uma apenas uma pequena classe.

**Folha** - A crise elimina uma alternativa ao status quo?

**Skidmore** - Está certo. Por isso acredito que é preciso repensar cuidadosamente a Lei Eleitoral e as regras para o Parlamento. Porque isso não é apenas uma tragédia pessoal ou do partido, também é a falência da Constituição de 1988. Esta foi a Constituição mais cuidadosamente escrita na história do Brasil, e olha que foram muitas. Agora, em alguns aspectos, em particular sobre o

Congresso, ela é impraticável. Então, temos uma tragédia ainda maior, que é a da democracia incapaz de se estabelecer de forma plena. Esta é a primeira grande crise política no Brasil desde 1995 que não está ligada à balança de pagamentos. Antes, sempre houve problemas de pressão de credores externos que exigiam mudanças para o pagamento da dívida. Neste caso, o PT está de fato pagando a dívida, em vez de fazê-la crescer, fazendo com que a crise tenha uma dimensão bem diferente e, de alguma maneira, seja algo mais fácil de se lidar.

**Folha** - A preservação da economia ajuda Lula a lidar com a crise.

**Skidmore** - Essa é outra razão pela qual os partidos de oposição estão perfeitamente felizes deixando ele se manter como figura decorativa. Ele não tentou tornar decisões radicais, como grandes aumentos no salário mínimo.

**Folha** - O PT levou 20 anos para se consolidar como alternativa. Não parece haver outros personagens hoje com essa característica. Há um vazio na política nacional?

**Skidmore** - Isso é bem verdade. Provavelmente haverá alguns líderes do PT se juntando e tentando criar um novo partido, livrando-se dos pecados do antigo, e adotará uma posição de esquerda. Mas será muito difícil, porque diversos processos diferentes precisam acontecer ao mesmo tempo no sistema político. Sua preocupação deve ser com a capacidade do sistema político como um todo, quanta capacidade ele tem para se curar da crise.

**Folha** - Como ocorrerá o rearranjo das forças políticas?

**Skidmore** - O que é impressionante é que há muito poucas ideias novas na esquerda. Um dos grandes problemas é esse. O tipo da coisa que havia sido fomentada pelo PT e pelo Fórum Social Mundial em Porto Alegre foi muito superficial. Não representava um claro entendimento do mecanismo da civilização moderna industrial. Um problema que existe em todo o Ocidente, a ausência de ideias. Essa será uma das coisas interessantes a se perceber, que ideias estão emergindo para a formação de novos partidos.

**Folha** - Como o sr. vê as ameaças contra Palocci?

**Skidmore** - Justiça é um animal curioso no Brasil, como é nos Estados Unidos. Nunca se sabe quando uma acusação vai pegar.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna neste momento para dar seqüência aos registros de matérias publicadas pela imprensa do país e que tratam da atual crise política enfrentada pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Governo do Presidente Lula.

Nesse contexto, Sr. Presidente, requeiro que as matérias abaixo relacionadas, publicadas pela revista

**ISTOÉ** do último dia 24 de agosto, sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*



**ANA CARVALHO**

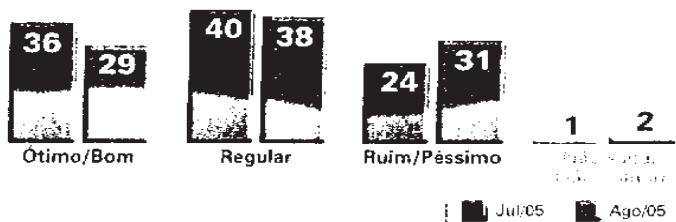
**O**s números do Ibope mostram que o presidente Lula encolheu. Tanto na intenção de votos quanto na avaliação de seu governo. A crise atingiu em cheio o ocupante da principal cadeira do Planalto. Há um mês, Lula só disputaria um segundo turno com o candidato tucano José Serra. Hoje, se quiser tentar a reeleição nas urnas, terá que encarar um segundo turno em todas as simulações feitas pelo instituto, que alterna nomes do PSDB e a presença de um candidato do PFL. A intenção de voto em Lula, que antes variava de 36% a 39%, minguou. Está entre 31% e 34%, o que aumenta as chances de a oposição não só levar Lula ao segundo turno, mas vence a disputa. O Ibope entrevistou entre 13 e 17 de agosto 2.002 eleitores em 143 municípios do País. O estudo

**TRANQUILIDADE**  
Sem Lula, Garotinho  
sai na frente e vence  
Alckmin. Serra aumenta  
as chances, mas tem  
que deixar a prefeitura

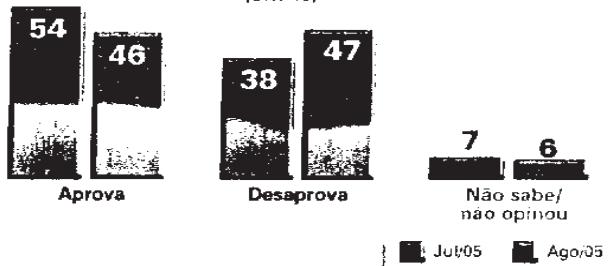
**Pesquisa Ibope mostra que presidente perde votos e terá que enfrentar o segundo turno**

## Σ Popularidade em baixa

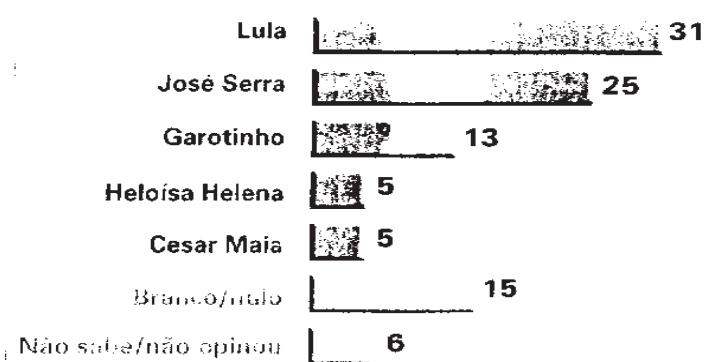
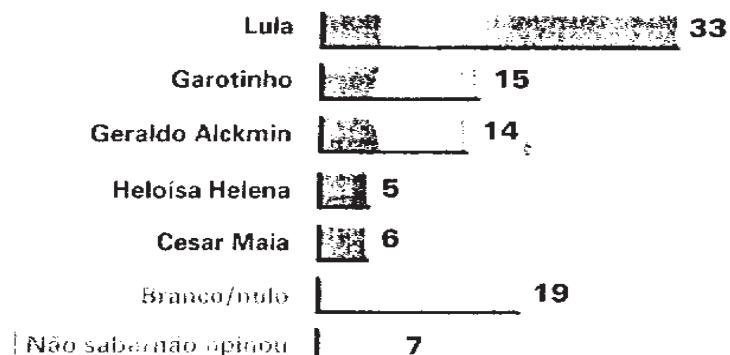
### Evolução da avaliação da administração do presidente Lula (em %)



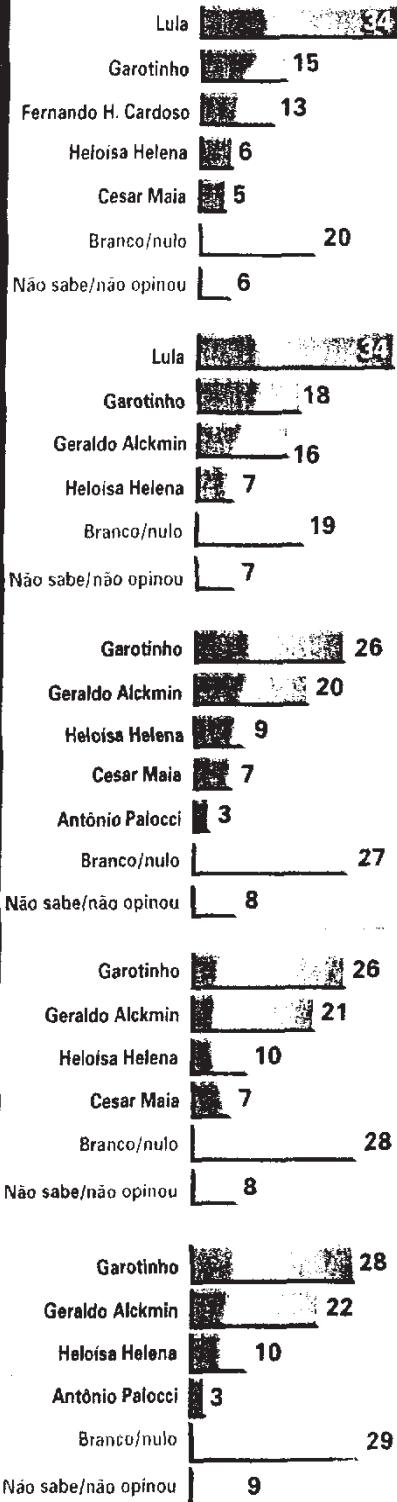
### Evolução aprovação à maneira do presidente Lula governar (em %)



### Evolução da intenção de voto para presidente (em %)



 **Evolução da intenção de voto para presidente no 1º turno (em %)**



## EMBOLADOS

**Cesar Maia não decola e se mantém com 7%.**  
**Heloísa Helena tem uma performance melhor que a de Maia.**  
**Ela chega a ter 10% das intenções de votos.**  
**O tucano Geraldo Alckmin não vence Anthony Garotinho em nenhuma das simulações**

tem uma margem de erro de 2,2 pontos porcentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

Na disputa pela reeleição em segundo turno, o melhor desempenho de Lula (47%) é registrado contra Fernando Henrique Cardoso (31%). O único candidato capaz de vencer Lula é o prefeito de São Paulo, José Serra, que terá sérias dificuldades em deixar o cargo para se lançar na disputa. Ele afirmou inúmeras vezes que não faria da prefeitura um trampolim para o Planalto. A pesquisa registra, em segundo turno, um empate técnico de 41%, com 14% de votos brancos e nulos e 4% de indecisos. Por regiões, Lula ganha no Nordeste (48% a 43%), Norte/Centro-Oeste (46% a 31%), mas perde de Serra no Sudeste (42 a 36%) e no Sul (42% a 36%). O presidente Lula também perdeu votos para o tucano em todas as faixas de renda, principalmente na classe média.

**Em declive** — No primeiro turno, Lula ainda sai na frente, conforme apontam os números do Ibope. Mas a diferença para o segundo colocado diminuiu em todas as simulações. Na que se apresentam como candidatos José Serra, Garotinho, Hélioísa Helena e Cesar Maia, por exemplo, o presidente perdeu 5 pontos em um mês — tinha 36% e hoje

aparece com 31% — e os adversários subiram de 1 a 3 pontos porcentuais. O que mais levou vantagem no embate foi José Serra, que passou de 22% para 25%.

No caso de o PT não ter candidato ou optar pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e o nome do PSDB ser o do governador Geraldo Alckmin, quem sai na frente, lidera e vence as simulações em primeiro e segundo turnos é o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (PMDB). Ele ganharia do governador paulista em segundo turno com uma diferença de 6 pontos porcentuais (38% a 32%). Somados, os votos brancos, nulos e de indecisos totalizariam 29%. Garotinho só não leva vantagem sobre Alckmin que na quinta-feira 18 tornou pública sua intenção de ser o candidato do PSDB — na região Sudeste, onde perde por uma diferença de 17 pontos (45% a 28%).

O eleitorado que prefere o candidato do PMDB no Planalto está concentrado nas faixas dos que ganham até um salário mínimo e dos que recebem mais de um até dois salários mínimos. Mesmo perdendo para Lula no segundo turno, Anthony Garotinho turbinou seus índices. Em julho perderia a disputa por 52% a 27%. Hoje, o ex-governador obteria 31% da preferência do eleitor, contra 45% de Lula. Em

primeiro turno, com Antônio Palocci pelo PT, o prefeito do Rio, Cesar Maia (PFL), e a senadora Heloisa Helena pelo PSOL, Garotinho venceeria Alckmin por 26% a 20%. Num cenário sem a presença de Cesar Maia, o ex-governador do Rio ganha 2 pontos e vai a 28%. Quanto a Lula, o melhor desempenho do presidente no primeiro turno é registrado num cenário em que disputam a eleição Cesar Maia, Fernando Henrique Cardoso, Garotinho e Heloisa Helena. Lula obtém 34% da preferência do eleitorado. Se comparado ao mesmo cenário projetado pelo Ibope há um mês, Lula caiu 7 pontos porcentuais.

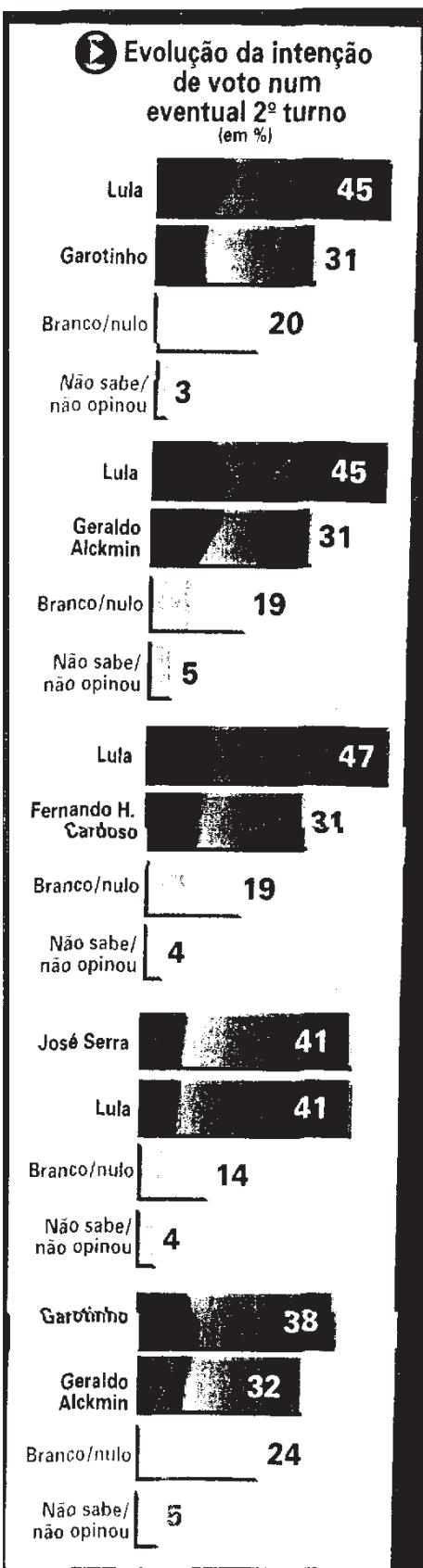
Mas não é só na intenção de votos junto ao eleitor que Lula sofre arranhões. A aprovação a seu modo de governar caiu de 54% para 46% e o índice de desaprovação subiu, em um mês, de 38% para 47%. O mesmo foi registrado pelo Ibope ao mensurar a evolução da avaliação da administração do presidente. No

para 31%. No regular, houve uma oscilação de 2 pontos, caindo de 40% para 38%.

**Efeitos da crise** – A crise política que se agrava e arrasta figuras ilustres do governo petista no tsunami de denúncias de corrupção também atinge o dia-a-dia dos brasileiros. Apesar de 66% dos entrevistados afirmarem que se sentem muito satisfeitos/satisfeitos com a vida que têm levando hoje, 32% oparam pelo inverso (insatisfeito/muito insatisfeito). Estando o maior porcentual de muito insatisfeitos/insatisfeitos entre os que ganham até um e os que ganham de um a dois salários mínimos.

Os números mostram que Lula, se quiser disputar a reeleição, terá de reverter os efeitos da crise que implodiu a alma de seu governo e reconquistar a confiança do eleitor que surfou na onda vermelha, sem ter muita afinidade com o PT. A tendência do eleitor hoje, segundo analistas políticos, é não ousar, como fez no pleito que levou Lula à Presidência, e sim voltar a vestir a camisa da precaução e do conservadorismo, uma forte característica do eleitorado brasileiro. ■

quesito ótimo/bom, Lula teve uma queda de 7 pontos, passando de 36% para 29%. Esses pontos migraram para o item ruim/péssimo, que pulou de 24% no mês de julho



# E AGORA, PALOCCI?

FLORÊNCIA COSTA

A avalanche de denúncias que já dura mais de três meses conseguiu enlamear dois dos três mais próximos ministros do presidente Lula: José Dirceu (ex-chefe da Casa Civil) e Luiz Gushiken (que perdeu status de ministro na Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica). Junto com o todo-poderoso ministro da Fazenda, Antônio Palocci, formavam um trio poderoso, eram uma espécie de três mosqueteiros do presidente. Discreto durante toda a crise – como é de seu temperamento –, Palocci escapara do tiroteio. Até o final da manhã da sexta-feira 19, quando o disparo partiu de um de seus mais antigos colaboradores: o advogado Rogério Buratti (leia mais à pág. 36). Em acordo com o Ministério Público, Buratti aceitou fazer a delação premiada, em troca de redução da pena, e mirou em seu ex-chefe: disse que quando Palocci era prefeito de Ribeirão Preto na segunda gestão (iniciada em 2001), recebia propina mensal de R\$ 50 mil da empresa Leão & Leão, que fazia serviços de coleta de lixo. Esses recursos, segundo Buratti, seriam repassados a Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, para financiar campanhas entre janeiro de 2001 e novembro de 2002. Palocci deixou a prefeitura para assumir a coordenação do programa de governo da campanha de Lula em 2002, substituindo Celso Daniel, o prefeito de Santo André que havia sido assassinado.

A mais recente denúncia ameaça o jogador mais precioso de Lula. Palocci sempre serviu como um escudo entre a crise política e a economia, que até agora não havia sido contaminada. Buratti é um antigo e conhecido quadro do PT

de São Paulo, vindo de Osasco, base eleitoral do ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT), a quem foi ligado inicialmente. Depois aproximou-se de José Dirceu, como seu assessor na Assembleia Legislativa de São Paulo. O advogado passou a trabalhar com Palocci quando ele foi eleito prefeito de Ribeirão pela primeira vez em 1992. Segundo o promotor Sebastião Sérgio da Silveira – que ouviu o de-

cebeu recursos da empresa Leão & Leão quando exercia o cargo de prefeito” e que seu antigo assessor Ralf Barquete recebesse dinheiro da empresa para ser repassado ao PT nacional.

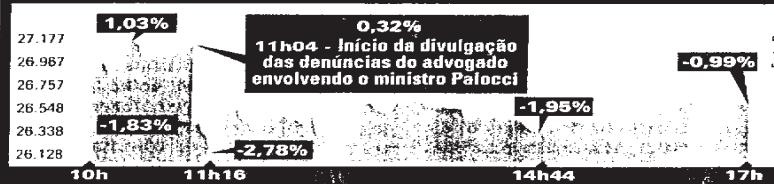
Palocci informou que recebeu da Leão & Leão em sua campanha a prefeita contribuições que estão registradas na prestação de contas na Justiça Eleitoral. A nota faz uma crítica contundente à forma como o promotor divulgou a

**Militante do PT e ex-assessor, Buratti diz que ministro recebia propina de R\$ 50 mil mensais quando era prefeito**

poimento de Buratti e saiu no meio para passar informações à imprensa –, o esquema do lixo envolvia várias cidades. “Ele diz que ouviu do Ralf (Barquete), então secretário da prefeitura, que Palocci determinava a entrega do dinheiro ao diretório nacional do PT em São Paulo”, contou o promotor no final da manhã de sexta-feira. Barquete seria uma testemunha-chave no caso, mas morreu no ano passado de câncer. O depoimento provocou fortes reações, a começar pelo Ministério da Fazenda. Em nota oficial, Palocci negou “com veemência a veracidade da informação de que re-

denúncia: “A indiscrição de autoridades e o modo como foram dadas as declarações configuram total desrespeito a regras jurídicas e podem prejudicar o bom andamento das investigações. A Lei Orgânica do Ministério Público Estadual obriga os promotores a resguardar o sigilo do conteúdo de documentos ou informações obtidas em razão do cargo ou função.” O procurador-geral de Justiça, Rodrigo Pinho, rebateu: “Toda a investigação deve, quando não sigilosa, ser acompanhada pela imprensa e pela sociedade, como em qualquer país democrático.” Vários políticos reagiram,

## ► O efeito Buratti na Bolsa de Valores



alertando para o perigo de uma "onda de denuncismo", como o vice-presidente José Alencar (PL), que saiu em defesa de Palocci, apesar de ser um dos integrantes do governo mais críticos à política econômica do ministro: "É preciso verificar até onde vai a verdade. Tenho Palocci na conta de um homem de bem, até prova em contrário." O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse que o "denuncismo" pode prejudicar o País e mexer com a economia. Ele disse que é preciso ter cuidado, lembrando que todos os acusados agora querem fazer a delação premiada.

O secretário-geral do PT, Ricardo Berzoini, também pregou a necessidade de se ter serenidade com mais esta denúncia, mas ressaltou que, se elas forem verdadeiras, se configurarão em "grave falta de conduta que, evidentemente, influenciará toda a crise política". A oposição não perdeu tempo. Logo que a acusação veio a público, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) discursou no Senado: "Se existem provas, fica insustentável a situação do ministro Palocci." Em seu depoimento, Buratti disse ainda que empresários do bingo contribuíram com R\$ 2 milhões para a campanha de Lula. No Rio, R\$ 1 milhão foi arrecadado por Waldomiro Diniz e, em São Paulo, a mesma quantia foi arrecadada por Ralf Barquette. Buratti citou também vários nomes de políticos do PT, PSDB e PMDB que estariam envolvidos no esquema de corrupção. No mercado, o estrago foi imediato. Logo após a divulgação do depoimento de Buratti, às 11h, o dólar disparou pouco mais de 4%, atingindo R\$ 2,48, a Bovespa chegou a despencar 2,78% e o risco-país bateu nos 421 pontos, alta de 3,7%. Às 12h30, a moeda americana mantinha a alta e era vendida a R\$ 2,483, valorização de 4,35%. No mesmo horário, a Bolsa registrava queda de 2,38%. No final da tarde, o nervosismo no mercado diminuiu. Mas os nervos do País continuam à flor da pele.

**N**os últimos dias, Brasília se transformou numa panela de pressão. Em movimentos que beiram a chantagem, vários personagens se moveram tentando salvar a própria pele. Enquanto protagonistas da crise, como Marcos Valério, José Dirceu e Delúbio Soares, mandavam recados, figurantes como o ex-diretor dos Correios Maurício Marinho, o doleiro Antônio Claramunt, o Toninho da Barcelona, e até uma cafetina, Jeany Mary Corner (Maria Esquina, em

## O jogo da chantagem

português), manifestaram a disposição de "contar tudo" em troca do benefício da delação premiada, que reduz as penas de quem colabora com a Justiça. Dirceu ainda controla o PT

com base nos segredos que sabe. Valério segue liberando novas pistas cada vez que fala. Já Delúbio, em seu novo depoimento, confirmou o acordo entre o PT e o PL que incluía a transferência de 25% do que o PT arrecadasse, o que daria R\$ 10 milhões e admitiu que o dinheiro de Valério tinha servido para cobrir gastos com a participação de Ciro Gomes no segundo turno da campanha de Lula.

Condenado a 25 anos de cadeia, Toninho da Barcelona conseguiu ser ouvido por uma numerosa delegação da CPI, que se deslocou até São Paulo. Como aperitivo, ele acusou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, de terem usado seus serviços para mandar dinheiro ilegal ao Exterior e disse que, "no momento adequado", poderia apresentar provas contra José Dirceu. Não convenceu até ferrenhos adversários do governo. "Não o achei confiável e a CPI fez bem em decidir não convocá-lo", afirmou o deputado Ónix Lorenzoni (PFL-RS).

A vinda da cafetina à CPI não passou de um delírio de alguns parlamentares. Jeany teria chegado a dizer que tinha uma lista com os nomes de poderosos clientes e que fornecia moças para festas em Brasília pagas por Marcos Valério, mas o consenso foi de que sua presença seria um escâ

### RECADOS Jeany e Toninho da Barcelona amedrontam os clientes: o temor das listas

dalo desnecessário. Com Maurício Marinho, que já está na delação premiada, foi diferente. Os parlamentares aprovaram sua convocação para novo depoimento. Para o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), as tentativas dos personagens, especialmente nos casos do doleiro e da cafetina, podem ser o começo de um tempo de chantagens sobre as CPIs. "É preocupante. Pode começar a aparecer gente fazendo ameaças, preparando listas, fazendo acusações dirigidas ou coletivas, enfim, usando as CPIs para fazer chantagem pura e simples. Temos que tomar muito cuidado.

EDUARDO HOLLANDA

**SÔNIA FILGUEIRAS**

**N**os próximos dias explodirá na CPI dos Correios uma nova bomba. A procuradora da República Raquel Branquinho já fez a integrantes da comissão um relato a respeito do conteúdo do novo depoimento de Maurício Marinho, ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da ECT. Em 83 páginas de depoimento concedido em 15 sessões realizadas entre junho e julho, Marinho expôs ao Ministério Público Federal todo o esquema de arrecadação de dinheiro na estatal. Ele fez dezenas de indicações sobre irregularidades nos milionários contratos da estatal e não poupou ninguém. Estão no esquema apontado por Marinho: o PT, que dominava as diretorias de Operações e Tecnologia, consideradas as principais; o PMDB, que tinha outras três diretorias, além da presidência; e o PTB de Roberto Jefferson, que dominava uma diretoria.

**Arquivos** – Em seu depoimento, Marinho afirma que o ex-presidente da ECT, o peemedebista João Henrique, mantinha a seu lado um assessor informal, sem cargo na estatal, cuja ocupação era fazer estranhas visitas às empresas detentoras de grandes contratos junto aos Correios. Segundo Marinho, o roteiro de visitas do assessor informal de João Henrique

incluiu a Politec, contratada para construir salas-cofre destinadas à armazenagem de material de informática e arquivos digitais. A visita foi feita em um momento estratégico quando a Politec discutia com a estatal a renovação de seu contrato – e teve o objetivo de acertar as condições da renovação. Segundo Marinho, o episódio gerou uma trombada interna. A Politec teria se queixado

**Marinho diz que o ex-presidente João Henrique (à dir.) mantinha um lobista nos Correios para visitar empresas**

do assédio excessivo. Já havia recebido visita com propósito semelhante de representantes da diretoria de Tecnologia.

Marinho, que foi filiado recebendo R\$ 3 mil das mãos de um araponga disfarçado de empresário, decidiu colaborar em sigilo com o Ministério Público. Revelou aos procuradores que Silvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, mantinha-se permanentemente informado sobre os negócios nas diretorias de Tecnologia, responsável pela área de informática, e Operações, que respondia pelos milionários contratos de transporte aéreo de encomendas e correspondências. Segundo Marinho, Silvio Pereira teria o poder de interferir nos negócios tocados pelas duas áreas. Roberto Jefferson também mantinha o punho firme sobre a sua área de influência. Encontrava-se semanalmente com o diretor de Administração, Antônio Osório, e colocou seu genro, Marcus Vinicius Vasconcelos Ferreira, para acompanhar os contratos da diretoria, relacionados à compra de material de consumo para a estatal. Vinicius viajava na estatal e indicava os empresários a ser recebidos para tratar de negócios. O MP vem relutando em entregar o depoimento à CPI. Quer manter o sigilo para produzir o máximo de provas. Vários nomes citados por Marinho estão grampeados pela Polícia Federal.

# MAIS UMA BOMBA

**Depoimento de Maurício Marinho revela detalhes do esquema de corrupção nos Correios envolvendo PT, PTB e PMDB**

**Ex-secretário de Palocci  
é preso por formação  
de quadrilha. Agora,  
ele é investigado por  
lavagem de dinheiro**

# TEM PEIXE NA REDE

**ANA CARVALHO**

**E**x-homem forte do então prefeito de Ribeirão Preto e hoje ministro da Fazenda, Antônio Palocci, o advogado Rogério Buratti é uma figura polêmica, com negócios polêmicos que o jogam no olho do furacão de denúncias que movimentam a CPI dos Bingos e inquéritos que o envolvem direta-

mente com a máfia do lixo. Mas Buratti não parou por aí. Desta vez ele aumentou seu currículo com acusações de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e destruição de provas, que culminaram com sua prisão na quarta-feira 17.

Buratti chegou sorridente e tranquilo à Delegacia Seccional da Polícia Civil, em Ribeirão Preto, para depor sobre sua participação nas fraudes em licitações para os serviços de coleta de lixo e lim-

peza urbana nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. E de lá saiu algemado e cabisbaixo para o Centro de Detenção Provisória. No final de suas declarações, promotores do Grupo de Atuação Especial Regional de Prevenção e Repressão ao Crime Organizado (Gaerco) cumpriram o mandado de prisão temporária, decretado em inquérito aberto também na quarta-feira, que apura compra de fazendas e empresas de ônibus. Interceptações

**— Doutor, está cheio  
de policial aqui na minha  
casa. O que eu faço?  
— Corre lá e destrói tudo.**

*Telefona entre Mauad, corretor de imóveis, e Buratti*

**ALGEMADO**  
Rogerio Buratti  
foi depor no  
inquérito do lixo  
e saiu preso por  
negócios escusos  
com fazendas  
e empresas  
de ônibus

telefônicas, com ordem judicial, apontaram para o risco de destruição de documentos. Pelo mesmo motivo, foi preso o corretor de imóveis Claudinet Mauad.

Buratti surgiu de forma suspeita nos telefonemas de Mauad, que estão sendo monitorados desde o início do mês. Mas foi só nos últimos dias que surgiram provas de que a integridade de documentos estaria sendo ameaçada pela dupla. Na segunda-feira 15, foi apreendida uma série deles na casa de Mauad. Esses papéis apontavam que Buratti adquiriu três fazendas nos últimos dois anos e mais recentemente comprou duas empresas de ônibus, a Expresso Fadel, em Rancharia e Presidente Venceslau. Segundo promotores, a primeira fazenda, em Ituverava, foi adquirida por R\$ 280 mil. Mais tarde foi trocada por outra, em Pedregulho, no valor de R\$ 600 mil e finalmente negociada por uma terceira área em Biritizeiro, já com valor de R\$ 1,2 milhão. Na última transação, que contou com a participação de Mauad, a fazenda foi trocada pelas empresas de ônibus no valor de R\$ 2,6 milhão. Os promotores suspeitam que todos os valores foram superfaturados.

As interceptações comprometem Buratti. Na segunda-feira, ao se ver rodeado de policiais, Mauad ligou para o advogado pedindo orientação: "Doutor, está cheio de policial aqui na minha casa. O que eu faço? Buratti não titubeou: "Corre lá e destrói tudo." Em outro telefonema, o corretor informou: "Não deu tempo e os homens pegaram tudo." A reação desesperada de Buratti veio em seguida: "Nossa, minha nossa..." Para o promotor Aroldo Costa Filho não há dúvida de lavagem de dinheiro envolvendo diretamente o advogado. "Numa empresa de ônibus é muito mais fácil conseguir dinheiro e fazer contratos do que em uma fazenda, e para fiscalizar é mais difícil, pois não tem nada legalizado", disse Costa Filho. O Gaeco apura ainda a participação de mais gente no esquema. Foi essa suspeita que deu fundamento ao pedido de prisão temporária por formação de quadrilha. Buratti

chegou a informar no momento da prisão, que ainda tem uma fazenda em Biritizeiro e que as empresas de ônibus não estão em seu nome. Ele acertou, na quinta-feira 18, o mecanismo de delação premiada para ter reduzidas suas penas e manifestou interesse de prestar novo depoimento à CPI dos Bingos.

**Meteórico** — Rogério Buratti chegou a Ribeirão Preto em 1992, num fusquinha, para coordenar a campanha de Antônio Palocci. Hoje, seu patrimônio pode ultrapassar a casa dos R\$ 3 milhões. Antes de trabalhar com Palocci, ele, que veio de Osasco, foi assessor dos deputados José Dirceu e João Paulo Cunha. Em Ribeirão Preto, foi secretário de Governo do prefeito Palocci entre 1993 e 1994, mas foi exonerado após ser flagrado num grampo feito por ele mesmo cobrando propina de um empreiteiro local. Fora da prefeitura criou a Assessoarte Serviços Especializados, que atuava na área de reorganização administrativa e concursos públicos. Buratti atuou na empresa Leão Leão, na qual chegou à vice-presidência. O grupo detém os contratos de limpeza pública de Ribeirão Preto e de mais nove cidades do interior paulista e foi o maior doador da campanha do prefeito Palocci em 2000.

Apesar de cair em desgraça — além da máfia do lixo teria tentado, ao lado de Waldomiro Diniz, extorquir R\$ 6 milhões da empresa Gtech para renovar contrato com a Caixa Econômica —, não perdeu os amigos. Os grampos mostram que ele manteve contatos com o atual ministro Palocci, como o registrado em fevereiro do ano passado, em telefonema para a casa do ministro em Brasília. Entre os números mais discados, o primeiro da lista é o de Jeany Mary Corner, apontada como organizadora das festas com garotas de programa patrocinadas por Marcos Valério. O terceiro da lista é o celular de Juscelino Dourado, chefe de gabinete de Palocci. ■

**O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo do columnista Clóvis Rossi intitulado “Prisioneiro de prisioneiros” publicado pelo jornal **Folha de São Paulo**, no dia 21 de agosto de 2005.

O artigo mostra como o Governo Lula tornou-se prisioneiro dos prisioneiros. Atualmente, o Governo fica nas mãos dos já prisioneiros Toninho Barcelona e Rogério Buratti, esperando o que eles vão resolver falar. Como o petista de primeira hora Paul Singer comentou: “o PT passou a captar contribuições de empresas e empresários, como fazem os outros partidos. Com as contribuições, nem sempre formalizadas, vêm

compromissos ocultos e que tendem a se incompatíveis com os interesses sociais representados pelo PT. As raízes do escândalo que nos arrasa estão nessas mudanças”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

## Prisioneiro de prisioneiros

**SÃO PAULO** - *É terrível, mas o governo Lula tornou-se prisioneiro dos prisioneiros. Seja um doleiro como Toninho da Barcelona, condenado a 25 anos de prisão, seja um cidadão como Rogério Buratti, preso preventivamente, mas não condenado.*

*Para não mencionar a origem da crise, o depoimento de um réu confesso, como Roberto Jefferson.*

*A primeira vista, é injusto que gente com essa biografia (ou folha corrida) possa determinar a pulsão do governo e do país. Mas uma segunda olhada mostra que a culpa é toda ela do próprio governo/PT. A esta altura do jogo, ninguém do PT tem coragem de declarar que jamais fez negócios com Toninho da Barcelona, porque todos queimaram a língua quando negaram as acusações de Roberto Jefferson — apenas para vê-las confirmadas por sucessivos depoimentos.*

*Se era “mensalão” ou uma ou várias prestações, isso importa pouco. O que vale é que o Partido dos Trabalhadores comprou deputados com dinheiro de origem suspeitíssima.*

*Da mesma forma, ninguém se arrisca a jurar que a acusação de Buratti a Palocci seja falsa, porque o próprio ministro não pode negar que o acusador foi seu auxiliar muito próximo até 1996 e porque há fundadas suspeitas sobre irregularidades nas licitações de lixo não só em Ribeirão Preto mas em inúmeras cidades.*

*Até um petista de primeira hora, Paul Singer, com a cuidadosa linguagem de homem honrado e leal ao partido, descreve o ambiente partidário da seguinte forma, em artigo nesta Folha: “O PT passou a captar contribuições de empresas e empresários, como fazem os outros partidos. Com as contribuições, nem sempre formalizadas, vêm compromissos ocultos e que tendem a ser incompatíveis com os interesses sociais representados pelo PT. As raízes do escândalo que hoje nos arrasa estão nessas mudanças”, explica Singer.*

*É por isso que o governo se tornou refém de prisioneiros.*

**A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar o artigo intitulado “O outro Gushiken”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 2 de julho do corrente.

Segundo o autor, Fernando Rodrigues, o ex-ministro Luiz Gushiken é um caso-exemplo de como uma pessoa se transforma com o poder. Quando era Deputado vivia investigando e exigindo do Palácio do Planalto, no Governo de Fernando Henrique, o valor gasto em publicidade. Há pouco tempo atrás, à frente da Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência da República), jurava que não sabia que seu cunhado, Luís Leonel, havia duplicado as receitas publicitárias estatais para as suas revistas, todas sem circulação auditada. Assim como o Presidente Lula não sabia do mensalão, o ex-ministro não influiu em publicidade estatal.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, para compartilhar com as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores, é a minha preocupação com notícias publicadas na Imprensa, nos últimos dias, a respeito do Banco Popular do Brasil e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Criado pelo atual Governo com o objetivo de incluir a população de menor renda no sistema financeiro, o Banco Popular está com prejuízos de R\$22 milhões no primeiro semestre deste ano.

Mesmo assim, seu atual presidente, Geraldo Magella, comemora tais resultados, porque a expectativa é de que os prejuízos fossem três vezes maiores.

Na verdade, o governo esperava que o Banco Popular só fosse operar no azul a partir de 2007. Não se preocupou, no entanto, em promover uma verdadeira farra de gastos em publicidade, como bem demonstrou a Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

No início deste ano, a CAE questionou os gastos do Banco Popular com publicidade, que, entre agosto e dezembro de 2004, chegaram a R\$24 milhões.

Enquanto isso, em todo o ano passado, segundo o governo divulgou, foram emprestados R\$25 milhões.

Os números mostram que a iniciativa do Banco Popular é mais um grande fracasso do Governo Lula.

E não é o único. Ainda esta semana, a Imprensa noticia que também o Programa do Microcrédito Produtivo Orientado, sancionado pelo Presidente Lula em abril, nem saiu do papel.

Essa modalidade de microcrédito se diferencia das demais, por prever monitoramento dos negócios pelas instituições habilitadas a emprestar recursos, os quais só podem ser usados para viabilizar uma atividade econômica, formalizando negócios.

Lançado há quatro meses, somente no início desta semana o Codefat, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, aprovou a destinação de R\$ 200 milhões para os empréstimos.

E, somente há dois dias, o Conselho Monetário Nacional tomou algumas medidas para aumentar o volume de financiamentos.

Entre elas, a redução da taxa de abertura de crédito, que era de 4% do valor da operação e que agora fica limitada a 3% e varia de acordo com o prazo de vencimento. Já a taxa de juros permanece em 4% ao mês.

Com essas medidas, o governo deve estar esperando que a população *“tire o traseiro do banco”*, como disse o presidente Lula, ao lançar o Programa do Microcrédito, e vá buscar dinheiro mais barato.

A população, no entanto, deve estar receosa de aceitar o desafio e se lançar em propostas duvidosas como essas, nesse momento de crise, que causa tanta insegurança ao país.

As experiências citadas são apenas duas, dentre outras, que demonstram o quanto as muitas intenções anunciadas pelo Governo não chegam a trazer benefícios reais para a população.

Na verdade, servem como uma cortina de fumaça a acobertar uma máquina governamental inoperante e ineficiente, tão bem representativa de quem não desceu do palanque para o Brasil real.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

FERNANDO RODRIGUES

## O outro Gushiken

**BRASÍLIA** - O ministro Luiz Gushiken é um caso exemplar de como uma pessoa se transforma ao chegar ao poder. Como deputado, vivia mandando cartas para o Palácio do Planalto de FHC exigindo dados e mais dados da publicidade estatal federal. Queria fiscalizar os gastos com a mídia. Estava certo.

Cópias de algumas dessas cartas de Gushiken repousam nas gavetas da Sucursal da Folha, aqui em Brasília. O então deputado petista perguntava quais eram as agências licitadas, quanto recebiam, para quem trabalhavam dentro da administração pública. Hoje, a história é outra.

Gushiken está à frente da poderosa Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República. As informações disponíveis nessa área, por ironia, só existem porque a coleta teve início nos anos FHC.

Graças a esses dados, é possível prever que Gushiken está para bater um recorde. O governo Lula pode gastar neste ano mais de R\$ 900 milhões com publicidade, nas administrações direta e indireta. FHC chegou a tor-

rar R\$ 881,5 milhões em 2001.

Some-se aos possíveis R\$ 900 milhões deste ano as despesas com a produção dos comerciais, os patrocínios estatais e as propagandas legais (balanços, editais) e se chega a algo entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,3 bilhão.

Até aí, OK. Gushiken entrou para o governo e mudou. É mais uma transmutação no mundo petista.

O curioso, para dizer o mínimo, é um cunhado do ministro ter experimentado o milagre do crescimento durante o governo Lula. Luís Leonel, o cunhado, dobrou as receitas publicitárias estatais para suas revistas, todas sem circulação auditada.

O Banco do Brasil já pagou a Leonel R\$ 647.248. A Petrobras, R\$ 1 milhão. E por aí vai. "Nunca sugeri, indiquei, determinei ou comandei a contratação de anúncios", escreveu o ministro. Tenha dó. Assim como Lula não sabia do "mensalão", Gushiken diz pouco influir na publicidade estatal. É um caso para a ciência a pureza (sic) da administração petista.

✉ → [frodriguesbsb@uol.com.br](mailto:frodriguesbsb@uol.com.br)

**O SR. LUIZ SOARES** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Diálogos republicanos”, publicado na **Folha de S. Paulo** de 12 de agosto do corrente.

Segundo o artigo, o ex-Ministro da Casa Civil, José Dirceu, ao entrar para o Ministério, disse que não mais participava do comando do PT, mas mesmo assim recebeu o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, por 14 vezes em seu gabinete. Com certeza as conversas que tinham, que duravam de 30 a 90 minutos,

não eram sobre o PT e nem sobre verbas eleitorais; falavam em honra e dignidade.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

**NELSON MOTTA**

# Diálogos republicanos

**RIO DE JANEIRO** - *Enquanto foi ministro, José Dirceu recebeu Delúbio Soares 14 vezes em seu gabinete, oficialmente, em audiências que duraram entre 30 e 90 minutos. Como Dirceu jura que se afastou do comando do PT quando assumiu a Casa Civil e como Delúbio não integrava o governo, a pergunta que não quer calar é: sobre o que tanto conversavam Dirceu e Delúbio no Planalto?*

*Algumas hipóteses:*

*Delúbio - Tenho um esquema infalível, absolutamente seguro, para resolver as nossas dívidas da campanha. Mas nem vou te contar nada, para não estragar a surpresa.*

*Dirceu - Vamos comprar o PL, o PP e o PTB e garantir nossa maioria parlamentar. Você sabe, a única maioria confiável é a comprada; eles pensam que são aliados, mas são nossos empregados. Assim não precisamos nos misturar com essa gente do Jefferson e do Valdemar. Somos revolucionários puros, a causa é*

*nobre e a história nos fará justiça.*

*Delúbio - Vamos expropriar o dinheiro que a burguesia rouba do povo, comprar esses 300 picaretas e fazer a revolução do proletariado!*

*Dirceu - O que fazer já sabemos, companheiro, mas como fazer?*

*Delúbio - Xacomigo, chefe. Conheci em Belo Horizonte um grande companheiro, que tem idéias geniais e ótimos contatos. Você vai adorar o Marcos Valério. É a sua cara.*

*O diálogo é absurdo, claro, porque todo mundo sabe que nunca, nem no gabinete nem fora dele, nem por telefone ou por e-mail, Dirceu e Delúbio discutiram dívidas de campanha do PT, muito menos compraram partidos e deputados bandoleiros para compor maioria parlamentar. E, claro, embora Delúbio fosse o tesoureiro do PT, jamais falaram em dinheiro. Só em honra e dignidade.*

*Dirceu tem certeza de que somos todos idiotas. Mas o mais humilhante é ter de acreditar em Jefferson.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Escritor Luiz Fernando Veríssimo anunciou, no último dia 25 de agosto, a morte de uma de suas mais lembradas personagens, a Velhinha de Taubaté. Segundo o escritor, ela teria morrido aos 90 anos, por desgosto com as denúncias de corrupção que atingiram o Governo Lula. A personagem ficou famosa por que acreditava em todos os políticos, apesar de todas as evidências para duvidar.

Para Veríssimo, a Velhinha de Taubaté era a última pessoa no Brasil que acreditava no governo. "Era alguém exótico".

Sr. Presidente, é no contexto dessa morte "simbólica" que registro o artigo intitulado "Velhinhas de Taubaté", de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista *Veja* do último dia 31 de agosto do corrente. O articulista, em seu artigo, cita a morte

da Velhinha de Taubaté para ilustrar o posicionamento atual do presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores em relação à crise política que o país enfrenta. "Foi preciso que uma dúzia de estrelas do governo federal fosse apanhada com a mão na mala para que, finalmente, caísse a ficha dos crédulos". Todos tiveram a oportunidade de enxergar o óbvio, inclusive os petistas. Infelizmente, o clima de funeral é generalizado.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

**TALES ALVARENGA**  
**Velhinhas de Taubaté**

O fim do PT já começou a provocar uma sensação de vazio na vida de muita gente. Durante dezesseis anos, desde que Lula foi candidato a presidente pela primeira vez, bastava abrir o jornal e — pam! — lá estava sempre o artigo de um ideólogo petista fazendo todo tipo de malabarismo retórico para apresentar o partido sob cores favoráveis. Nada abalava aquela certeza cega que se demonstrava em relação à pureza do PT.

O grande público não era informado, mas os de casa sabiam de tudo e, como avestruzes, enterravam a cabeça na areia para não ver a bandalheira. Em 1995, o cientista político César Benjamin, um dos coordenadores da campanha de Lula à Presidência, tomou conhecimento de que integrantes do partido estavam fazendo captação de recursos ilícitos. Alertou Lula, nada conseguiu e abandonou o PT.

Em 1997, o economista Paulo de Tarso Venceslau disse a Lula que o advogado e empresário Roberto Teixeira, compadre do atual presidente, estava se valendo do seu nome para tomar dinheiro de prefeituras administradas pelo PT. O caso Venceslau teve grande repercussão quando ele foi submetido a processo interno no partido e terminou expulso da agremiação. Os admiradores do PT continuaram com a cabeça enfiada no buraco. Houve acusações contra petistas no governo do Rio Grande do Sul, em Ribeirão Preto, Campinas e em outros lugares.

Em 2002, foi assassinado o prefeito de Santo André, Celso Daniel. Conforme denúncia feita por seu irmão, o médico oftalmologista João Francisco Daniel, ele foi morto porque mандou desativar um esquema criminoso, montado para recolher dinheiro para o caixa do PT junto a donos de empresas de ônibus na cidade. O achaque petista tornou-

se um escândalo de proporções federais.

A vida real vem dando provas de que o partido começou a trocar a pureza ideológica pela corrupção sistemática quando assumiu prefeituras nos anos 90. Aprendeu a roubar nessa fase. Aplicou a tecnologia com tanta desfaçadez no governo federal por um motivo simples. Todo esquerdistas puro-sangue acha que os fins (fazer justiça social) justificam os meios (assaltar a elite é o bolso do contribuinte para garantir a permanência no poder). A tragédia do PT é que ele só ficou nos meios. O assalto ao cofre. Os fins nunca foram atingidos nem jamais seriam. Suspeito de que boa parte daquela gente que se mudou

para o Palácio do Planalto sabia que seria assim desde o primeiro dia.

O PT teve chance de se corrigir em todos os casos, aqui narrados. Também tiveram a oportunidade de enxergar o óbvio todos os petistas bem informados, como o dominicano Frei Betto, que até mesmo trabalhou dentro do Palácio do Planalto com santo Luiz Inácio Lula da Silva. Foi preciso que uma dúzia de estrelas do governo federal fosse apanhada com a mão na mala para que, finalmente, caísse a ficha dos crédulos. Frei Betto

anunciou na semana passada que os petistas desmoralizaram a esquerda. Marcelo Coelho, articulista da *Folha de S.Paulo*, escreveu na primeira página do jornal: "Arrependo-me do meu bom-moçismo em relação ao PT". E, para que a história não terminasse sem algum humor, Luis Fernando Veríssimo, colunista de *O Globo*, matou sua personagem, a Velhinha de Taubaté, aquela que acreditava em todos os políticos apesar de todas as evidências para duvidar. Vai ver que isso tudo é sinal de que caiu a ficha de todas as Velhinhas de Taubaté do petismo encabulado.

***"Todo esquerdistas puro-sangue acha que os fins (fazer justiça social) justificam os meios (assaltar a elite e o bolso do contribuinte para garantir a permanência no poder). A tragédia do PT é que ele só ficou nos meios. O assalto ao cofre. Os fins nunca foram atingidos nem jamais seriam. Suspeito de que boa parte daquela gente que se mudou para o Palácio do Planalto sabia que seria assim desde o primeiro dia.***

***O PT teve chance de se corrigir em todos os casos, aqui narrados.***

***Também tiveram a oportunidade de enxergar o óbvio todos os petistas bem informados, como o dominicano Frei Betto, que até mesmo trabalhou dentro do Palácio do Planalto com santo Luiz Inácio Lula da Silva. Foi preciso que uma dúzia de estrelas do governo federal fosse apanhada com a mão na mala para que, finalmente, caísse a ficha dos crédulos. Frei Betto***

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo intitulado “Bolo solado em vez de pizza”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 24 de agosto do corrente.

Segundo o artigo, os depoimentos nas três CPIs (Correios, Mensalão e Bingos), independentemente do tempo que levem, servirão para mostrar “o que toda a Nação já sabe: que o PT, por inspiração do ex-Ministro José Dirceu e através de seu tesoureiro Delúbio Soares e do operador Marcos Valério, comprou a adesão de Parlamentares dos Partidos aliados, pagando-lhes

generosa mesada; que transferiu ‘recursos não contabilizados’ para aqueles Partidos; e fez pagamentos ilegais no exterior”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

## Bolo solado em vez de pizza

**G**arante os membros das CPIs que nenhuma delas – a dos Correios, a do Mensalão e a dos Bingos – terminará em pizza. Mas quem garante que não será servido à Nação um grande e indigesto bolo solado? Passada a fase dos depoimentos dos principais protagonistas dos escândalos que revelaram o lado fora da lei do PT, agora as CPIs passam a convocar meios figurantes, que pouco terão a contribuir para a caracterização dos delitos e a identificação de seus autores.

Deputados e senadores deixam para depois, ou o fazem com irritante lentidão, o exame das resmas de documentos que foram apreendidos ou requisitados. Até agora, muito pouco fizeram para esclarecer a origem da dinheirama que o PT esparramou entre seus aliados, limitando-se a identificar quem recebia sacolas e envelopes. A coleta da prova documental e a identificação da fonte dos recursos ilícitos seriam providências essenciais em qualquer investigação. Mas, ao que parece, não nas CPIs, porque essas atividades não podem ser acompanhadas pelas câmeras de televisão.

A manobra do governo – para a qual o presidente Lula contribuiu decisivamente, retirando do Congresso medidas provisórias que atravancavam a pauta –, criando três CPIs, com funcionamento simultâneo, para investigar um único escândalo de corrupção – pois há uma evidente ligação entre as tentativas de extorsão contra batoteiros e nos Correios e a denúncia do mensalão –, só podia levar à exaustão prema-

tura das investigações. Só quem não conhece o sistema de funcionamento de uma CPI e a vocação histrionica da maioria dos parlamentares diante das câmeras de televisão é que poderia imaginar que a sobreposição das investigações resultaria na apuração mais rápida e eficiente de fatos e autorias.

A falsa divisão de tarefas está levando, isso sim, à convocação de depoentes que pouco terão a acrescentar ao que já se revelou, como se as CPIs nada mais tivessem a fazer, a não ser “cumprir tabela”. E, com isso, o forno atinge a temperatura ideal para solar o bolo.

### A MAÇANTE ANÁLISE DA PAPELADA PARA OBTER PROVAS NINGUÉM FEZ AINDA

A CPI dos Bingos, por exemplo, reinquirirá o advogado Rogério Buratti, que na sexta-feira prestou um explosivo depoimento ao Ministério Público, que divulgou cópias na íntegra. Depois disso, convocará o ex-presidente da Associação dos Bingos do Rio de Janeiro, cujo depoimento à Polícia Federal faz parte de um processo que tramita na 5ª Vara Federal Criminal, no Rio. Ou seja, mais duplação de trabalho – mas oportunidades únicas para que suas excelências apareçam na televisão.

A CPI dos Correios – que deveria ser “da Corrupção” e dispensar as outras duas – depois de ouvir ontem o ex-presidente do Banco Popular do Brasil, ouvirá hoje o genro do deputado Roberto Jefferson. A CPI tem tempo para isso, mas não para

convocar o ex-ministro Luiz Gushiken, que controlava as milionárias verbas de publicidade do Executivo que engordaram as contas do publicitário Marcos Valério de Souza – o principal operador do mensalão. Isso para não falar do “astro” dessa novela, José Dirceu.

Mas foi a CPI do Mensalão que excedeu qualquer expectativa. Aprovou, anteontem, a convocação de 72 pessoas que aparecem na lista dos sacadores das contas do publicitário Marcos Valério, entre elas 10 deputados, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o ex-secretário-geral do partido Silvio Pereira. Se for ouvir todas essas pessoas, ao ritmo atual de dois depoimentos por semana – maratonas que normalmente duram mais de 12 horas, porque qualquer parlamentar tem o direito de inquirir –, a CPI ficará ocupada durante 8 meses. E para quê? Para saber o que toda a Nação já sabe: que o PT, por inspiração do ex-ministro José Dirceu e através de seu tesoureiro Delúbio Soares e do operador Marcos Valério, comprou a adesão de parlamentares dos partidos aliados, pagando-lhes generosa mesada; que transferiu “recursos não contabilizados” para aqueles partidos; e fez pagamentos ilegais no exterior. Disso já há suficientes provas testemunhais. Sem o cruzamento das informações obtidas com quebras de sigilo – e isso, as CPIs não parecem empenhadas em fazer –, poderá haver insuficiência de provas documentais. Ou seja, o bolo solará.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Lula, o começo do fim”, de autoria do Professor Carlos Alberto Di Franco, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 25 de agosto do corrente.

O autor, ao tecer considerações sobre a atual crise política que assola o País, afirma que “a simples leitura dos jornais oferece um quadro assustador do cinismo delinquente que marca o comportamento dos que estão do lado de lá”. Afirma, ainda, que o Presidente Lula “aparentemente, não se dá conta de que é o responsável direto pelo descalabro”, numa estratégia

gia consciente de evitar que o escândalo caia em seu colo. “Por isso, assume uma postura autista, não desce do palanque populista e, consequentemente, não governa. O presidente, caro leitor, não é um iniciante. Lula sabe o que faz. Tonto não é”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

## Lula, o começo do fim

**Carlos Alberto Di Franco**

Este artigo, caro leitor, é o quarto que escrevo sobre o mesmo tema: a corrupção. Deixava, sinceramente, mudar o foco. Mas não consigo. Sou otimista. Por temperamento e convicção. Os pessimistas me aborrecem. São, ordinariamente, preguiçosos. Não suportam o acicate dos sonhos, fogem dos riscos e dos desafios. Preferem olhar para trás e viver de nostalgia. São homens de retrovisor. O Brasil precisa, com urgência, recuperar sua capacidade de empreender e sonhar.

A simples leitura dos jornais oferece um quadro assustador do cinismo delinquente que marca o comportamento dos que estão do lado de lá. Eles são claros. Não se preocupam em apagar as impressões digitais. Tudo é feito às escâncaras. Esbofeteia-se a verdade numa escala sem precedentes. Vejamos, ao acaso, alguns registros da crônica política (ou policial) deste lusco-fusco da cidadania.

O presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Tasso Genro, num discurso indignado e moralizante, prometera promover a “refundação” do partido. Pois bem, em recente reunião do Diretório Nacional da agremiação, o Campo Majoritário, sob a batuta efetiva do investigado José Dirceu, aprovou um documento suave nas autocríticas, mas contundente no ataque às estratégias oportunistas da direita” para “abreviar o mandato popular, legal e legítimo, do presidente Lula”.

Ao mesmo tempo, foi sepultada a anuncuada intenção de Tasso Genro de levar o partido a negar a legenda para as próximas eleições aos seus parlamentares que renunciasssem aos mandatos, como seria o caso do comandante Dirceu e do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, a fim de não seriam cassados, conservando assim o direito de pleitear um novo mandato no ano que vem. Quer dizer, o crime compensa. Até Delúbio Soares, bode expiatório do partido, tirou uma casquinha. O PT aceitou os termos da carta em que seu ex-tesoureiro pediu arastamento por tempo indeterminado da agremiação, não sem antes deixar de mencionar seu “compromisso com o povo brasileiro” e concluir com “saudações petistas”. Como disse o jornalista Clóvis Rossi, a resolução do PT e a carta de Delúbio “são uma imposta e um escárnio”.

Enquanto isso, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, após encontro reservado com o presidente da República, tentou adiar a abertura do processo de cassação do deputado José Dirceu. Pressionado, acabou reconsiderando. Agora, José Dirceu está na fila dos que poderão perder o mandato. De fato, o ex-ministro da Casa Civil está lutando em várias frentes. Recentemente, uma liminar da Justiça suspendeu a audiência na 8ª Vara Cível de Santo André em que estariam frente a frente Dirceu e João Francisco, irmão do prefeito assassinado Celso Daniel. Em 2002, Francisco acusou Dirceu de envolvimento no esquema de propina que estaria relacionado ao assassinato do prefeito. Por ter mandato parlamentar, Dirceu tem a prerrogativa de indicar o local e a data para ser ouvido. Agarrou-se ao privilégio. É importante que a imprensa não abandone essa pauta. Há fortes indícios de que as primeiras experiências para o lançamento do mensalão foram testadas nos laboratórios petistas de Santo André.

Em carta enviada à presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Lula reassumiu o papel de paladino da luta contra a corrupção. “Todos os erros e desvios” devem ser “apurados e punidos, doa a quem doer”, afirmou. Curiosamente, o presidente da República não se sente obrigado a explicar o empréstimo que recebeu do PT e considera natural que as agremiações partidárias operem com caixa 2. Aparentemente, não se dá conta de que é o responsável direto pelo descalabro. Na verdade, Lula segue uma estratégia consciente. Sabe que se assumir as suas responsabilidades, como governante e fócone petista, o escândalo cairá no seu colo. Por isso, assume uma postura autista, não desce do palanque populista e, consequentemente, não governa. O presidente, caro leitor, não é um iniciante. Além disso, está sendo orientado por um tarrinhamo criminalista. Lula sabe o que faz. Tonto não é.

O jogo de faz-de-conta, no entanto, acabou. O depoimento de Duda Mendonça, talvez a primeira aragem de verdade que varreu o Congresso Nacional, e a entrevista de Valdemar Costa Neto à revista *Época* explodiram como uma bomba no Palácio do Planalto. O presidente da

República está, queira ou não, no epicentro do terremoto. Seu discurso à Nação, fraco e inconsistente, não resolveu nada. Um pedido genérico de desculpas só agrava a percepção da culpabilidade presidencial. O pagamento feito a Duda Mendonça no exterior derruba a versão do empréstimo. E as afirmações de Valdemar Costa Neto reforçam o feeling da sociedade: “O Lula, o José Dirceu e o Delúbio faziam parte da mesma família”, afirmou o ex-presidente do PL, qual a origem da dinheira-

**SE ELE NÃO DISSE A VERDADE, O PROCESSO DE IMPEACHMENT SERÁ INEVITÁVEL**

ma? Esta é a pergunta que está sem resposta. A deputada Denise Frossard, especialista em casos de criminalidade intrincada, não descarta a hipótese Hugo Chávez. É uma boa pauta.

A dimensão do crime já comeca a minar os alicerces das instituições. Por isso, é preciso aplicar a terapêutica prevista na nossa estrutura democrática. O presidente da República precisa dizer a verdade. Caso contrário, o processo de impeachment será inevitável. A situação é gravíssima, mas, ao mesmo tempo, purificadora.

Gracias ao papel histórico da imprensa e à legítima pressão da sociedade, o Brasil não será o mesmo. Impõe-se, para isso, que a sociedade sobretudo juventude, se vista de verde, amarelo e, saindo às ruas e praças deste Brasil democrático, dê um basta às tentativas, claras e despidoradas, de inauguração da maior pizzaria da nossa História. E, ao mesmo tempo, exija mudanças legais profundas que sejam capazes de expurgar a corrupção institucional que tanto nos envergonha.●

**Carlos Alberto Di Franco**, diretor do Master em Jornalismo, professor de Ética da Comunicação e representante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra no Brasil, é diretor da Di Franco – Consultoria em Estratégia de Mídia Ltda. E-mail: difranco@ceu.org.br

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB-PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 50

minutos.)

(OS Nº 16073/05)

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 25 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **MARCELO SOUTO ABRANTES**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 101348/PD, para gestor titular, e como substituto o servidor **IVAR ALVES FERREIRA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 100939/PD, do contrato nº 16/2005, constante do processo nº 1144/04-9, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA PSN TECNOLOGIA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 05 de outubro de 2005.

*Petrônio Barbosa Lima de Carvalho*  
**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**  
**DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 26 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar, em substituição aos servidores designados pelo Ato do Diretor do Prodases nº 053/02, o servidor **MÁRIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS**, matrícula 104234/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **HÉLIO FERREIRA LIMA**, matrícula 101233/PD, do contrato nº 30/2002, constante do processo nº 1995/01-4 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA VISUAL SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 17 de outubro de 2005.

*Petrônio Barbosa Lima de Carvalho*  
**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**  
**DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 27 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

**Art. 1º Designar o servidor CUSTODIO SALATIEL DOS SANTOS DIAS**, matrícula nº 100058, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 100654, do contrato nº 14/2005, constante do processo nº 203/05-0, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN** e a **Empresa CAFLAMA COMÉRIO DE ALIMENTOS LTDA**.

**Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.**

Diretoria do Prodasen, em 24 de MAIO de 2005.

*Petrônio Barbosa Lima de Carvalho*  
**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**  
**DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA – PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 28 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

**Art. 1º Designar o servidor MANOEL EDUARDO DE CARVALHO NETO**, matrícula nº 101671/PD, para Gestora Titular, e como seu substituto o servidor **ANTÔNIO JOSE BROCHADO DA COSTA**, matrícula 104258/PD, em substituição aos servidores designados pelo Ato do Diretor do Prodasen nº 034/03, no contrato nº 26/2003, constante do processo nº 125/03-2, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN** e a **EMPRESA ACECO TI LTDA**.

**Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.**

Diretoria do Prodasen, em 27 de MAIO de 2005.

*Carvalho*  
**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**  
**DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA – PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 29 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

**Art. 1º Designar** o servidor **ALEXANDRE ABDU EL-MOOR**, matrícula nº 104544/PD, para Gestor Titular, e como sua substituta a servidora **DENISE DE FARIA PEREIRA SENÍSE**, matrícula nº 104751/PD, do contrato nº 12/2005, constante do processo nº 211/05-2, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN** e a **Empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA**.

**Art. 2º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodasen, em 01 de *junho* de 2005.



**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**  
**DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA – PRODASEN**

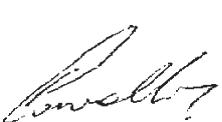
**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 30 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

**Art. 1º Designar** o servidor **JUAREZ DE OLIVEIRA**, matrícula 103390/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **CLEBER DE AZEVEDO SILVA**, matrícula 41420/SF, do contrato nº 18/2005, constante do processo nº 686/05-0 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA IPANEMA SEGURANÇA LTDA**.

**Art. 2º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, *08* de *julho* de 2005.



**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**  
**DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 31 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, da Comissão Diretora do Senado Federal, em seu artigo 21, parágrafo segundo, **RESOLVE**:

1º- Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de organizar os métodos de trabalho das equipes de desenvolvimento e manutenção de sistemas aplicativos e de suas gerências.

2º - Designar para compor o referido Grupo de Trabalho os servidores **ANDREA SOARES RODRIGUES**, matrícula 105937, **MARCELO ANDRADE DE JESUS**, matrícula 105329, **FÁBIO MONTEIRO SOBRAL**, matrícula 105159, **MARIA CRISTINA HOLANDA NERY**, matrícula 104416, **CARLOS ALBERTO COSTA SAMPAIO**, matrícula 102602, **MARCELLO VAVALLO**, matrícula 105433, todos servidores do Prodasen. e **JOÃO BATISTA DE HOLANDA NETO**, matrícula 32909, do Quadro de Pessoal da SEEP.

3º - Designar a servidora **ANDREA SOARES RODRIGUES** para chefe do grupo de trabalho, e o servidor **JOÃO BATISTA DE HOLANDA NETO**, para substituí-la em seus afastamentos e impedimentos.

4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação com prazo de 120 (cento e vinte) dias para execução dos trabalhos.

Diretoria do Prodasen, 23 de julho de 2005 .

**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**  
**DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE**  
**INFORMÁTICA -PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 32, DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **CLÁUDIA HELENA MIRANDA GUIMARÃES**, matrícula 103291/PD, para gestora titular, e como sua substituta a servidora **MIRIAN GASSENFERTH VELOSO INNECCO**, matrícula 104600/PD, do contrato nº 20/2005, constante do processo nº 1946/04-8 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA ENTRELINHAS SULBEL GRÁFICA E EDITORIA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 29 de junho de 2005.

**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**  
**DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN**  
**Nº 33, DE 2005.**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL – PRODASEN**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, e de acordo com o Ato da Comissão Diretora nº 29, de 2003, em seu artigo 21, parágrafo segundo, **RESOLVE**:

**Art. 1º** - Constituir Grupo de Trabalho com o objetivo de:

- Compatibilizar as aquisições de impressoras e suprimentos conforme orientações da comissão técnica especial criada pela portaria do Diretor-Geral número 100/2004 e prorrogadas pelas portarias de números 120/2004, 166/2004 e 22/2005;
- Propor e acompanhar a implementação de processos de melhoria da gestão e suporte ao parque de impressão;
- Especificar e implementar solução de gerenciamento de impressão;
- Propor e acompanhar a implementação da gestão de suprimentos; e
- Propor solução para a impressão centralizada no Prodasen.

**Art. 2º** - O Grupo de Trabalho será integrado pelos servidores: Adalberto José Rolim Tubbs, matrícula 101269 (representando a SSDSL e SSDAE), Cyro da Costa Bastos, matrícula 100290 (representando a SSDAS), Eraldo Paiva Muniz, matrícula 105202 (representando a SSLVL), André Junqueira Sampaio, matrícula 106231, Francisco José Fiúza Lima, matrícula 104520 e Ivar Alves Ferreira, matrícula 100939 (representando a SSSTO).

**Art. 3º** - Designar o servidor Eraldo Paiva Muniz para Chefiar o Grupo de Trabalho, e o servidor Adalberto José Rolim Tubbs como substituto durante os impedimentos do titular.

**Art. 4º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação com prazo de 60 (sessenta) dias para execução dos trabalhos.

Diretoria da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – Prodasen, 7 de julho de 2005.

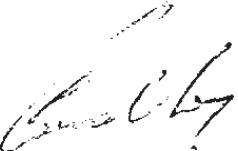
*Petrônio Barbosa Lima de Carvalho*  
**PETRÔNIO BÁRBOSA LIMA DE CARVALHO**  
**DIRETOR DO PRODASEN**

## ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 34, DE 2005.

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL – PRODASEN**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, e de acordo com o Ato da Comissão Diretora nº 29, de 2003, em seu artigo 21, parágrafo segundo, **RESOLVE**:

- Art. 1º - Designar o servidor ADALBERTO JOSÉ ROLIM TUBBS, matrícula 101269, como presidente, em substituição ao servidor ERALDO PAIVA MUNIZ, matrícula 105202, do Grupo de Trabalho criado pelo Ato do Diretor do Prodasen nº 33, de 2005.
- Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – Prodasen, 18 de julho de 2005.



**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO  
DIRETOR DO PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 35 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **MARCOS FEITOSA ROCHA**, matrícula 102663/PD, em substituição ao servidor **AIRES PEREIRA DAS NEVES JÚNIOR**, designado pelo Ato do Diretor do Prodasel nº 005/2005, no contrato nº 46/2004, constante do processo nº 124/05-2 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA MW DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 25 de *julho* de 2005.

**EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO**  
**DIRETOR ADJUNTO DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 36, DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **FÁBIO ALEXANDRE FERREIRA**, matrícula 105160/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **ALEXANDRE ABDU EL-MOOR**, matrícula 104544/PD, do contrato nº 17/2005, constante do processo nº 1160/04-4 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA CONSIST SOFTWARE LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 25 de *julho* de 2005.

**EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO**  
**DIRETOR ADJUNTO DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 37 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **FRANCINEIDE MARIA MOREIRA FERREIRA**, matrícula 103874/PD, em substituição ao servidor **JORGE PEREIRA DOS SANTOS**, designado pelo Ato do Diretor do Prodasen nº 18/2005, no contrato nº 08/2005, constante do processo nº 1671/04-9 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES DO D.F. LTDA.-COOPERTRANS**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 25 de julho de 2005.

*29  
Eduardo*  
**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO  
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL  
DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 38 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ADALBERTO JOSÉ ROLIM TUBBS**, matrícula 101269/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **ROSILMAR DE OLIVEIRA**, matrícula 101208/PD, do contrato nº 19/2005, constante do processo nº 9423/04-4 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA ANTÔNIO UELESON MADUREIRA SAMPAIO-ME**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 27 de julho de 2005.

**EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO**  
**DIRETOR ADJUNTO DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 39, DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA - PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **MARCELO ANDRADE DE JESUS**, matrícula 105329, para gestor titular e como substituto o servidor **VALDIR ALVES DOS SANTOS**, matrícula 101695, do contrato nº 61/2003, constante do processo nº 472/03-4 celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN** e a **EMPRESA GÊNESE INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria, do PRODASEN, 28 de *julho* de 2005.

**EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO**  
**DIRETOR ADJUNTO DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 40, DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA - PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal,  
**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **MARCELO ANDRADE DE JESUS**, matrícula 105329, para gestor titular e como substituto o servidor **VALDIR ALVES DOS SANTOS**, matrícula 101695, do contrato nº 60/2003, constante do processo nº 472/03-4 celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática - PRODASEN** e a **EMPRESA CHIPSET INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria, do PRODASEN, 28 de julho de 2005.

**EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO**  
**DIRETOR ADJUNTO DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 41, DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JOÃO ROBERTO DA CUNHA**, matrícula 105676/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **FÁBIO MONTEIRO SOBRAL**, matrícula 105159/PD, do contrato nº 22/2005, constante do processo nº 409/05-7 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA TECHNOLOGY SUPPLY INFORMÁTICA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 28 de julho de 2005.

**EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO**  
**DIRETOR ADJUNTO DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 42 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **FRANCINEIDE MARIA MOREIRA FERREIRA**, matrícula 103874/PD, em substituição ao servidor **JORGE PEREIRA DOS SANTOS**, designado pelo Ato do Diretor do Prodasen nº 86/2004, no contrato nº 53/2003, constante do processo nº 1880/03-9 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA FLAG COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 24 de julho de 2005.

**EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO**  
**DIRETOR ADJUNTO DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 43, DE 2005

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **OTÁVIO DE MORAIS LISBÔA**, matrícula 101749/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **JOSÉ HENRIQUE SILVA SOUSA**, matrícula 104740/PD, do contrato nº 23/2005, constante do processo nº 1943/04-9 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA TRUE ACCESS CONSULTING LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 04 de agosto de 2005.

**EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO**  
**DIRETOR ADJUNTO DA SECRETARIA ESPECIAL**  
**DE INFORMÁTICA - PRODASEN**

**ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 44 , DE 2005**

**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, da Comissão Diretora do Senado Federal, em seu artigo 21, parágrafo segundo, **RESOLVE**:

1º- Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de prover sistemas aplicativos para a Secretaria de Taquigrafia, voltados para suas tarefas de apanhamento, transcrição, geração, distribuição e manutenção de áudio digitais, englobando todas as tarefas destinadas à plena informatização daquele órgão.

2º - Designar para compor o referido Grupo de Trabalho os servidores **JOÃO ARTUR MOTTA COIMBRA**, matrícula 105950, **CACILDO SILVA**, matrícula 105962, **LUIZ FLÁVIO BRANT DE MORAES E SILVA**, matrícula 105512 e **CARLOS JOSÉ BAHIA DE MENEZES**, da (SSTAQ), **LEIFE GONÇALVES MONTALVÃO**, (STEL), ambos na qualidade de convidados.

3º - Designar o servidor **JOÃO ARTUR MOTTA COIMBRA** para chefe do grupo de trabalho, e o servidor **CACILDO SILVA**, para substituí-lo em seus afastamentos e impedimentos.

4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação com prazo de 6 (seis) meses para execução dos trabalhos.

Diretoria do Prodasen, 26 de agosto de 2005 .

**PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**  
**DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE**  
**INFORMÁTICA -PRODASEN**

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

PFL	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa	
PFL	Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra	
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB	Garibaldi Alves Filho	
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino	
PL	Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>		
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen	
<b>MARANHÃO</b>		BLOCO - PT	Ideli Salvatti	
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan	
PFL	Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>		
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena	
<b>PARÁ</b>		PMDB	Renan Calheiros	
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho	
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PFL	<b>SERGIPE</b>	
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	Maria do Carmo Alves	
<b>PERNAMBUCO</b>		BLOCO - PSB	Almeida Lima	
PFL	José Jorge	PMDB	Antonio Carlos Valadares	
PFL	Marco Maciel	PSDB	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB	Sérgio Guerra	PDT	Gilberto Mestrinho	
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB	Arthur Virgílio	
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres	
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PSDB	<b>PARANÁ</b>	
PFL	Romeu Tuma	PDT	Alvaro Dias	
<b>MINAS GERAIS</b>		BLOCO - PT	Flávio Arns	
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias	
PSDB	Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>		
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana	
<b>GOIÁS</b>		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior	
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado	
PFL	Demóstenes Torres	PDT	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB	Lúcia Vânia	BLOCO - PT	Juvêncio da Fonseca	
<b>MATO GROSSO</b>		PMDB	Delcídio Amaral	
Sem Partido	Luiz Soarez	PDT	Ramez Tebet	
PFL	Gilberto Goellner	PP	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
BLOCO - PT	Serys Shessarenko	BLOCO - PT	Valmir Amaral	
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PFL	Cristovam Buarque	
PMDB	Pedro Simon	PSDB	Paulo Octávio	
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSB	<b>TOCANTINS</b>	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	Eduardo Siqueira Campos	
<b>CEARÁ</b>		PSDB	Nezinho Alencar	
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha	
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PDT	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB	Tasso Jereissati	BLOCO - PSB	José Sarney	
<b>PARAÍBA</b>		PMDB	João Capiberibe	
PMDB	Ney Suassuna	PDT	Papaléo Paes	
PFL	Efraim Morais	PMDB	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB	José Maranhão	PMD	Amir Lando	
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		BLOCO - PT	Fátima Cleide	
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp	
PMDB	Gerson Camata	PTB	<b>RORAIMA</b>	
PL	Magno Malta	PDT	Mozarildo Cavalcanti	
<b>PIAUÍ</b>		PMDB	Augusto Botelho	
PMDB	Alberto Silva	<b>RORAIMA</b>		
10-8-2005				

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

**Relator:** Demóstenes Torres – PFL/GO

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final:** 18.3.2005

**Designação:** 16.2.2005

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
 E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE  
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
 E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB  
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
 E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
 E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB  
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)**

**COMPOSIÇÃO**  
**(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)**

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995  
**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001  
**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA<sup>13</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES<sup>2</sup>**

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL<sup>5</sup></b>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
<b>PT<sup>1</sup></b>					
Heloísa Helena <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
<b>PSDB<sup>5</sup></b>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB<sup>1</sup></b>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
<b>PSB<sup>1</sup>, PL<sup>1-15</sup> e PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051					

(atualizada em 09.08.2004)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### **COMPOSIÇÃO**

1<sup>a</sup> Designação Geral : 03.12.2001

2<sup>a</sup> Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP)
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

**01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação**

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 - Comissão de TV por Assinatura**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

#### **Senador CRISTOVAM BUARQUE**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

#### **Deputado AROLDO CEDRAZ**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

### **SENADORES**

#### **TITULARES**

#### **SUPLENTES**

#### **BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

#### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

#### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

#### **PDT**

	1.
--	----

#### **P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

### **DEPUTADOS**

#### **TITULARES**

#### **SUPLENTES**

#### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

#### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

#### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

#### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

#### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

#### **PTB**

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

#### **PL**

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

#### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311- 5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY  
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



EDIÇÃO DE HOJE: 160 PÁGINAS